

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE LETRAS (FALE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS (PÓS-LIT)**

**A PALAVRA EMPENHADA: RECURSOS RETÓRICOS NA
CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE FRANCISCO ADOLFO DE
VARNHAGEN**

Laura Nogueira Oliveira

Belo Horizonte, Abril/2007

Laura Nogueira Oliveira

**A PALAVRA EMPENHADA: RECURSOS RETÓRICOS NA
CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE FRANCISCO ADOLFO DE
VARNHAGEN**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Literatura Comparada.

Área de Concentração: Literatura Comparada

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural

Orientador: Prof. Dr. José Américo de Miranda Barros

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
Abril/2007



Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários
Caixa Postal 905 – Tel: (31) 3499-5112 – Fax: (31) 3499-5490
Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte – MG – e-mail: poslit@letras.ufmg.br



Tese intitulada *A palavra empenhada: recursos retóricos na construção discursiva de Francisco Adolfo de Varnhagem*, de autoria da Doutoranda LAURA NOGUEIRA OLIVEIRA, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. José Américo de Miranda Barros - FALE/UFMG - Orientador

Prof. Dr. Kazumi Munakata - PUC/SP

Prof. Dr. Eduardo Vieira Martins - USP

Prof. Dr. Jacyntho José Lins Brandão - FALE/UFMG

Prof. Dr. Marcos Rogério Cordeiro Fernandes - FALE/UFMG

Profa. Dra. ANA MARIA CLARK PERES
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFMG

Belo Horizonte, 13 de abril de 2007.

Aos meus filhos, Alice e Marcelo, e ao Orlando,
meu companheiro, com amor.

AGRADECIMENTOS

Comecei a redigir este agradecimento muito, mas muito antes de ter conseguido colocar um ponto, pelo menos provisório, na redação desta tese. Em incontáveis momentos, quando lia um texto teórico ou folheava um documento – material recolhido em diferentes espaços – as Bibliotecas da UFMG, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Biblioteca do Colégio Militar da Luz, a Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, a Biblioteca da Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação, o Arquivo Histórico Militar, a Biblioteca Nacional, todos em Lisboa – sempre me vinha à mente as inúmeras mãos pelas quais todos aqueles materiais tinham passado, antes de chegar às minhas. Nesses momentos, lembrava-me e sentia saudades das pessoas que possibilitaram o acesso a eles.

Ler um documento recolhido na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo, é trazer à memória o cheiro muito particular da sala de Obras Raras, com sua enorme altura e beleza; mas é também lembrar dos funcionários que, de tantas vezes solicitados, nas várias visitas realizadas ao estabelecimento, acabavam até mesmo sabendo qual é nosso objeto de pesquisa.

Mas falar em biblioteca, é sobretudo lembrar aquela do Colégio Militar; é lembrar de seu Nunes, de Natividade e de Luiza. Seu Nunes, funcionário aposentado, foi quem me recebeu, num frio dia de meados de fevereiro quando, pela primeira vez, entrei naquele estabelecimento. Foi ele, circundado pela Natividade e Luiza, quem me escutou com uma paciência e um interesse enormes: afinal, o que trouxera aquela brasileira ao bicentenário Colégio da Luz? Sua atenção logo foi traduzida na prontidão em me fornecer livros e mais livros descidos e empilhados para que eu pudesse ler e pedir, lá no xerox, para seu Pernas e a outra d. Luiza reproduzirem para mim. Todas estas pessoas não foram apenas prestativas, foram amigas. Nos horários do almoço nos divertíamos avaliando como nossa língua era igual e simultaneamente diferente. Fica aqui registrado meu sincero e eterno agradecimento aos funcionários do Colégio Militar da Luz: Maria Natividade Afonso Correa Rodrigues, Luisa Amélia Figueiredo Ortigão Coimbra Neves e a Manuel Marcelino Nunes. Além deles, agradeço imenso ao Coronel José Alberto da Costa Matos, porque foi graças a sua solicitude que tive acesso ao Arquivo morto da Secretaria do Colégio, assim como consegui retirar, em tempo hábil, os documentos do Arquivo Histórico Militar. Foi ele ainda quem me ensinou a pesquisar no fichário daquela Instituição, possibilitando-me chegar exatamente aos documentos que me interessavam.

Mas é preciso lembrar das bibliotecas próximas, aquelas várias que compõem a rede de Bibliotecas da UFMG; dentre elas, destaco a Biblioteca da Faculdade de Letras, onde as solícitas funcionárias inúmeras vezes auxiliaram-me a encontrar um livro perdido entre as prateleiras ou pesquisaram a possível existência de um livro em outras bibliotecas do Brasil. Agradeço aqui, em especial, a Rosângela.

A todos estes funcionários e a inúmeros outros, agradeço o acesso que me facultaram aos materiais que possibilitaram a redação da presente tese. Certamente sem a colaboração de todos eles, não teria como redigir o presente trabalho.

Agradeço às funcionárias da secretaria do Pós-Lit, na figura de Letícia Magalhães Munaier Teixeira, que sempre se mostram atenciosas e cuidadosas na realização de seu ofício. Ao longo dos últimos anos, várias vezes as informações por elas prestadas foram mais do que importantes para me orientar.

Agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa em Portugal. Agradeço aqui, em especial, às competentes e prestativas funcionárias da Instituição, Aline Chanes e Valdete Lopes, que resolveram todas as questões burocráticas da bolsa-sanduiche e que garantiram minha sobrevivência, sem sobressaltos, em Lisboa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFMG por ter-me aceito entre seus discentes. Afinal, apesar de vir de uma área vizinha, não sou formada em Letras. Agradeço a todos os professores do Programa pelos cursos ministrados e, em especial, aos professores Jacyntho Lins Brandão, Georg Otte e Marcus Vinicius de Freitas.

À professora Maria Cecília Bruzzi Boechat, que analisou e avaliou o projeto final e que compôs a banca da qualificação, agradeço imenso. Mas agradeço, antes de tudo, por ela ter sido o “porto-seguro” que me acolheu no momento de angústia de reelaboração dos capítulos que compõem esta tese. Agradeço o carinho, a paciência e o interesse então demonstrados.

Logicamente agradeço em especial a meu orientador, professor José Américo de Miranda Barros. Foi ele quem, antes mesmo do projeto inicial ser aprovado na seleção, apoiou minha pretensão. Depois, permaneceu um fiel mestre, sempre pronto a despender inúmeras horas de leitura conjunta, correção e revisão dos textos preparados. Foi também ele quem, no decorrer do processo, apoiou a reviravolta que resolvi realizar no projeto inicial. A ele sinceramente agradeço a honestidade e a sinceridade que têm marcado nosso relacionamento acadêmico, iniciado há exatos dez anos.

Agradeço também, ao professor Kazumi Munakata, da Pontifícia Universidade de São Paulo, pela competência e precisão com que leu o texto da qualificação. Porém, muito antes dessa leitura, o professor Kazumi foi um orientador ex-ofício, indicando-me inúmeras e preciosas referências bibliográficas e, inclusive, enviando-me material que desconhecia ou a que não tivera acesso. Agradeço de coração a disponibilidade para ler meus e-mails e compartilhar meus interesses.

Ao professor Justino Magalhães, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, agradeço o pronto aceite em me orientar durante o período de pesquisa desenvolvido em Lisboa. As conversas mantidas com o professor Justino e sua competência em me orientar foram fundamentais para o sucesso do trabalho realizado. Agradeço a atenção e o interesse com que sempre me atendeu, apresentando-me a Universidade, suas bibliotecas, assim como realizando comigo os primeiros passos na Biblioteca Nacional de Lisboa. Foi também graças a sua presença na primeira visita oficial ao Colégio Militar que obtive autorização para pesquisar nos arquivos daquela Instituição.

No final do período de doutoramento, pude contar com uma mais que preciosa liberação do trabalho, concedida pelo Cefet-MG. Agradeço ao Conselho Diretor que decidiu pela extensão do direito a essa liberação aos funcionários em período probatório. Agradeço nas pessoas do diretor-geral da Instituição, professor Dr. Flávio Antônio dos Santos, e da diretora da Uned-Divinópolis, professora Sandra Vaz Soares Martins. Ao serviço público federal agradeço o reconhecimento do direito de o profissional desejar e buscar seu aperfeiçoamento profissional.

É certo que minha gratidão é eterna a todos meus familiares. Ao Orlando, meu companheiro, amigo e confidente, que comigo compartilhou todos, absolutamente todos os momentos de angústias e de alegrias, não tenho palavras para agradecer. Meu muito obrigada. A meus filhos, Alice e Marcelo, peço desculpas pela cabeça ocupada, ao longo de tantos anos, com um objeto de estudo. Agradeço a eles a compreensão que sempre demonstraram diante de uma mãe que várias vezes se ausentava ou que não partilhava um cinema ou um feriado. Mas a tarefa um dia chega ao fim, e eles, talvez mais do que eu, sabiam disso. Muito obrigada.

Aos meus irmãos, Eduardo e Gustavo, agradeço o interesse e o incentivo para seguir adiante. Reparto com eles, e com meus pais, Geraldo e Hilze, a alegria da tarefa encerrada. Muito obrigada.

Se a retórica faz ao homem moderno o efeito de um fantasma caricato, como pretender interessá-lo pela tópica, cujo nome é apenas conhecido, mesmo pelo especialista de literatura que evita deliberadamente os subterrâneos – e também as fundações! – da literatura européia?”

CURTIUS, Ernst Robert. *La littérature européenne et le Moyen Age latin*. Paris: 1956.

La langue est l'arme la plus sûre pour établir une domination durable, et les grands écrivains sont de vrais conquérants.

BOISTE, Pierre Claude Victoire. *Dictionnaire universel de la langue française avec le latin et l'étymologie, extrait comparatif, concordance, critique et supplément de ses dictionnaires*. Paris: H. Verdière, 1823.

Há verdades acerca das quaes o historiador deve proceder como o dramaturgo, que esconde de traz dos bastidores o que julga conveniente á melhora da sua produção.

VARNHAGEN, F. A. *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil*. Anuário do Museu Imperial. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1948 (1852).

RESUMO

A tese é um estudo das prescrições estabelecidas, por Francisco Adolfo de Varnhagen, para a escrita da história. Fugindo de possíveis tentações de anacronismo, recuperou-se o significado por ele atribuído ao fato de que, para se escrever a história, era preciso que o historiador fosse, a um só tempo, erudito, filósofo e literato. Simultaneamente, dialogou-se com a tradição crítica varnhageniana e analisou-se como ela compreendeu aqueles pressupostos. Por fim, analisaram-se textos escritos por Varnhagen, demonstrando como ele, formado que fora em Humanidades, lançava mão de recursos discursivos retóricos próprios a cada um dos diferentes gêneros de discurso literário que praticava.

ABSTRACT

This thesis is a study of the rules established by Francisco Adolfo de Varnhagen for writing history. Escaping from the possible lures of anachronism, he attributed the recovery of meaning to the fact that, in order to write history, the historian should not only be a scholar but also a philosopher and a man of letters. Simultaneously, a dialogue was engaged with the Varnhagenian critical tradition and the way it perceived those assumptions was analyzed. Finally, critical texts written by Varnhagen were also analyzed showing how his background in Humanities helped him to make use of the rhetorical discourse resources that characterize each of the different genres of literary discourse that he used.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 <i>Sem factos muito averiguados, não existe matéria de que escrever historia</i> ..	24
1.1. O reconhecimento do erudito	31
1.2. O problema da citação	34
1.3. Ranke revisitado	42
1.4. Varnhagen revisitado	45
Capítulo 2 <i>O historiador como luz e guia para a marcha da nação</i>	56
2.1. A historia magistra	63
2.2. A philosophia e a tradição crítica da obra de Varnhagen	73
Capítulo 3 <i>Deve pois, alguma vez que outra, o historiador sentir como os poetas, e expressar-se como elles</i>.....	79
3.1 A questão do estilo na Correspondência ativa	86
3.2. A questão do estilo nos textos prefaciais	96
3.3. O estilo varnhageniano segundo a recepção crítica	105
Capítulo 4 <i>Um aluno do Real Colégio Militar</i>.....	114
4.1. Sobre a grade curricular do Real Colégio Militar	120
4.2. Sobre o ensino de literatura no Real Colégio Militar	126
Capítulo 5 <i>A polêmica entre Varnhagen e M. d’Avezac</i>	135
5.1. Defesa prévia	139
5.2. As restrições de d’Avezac.....	153
5.3. A réplica.....	158
Capítulo 6 <i>A Descrição do Brasil na 2ª edição da HGB</i>	168
6.1. Sobre os retoques feitos na Descrição geral do Brasil.....	171
6.2. A proposição	173
6.3. A descrição	179
6.4. O leitor posto em cena	197
Capítulo 7 <i>Varnhagen, biógrafo</i>	204
7.1. Varnhagen e o gênero demonstrativo	206
7.2. Biografias redigidas para a Revista do IHGB.....	209
7.3. Sobre os personagens históricos na <i>HGB</i>	218
7.4. A biografia de Tiradentes na <i>HGB</i>	221

Considerações finais	233
Bibliografia	241
Anexos	251

Anexo 1. Registo dos Alumnos do Real Collegio Militar

Anexo 2. Registo dos Termos de Concurso as Cadeiras e Substituições

Anexo 3. Processo de José Frederico Pereira Marecos no Arquivo Histórico Militar

Anexo 4. Matricula dos alumnos do 3º anno lectivo

Anexo 5. Real Colegio Militar – Termo dos Exames Finaes Nº 2

Introdução

Há tempos o historiador italiano Carlo Ginzburg encanta seus colegas brasileiros. Sensível e erudito, ele desperta a curiosidade de seu leitor e é capaz de prendê-lo em uma teia narrativa que prima pela clareza e pela fluidez. As qualidades de seu texto são sobretudo resultantes de um aguçado espírito investigativo e de uma poderosa capacidade analítica. Ginzburg apresentou os fundamentos de seu método de trabalho e de seu modelo analítico em um texto publicado na revista italiana *Crisi della ragione*.¹ Sob a epígrafe “Deus se esconde nos detalhes”, convidava seu leitor a conhecer um modelo de identificação de obras artísticas desenvolvido, no final do século XIX, pelo médico Giovanni Morelli. Como estudioso de obras de arte, Morelli se preocupava com a existência, nos museus, de inúmeras peças cujas atribuições autorais estavam equivocadas. Advertia, entretanto, que era preciso desenvolver ferramentas apropriadas de análise para se fazer a correta atribuição. Segundo Morelli, os historiadores da arte se concentravam nos traços mais evidentes de um artista, os quais eram, exatamente por isso, aqueles que com mais facilidade um falsário reproduzia. Por isso não conseguiam nem distinguir as obras falsas das verdadeiras e nem identificar a autoria de obras que permaneciam espúrias. Morelli propunha então, segundo Ginzburg, um novo método de trabalho: era preciso se ater aos traços mais sutis – que marcariam, estes sim, a obra de um artista. O estudioso deveria aprender a concentrar sua atenção e a identificar os traços menores, aparentemente desprezíveis e sem importância para a própria escola do autor. O método consistia em um cuidadoso registro de detalhes característicos, por meio dos quais o artista se revelaria e cuja imitação seria impossível, e em uma aguçada habilidade para prestar atenção e para perseguir detalhes minúsculos, aparentemente desprezíveis, que a outros passariam completamente despercebidos. Um método de trabalho que se baseava na valorização e na atenção às minúcias, aos “detalhes marginais e irrelevantes enquanto chaves reveladoras”.²

¹ O texto original em italiano foi publicado em 1979 e recebeu, no Brasil, duas traduções e publicações distintas. Cf. GINZBURG, 1989; GINZBURG, 1991. O texto de Carlo Ginzburg, mais que uma apresentação ou descrição de um modelo, é uma utilização do paradigma teórico indiciário. Como um mestre de ofício que é capaz de desempenhá-lo com maestria e, exatamente por isso, também capaz de explicá-lo, Ginzburg expõe o método em uma ação simultânea à sua utilização.

² GINZBURG, 1991, p. 97. Segundo Ginzburg, Morelli colocou em seu livros minuciosos registros de lóbulos de orelhas, formatos de mãos, de dedos e de unhas, porque acreditava que seria nestes lugares pouco comuns que o artista efetivamente deixava impressa sua individualidade. Foi graças a esse método que Morelli corrigiu, afirma Ginzburg, “cerca de uma dezena de autorias em algumas das principais galerias da Europa”. Cf. GINZBURG, 1991, p. 90. Segundo Ginzburg, apesar de ter sido extremamente criticado em sua época, por se ater apenas a pormenores ditos insignificantes, o método proposto por Morelli acabou por influenciar

Ginzburg nos lembra como “o conhecimento do historiador é indireto, baseado em signos e fragmentos de evidências, conjectural”.³ Esse conhecimento se funda em conjecturas formuladas a partir da interpretação de sinais deixados por uma realidade que não mais podia ser diretamente observada, mas que, nem por isso, permaneceria desconhecida. Se o passado não se encontra mais diante de nossos olhos, é inacessível diretamente, ele não é, contudo, impossível de ser recuperado. É a existência de evidências do passado que nos permite ter acesso a ele.

Porém, é preciso que o historiador apure a sensibilidade e a capacidade para ler as marcas e os sinais mais ínfimos deixados pelos homens que já se foram. É preciso efetivamente prestar atenção nos detalhes, porque seria neles, ou por meio deles, que se encontrariam as chaves para a decodificação dos significados ocultos, talvez inacessíveis por outros métodos. Trata-se de aprender a articular as pistas disponíveis para compreender as concepções de mundo, os valores culturais e morais de realidades passadas que talvez não sejam mais os nossos. Enfim, é preciso desenvolver a capacidade de perceber para além das aparências imediatas e de reconstituir, por meio de uma imaginação controlada, mundos que sob nossos olhos não se encontram mais.

No presente trabalho seguem-se os ensinamentos de Carlo Ginzburg. Aqui perseguiram-se detalhes e pormenores de declarações de Francisco Adolfo de Varnhagen, nas quais abordava os preceitos que seguira ao escrever sua obra de história. Foram investigados os recursos utilizados em sua construção discursiva, para se buscar compreender a forma como o historiador oitocentista estruturava seus textos. Entre o homem que prescrevia sobre o modo como se deveria escrever a história e o historiador a escrever seus textos havia um elo: a formação escolar que estruturara um literato, segundo o significado que tinha, à época, a palavra. Varnhagen foi um homem das letras e foi esse

Arthur Conan Doyle em sua criação ficcional: o detetive Sherlock Holmes. Em suas aventuras, esse detetive se esmerava para desvendar e resolver intrigantes e aparentemente insolúveis mistérios. Ginzburg lembra que também Freud declarou a profunda impressão positiva que o método de Morelli havia exercido sobre si, antes da elaboração da teoria da psicanálise. O nascimento da psicanálise teria, assim, com declaração explícita de seu fundador, um vínculo estreito e documentado com a proposta investigativa de Morelli.

³ GINZBURG, 1991, p. 105.

literato que se pretendeu encontrar e compreender: perseguiram-se marcas e sinais deixados por ele, tanto em suas declarações quanto em seus próprios textos.

Os três primeiros capítulos desta tese foram dedicados, respectivamente, à análise do significado atribuído por Varnhagen às três qualidades que um historiador deveria possuir para redigir um trabalho de história. Essas qualidades foram por ele apresentadas a D. Pedro II, Imperador do Brasil, em 1852, num texto a ele dirigido e intitulado *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil*.⁴ Trabalho pouco conhecido e citado, *Como se deve entender (...)* foi o texto onde Varnhagen apresentou, discutiu e defendeu, de modo sistematizado e organizado, aqueles pressupostos que o haviam orientado na redação da *HGB*. Afirmava, então, ser preciso “assentarmos bem quaes sejam reconhecidamente os dotes necesarios ao historiador”.⁵ E, sem rodeios prescrevia que um historiador deveria ser, simultaneamente, erudito, filósofo e literato.

Em todos os três capítulos, o esforço realizado foi o de não cobrar de Varnhagen conceitos e atitudes similares aos nossos. Se ele dizia que um historiador deveria possuir aquelas três qualidades, interessa, antes de mais nada, interrogá-lo e permitir-lhe que exponha e explique suas idéias. De alguma forma, buscou-se dar a ele a voz e, com esse intuito, foram vasculhados seus escritos em busca de passagens capazes de nos auxiliar a ouvi-lo.

⁴ Esse texto foi lido, no mesmo ano, na Academia da História de Madri, segundo informação do próprio autor, que naquele ano trabalhava na embaixada brasileira na Espanha. Cf. VARNHAGEN, 1857, tomo II, p. XV, nota. Esse texto somente foi publicado em 1948, no *Anuário do Museu Imperial*. Segundo Clado Lessa, Varnhagen foi removido da legação brasileira em Lisboa para a de Madri em janeiro de 1847, como adido de primeira classe. Em junho de 1847, foi promovido a secretário. Em novembro de 1851, depois de uma estadia no Brasil, foi promovido a Encarregado de Negócios do Brasil, junto ao governo espanhol, cargo que implicava a direção da legação. Varnhagen ocupou esse cargo até dezembro de 1858, quando foi promovido a Ministro Residente e transferido para Assunção, no Paraguai. Sobre a carreira de Varnhagen na diplomacia brasileira, cf. LESSA, 1954, v. 223, p. 144-181. Avaliando o estudo de Clado Ribeiro Lessa sobre Varnhagen, José Honório Rodrigues afirma ter sido ele o mais apaixonado e *engagé* biógrafo do historiador. Cf. RODRIGUES, 1967, p. 171. Realmente, conforme se poderá verificar ao longo deste trabalho, Lessa foi um defensor incondicional tanto da obra quanto das posições assumidas pelo Visconde de Porto Seguro. Do mesmo modo que seu biografado, Lessa era um ardoroso defensor da monarquia e das idéias de extermínio dos indígenas brasileiros. Exatamente por esta admiração incondicional de Lessa por seu bibliografado, encontramos nele uma rica fonte de informações sobre Varnhagen. Lessa preocupou-se em dar notícias minuciosas de toda a obra intelectual de Varnhagen.

⁵ VARNHAGEN, 1948 (1852), p.229.

Como fontes privilegiadas para o recorte desses trechos, além do texto em questão – *Como se deve entender a nacionalidade...* –, utilizou-se a correspondência mantida por Varnhagen, ao longo de toda a sua vida, com diversos destinatários, assim como os textos prefaciais que redigiu para algumas de suas obras de história.

Varnhagen correspondia-se com personalidades importantes – como, por exemplo, o Imperador do Brasil, o primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou o bibliotecário da Biblioteca de Évora – e em suas cartas expunha as concepções que possuía acerca do trabalho da escrita da história.⁶ Nelas, Varnhagen cuidadosamente mencionava, em várias oportunidades, suas descobertas arquivísticas, suas visitas a bibliotecas e arquivos, seus trabalhos finalizados ou em andamento e sugeria pesquisas a serem realizadas. Conversando com seus pares, revelava suas preocupações e investimentos intelectuais, afirmava-se como um homem do mundo das “letras”, palavra que empregava para se referir à sua produção intelectual. Nesse caso, muito para além de uma possível relação de amizade ou de intimidade, as cartas podem ser lidas como um esforço de Varnhagen para a construção de sua imagem como um homem devotado à pesquisa e ao trabalho intelectual.

A escolha dos textos prefaciais, como fonte documental privilegiada, justifica-se pela própria natureza desse gênero de discurso, que faz, desses textos, a ocasião para a explicação e defesa da obra, por parte do autor. Trata-se, portanto, de um tipo de fonte que auxilia muito na compreensão das intenções e convicções do autor. Seguem-se aqui os estudos de Gérard Genette, que englobou-se na categoria de prefaciais todas as espécies de textos escritos “à propôs du texte qui suit ou qui precede”.⁷ Segundo Genette, o prefácio ganhou, na era do livro impresso, autonomia frente ao texto que o antecede ou segue e adquiriu características lingüísticas específicas.⁸ No século XIX, existia uma regra lógica que presidia à redação de prefácios, uma *dispositio* retórica⁹ ou uma gramática da

⁶ A correspondência ativa de Varnhagen foi coligida por Clado Ribeiro de Lessa. Cf. LESSA, 1961.

⁷ GENETTE, 1987, p. 150.

⁸ GENETTE, 1987, p. 150-152.

⁹ Como ensina Roland Barthes, a retórica foi um grandioso sistema de classificação da linguagem e de reflexão sobre ela, ou uma metalinguagem que tinha como objeto a produção de discursos armados para a persuasão, ou ainda “um programa destinado a produzir discurso”, que “reinou no Ocidente, desde o século V antes de J.C. até o século XIX da era cristã”. Cf. BARTHES, 1975, p. 148, 151, 178, 181. A mesma opinião é partilhada por Pierre Guiraud que afirma terem sido as regras modelares para os gêneros transmitidas de forma dogmática, desde a Antigüidade até os começos do século XIX, quando ainda prevaleciam rigidamente

enunciação, que estabelecia a ordem de exposição dos argumentos: geralmente se fazia a defesa prévia da obra, argumentando ser ela uma arte útil seja no plano moral e ou cívico, porque seu objeto estaria inscrito nos qualificativos de verdade, utilidade, seriedade, moralidade e humanidade.¹⁰ Esses textos também se distinguem pela autoria, e Genette denomina “auctoriale” ou “autographe” aqueles em que o autor assume a responsabilidade pelo prefácio. Nesse tipo específico de prefácio, o autor da obra pretendia monitorar e controlar a leitura, apontando e indicando a seu leitor motivos para iniciá-la e levá-la adiante. Tratava-se, então, de conquistar o leitor no prefácio e, para tanto, o autor lançava mão de inúmeros recursos da retórica. Uma estratégia comumente adotada pelos autores para alcançar a benevolência do leitor consistia em apresentar-se como incapaz diante da grandiosidade do tema tratado. Desse modo, valorizava-se a obra, destacando a relevância, a importância e a pertinência do tema/objeto abordado, assim como as vantagens intelectuais, documentais, morais, sociais e/ou políticas alcançadas com sua leitura. Outro recurso retórico empregado nos discursos prefaciais consistia em destacar o esforço empreendido pelo autor para alcançar a verdade dos acontecimentos. Segundo Genette, esses dois tipos de valorização da obra foram comumente utilizados em prefácios de obras de história e teóricas.¹¹

Varnhagen redigiu textos prefaciais “auctoriales”, dirigindo-se diretamente a seu leitor e utilizando a instância prefacial para apresentar e explicar as intenções, idéias e conceitos que o orientaram na redação da obra em questão. Por um lado, ele buscava convencer seu leitor da boa intenção que o movera ao redigi-la, apresentando-a como resultado de anos de pesquisa e reflexão em busca da verdade histórica. Por outro, pretendia

as formas e convenções – de um estilo próprio para cada gênero: um para o épico, outro para o dramático, um outro para o histórico e assim sucessivamente. Levado o raciocínio às últimas conseqüências, a arte de escrever se reduziria à escolha do gênero mais adequado ao pensamento que se deseja exprimir: “A cada gênero correspondem modos de expressão necessários e rigorosamente definidos, que determinam não somente a composição, como também o vocabulário, a sintaxe, as figuras e os ornamentos”. Ainda segundo Guiraud, a expansão dos gêneros literários, com suas preceptísticas próprias, iniciada na Grécia antiga, onde se distinguiam os gêneros em prosa daqueles em verso, alcançou a Idade Média, quando os antigos e rígidos formulários de composição foram recolhidos e referenciados. Na Renascença, assistiu-se a um renovado interesse pela questão dos gêneros literários, e a noção de gênero permaneceu inalterada. Os gêneros continuaram compreendidos como conjuntos de regras a serem respeitadas e obedecidas pelo escritor quando se pusesse a escrever sobre determinado tema ou objeto. A noção de gênero tornou-se a base da produção literária e subdividiu-se em categorias cada vez mais numerosas. Cf. GUIRAUD, 1970 (1954), p. 18, 25.

¹⁰ Gérard Genette remete seu leitor ao trabalho de H. Mitterand sobre textos prefaciais redigidos para romances no século XIX. Cf. MITTERAND, 1980, p. 31.

¹¹ GENETTE, Gérard, 1987, p 184.

guiar seu leitor em direção ao que considerava ser a correta leitura e compreensão da obra. É possível afirmar que esses textos formam um conjunto, devido à similitude que guardam entre si. Serão considerados como prefaciais todos os textos que ele escreveu a propósito de suas obras, inclusive as dedicatórias endereçadas a D. Pedro II.

A força da argumentação varnhageniana nesses textos prefaciais não pode ser menosprezada. Afinal, o autor não apenas buscava demonstrar a solidez de seus princípios, como pretendia garantir que eles não ficassem diluídos ao longo da obra. Contudo, apesar da importância a eles atribuída por Varnhagen, uma parte deles não se encontra mais acessível à grande maioria dos leitores de sua obra, que sequer sabe que eles foram um dia escritos.

Em 1854 e 1857, respectivamente, Varnhagen publicou o primeiro e o segundo volumes de sua *História geral do Brasil (HGB)*. Em 1877, essa obra foi reeditada em Viena, após ser “muito aumentada e melhorada pelo autor”, conforme ele informa a seus leitores, no frontispício da obra. Essa segunda edição serviu de base à terceira, completa, realizada apenas em 1927 pela Editora Melhoramentos. Tal edição, que tem servido de base a todas que se seguiram, foi realizada sob os cuidados de Rodolfo Garcia, que a ela adicionou um prefácio esclarecedor do histórico da obra e do trabalho que empreendera. Graças aos cuidados de Garcia, é possível saber que, em 1906, Capistrano de Abreu redigira notas para uma terceira edição da *HGB*, a qual, em virtude de um incêndio que destruiu a oficina impressora, terminou por ser apenas de um terço da obra. As anotações de Capistrano foram conservadas e ampliadas por Rodolfo Garcia. Na quarta edição integral da *HGB*, realizada em 1948, a Editora Melhoramentos acrescentou um *Aditamento* ao prefácio redigido por Rodolfo Garcia, no qual informava a realização de supressões à obra. Foram então retiradas, sem que maiores explicações fossem dadas ao leitor, as *Dedicatórias* a D. Pedro II, os *Prefácios* e um *Prólogo* redigidos por Varnhagen tanto para a primeira como, acrescidos e/ou modificados, para a segunda edição de sua obra. Nas edições posteriores da *HGB* essas supressões foram conservadas.

Contudo, Varnhagen conservou e mesmo ampliou o número de textos prefaciais na segunda edição da *HGB*. O fato de ele destacar um conjunto de idéias e de apresentá-las em um ou mais textos prefaciais comprova a importância por ele atribuída a esse tipo de

trabalho – de redação de um texto para apresentar e reafirmar a defesa de seus princípios. Parece razoável dizer que a eliminação deles nas reedições da obra privou o leitor atual de compartilhar e compreender as preocupações, desejos e, inclusive, os pressupostos que haviam orientado e movido Varnhagen.

Além desses textos prefaciais suprimidos das últimas reedições da *HGB*, foram também utilizados os prefácios redigidos por Varnhagen para o *Florilégio da poesia brasileira*, para a *História das lutas com os holandeses no Brasil* e para a *História da independência do Brasil*.

Como Varnhagen entendia o texto prefacial como um texto didático ou um *locus* privilegiado para a tomada de posição do autor frente a seu objeto e a seu leitor, neles encontramos inúmeras passagens em que o autor expunha o que significava ser um historiador erudito, filósofo e literato. O prefácio era para ele um espaço de prescrição e de reflexão sobre a obra em questão, e de diálogo com seu leitor – mas não se tratava, entretanto, de trocar idéias, mas de apresentá-las como as únicas corretas e possíveis.

O leitor dos três primeiros capítulos sentirá uma tendência à repetição dentro de cada um deles. Varnhagen foi um autor que inúmeras vezes reafirmou suas concepções e, de certa forma, assim como ele o fez, procurou-se, aqui, um efeito duplamente calculado: favorecer uma aproximação a seus pressupostos para a escrita da história e mostrar como ele categoricamente reafirmou suas concepções.

Os três primeiros capítulos constituem, em suma, um subconjunto, no qual se buscou um diálogo com Varnhagen, mas também com a crítica especializada sobre a obra do autor, a fim de compreender tanto as qualidades por ele apresentadas e defendidas como dotes indispensáveis a todo aquele que se dedicasse à missão de ser um “historiographo”, quanto o de verificar até que ponto essa crítica tem lido anacronicamente as qualidades apresentadas e defendidas pelo autor ou, pelo menos, não procurou compreender as filiações das idéias varnhagenianas.

No primeiro capítulo, destacamos as referências feitas por Varnhagen a seus trabalhos nos arquivos e sua consciência da importância da pesquisa para a escrita da história. Varnhagen definia o que entendia por erudição e prescrevia ser ela um dote indispensável àquele que se dedicasse à tarefa de escrever a história. Contudo, a par das

incansáveis e inúmeras pesquisas que realizou, veremos como Varnhagen foi um historiador parco em citação. Em sua perspectiva, o historiador deveria ser visto como um homem douto, um pesquisador e conhecedor das provas, que “extratava” o que encontrava nas fontes, o que o eximiria da tarefa de cuidadosamente citar. Neste aspecto, Varnhagen se revela um historiador um tanto afastado do ideal moderno de historiador, que deveria citar para corroborar suas assertivas. Simultaneamente, se aproxima do historiador previsto por Cícero, para quem o historiador deveria ser imparcial e dizer apenas a verdade.¹² Como prová-lo? Com sua palavra: Varnhagen compreendia o ato de escrever a história como a realização da tarefa de um erudito que apresentava suas conclusões e sentenças respaldado no grau de autoridade e de reconhecimento que alcançara para si. O historiador apresentava para seu leitor o veredicto histórico imparcial e inquestionável.

No segundo capítulo, resgatamos o preceito varnhageniano de que o historiador devia ser, além de um erudito, também um filósofo. Como filósofo, ele resgataria do passado as ações dignas de serem louvadas e eternizadas; ao mesmo tempo, a história castigaria os maus, eternizando sua desonra. A seu ver, à história estava reservada a missão de ministrar lições de virtude e de incentivar sua imitação e emulação: a história era útil por ser a “mestra da vida”, como haviam prescrito Cícero e Políbio, dentre outros que redigiram louvores à história, na Antigüidade.¹³

No terceiro capítulo, estudamos o último dos preceitos que, segundo Varnhagen, deveria um historiador seguir. Só seria historiador aquele que fosse literato. Para ele, um autor deveria escrever segundo os preceitos estabelecidos e os modelos reconhecidos para os diversos gêneros literários. Varnhagen apresentava-se como homem de letras, que dominava as discussões em voga sobre a adequação dos gêneros a temas específicos e, sobretudo, como um autor capaz de bem realizá-la. Para isso, lançava mão de seu aprendizado de retórica e atualizava, a seu modo, em seus textos, práticas discursivas prescritas e revisitadas desde a Antigüidade clássica. Isso implica afirmar que, no contexto de seu tempo, elas ainda eram reconhecidas como válidas e corretas.

¹² Segundo Hartog, as “regras básicas” ciceronianas para o historiador seriam: “não ousar dizer nada de falso; não ousar dizer nada que não seja verdadeiro; não ser suspeito de complacência ou rancor”. Cf. HARTOG, 2001, p. 181.

¹³ Hartog que a fórmula da história fornecedora de exemplos se transformou em “um lugar-comum” nos elogios da história”. Cf. HARTOG, 2001, p. 183.

O quarto capítulo desta tese é dedicado à análise da primeira formação de Varnhagen como literato. Recuperar-se aqui o aluno do Real Colégio Militar (RCM), matriculado, aos onze anos de idade, naquele internato militar dedicado à preparação de oficiais para o Exército português. Como aluno do Real Colégio, Varnhagen realizou, em seus primeiros três anos de escolarização, estudos em línguas – latim, português, francês e inglês – e em literatura. Essa formação em línguas e em literatura guarda, contudo, uma especificidade própria ao tempo: ao estudar línguas e literatura, os alunos eram, à época, formados em retórica.¹⁴ A análise do significado que tinha à época o ensino de literatura foi feita, no presente capítulo, a partir de uma prova de concurso, realizado no RCM, para o provimento de uma vaga para professor de língua e literatura portuguesa. O candidato aprovado foi professor de literatura do aluno Francisco Adolfo de Varnhagen. Este capítulo constitui uma ponte entre as posições assumidas pelo historiador, estudadas nos três primeiros capítulos, e sua prática concreta da escrita da história.

Nos três últimos capítulos desta tese, foram analisados textos varnhagenianos de diferentes gêneros: polêmica, descrição e biografia. Em todos eles prevaleceu a pretensão de desnudar os recursos discursivos empregados e revelar o literato, preocupado com o aperfeiçoamento de sua linguagem, com a composição de seus textos e com a eficácia a ser alcançada. Nesse sentido, os textos de Varnhagen foram estudados com vistas ao desvelamento das intenções partidárias que o moviam a redigi-los. Simultaneamente, pretendeu-se verificar a atualização dos preceitos retóricos realizada pelo autor em suas obras. Esses capítulos constituem, então, um segundo subconjunto nesta tese.

Entretanto, não se pode esquecer de que, para Varnhagen, o historiador deveria ser, simultaneamente, erudito, filósofo e literato. Era sobre esse tripé que o historiador estruturaria sua obra, que, por sua vez, tornar-se-ia irrealizável, se algum dos lados faltasse

¹⁴ O professor Roberto Acízelo de Souza estudou a presença marcante do ensino de retórica no Colégio Pedro II, durante o século XIX. Cf. SOUZA, 1999. Sobre a permanência do ensino de retórica em Portugal, no mesmo período, o professor Joel Serrão afirma que “o sistema de aulas de Humanidades ministradas por professores régios (...) manteve-se para a generalidade dos discentes (...)”, no período que se seguiu à revolução liberal de 1820. Cf. SERRÃO e MARQUES, 2002, p. 378-379. Sobre a permanência do ensino das humanidades na França, Cf. CHERVE L e COMPÈRE, 1997.

a esse triângulo. É por isso que a escolha dos textos analisados não foi aleatória: ela recaiu em gêneros distintos, mas também em textos ligados à *HGB* ou contidos nessa obra. Pretendeu-se recuperar, de alguma forma, a inexistência, na perspectiva de Varnhagen, de qualquer distância entre a retórica e a escrita da verdade histórica.

No capítulo 5, vamos encontrá-lo participando de uma polêmica com o então presidente da Sociedade de Geografia de Paris, M. d’Avezac, em torno de como se deveria escrever uma história nacional. Tratava-se, como hoje a entenderíamos, de uma discussão acadêmica. Porém, a polêmica, como gênero literário, tinha regras específicas de composição, e Varnhagen as empregou no debate. Visou-se, nesse capítulo, a analisar as estratégias discursivas empregadas pelos debatedores. Ao mesmo tempo, analisou-se a compreensão que os debatedores tinham da forma como se deveria escrever a história.

No capítulo 6, vamos encontrar o historiador Varnhagen preocupado com a *Descrição geral do Brasil*, que, a partir da segunda edição da *HGB*, passou a ser o primeiro capítulo da obra. Na primeira edição este capítulo era a oitava seção da obra. Para deslocar o capítulo de lugar, ele o reescreveu – o estudo comparado das duas versões do texto constitui o objeto do capítulo. A *Descrição* havia sido um dos temas discutidos na polêmica com d’Avezac, estudada no capítulo anterior.

Por fim, no capítulo 7 encontraremos o Varnhagen biógrafo, nas páginas da *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e também nas de sua *História geral*. Das páginas da *Revista* do Instituto, foram escolhidas as biografias de Eusébio de Matos e de Antônio de Morais Silva; nas páginas da *HGB*, foi estudada a construção da personagem de Tiradentes. Nesse caso, fez-se uma comparação entre a versão do trecho em que o autor aborda a figura de Tiradentes na primeira edição da *HGB* e a versão publicada na edição revista da obra – já que foram constatadas importantes alterações na composição do texto. Juntamente com vários de seus contemporâneos, Varnhagen contribuiu para a formação de um “panteão de heróis nacionais”.

Ao longo de toda a tese, utilizei textos escritos em épocas diferentes, em português e em francês. Optei por conservar a ortografia da época. Por um lado, caso se uniformizasse a ortografia, seria necessário adotar e explicitar uma regra geral para a atualização, o que daria ao trabalho um outro caráter, que escapa aos objetivos da presente tese. Por outro,

conservar a ortografia da época ajuda a lembrar que estamos trabalhando com épocas distintas da nossa. Se, num primeiro momento, o leitor pode se sentir tentado a acentuar palavras ou mudar a pontuação dos trechos citados, com o correr da leitura, acredito, é convidado a entender que tratamos com outros homens, iguais e distintos de nós. A conservação da ortografia nos auxilia a sermos menos tentados pelo anacronismo. Por fim, a conservação da ortografia da fonte utilizada traz outra preocupação. Como utilizei largamente a *Correspondência ativa* de Varnhagen coligida por Clado Lessa, no início da década de 1960, vi-me diante de outro problema: Lessa, segundo declara, atualizou a ortografia das cartas por ele reunidas, mas não apresentou o critério adotado. Apesar desse contratempo, mantive a ortografia e a pontuação das fontes utilizadas.

Capítulo 1
***Sem factos muito averiguados, não existe matéria
de que escrever história¹***

¹O título deste sub-capítulo recupera e reproduz de forma proposital um trecho do texto aqui estudado.

Em *Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil*, o primeiro dos preceitos apresentados por Varnhagen como fundamentais à escrita da história foi a erudição:

Sem erudição no assumpto não existe matéria de que escrever historia, ou a obra escripta, sem factos muito averiguados (por mais esmerada que seja a elocução) não poderá ser recebida, sobretudo dos estrangeiros, senão como uma novella ou romance provável.¹

Mais adiante, aclarava o que entendia por isso: “De tudo quanto dizemos temos documentos que apparecerão em seu logar, e são elles que nos darão algumas convicções”.² Varnhagen manifestava, por um lado, a certeza de que, sem um seguro conhecimento de fatos colhidos em documentos, não era admissível a escrita da história. Afiançava que suas opiniões não eram simples conjecturas, mas frutos de averiguações documentais que alicerçavam sua obra e fundamentavam seus pontos de vista. Por outro lado, vinculava a boa recepção de uma obra de história exatamente à sua construção documentada.

Porém, apesar de asseverar ser a erudição um dos três preceitos necessários ao historiador, ele foi o menos explorado pelo autor no texto em questão. Varnhagen limitou-se a anunciar a importância da averiguação dos fatos e da escrita documentada da história, mas nenhuma palavra disse acerca dos arquivos visitados, das pesquisas empreendidas, dos desafios enfrentados, dos documentos encontrados e dos fatos averiguados. Enfim, se o texto pretendia esclarecer o Imperador acerca dos dotes de um historiador, pouco se dizia sobre a metodologia de trabalho empregada para que se tivesse “matéria com que escrever” e para que se realizasse a “verificação dos fatos”. O que, afinal, significaria, para Varnhagen, recolher matéria para se verificar fatos e escrever a história?

Se, no texto em questão, Varnhagen pouco explicitou o trabalho despendido para se alcançar uma “erudição na matéria”, em sua correspondência particular, pelo contrário, procurou não deixar dúvida sobre as atividades que realizava. Ao longo de toda sua vida, ele pacientemente expôs, a alguns de seus correspondentes, o compromisso com a pesquisa arquivística e com o resgate de documentos perdidos e de fatos históricos desconhecidos. Nessas oportunidades ele clareava seu método de trabalho.

¹ VARNHAGEN, 1948 (1852), p. 229.

² VARNHAGEN, 1948 (1852), p. 233.

É nessa *Correspondência* que se pode ler, já em 1839, uma carta dirigida a Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara – então diretor da Biblioteca de Évora –, na qual lhe dizia estar às voltas com a publicação das *Reflexões críticas* sobre a obra do colono brasileiro seiscentista Gabriel Soares de Sousa. E, apesar de seu trabalho estar em fase de impressão pela “Academia das sciencias”, solicitava informações sobre as três cópias manuscritas do cronista existentes na Biblioteca de Évora: “Quizera o título, author e anno que encerram as diferentes copias; e da mais antiga dellas precisava do resultado de uma cotejação dos nomes adulterados para publicar as variantes”; pedia ainda que se prestasse atenção em possíveis marcas características existentes nesses códices, tais como: “algum signal, ou numeração antiga ou moderna, encadernação curiosa, etc.”. Logo na seqüência, desculpava-se por sua pretensão de ensinar a Rivara como proceder frente a manuscritos: “V. Sa. sabe melhor do que eu o que convem fazer, e por isso escusadas são explicações.” Afinal, como bibliotecário, Cunha Rivara certamente sabia que, num trabalho de “cotejação de exemplares”³ de códices, o estabelecimento do original dependia de um criterioso trabalho de identificação de todas as marcas e sinais perceptíveis.

Mas, além do pedido que encaminhava, Varnhagen redigia ainda uma lista com observações sobre a “Notícia ou Catálogo de manuscritos feita por V. Sa”. Ao que tudo indica, Rivara preparava uma listagem dos manuscritos existentes na Biblioteca de Évora e Varnhagen, solícito, pretendia contribuir para complementá-la: fornecia informações sobre a localização de cópias ou variantes daqueles manuscritos em outras bibliotecas e/ou já impressos. Colocava-se à disposição.

Escrita ainda na juventude do autor, quando contava 23 anos de idade, a carta a Cunha Rivara revela inúmeros pensamentos que orientavam o ânimo de Varnhagen em seu trabalho inicial de pesquisador: a valorização da pesquisa documental em bibliotecas, a

³ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 21-22. Ao que tudo indica, Rivara atendeu ao pedido de Varnhagen, porque, em carta datada de julho de 1839, desculpa-se pela demora em agradecer aos favores que lhe prestara Rivara. Pela proximidade temporal entre a carta acima citada, datada de 3 de junho, e esta, do dia 13 de julho, parece-me razoável supor que Rivara enviara as “notícias” sobre o códice de Gabriel Soares. Cf. Varnhagen in LESSA, 1961, p. 25. Ao longo do segundo semestre de 1839, Varnhagen muitas vezes se referiu a seu trabalho de preparação das *Reflexões críticas* nas cartas endereçadas a Rivara. Nessas oportunidades, foram variadas suas reflexões em torno da obra de Gabriel Soares: discutia desde temas tratados pelo autor quinhentista até a necessidade de uma nova edição de sua obra, assim como concluía ser impossível “se imprimirem as ‘variantes’ resultantes da cotejação”. (grifo do autor) Cf. Varnhagen in LESSA, 1961, p. 25-33.

insistência na busca de variadas versões de documentos manuscritos e uma infundável crença no trabalho do pesquisador de restaurar os documentos originais por meio da “cotejação”. Mas, sobretudo, a carta a Rivara revela, acredito, um jovem desejoso de participar do círculo daqueles que “davam notícia” de “objetos de Bibliographia”. Por isso fazia questão de informar a Rivara que tinha “relações com pessoas de muito saber nesta capital”. Dentre elas, destacava a “amisade com o Redactor do *Panorama* o Sr. Alexandre Herculano, que foi agora despachado Bibliothecario da Bib. Real, e poderá dar muita notícia [sobre a localização de manuscritos e textos impressos]”. Ao mesmo tempo, não titubeava ao afirmar que, se se tratasse de informações sobre “objecto litterario”, ele próprio tinha “extenso conhecimento da Bibliographia Portugueza especialmente de manuscritos sobre coisas ultramarinas, de que agora há tanta azáfama na Europa”.⁴

Em outubro do mesmo ano de 1839, Varnhagen enviou ao então primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Januário da Cunha Barbosa, uma carta na qual solicitava que “se digne apresentar ao Instituto de que é digno secretário o incluso exemplar de um escripto que acabo de publicar (...)”. Dizia-se então feliz por “ter tido ocasião de fazer algum serviço ao paiz em que primeiro vi o sol (...)” e esclarecia que na confecção das *Reflexões* procurara estabelecer o texto e sua autoria, assim como não poupava “a mínima ocasião de dar noticias de muitos escriptos dignos de serem conhecidos para constituírem os elementos necessários à historia e geographia do Brazil”. Afinal, os “archivos e bibliothecas da Europa, especialmente os de Portugal, contêm tão ricos e preciosos manuscriptos sobre o Império (...)”.⁵ Varnhagen fazia, então, questão de deixar registrado que, apesar de ainda ser um “jovem mancebo”, já era um homem formado, que sabia ser importante recuperar a documentação para a escrita da história, assim como sabia onde localizá-la e como tratá-la. Procurava convencer seus interlocutores do quanto conhecia das bibliotecas e dos acervos portugueses e europeus. Simultaneamente, registrava que, sem o conhecimento de tais documentos, seria impossível a escrita da história do Brasil.

⁴ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 24. Seria casual Varnhagen colocar-se lado a lado de Alexandre Herculano? Guilhermino César, ao comentar a avaliação feita por de Alexandre Herculano das poesias de Gonçalves Dias, afirma que, na década de 1840, Herculano era o “pontífice das letras portuguesas”. Cf. CÉSAR, 1978, p. XLVII.

⁵ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 39-40.

Meses antes de encaminhar suas *Reflexões críticas* ao IHGB, em agosto de 1839, Varnhagen dirigia-se a Cunha Barbosa e declarava desejar “que o Público saiba quanto antes desta meritoria acção onde tanto figura o nome de V. S^a, que eu desejo que todos conheçam – porque gosto que se conheça o mérito e os serviços”.⁶ Do mesmo modo como desejava que o público reconhecesse o mérito de trabalhos alheios, parece razoável supor que gostasse e desejasse que também os seus “méritos e serviços” fossem reconhecidos. E para tal trabalhava. Certamente, quando escrevia a Cunha Barbosa, Varnhagen esperava que seus esforços merecessem consideração e, nesse intento, foi duplamente feliz: sua carta foi lida na sessão de 19 de dezembro de 1839 do IHGB e publicada no primeiro tomo de sua *Revista*; e Varnhagen ainda foi agraciado com o título de sócio correspondente do mesmo Instituto, que admitira, segundo Clado Lessa, os “dotes de historiador e analista demonstrados nesse trabalho”.⁷

Em seu primeiro retorno ao Brasil, em 1840, Varnhagen viajou para São Paulo e, de lá, escreveu novamente a Januário da Cunha Barbosa, para relatar e enumerar as pesquisas que empreendera naquela vila e as descobertas que fizera. Ele reafirmava a seu amigo que o trabalho do historiador dependia da reunião dos documentos históricos e que era imprescindível a ida aos locais onde tais documentos poderiam vir a ser encontrados.

Tenho folheado nesta cidade os livros e papeis dos Archivos da Camara Municipal, e os de datas de sesmarias da antiga Provedoria da Fazenda, não me escapando o cartório dos Jesuítas, que me forneceu alguns esclarecimentos; neste vim achar também uma copia da doação de Pero Lopes de Sousa (...).⁸

Em maio de 1842, depois de assumir o posto de adido à embaixada brasileira em Lisboa⁹, tendo a missão de procurar e recolher em arquivos portugueses documentos referentes à história do Brasil, Varnhagen escrevia a Januário da Cunha Barbosa:

⁶ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 31.

⁷ LESSA, 1961, p. 31, nota 3. Segundo Lessa, Varnhagen foi aceito como sócio correspondente em sessão de 25 de janeiro de 1840. Talvez o sucesso encontrado junto ao Instituto tenha estimulado Varnhagen a vir pessoalmente ao Brasil. Em abril de 1840 escrevia a Cunha Rivara e anunciava sua decisão: “O meu anterior destino era uma viagem à Alemanha, porém repentinamente mudei-o inteiramente. Vou ver os bosques virgens da América meridional, e partirei até 5 do mez que vem. Não tenho ainda itinerário formado, nem quero pensar nisso, pois me sujeitarei às circunstância”. Varnhagen in LESSA, 1961, p. 47.

⁸ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 55.

⁹ Segundo Clado Lessa, Varnhagen teve sua cidadania brasileira reconhecida em 19 de fevereiro de 1842, e em maio do mesmo ano era nomeado adido de primeira classe à legação em Lisboa. Cf. LESSA, 1954, tomo 223, p. 133-134. Informação similar é repetida em nota da *Correspondência* de Varnhagen; segundo Lessa, sobretudo a partir de sua admissão como funcionário do serviço diplomático brasileiro, “Varnhagen pôde

Ainda bem que hoje, graças à munificência do nosso Augusto Imperador, me acho em situação muito favorável, não só para me ocupar em servir-a [servir à Instituição, no caso o IHGB] já e directamente no que me encarregar, como pouco a pouco e indirectamente, reunindo por mais antiga e espontânea vocação os elementos para a organização de uma conveniente *História Geral do Brazil*, que é este dos paizes que mais se proporciona quando haja os elementos ao novo methodo de escrever a historia. Por ora ainda me acho no primeiro século, graças à riqueza dos documentos que cada dia vou achando na Torre do Tombo, e de que por ora não me occupo de tirar copias, porém só apontamentos. Na minha Memoria intitulada – As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brazil – se encontram já muitos factos históricos, que pela primeira vez apparecem conhecidos. (...) Porém, ainda que as minhas averiguações hoje sejam relativas às épocas mais remotas, não me descuido de diligenciar e obter copias do que é importante ainda mais moderno.¹⁰ (grifo do autor)

Varnhagen segue listando e apontando os documentos referentes à história do Brasil que já encontrara ou dos quais tinha notícias e pretendia localizar. Terminava afirmando “que é quase exclusivamente à geografia e historia do nosso paiz, que o Instituto tanto tem já fomentado, que se dedicam todas as minhas horas vagas”.¹¹ Fazia sobressair que o maior serviço que poderia vir a prestar ao Instituto era o de reunir e organizar documentos históricos para a redação, aí sim, de uma “conveniente”¹² história do Brasil. Ficava assim entendido que todas as outras histórias do Brasil, escritas anteriormente e que não se haviam pautado por preocupações semelhantes, não preenchiam os requisitos básicos para se constituírem em obra de história. O “novo methodo de escrever a historia”, ao qual se referia, não podia prescindir da pesquisa documental.

Em sua correspondência, Varnhagen permanentemente repisou, sempre que era oportuno, as atividades de pesquisa com as quais estava envolvido, solicitando e dando informações sobre a localização de documentos em bibliotecas, referindo-se à necessidade de serem cotejadas cópias de alguns manuscritos, anunciando suas visitas a arquivos e

dedicar-se de corpo e alma às pesquisas históricas, pois os trabalhos da chancelaria não lhe tomavam grande parte do tempo”. Cf. LESSA, 1961, p. 83. O próprio Varnhagen nos informa de suas novas atividades. Em carta dirigida a Cunha Rivara, em outubro de 1842, anunciava: “agora vou quase diariamente à Torre do Tombo aonde ando em buscas sobre o Brazil, a quem já talvez saberá que estão ligados os meus destinos. Admitiram-me lá com uma patente dos Engenheiros, ficando cá pela Europa em commissão litterária (...). Cf. Varnhagen in LESSA, 1961, p. 87.

¹⁰ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 92.

¹¹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 95. No mesmo ano de 1842, Varnhagen manifestava a seu amigo Cunha Rivara a necessidade de se preparar para ler documentos antigos. Anunciava ao amigo: “Saberá que estou matriculado na Paleographia da Torre do Tombo? (...) “Ah, se eu ainda venho a escrever uma historia da Civilização do Brazil?”. Cf. Varnhagen in LESSA, 1961, p. 89.

¹² Sobre o significado da palavra “conveniência” para Varnhagen, ver a discussão realizada no terceiro capítulo da tese.

bibliotecas, enfim, demonstrando e reafirmando a importância de seus trabalhos e de suas descobertas. Esse foi um comportamento por ele sempre adotado.¹³

Assim, em 1854, à primeira edição do primeiro volume da *HGB*, Varnhagen acrescentou um *Suplemento*, onde fazia, conforme declarava, “algumas addicções e retoques [ao volume] (...) pelo encontro de muitos documentos, que antes desconheciamos, e pelo exame de outros, que não tinhamos á mão.” Afirmava que resolvera publicar o que ia encontrando, porque assim esperava contribuir para retirar “das trevas e do cahos” as “verdadeiras fontes e mananciaes da nossa historia”.¹⁴

Em 1877, decorridos vinte anos desde a finalização da primeira publicação da *HGB*, e muitos anos mais desde a realização de suas primeiras pesquisas, ele permanecia fiel ao princípio de que o aturado esforço de investigação era o caminho que tornava possível a escrita da história e o encontro da verdade histórica. Na *Dedicatória* ao Imperador, Varnhagen comunicava que a nova edição da obra tinha vantagens sobre a precedente devido à “(...) maior cópia de factos apurados, como pela mais exacta apreciação de outros”. Ressaltava ter a consciência tranqüila, porque sempre escrevera com escrúpulo e imparcialidade, tratara “sempre de averiguar e de narrar os fatos”.¹⁵ No *Prólogo*¹⁶, reafirmava sua certeza quanto à importância da pesquisa e do levantamento documental para a construção da história e destacava que sua obra era diferente de tudo que até então se escrevera, porque era fruto de cuidadosas pesquisas e da busca da imparcialidade.

Fosse em suas cartas endereçadas a inúmeros correspondentes ilustres, fosse nos textos prefaciais à sua *HGB*, Varnhagen insistia nos mesmos postulados; era com um ardor de pesquisador incansável, de um amante de arquivos e bibliotecas que se referia às tarefas de buscar e examinar papéis e livros antigos. Essa era a novidade e a razão da importância de seu trabalho, conforme salientava. E esse tem sido o aspecto mais reconhecido de sua obra pela crítica especializada que, desde o final do século XIX, destacou a enorme importância de seu trabalho de pesquisa e de exegese documental. Trata-se de uma tradição

¹³ Cf. LESSA, 1961, p. 83.

¹⁴ VARNHAGEN, 1854, p. 481. (Suplemento).

¹⁵ VARNHAGEN, (1877). (Dedicatória). Deve-se observar que esse texto abria a obra, o que poderia aumentar as chances de ser lido pelos leitores em geral.

¹⁶ VARNHAGEN, s.d. (1877), tomo I, p. V – XVII. (Prólogo).

que, tendo em João Capistrano de Abreu seu fundador, alcança nossa contemporaneidade nos trabalhos de Arno Wehling.

1.1. O reconhecimento do erudito

Em 1878, João Capistrano de Abreu publicou um *Necrológio* de Varnhagen no *Jornal do Commercio*. Tem-se aqui uma das primeiras leituras críticas de sua obra. Capistrano destacava que a Varnhagen apaixonavam “problemas não solvidos”, “códices corroídos pelo tempo” e “livros que jaziam esquecidos ou extraviados”; reconhecia o “tirocínio acadêmico” do historiador e seu espírito “infatigável” de explorador; salientava a importância de sua pertinaz preocupação com a pesquisa e a autenticidade dos documentos; chegando a afirmar que, na *HGB*, há uma “massa cyclopica de materiaes”.¹⁷

Avaliações semelhantes a essa foram feitas: por Oliveira Lima – que afirmava ser “o traço dominante da individualidade de Varnhagen (...) a paixão da investigação histórica”¹⁸; por Basílio de Magalhães – que afirmava possuir Varnhagen “uma pasmosa capacidade de trabalho”¹⁹; por João Ribeiro – que garantia que “nenhum outro, depois dele, veio para excedê-lo e os seus discípulos conseguiram apenas completá-lo”²⁰.

Mais recentemente, José Honório Rodrigues tampouco poupou elogios ao se referir ao trabalho de pesquisa testemunhado pela obra:

Varnhagen sobrepujou, em sua época, como historiador, todos os seus contemporâneos (...) como historiador incomparável do Brasil. Incomparável pela vastidão das pesquisas que realizou e dos fatos que revelou; incomparável pela

¹⁷ ABREU, 1931, p. 127 (a). Em sua correspondência ativa, Capistrano solicita a amigos que seguissem as orientações fornecidas por Varnhagen para encontrar documentos em arquivos europeus. Capistrano utiliza-se de informações dadas por Varnhagen para solicitar a busca na Biblioteca Nacional, em Lisboa, e no Museu Britânico. É razoável supor que manifestava, desse modo, a seriedade que via no trabalho realizado por Varnhagen. Cf. Abreu in RODRIGUES, José Honório, 1977, p. 19/18, 140/147. Quando da edição do segundo volume da *HGB*, em 1857, Varnhagen publicou uma série de cartas de avaliação do primeiro tomo de sua obra. Dentre elas estava uma redigida por Alexandre Humboldt, para quem a obra do historiador “se fonde sur des pénibles et sérieuses recherches”. Cf. VARNHAGEN, 1857, s/p. (*Pos-scriptum*).

¹⁸ LIMA, 1903, p. 11.

¹⁹ MAGALHÃES, 1928, p. 53.

²⁰ Ribeiro (1922) apud LACOMBE, 1967, p. 138.

publicação de inéditos que promoveu; incomparável pela perseverança com que caminhou pelos caminhos da história brasileira (...).²¹

Para José Honório Rodrigues, Varnhagen, no que se refere à revelação de fatos, fez “mais de que pode esperar o leitor desavisado”, devido à gigantesca pesquisa realizada, justificando a opinião de que “nenhum historiador nacional contemporâneo o iguala no conjunto da obra”. Retomando a expressão de Capistrano, o crítico reconheceu ser a obra “ciclópica”, “pelo esforço, pela perseverança, pela erudição, pelo conhecimento revelador” e afirmava que ela é “uma obra sem paralelo, pela vastidão da pesquisa realizada por toda parte, pela acumulação dos fatos, pelos achados novos, pelo esforço de incorporá-los numa síntese”.²² Em trabalho posterior, José Honório Rodrigues retomou essas avaliações e reafirmou que a “*História Geral do Brasil* é, até hoje, a que reúne, sem contestação, o maior número de fatos”, constituindo-se, a seu ver, até aquele momento, na obra “mais completa da historiografia brasileira”.²³

Maria Alice Canabrava partilha da mesma avaliação e vê Varnhagen como o iniciador da pesquisa sobre a história brasileira em arquivos estrangeiros. Para a historiadora, Varnhagen se distingue pela “análise crítica rigorosa [que] precede o reconhecimento da validade das fontes e sua erudição se nutre do conhecimento extenso das mesmas”. Essa atitude parece revelar, ainda segundo Canabrava, a influência de Leopold von Ranke. Para ela, o aturado esforço de Varnhagen para levantar a documentação e realizar sua exegese estava ligado à sua convicção de que “a verdade objetiva continha-se nos documentos”.²⁴

Também para Arno Wehling, Varnhagen era um rankiano, cuja obra foi edificada sobre o “domínio da técnica de análise documental, investigação empírica e explicação hermenêutica”.²⁵ Segundo ele, o método da história consistia, em Varnhagen, na exegese documental, e ao historiador cabia a tarefa de realizar a crítica rigorosa, sistemática e exaustiva das fontes. Se os cientistas de outras disciplinas realizavam experiências para comprovar suas teses, os historiadores realizavam cuidadosa recuperação das fontes documentais, graças às quais alçava-se ao patamar da cientificidade e da veracidade.

²¹ RODRIGUES, José Honório, 1967, p. 170.

²² RODRIGUES, José Honório, 1967, p. 175/187/196.

²³ RODRIGUES, José Honório, 1969, p. 132-133.

²⁴ CANABRAVA, 1971, p. 418-419.

²⁵ WEHLING, 1999, p. 45.

Wehling reitera, em inúmeras passagens, a influência rankiana sobre o historiador oitocentista: “em Varnhagen, como em Ranke (...) a providência divina era algo mais próximo e atuante na história”; “em Varnhagen, como em Ranke (...) esse pressuposto é fundamental”; “esta é, segundo parece, a chave da interpretação da visão rankeana da história, como também de Herculano ou Varnhagen.”²⁶

Contudo, Wehling reproduz a dúvida que vem desde Capistrano de Abreu: “Não parece [Varnhagen] ter conhecido, pelo menos à época da primeira e segunda edições da *História geral do Brasil*, a obra de Ranke, talvez pela dificuldade de leitura dos textos em alemão”.²⁷ Para Wehling, porém, o ponto central era que, “certamente influenciado pelo clima da *culture savante*” de sua época, Varnhagen entendia a escrita história como resultante da pesquisa e da exegese documentais. Um historiador rankiano seria, enfim, um historiador decidido a “escrever tal qual as coisas se passaram”, a partir de documentos cuidadosamente recolhidos e examinados; ou escrever uma “história crítica, fundamentada na obra de erudição (...), nos estudos paleográficos e diplomáticos (...)”. Uma história que, segundo Wehling, se opunha à “tradição da historiografia humanista”, que tinha seus modelos nos gregos e nos romanos.²⁸

Conforme ensina nossa contemporânea e dominante história da historiografia, a história moderna surgiu no século XIX, com a obra de Ranke. Dataria de então a preocupação dos historiadores não apenas com a pesquisa arquivística, mas também com a

²⁶ WEHLING, 1999, p. 49, 61, 62, 79, 129. Destaquei apenas algumas das passagens nas quais o autor reafirma a similaridade entre os pressupostos da escrita da história varnhagenianos e os rankianos.

²⁷ WEHLING, 1999, p. 136-137. Em nota, afirma-se que Clado Lessa elucidou a questão e remete o leitor para a explicação dada pelo autor citado. Na consulta ao indicado trabalho encontra-se um trecho onde Clado Lessa está preocupado em rebater uma crítica feita por Capistrano de Abreu a Varnhagen: Capistrano cobrava do historiador o uso de uma teoria elaborada por um geógrafo alemão; para Capistrano, a omissão desse trabalho só se explicaria pelo desconhecimento da língua. Para Lessa, a explicação de Capistrano não tinha sentido, porque Varnhagen, além de filho de alemão, estudara a língua paterna. Cita então uma carta dirigida por Varnhagen ao general Francisco José Soares Andréia, comandante do Imperial Corpo de Engenheiros, datada de agosto de 1851. Nela, Varnhagen afirmava que fora ao Colégio dos Nobres habilitar-se em língua alemã. Lessa não estava preocupado com a questão de ter sido ou não Varnhagen influenciado pela obra de Ranke. Cf. LESSA, 1945, p. 61-63. Em outra passagem de sua biobibliografia de Varnhagen, Clado Lessa informa que: “Não nos foi difícil rastrear a origem indocumentada desta opinião de Capistrano [sobre Varnhagen não saber alemão]. Em 1869 Varnhagen apresentou à Academia das Ciências de Viena uma pequena monografia escrita por êle originalmente em francês, e vertida por um amigo, a seu pedido, para a língua italiana, então um dos idiomas oficiais do império austro-húngaro, condição indispensável para que fosse inserta nas Atas desta sociedade. Ora, seria natural que o ministro do Brasil a escrevesse em alemão, se pudesse servir-se desse idioma, - foi o que seguramente conjecturou o historiador cearense.” Cf. LESSA, 1954, p. 144-145. Tomo 224.

²⁸ WEHLING, 1999, p. 136.

comprovação de suas afirmativas. Diferentemente dos antigos, que se teriam limitado a narrar os acontecimentos, os historiadores modernos fundamentavam seus textos com extenso e erudito trabalho de levantamento de provas, como também realizariam o cuidadoso trabalho de anotar seu texto: as notas de rodapé eram entendidas como uma demonstração e prova de que o historiador pesquisou em diversos arquivos e manipulou e utilizou inúmeras fontes documentais para construir seu texto. Como parte inerente da elaboração de uma obra de história, haveria o trabalho de citar, parte indispensável do *métier* do historiador moderno: a erudição fundamentaria a escrita da história e deveria ser comprovada pelas anotações feitas ao texto.

Assim, o que importa na discussão não é bem se Varnhagen pôde ou não ler diretamente a obra de Ranke: o que faria dele um rankiano seria o fato de ele ser um historiador moderno. Assim como Ranke, Varnhagen ter-se-ia submetido às novas prescrições do trabalho de escrita da história, pesquisando e anotando seu texto, de modo a informar ao leitor o fundamento de suas certezas. Essa é a avaliação crítica da obra varnhageniana feita por seus estudiosos desde Capistrano de Abreu, que, pela primeira vez, estabeleceu um paralelismo entre a obra de Varnhagen e a do historiador alemão. Capistrano inaugurou uma tradição de avaliação da obra varnhageniana que afirma ser Varnhagen um autor moderno, porque sua obra pode ser aproximada e comparada àquela elaborada por Ranke.

1.2. O problema da citação

Curiosamente, porém, Capistrano de Abreu – justamente um dos fundadores da tradição que reconhece o valor das pesquisas arquivísticas de Varnhagen e de suas descobertas documentais –, no decorrer dos trabalhos que realizou para a primeira reedição da *HGB*, enfrentaria dificuldades que contrariaram a avaliação que ele mesmo fizera, problema que só apareceu no decorrer da longa convivência de Capistrano com seu predecessor.²⁹

²⁹ A correspondência ativa de João Capistrano de Abreu foi organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Cf. RODRIGUES, José Honório, 1977

Na correspondência de Capistrano encontram-se várias referências a seu trabalho de preparação da primeira reedição da *História geral do Brasil*. Em fevereiro de 1900, contratado pela livraria Laemmert, em carta a Guilherme Studart, informava-o de sua nova empreitada e solicitava-lhe:

Já comecei a impressão e espero dar o primeiro volume até maio: ao todo hão de ser três. Ficar-lhe-ia muito obrigado se V. quisesse mandar as notas e retificações que tem sobre ele, e que, não preciso dizer, sairão com o seu nome. (...) O primeiro volume compreende o período anterior à guerra holandesa; terá umas 600 páginas.³⁰

Nos anos seguintes, esse pedido de auxílio para anotação de Varnhagen seria várias vezes repetido. Em agosto de 1901, escrevia:

Em tempo escrevi-lhe uma ou duas cartas, de que não tive resposta. Em uma pedi me mandasse as notas que tivesse sobre Varnhagen, de que estou preparando uma edição para Laemmert – está aí uma cousa que acima esqueci. Repito o pedido: suas notas sairão com seu nome: as que de agora preciso referem-se aos capítulos anteriores à guerra holandesa: já tenho impresso até o descobrimento do Brasil: 128 págs.³¹

Em setembro do mesmo ano, retomava o convite: “Repito o pedido das notas para Varnhagen”. Em junho de 1902, dizia pretender terminar a publicação de parte da obra até o final do ano e lembrava o solicitado anteriormente: “Há alguns anos fazia-lhe o pedido que agora repito: mande quaisquer retificações e notas, que serão publicadas com seu nome. Estou apenas nos donatários”. Voltaria à questão no mês seguinte: “E você deixou sem resposta meu pedido de concorrer com as notas que puder para a nova edição de Varnhagen! Repito-o e insisto. Suas notas sairão em seu nome. Estou às voltas com os donatários”.³²

Como observa José H. Rodrigues, essa correspondência é de inestimável valor, devido às discussões de questões referentes a problemas da história do Brasil.³³ Sobre o trabalho de preparação da *HGB* para reedição, as cartas escritas por Capistrano a Studart permitem aquilatar o grande investimento de tempo despendido para desempenhá-lo. Ao longo de anos, Capistrano referiu-se às anotações que fazia, acreditou estar finalizando a empreitada e anunciou para logo a reedição da obra. Porém, ao contrário de suas expectativas iniciais, foram sete anos de trabalho! Por que tamanha demora?

³⁰ Capistrano in RODRIGUES, José Honório, 1977, p. 149.

³¹ Capistrano in RODRIGUES, José Honório, 1977, p. 150.

³² Capistrano in RODRIGUES, José Honório, 1977, p. 152/153/158.

³³ RODRIGUES, José Honório, 1977, p. XV.

É também em uma carta ao amigo Studart, escrita no final de 1903, que Capistrano fornece uma pista para responder à questão. Afirmava então que Varnhagen seria “muito mais descuidado e inexato do que pensava a princípio: basta ver a cambulhada que fez de Francisco Caldeira e Alexandre de Moura. Toda a expedição do Maranhão precisa ser escrita de novo (...)”.³⁴ O descuido e a inexatidão de Varnhagen precisavam ser corrigidos – ao longo de anos, Capistrano dedicou-se à tarefa de tornar a *HGB* “menos confusa”, conforme avaliava, graças a um copioso trabalho de anotação. Por isso, quem hoje se debruçar sobre a *HGB* poderá verificar o grande número de páginas dedicadas às anotações. Mas são anotações feitas, em sua maior parte, por Capistrano e depois continuadas e muito acrescidas por Rodolfo Garcia, não por seu autor. Preparar a *HGB* para reedição deu a Capistrano “um trabalhão”, conforme declarava, porque avaliava que Varnhagen não desempenhara bem seu trabalho. Em algumas de suas cartas a Studart, é possível mesmo encontrar um Capistrano que esmorecia diante do gigantesco trabalho de fazer a anotação da *História geral*. Em abril de 1904 revelava:

Varnhagen, pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restituí-los: não podia depois indicar a procedência. Tu não és Varnhagen. Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopoldo von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História?³⁵

Anotar uma obra era deixar nela inscritos os procedimentos da crítica histórica realizados: a busca arquivística e a análise dos documentos. Capistrano lembrava seu amigo Studart que Ranke fundara uma nova forma de escrever a história e, desde então, tornara-se imprescindível que o historiador escrevesse sempre apresentando a prova documental. Em novembro de 1906, informava Studart de que: “Nas anotações de Varnhagen tenho de citar-te a cada passo”. E voltava a insistir na ausência de citações nos próprios trabalhos de

³⁴ Capistrano in RODRIGUES, José Honório, 1977, p. 162.

³⁵ Capistrano in RODRIGUES, José Honório, 1977, p. 166. Em julho de 1897, Capistrano de Abreu escrevia a Assis Brasil e informava a seu correspondente, que se encontrava em Lisboa, que: Varnhagen vira “na biblioteca da Ajuda [em Lisboa] um exemplar manuscrito da *História do Brasil* do Frei Vicente do Salvador”. Capistrano afirmava a Assis Brasil que esse códice, desde então, desaparecera. Capistrano solicitava a Assis Brasil que, decorridos mais de cinquenta anos, desde que Varnhagen noticiara a existência desse códice na biblioteca da Ajuda, verificasse se ele fora reencontrado. Talvez se tenha nessa passagem de Capistrano uma manifestação de suas suspeitas sobre atividades ilícitas praticadas por Varnhagen. Cf. Capistrano in RODRIGUES, José Honório, 1977, p. 85.

Studart, advertindo-o: “É pena teres caldo a procedência: como responder ao desalmado que puser em dúvida a autenticidade dos documentos?”³⁶

Ao chamar a atenção de Studart para a ausência de citação em seus trabalhos, Capistrano destacava uma grande falta cometida por Varnhagen. O que o incomodava – e aqui se destaca – era o fato de Varnhagen não ter corretamente se submetido às exigências da “nova fisionomia da história”. Se Varnhagen realmente retirou ou não documentos da Torre do Tombo e não os devolveu, Capistrano não duvidava da informação que tinha e a passava adiante. No caso, interessa destacar que, para ele, a ausência de citações em Varnhagen era explicável: o historiador não podia indicar a seu leitor a origem de muitas de suas informações porque se o fizesse estaria se auto-incriminando. A seu ver era impossível, de outra forma, compreender e explicar o fato de que, tendo vasculhado tantos arquivos, localizado tantos documentos e verificado sua autenticidade, Varnhagen não fosse meticuloso no trabalho de anotar seu texto. Afinal, era inadmissível, na avaliação de Capistrano, esse tipo de comportamento em um historiador contemporâneo de Ranke.³⁷

A ausência de citação em Varnhagen foi observada e destacada por outros estudiosos de sua obra.

Na década de 1940, Afrânio Peixoto redigiu uma *Nota Preliminar* à reedição do *Florilégio da poesia brasileira* preparada pela Academia Brasileira de Letras. Ele externava então sua admiração pelo trabalho realizado por Varnhagen e afirmava ser o *Florilégio* muito mais do que uma antologia de poemas “ou uma seleta que denunciaria o gosto literário do colecionador” ou ainda “obra apenas agradável de artista”. A seu ver, o *Florilégio* constituía-se em um verdadeiro “arquivo literário”, digno do “autor da História Geral”. Se comparada a outras antologias já existentes em sua época, a obra, a seu ver, distinguia-se de todas elas por ser “obra séria de crítica e erudição ou história literária”. Afirmava que “até com seus defeitos (...), [e] embora esses defeitos”, o “grande

³⁶ Capistrano in RODRIGUES, José Honório, 1977, p. 177.

³⁷ Sobre a anotação da *HGB*, Tito Lívio Ferreira assegura que foi o trabalho realizado por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia que garantiu que “os concomitantes exigidos [os documentos utilizados pelo autor] acham-se apostos em notas elucidativas abertas no rodapé das páginas desse livro. E revelam, de maneira explícita, como a jornada varnhageneana fôra difficilima e cuidadosa, através da documentação inédita colhida”. Ferreira não pretendia denunciar a falta de anotação feita pelo autor à sua obra, mas termina por apontá-la. Cf. FERREIRA, 1944, p. 116.

historiador” Varnhagen nela se apresentava.³⁸ Mas que defeitos eram esses? O autor apresenta dois casos:

Um exemplo apenas, e que importa ao ‘Florilégio’. Em 1923 celebrou-se o centenário de Gregório de Matos. Teria o poeta nascido na Bahia a 7 de abril de 1623. Esta data fora aceita por Januário da Cunha Barbosa, José Maria da Costa e Silva, Teixeira de Mello, Pereira da Silva, Valle Cabral, Sacramento Blake, Sílvio Romero, Araripe Júnior, Fausto Barreto e Carlos de Laet, Xavier Marques, que arrastou a Academia Brasileira. Entretanto, tranqüilamente, sem apresentar documento, Varnhagen, no ‘Florilégio’ dava outra data, 20 de dezembro de 1633. Sílvio Romero pôde, então, ‘decidir’: ‘Varnhagen dá, por engano, 1633.

[Porém,] Varnhagen tinha documento: estava no ‘Códice’ manuscrito de obras do poeta que hoje está na Coleção Varnhagen, do Itamaraty, onde leu: ‘os pais que por illustres e catholicos foram bem celebrados o derão à luz em 20 de dezembro de 1633’.³⁹ (grifos do autor)

(...) Outro fato, no mesmo ‘Florilégio’ que se poderá tomar como intuição, mas que, bem examinado, é uma certeza, é aquele da supressão de Bento Teixeira, e sua ‘Prosopopéia’, geralmente havido como o iniciador da poética e da literatura nacional e a que Varnhagen não concedeu sequer menção. O nosso autor disputa tenazmente a Portugal vários desses poetas, até o próprio Gonzaga, enquanto tem dúvidas. (...) Porém, quanto a Bento Teixeira e a sua ‘Prosopopéia’, Varnhagen não teria dúvida, tanto que nem o menciona... Ele só, contra toda gente...

Seria documentado em Botelho de Oliveira (...)? (...) para Botelho de Oliveira, Bento Teixeira não seria ‘filho do Brasil’ e Varnhagen nele acreditava, pois devia, no século XVII, sabê-lo mais do que nós. E é o que apura Rodolfo Garcia, informado pela *Primeira visitação às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça (Denúncias de Pernambuco)* que Bento Teixeira era natural do Porto... Varnhagen, sumariamente o excluiu de um ‘Florilégio da Poesia Brasileira’, porque o sabia lusitano.⁴⁰ (grifos do autor)

E conclui seu raciocínio:

Estão aqui dois documentos de nosso asserto: Varnhagen nunca diz coisa de oitiva. Ainda quando não cite o seu documento. Isso ocorre dezenas de vezes, em sua mesma ‘História Geral’. É, entretanto, documentável e às dezenas de vezes têm sido documentadas, principalmente por seu discípulo Rodolfo Garcia, o número um dos Varnhagenianos.⁴¹

Do mesmo modo que ocorrera com Capristano, Afrânio Peixoto surpreendia-se com o fato de Varnhagen não informar seu leitor da origem de suas certezas. E, talvez o mais surpreendente, essa não era uma característica circunstancial ao *Florilégio*, pois até mesmo

³⁸ PEIXOTO, 1946, p. 19.

³⁹ PEIXOTO, 1946, p. 20-21.

⁴⁰ PEIXOTO, 1946, p. 21-22.

⁴¹ PEIXOTO, 1946, p. 22. Sérgio Buarque de Holanda, em uma nota em *Visões do Paraíso*, também demonstrava certa surpresa ao constatar ausência de citação em Varnhagen: “Que Chaves veio na frota de Cabôto, declara-o expressamente Varnhagen, sem indicar, no entanto, onde apóia sua afirmativa”. Cf. HOLANDA, 1959, p. 84, nota 15.

na *HGB* tal fato se repetia “dezenas de vezes”. Não por acaso, afiançava que Varnhagen dera um enorme trabalho para seus discípulos: “Capistrano e Garcia, vão mourejando por citar e revelar esses documentos, em que se apoiou o mestre para suas afirmações categóricas.”⁴² Apesar de Varnhagen ser “documentável”, ele não citava. E isso porque, segundo Peixoto: “Não é que enunciando um fato verdadeiro, embora controvertido, Varnhagen, que tinha diante dos olhos o documento, que conseguira, ‘esquece’ de o citar, omitindo a prova e se dando ao luxo de querer ser aprovado, sob palavra?”⁴³ (grifo do autor).

Em 1954, ao escrever sobre a *Obra* de Varnhagen, Clado Lessa concorda que nela escasseavam as citações das fontes, fato que seria explicável, segundo ele, por pelo menos três motivos. Primeiro: Varnhagen havia pesquisado em inúmeras bibliotecas de diferentes países e sempre fizera apontamentos sobre os fatos que apurava, porém:

(...) guardava-os [os apontamentos] para mais tarde, e, muitas vezes, ao ter que utilizá-los, com os arquivos a centenas de léguas, de distância, coisa corrente na vida agitada que levava, já não se recordaria mais de onde os extraíra, nem quiçá, compreenderia as sumaríssimas indicações de procedência apontadas à margem dos papéis e cadernos de extratos. Não podendo citar tudo pormenorizadamente, preferiu adotar como norma nesses casos o alvitre de abster-se de citações, e com isso deu fortes dores de cabeça aos pósteros para descobrirem onde é que êle foi buscar esta ou aquela informação (...).⁴⁴

Para Lessa, Varnhagen sempre trabalhou muito e com pouco tempo para desempenhar a gigantesca tarefa que se propusera realizar. Supõe que, se o historiador se colocasse a “escrever notas e citações marginais”, terminaria por perder o “fio das idéias” e, por isso, corretamente optara por extrair os documentos “em apontamentos na parte necessária e que diretamente se encaixava no plano de composição da obra que tinha em mente”.⁴⁵ Para Lessa, Varnhagen, mesmo cometendo o erro de não citar, terminara por acertar, porque, afinal,

forneceu a Capistrano de Abreu e a Rodolfo Garcia oportunidade para as magistrais anotações a sua obra, que se recomendam principalmente pelo desenvolvimento dado à indicação das fontes utilizadas, mas, via de regra, pouco citadas pelo sorocabano.⁴⁶

⁴² PEIXOTO, 1946, p. 20.

⁴³ PEIXOTO, 1946, p. 20.

⁴⁴ LESSA, 1954, vol. 224, p. 191-192.

⁴⁵ LESSA, 1954, vol. 224, p. 192.

⁴⁶ LESSA, 1954, vol. 224, p. 192.

Segundo: Varnhagen esforçara-se, em seus primeiros trabalhos, para apresentar “as fontes de que se servia”, mas, uma vez dadas as informações elas se tornariam conhecidas, o autor “julgava-se naturalmente dispensado de tornar a fazer citações de procedência para os informes que dava”.⁴⁷

Por fim, Clado Lessa lembra que Varnhagen foi um homem do serviço diplomático brasileiro e que, no desempenho de suas funções, passou a vida viajando. Acredita, por isso, que, em suas sucessivas mudanças, houve “inevitáveis perdas e descaminhos de papéis”.⁴⁸ Conclui que seriam razões como as expostas que explicariam a parcimônia com que Varnhagen apresentava em seus textos os documentos dos quais se utilizara.

É possível verificar, por um lado, que esses três estudiosos varnhagenianos compartilham igual compreensão do que significava ter uma postura crítica frente à escrita da história: ao historiador moderno competia realizar o trabalho duplo e concatenado de pesquisa documental e de ratificação de seu texto com a citação. Por outro, eles concordavam que Varnhagen fora um historiador moderno, profundamente envolvido com a busca arquivística e a exegese documental. Porém, o estudo da obra de Varnhagen revelou a eles um autor que resistia frente a uma das exigências de seu ofício. Existiria, portanto, uma contradição inerente ao construto final da produção de Varnhagen e trataram então de explicá-la: Capistrano supõe que o historiador estava impossibilitado de citar porque retirara os documentos de seus devidos depósitos, Peixoto credita as lacunas ao esquecimento e Lessa o desculpa pela imensidão da tarefa realizada.

⁴⁷ LESSA, 1954, vol. 224, p. 191/194.

⁴⁸ LESSA, 1954, vol. 224, p. 193. Não deixa de ser curioso lembrar que, mesmo considerando as enormes dificuldades no deslocamento de papéis e de bibliotecas, Varnhagen permaneceu por longos anos trabalhando em embaixadas brasileiras na Europa. Ele assumiu o posto de adido de primeira classe à legação brasileira em Lisboa em maio de 1842, tendo-se afastado do cargo em 1846, quando investigou em arquivos espanhóis, a pedido do governo brasileiro, documentos referentes aos limites do Brasil com as Guianas. Em janeiro de 1847 foi removido em definitivo para a legação brasileira em Madrid, no posto de adido de primeira classe, onde se conservou até maio de 1851, quando aportou no Rio de Janeiro. Foi durante a estada na capital do Império que recebeu sua nomeação para o cargo de Encarregado de Negócios em Madrid, em novembro de 1851. Durante esse período, de maio a novembro de 1851, exerceu a função de primeiro secretário do *IHGB*. Em 1852 assumiu seu novo cargo na capital espanhola, onde permaneceu até o final do ano de 1858. Foi durante o período em Madrid, portanto, que Varnhagen publicou sua *HGB*. Segundo Lessa, nesses anos, desde sua nomeação como adido em Lisboa, Varnhagen “pôde dedicar-se de corpo e alma às pesquisas históricas, pois os trabalhos da chancelaria não lhe tomavam grande parte do tempo”. Foram, portanto, longos não apenas os anos de pesquisa, mas também o de residência em não muitos lugares. Seria então válido pensar que as mudanças levaram o historiador a perder parte dos documentos que um dia tivera em mãos? Cf. LESSA, 1961, p. 83-85/ nota p.65/ nota p. 166; Cf. LESSA, 1954, vol. 223, p. 146.

Contudo, pode-se afirmar que, seja na justificativa dada por Clado Lessa ou nas cobranças feitas por Capistrano e Peixoto, em qualquer dos casos existe um sentimento de perplexidade. Uma perplexidade alimentada inclusive pela própria expectativa criada pelo autor. Havia, afinal, uma distância entre a insistência de Varnhagen em falar sobre suas pesquisas, tanto em sua correspondência como em seus prefácios, e a despreocupação em apresentá-las em seu texto, na forma de anotações. No *Prefácio* elaborado para a primeira edição da *HGB* e depois republicado na segunda edição, Varnhagen afirmava que em sua obra fizera

(...) o primeiro enfeixe proporcionado dos factos que, mais ou menos desenvolvidos, devem caber na Historia Geral, em logares convenientes; indicam-se as fontes mais puras e genuínas; e estes dois serviços ficam feitos (...).⁴⁹

Era o próprio Varnhagen a indicar que, ao desempenhar seu trabalho, o historiador tinha duas tarefas a cumprir: por um lado, ele colhia sua documentação nos arquivos onde estudara, por outro, ao redigir o texto de sua obra, ele estava obrigado a indicar a origem de suas certezas. Logicamente, o autor estava submetido ao dever de anotar seu texto.

Sem dúvida, Varnhagen foi um grande pesquisador, responsável pela revelação da riqueza de fontes documentais referentes à história do Brasil que jaziam nos arquivos europeus, sobretudo nos portugueses. Justamente devido ao gigantesco trabalho de recuperação e restabelecimento de vários desses documentos, Capistrano o aproximou da tarefa empreendida por Ranke. Porém, o mesmo Capistrano foi o primeiro que, seguido posteriormente por outros estudiosos, constatou faltar em Varnhagen o cuidado com a citação. Muito incomodado, denunciou que Varnhagen não se submetia completamente aos pressupostos da “moderna crítica história” e teria descuidado da apresentação da “procedência” de suas informações.

A aproximação com Ranke, nessa perspectiva, deveria ter sido abandonada, a partir mesmo de Capistrano. A conseqüência, porém, seria talvez excessivamente perniciosa, levando à reconsideração do lugar ocupado por Varnhagen na historiografia moderna brasileira. Estudos recentes sobre Ranke, entretanto, mostram que a aproximação deve ser mantida, se colocada em novos termos.

⁴⁹ VARNHAGEN, 1877, s/p. (Prefácio)

1.3. Ranke revisitado

Como relembra Anthony Grafton, em recente e impressionante trabalho, a tradição historiográfica considera Leopoldo von Ranke o fundador da moderna crítica histórica. Para essa tradição, seria na obra de Ranke que “la observación sistemática y la cita tanta de pruebas originales como de argumentos formales (...) se convirtieron en ocupaciones necesarias y atractivas del historiador.”⁵⁰ Como tal, portanto, a construção textual rankiana deveria apresentar contundentes marcas reveladoras do trabalho de pesquisa e de exegese documental por ele realizados. No entanto, se Grafton constatou, por um lado, que nos diários e na correspondência de Ranke encontram-se fortes e repetidas declarações de uma paixão incondicional pela pesquisa e pela busca do documento original⁵¹, por outro, surpreendeu-se diante da sistemática recusa de Ranke em anotar seu texto. Em carta a seu editor, o historiador chegou a apresentar sua rejeição em fazer anotações a sua obra.⁵² Grafton destaca que essa atitude de Ranke foi ferozmente criticada por historiadores seus contemporâneos, que o acusaram de ser um escritor sentimental e de fazer referências inexatas e superficiais em seu texto. Essa situação permitiu a Grafton levantar duas hipóteses.

A primeira hipótese é a de que a recusa de Ranke de anotar sua obra poderia ser interpretada como uma marca de seu não afastamento da “concepción clásica de lo que debía ser una obra histórica [e se negava] a desfigurar su vigoroso estilo narrativo y sus descriptiones realistas de las batallas con los artefactos antiestéticos de la mecánica

⁵⁰ Segundo Grafton, a tradição moderna insiste que os historiadores antigos simplesmente aspiravam a descrever “com elocuencia los ejemplos de discurso y acción buenos e malos, prudentes e imprudentes, con el fin de proporcionar lecciones morales y políticas válidas para todo tiempo e lugar”. Cf. GRAFTON, 1998, p. 24. Carlo Ginzburg também duvida dessa visão da historiografia antiga e coloca em questão se realmente os gregos não escreviam suas obras de forma referencial. Sobre Tucídides afirma que ele “se serviu de indícios arqueológicos e literários para reconstituir, com grande audácia conjectural, um passado remotíssimo.” Seria inegável, em sua avaliação, uma “tensão entre os capítulos arqueológicos de Tucídides e a narrativa da Guerra do Peloponeso (...)”. Cf. GINZBURG, 2002, p. 59-60.

⁵¹ Segundo Grafton: “Ranke decía que su método histórico no imitaba modelo alguno, ni siquiera el de la erudición clásica crítica de la generación inmediatamente anterior a la suya (...). (...) En su propia época, la retórica de Ranke generalmente era persuasiva. (...) Practicantes de disciplinas muy diversas reconocían que el método histórico de Ranke era radicalmente nuevo. (...) Durante casi un siglo después de la época de Ranke, sus discípulos repitieron con un mantra una versión exagerada de lo que les había inculcado el maestro: ‘La proposición de que antes del comienzo del siglo pasado el estudio de la historia no era científico se puede sustentar a pesar de algunas excepciones (...)’.” Cf. GRAFTON, 1988, p. 44.

⁵² Cf. GRAFTON, 1998, p. 47-48.

erudita”.⁵³ Nessa perspectiva, Ranke teria preferido conservar o espírito literário de sua narrativa e a coerência interna de seu texto, optando por a não citar, se assim o pudesse fazer. E isso porque, a seus olhos, a citação profusa conspiraria contra “la ilusión de veracidad e inmediatez” que a história poderia alcançar. A citação terminaria por interromper “la historia relatada por un narrador omnisciente”.⁵⁴ A tão propalada assertiva de Ranke – de que escreveria a história “tal como se passara” e que foi interpretada como uma declaração pragmática do historiador cientista preocupado em relatar o que as fontes documentais revelavam – não passava de “un pasaje aún más famoso de Tucídides”. Ao fazer referência a ela, portanto, Ranke revelava que tinha em mente o modelo de escrita da história estabelecido na antiguidade clássica, pelos historiadores gregos. Ao recusar a citação em seu texto, ele defendia a escrita da história como uma narrativa vigorosa, capaz de envolver e convencer seu leitor; a citação não faria mais que interromper o fio dessa narrativa.

Porém, ao seu tempo, não era mais a Ranke possível deixar de anotar o seu texto. Donde uma segunda hipótese levantada por Grafton: Ranke viveu em um mundo onde já existia uma tradição consolidada de escrita da história. Uma tradição que se pautava pela pesquisa crítica de fontes documentais: o uso de técnicas de verificação de autenticidade dos textos e de identificação dos textos coevos aos acontecimentos estudados; uma tradição de erudição que era anterior ao próprio Ranke e da qual ele próprio era herdeiro, mesmo que a negasse.⁵⁵ No período iluminista, os historiadores filósofos, como Voltaire, defendiam que o importante era acompanhar a marcha da evolução da humanidade. Esses historiadores, contudo, conviviam com outros, como William Robertson, que combinavam em seus trabalhos as preocupações dos filósofos com aquelas vindas da tradição histórica antiquária; uma tradição que remonta aos historiadores dos séculos XVI e XVII, que praticaram um modelo de investigação erudita, que insistiam na importância suprema da fonte primária e que se preocupavam com a precisão e a fundamentação de seus textos.⁵⁶

⁵³ GRAFTON, 1998, p. 49. Neste aspecto é importante lembrar os estudos de Peter Gay sobre a obra de Ranke, no qual se destaca o aspecto dramático da narrativa rankeana. Cf. GAY, 1990 (1974).

⁵⁴ GRAFTON, 1998, p. 49.

⁵⁵ “Ranke decía que su método histórico no imitaba modelo alguno, ni siquiera el de la erudición clásica crítica de la generación inmediatamente anterior a la suya (...)”. Cf. GRAFTON, 1988, p. 42.

⁵⁶ Grafton lembra que “mucho antes de Ranke (...), había nacido la historia crítica, aquella cuyo autor sufre horrores por un error de pocos meses en una cronología tanto como al atribuir motivos e identificar causas.

Essa metodologia de trabalho remete, segundo Grafton, a uma tradição vinda do mundo antigo, no qual, além de narrativas eloqüentes com escassas referências a documentos, edificara-se também uma história a partir da investigação e da apresentação de provas documentais. Uma herança que, vinda dos antiquários, insistia na busca e na análise das provas documentais e na referência explícita, e que, conservada na Idade Média e transmitida no Renascimento, foi recebida pelos historiadores do Iluminismo.⁵⁷

Em que momento, porém, ocorreu a conjunção da história dos antiquários com a literária? Em sua busca genealógica, Grafton encontrou, no final do século XVII, um *Diccionario* biográfico preparado por Pierre Bayle. Esse trabalho, redigido com exaustivas referências e citações, transformou-se em leitura dos europeus cultos, aos quais fascinava, por combinar a erudição com a filosofia. O *Diccionario* de Bayle está repleto de afirmações sobre o método antiquário preexistente, pois insistia na necessidade da busca da fonte e na citação referencial – o historiador sempre deveria apresentar as provas de suas assertivas para seu leitor. O trabalho de Bayle pode ser avaliado, segundo Grafton, como sendo aquele no qual se inventou e defendeu “la doble narración del historiador moderno, en la cual el texto expone los resultados finales mientras el comentario describe el viaje para llegar a ellos”.⁵⁸ Nascia, então, uma nova metodologia da história, que combinava os argumentos técnicos vindos da antiga Arte com a preocupação dos antiquários.⁵⁹ Talvez por isto, para aqueles homens, os comentários exaustivos deviam aparecer apenas ao final dos textos, enquanto as notas de rodapé seriam curtas. Grafton conclui que os historiadores do final do

(...) existia um modelo de historia narrativa autocrítica, una narración de sucesos políticos basada en la investigación de archivos y la crítica de fuentes”. Cf. GRAFTON, 1998, p. 87/88.

⁵⁷ “Los anticuarios, además de leer textos, pesaban y medían monedas antiguas, excavaban e ilustraban edificios y estatuas, trataban de reconstruir el aspecto de objetos antiguos, de armas y armaduras (...). Los más audaces (...) desafiaban a los piratas del Mediterráneo y los rigores de la vida en regiones musulmanas para explorar las ruinas griegas de Atenas y otras partes. Otros reconstruían la historia en lo más profundo de los archivos nacionales y locales. (...) Todos citaban abundantemente a sus fuentes”. Cf. GRAFTON, 1998, p. 104-105.

⁵⁸ GRAFTON, 1998, p. 116. Segundo Grafton, como o trabalho de Bayle não foi o único, à sua época, elaborado a partir dessas preocupações, existiriam outras condições, sociais e culturais, que conduziram ou favoreceram os intelectuais de então a tomar consciência sobre o problema de se escrever sobre o passado com autoridade. Naquele momento, no *Discurso sobre o método*, Descartes havia construído uma contundente crítica ao conhecimento histórico ao defini-lo como pura emissão de opinião. Anotar os textos, apresentar os testemunhos históricos fidedignos e os argumentos fundamentados era criar um modelo novo de construção do conhecimento histórico capaz de se contrapor às críticas feitas pelo cartesianismo ao conhecimento histórico. Tratava-se de uma resposta, dos homens envolvidos com a escrita da história, a uma filosofia e ciência experimentais que se tornavam dominantes.

⁵⁹ GRAFTON, 1998, p. 97.

século XVIII e início do XIX, como Gibbon y Robertson, que se utilizaram das estratégias de Bayle para redigir suas narrativas históricas, ao mesmo tempo em que as ampliaram, tornaram possível a emergência de “la historia crítica de tipo moderno”.

Uma das contribuições de Ranke a este processo, segundo Grafton, foi ter envolvido o processo de pesquisa em uma aura de encanto e de entusiasmo. Diferentemente de seus antecessores, que se referem à pesquisa como dura obrigação, Ranke se empolgava com os arquivos, o que levou Grafton a afirmar que ele introduzira “el drama en el proceso de investigación y crítica”. Ranke era um apaixonado pelos arquivos, o que não significa que suas incansáveis investigações resultassem em citações cuidadosas. Grafton insiste na idéia de que Ranke “deploraba las notas y no las componía con el cuidado y el ingenio que aplicaba a sus investigaciones o a la redacción de los apéndices de sus libros”.⁶⁰

1.4. Varnhagen revisitado

O estudo de Anthony Grafton pode nos auxiliar a analisar a compreensão que Varnhagen tinha do papel da erudição na escrita da história. Desde o *Necrológio* escrito por Capistrano de Abreu no final do XIX, Varnhagen foi apontado como um seguidor dos pressupostos da escrita da história estabelecidos por Ranke: um historiador-pesquisador incansável e um autor preocupado com a autenticidade e fidedignidade dos documentos que utilizava como fontes. Porém, o mesmo Capistrano de Abreu, quando se viu às voltas com o trabalho de preparar uma primeira reedição da *HGB*, assustou-se diante do que encontrou: Varnhagen não seguia à risca o que Ranke estabelecera. Contudo, assim como Ranke, Varnhagen seguia pressupostos metodológicos da escrita da história muito próprios de seu tempo, do tempo em que também Ranke escrevia. Como um homem da erudição, o historiador se apresentava enquanto autoridade no assunto tratado. Conseqüentemente, o texto herdava de seu autor a própria autoridade.

Duas pistas podem ser seguidas. Uma primeira: Afrânio Peixoto, talvez com uma ponta de ironia, perguntava se Varnhagen, ao deixar de citar, não se dava “ao luxo de

⁶⁰ GRAFTON, 1998, p. 127/129.

querer ser aprovado, sob palavra”. Ou seja, as palavras do historiador deveriam alcançar tão alta validade ou serem dignas de tamanha consideração, que se estabeleceriam acima de qualquer suspeição. Talvez seja razoável afirmar que Varnhagen realmente desejava que o leitor se colocasse “sob sua palavra”.

Uma segunda pista: Clado Lessa afirma que, caso se tivesse o trabalho de contar as notas existentes nos livros de Varnhagen, seria possível verificar que ele “não foi mais parco em citações que a maioria de seus contemporâneos”.⁶¹ Ou seja, não seria uma característica ímpar de Varnhagen a escassez de citações: assim como seus contemporâneos, ele escrevia sem maiores preocupações com a anotação de sua obra. Vejamos.

Em 1851, Varnhagen escreveu ao IHGB sugerindo a publicação da obra de Gabriel Soares de Sousa, restabelecida em sua versão original. Esclarecia então que a obra do autor quinhentista apresentada era o resultado de seu trabalho de cotejar os vários códices da obra que localizara. Lembrava que graças a esse trabalho merecera a aprovação da Academia Real de Ciências de Lisboa, que, como prova de reconhecimento, o acolhera como seu associado. Do mesmo modo como a obra fora recebida na Europa, esperava vê-la no Brasil. Porém, Varnhagen também destacava que fizera anotações à obra de Gabriel Soares:

Para melhor inteligência das doutrinas do livro acompanho esta cópia dos comentários que vão no fim. Preferi este sistema ao das notas marginais inferiores, que talvez seriam para o leitor de mais comodidade, porque não quis interromper com a minha mesquinha prosa essas páginas venerandas de um escritor quinhentista.⁶²

Por um lado, apontava a importância de se anotar um livro: para que ele ficasse mais claro para seu leitor - “para melhor inteligência das doutrinas do livro”. Nesse sentido, é lícito afirmar que Varnhagen compreendia o trabalho da anotação como digno de atenção e dever de ofício dos que se debruçavam sobre obras antigas. Por outro, ele discutia qual a melhor forma para apresentar essas anotações: elas deveriam ser postas ao final da página, o que seria mais cômodo para o leitor, ou ao final do texto? Ele conhecia e discutia processos diferentes de anotação e explicava sua opção pelos “comentários ao final do texto”: porque desse modo não haveria intromissão nas “páginas venerandas” do autor. Ou

⁶¹ LESSA, 1954, vol. 224, p. 194.

⁶² VARNHAGEN, 1987 (1851), p. 13. (Ao Instituto Histórico) A carta tem a data de 1º de março de 1851.

seja, as notas eram essenciais, mas elas não deveriam jamais ser um obstáculo ao fio da narrativa. Seriam as anotações realmente indispensáveis?

Na *Introdução* escrita para os *Breves comentários* (...) à publicação da obra de Gabriel Soares na *Revista* do IHGB, Varnhagen faz um desabafo carregado de significado e bastante esclarecedor de suas convicções:

Nos presentes commentarios, não repetiremos quanto dissemos nas *Reflexões criticas* (...). Além de havermos em alguns pontos melhorado nossas opiniões, evitaremos aqui de consignar citações que podessem julgar-se nascidas do desejo de ostentar erudição; desejo que se existiu em nós alguma vez, quando principiantes, por certo que já hoje nos não apoquentamos.⁶³

Nesta altura de sua vida, confessa que, quando jovem estudante, vivera “apoquentado”, ou seja, atormentado com coisas pequenas, sem importância, e, dentre elas, a de redigir citações. Afinal, segundo Varnhagen, na juventude, um autor era obrigado a exhibir-se e alardear seus conhecimentos, pois essa era a fórmula a ser seguida por aqueles que pretendessem ser reconhecidos e aceitos no mundo das letras. Nessa circunstância, a redação de citações era uma maneira de mostrar para todos que ele era um homem de erudição. Contudo, uma vez que esse patamar de reconhecimento fosse alcançado, não precisava mais preocupar-se com “aparentar”, ou seja, mostrar e provar, ser um erudito. Não haveria mais necessidade de se “apoquentar” com a elaboração de citações profusas, simplesmente para “ostentar erudição”.

Provavelmente, portanto, Clado Lessa estava correto ao afirmar que Varnhagen, em seus primeiros trabalhos, indicava as fontes de que se servia. Essa era a perspectiva do próprio Varnhagen: um principiante devia exhibir seus conhecimentos para se afirmar enquanto um homem de letras. Será que Varnhagen se absteve de multiplicar suas citações porque já considerava seus leitores suficientemente informados sobre as fontes que utilizara, ou porque, àquele momento, já se considerava reconhecido como erudito e, enquanto tal, dispensado de multiplicar suas referências? É razoável supor que existisse, em meados do século XIX, uma compreensão bastante própria do que significava ser um homem erudito.

Para nos aproximarmos da noção, pode ser útil recorrer aos dicionários de época, com o propósito de resgatar a compreensão que então se tinha da palavra – o que nos

⁶³ VARNHAGEN, 1971 (1851), p. 354-345.

limitaremos a fazer nos dicionários de língua portuguesa. Em 1789, Antônio de Morais Silva reeditou, reformando e acrescentando, o *Diccionario da Lingua Portugueza* que fora composto por D. Rafael Bluteau entre 1712 e 1728. Essa é considerada a primeira edição do *Diccionario...* de Morais. Em 1813, Morais Silva reeditou seu *Diccionario* onde pode-se ler que erudito é tudo o que é “dotado de erudição”, enquanto erudição é definida como “saber, noticias litterarias”.⁶⁴ Um homem erudito era aquele que detinha muita informação, conhecimento sobre coisas “litterarias”, ou seja, sobre as “letras, sciencias, estudos”.⁶⁵ Esse homem era considerado “douto”, ou “instruído, ensinado em alguma arte, scencia”.⁶⁶

Portanto, parece razoável afirmar que Afrânio Peixoto estava correto ao supor que Varnhagen desejava “ser aprovado sob palavra”. Para Varnhagen, uma vez que se tornara um homem cuja erudição era reconhecida por seus pares, ou que se tornara, em uma palavra, “douto”, acreditava não precisar mais prová-la a todo momento. Por mais que, ao findar o século XIX, estudiosos como Capistrano de Abreu passassem a cobrar, da geração de historiadores de meados do século, uma postura mais criteriosa frente ao trabalho da citação, tudo indica que esse não era ainda um pensamento dominante entre eles.

Vimos, no início deste capítulo, Varnhagen dirigindo-se ao Imperador, em 1852, para lhe apresentar os pressupostos que o haviam orientado na redação da *HGB*, que proximamente teria seu primeiro volume publicado. Afirmava então que “sem erudição no assumpto não existe matéria de que escrever historia”, pois seria a erudição, a seus olhos, que possibilitaria ao historiador ter sua obra recebida não como uma “uma novella ou romance”. Ou seja, era preciso que o historiador fosse reconhecido como um erudito pelos receptores de sua obra. Restava ao historiador, portanto, provar ser um homem de erudição.

⁶⁴ MORAIS SILVA, 1922 (1913), p. 73, vol. I. A escolha do dicionário de Morais Silva para a busca do significado das palavras à época se justifica por ser ele então reconhecido como um trabalho sério e de valor. Justifica-se sobretudo porque, além de redigir uma biografia de Morais Silva, conforme se verá em capítulo posterior desta tese, Varnhagen fazia uso de seu dicionário. Nas anotações à obra de Gabriel Soares, em vários verbetes encontram-se referências ao trabalho do lexicógrafo. Cf. VARNHAGEN, 1971 (1851) (*Comentário*). No *Prefácio*, publicado no segundo volume da primeira edição da *HGB*, Varnhagen discutiu a questão da ortografia das palavras empregadas e, acerca o uso de onde, donde e adonde, remetia o leitor para o *Diccionario* de Morais. Cf. VARNHAGEN, 1857, p. XIV (*Prefácio*). Em nota à seção sobre a Conjunção Mineira, remetia o leitor para o *Diccionario* de Morais onde encontraria o sentido da palavra conluio, empregada na frase. Cf. VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. II, p. 312, nota 21. Nesta tese, o dicionário de Morais será várias vezes utilizado para se buscar o significado contemporâneo de palavras empregas por Varnhagen.

⁶⁵ MORAIS SILVA, 1922 (1913), vol. II, p. 231.

⁶⁶ MORAIS SILVA, 1922 (1913), vol. I, p. 641.

Como daria testemunho, a favor de si mesmo, de que era um homem da pesquisa e da exegese documentais? Aos nossos olhos, o historiador deveria permanentemente apresentar as provas de suas assertivas. Essa não era exatamente a perspectiva de Varnhagen.

Em 1877, ele redigiu um longo *Prólogo* para a segunda edição do primeiro volume da *HGB*. Na oportunidade, rerepresentava o vasto processo de pesquisa realizado e o longo tempo dispensado para preparar a *HGB*:

(...) rebuscamos antigos documentos nos arquivos, não só do Brazil, como de Portugal, da Hespanha, da Hollanda e da Italia; percorremos pessoalmente todo o nosso littoral; visitamos os Estados Unidos, várias Antilhas e todas as republicas limitrophes; - tudo, há mais de trinta annos (...).⁶⁷

No mesmo texto, comparava seu trabalho ao de Rocha Pitta e afirmava que, diferentemente do historiador baiano, que “não recorrêra ás mais puras fontes da história”⁶⁸, ele não se poupava “a nenhuns esforços, a fim de remontar ás fontes mais puras”.⁶⁹ A nova edição da *HGB*, afiançava, era superior à obra de Rocha Pitta, graças aos “muitos mais factos inéditos apurados”.⁷⁰ Ele concluía seu *Prólogo* informando o leitor de que pretendia que a obra saísse “tão compacta quanto possível”, para torná-la mais barata. Por esse motivo, optara por não reproduzir “em cada um delles [dos volumes] os documentos já extensamente explicados no texto”⁷¹. Advertia, então, que adotara o mesmo procedimento usado na primeira edição da *HGB*:

Depois de haver reduzido as nossas explicações a mui poucas páginas, as essenciaes de satisfação ao público, não as julgando de um interesse permanente, maximè para os estranhos, tivemos por mais acertado o deixal-as para um pequeno folheto separado, que opportunamente será publicado.⁷²

Muito provavelmente esse “folheto” jamais foi publicado. Em nenhuma das bibliografias de Varnhagen a ele se faz referência. Também não há, nos fichários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no da Biblioteca Nacional de Lisboa, qualquer texto indexado do autor que possa ser o mencionado folheto. Muito provavelmente também nos manuscritos do historiador não existe tal texto, porque Clado Lessa teve amplo acesso à *Biblioteca Varnhagen* do Itamaraty, onde estão depositados seus papéis, e não faz menção à

⁶⁷ VARNHAGEN, 1877, p. X. (*Prólogo*).

⁶⁸ VARNHAGEN, 1877, p. XIII. (*Prólogo*).

⁶⁹ VARNHAGEN, 1877, p. X. (*Prólogo*).

⁷⁰ VARNHAGEN, 1877, p. XV. (*Prólogo*).

⁷¹ VARNHAGEN, 1877, p. XVII. (*Prólogo*).

⁷² VARNHAGEN, 1877, p. XVII. (*Prólogo*).

existência de texto inédito manuscrito de seu biografado. Porém, ao leitor de seu *Prólogo*, Varnhagen solicitava que tivesse resignação diante das sentenças emitidas por uma “autoridade insuspeita”; a esse leitor não deixava opção senão a de concordar com os “incontestáveis” argumentos apresentados por ele, frutos “das provas que, mediante aturado estudo, conseguimos reunir”.⁷³ Entretanto, não necessariamente essas provas precisavam ser apresentadas, porque o autor, enquanto uma autoridade ou um erudito, tinha a prerrogativa de atribuir a seu texto a “carta de recommendação”.⁷⁴

Resta ainda destacar e analisar duas palavras empregadas pelo próprio Varnhagen. Em maio de 1842, conforme visto, o encontramos declarando, em correspondência ao então primeiro-secretário do IHGB, que recolhia “os elementos para a organização de uma conveniente *História geral do Brazil*”. No *Post Editum* ao primeiro volume da *HGB*, datado de 1854, ele explicava que existiam tipos diferentes de narrativa histórica, e empregava a palavra *conveniente*:

Uma coisa é a Historia Geral (...) de um Estado, e outra são as actas das suas cidades e villas; os annaes e fastos das suas provincias; as chronicas dos seus governantes; as vidas e biographias de seus cidadãos benemeritos. Aquella não impede que nestas se trabalhe, em cada qual tem a narração proporções convenientes.⁷⁵

Em 1857, em carta dirigida ao primeiro-secretário do IHGB, destacava que um dos méritos da *HGB*, percebido por um sócio da agremiação, estava na capacidade demonstrada por seu autor de “combinar a conveniencia com a verdade”.⁷⁶

A outra palavra, *elocução*, Varnhagen a emprega em 1852 quando afiançava ao Imperador que “sem factos muito averiguados” não haveria matéria com que escrever a história e, exatamente por isso, eles eram, em grau de importância, muito superiores a uma “esmerada elocução”.⁷⁷ Isso não implicava uma desconsideração da importância de uma esmerada elocução. O que se destaca é que ao empregar as palavras *conveniente* e *elocução*, Varnhagen nos coloca frente a conceitos bastante diferentes dos nossos. Se

⁷³ VARNHAGEN, 1877, p. XIII. (Prólogo). Max Fleiuss afirmava que Varnhagen “escrevendo sobre a historia, não procurava discutir, nem averiguar mais: dictava sentenças; em sua consciencia de de mestre, que realmente era, julgava sem appellação”. Cf. FLEIUSS, 1930, p. 412.

⁷⁴ As expressões “autoridade insuspeita” e “carta de recommendação” foram empregadas por Varnhagen para qualificar afirmações de Toqueville por ele transcritas. Cf. VARNHAGEN, 1877, p. V. (Prólogo).

⁷⁵ VARNHAGEN, 1854, p. 479. (*Pos Editum*).

⁷⁶ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 250.

⁷⁷ VARNHAGEN, 1948 (1852), p. 229.

novamente recorrermos ao *Diccionario* de Morais Silva, poderemos ler que “conveniencia” é definida como: “accomodar os meyo á conveniência da obra, i. é, como convêm”.⁷⁸ Ao passo que “elocução” era “a parte da Rhetorica que ensina a fallar com escolha de palavras e boa collocação”.⁷⁹ Assim, para escrever uma história “conveniente”, o historiador não poderia prescindir da “elocução”: era preciso que ele acomodasse sua escrita segundo o gênero em questão e que cuidasse da forma da composição – aliás, Varnhagen já dissera que um historiador deveria ser, além de um erudito e filósofo, um literato.

Ao anunciar que colocara as notas à obra de Gabriel Soares ao final do texto, para não “interromper com a minha mesquinha prosa essas páginas venerandas de um escritor quinhentista”, Varnhagen adotava uma estratégia de anotação. Porém, escolhia essa forma porque, a seu ver, a anotação não poderia “interromper” as “venerandas páginas” do colono quinhentista. Ou seja, uma narrativa histórica deveria ser feita de maneira que o leitor a percorresse sem interrupção, sem nenhum tipo de interpolação. Parece razoável supor que ao empregar essas expressões, referindo-se à obra de Gabriel Soares, Varnhagen apresentava sua avaliação acerca da forma da escrita da história. Talvez essas expressões nos auxiliem a entender por que o historiador, depois de tanto se dedicar à pesquisa, não realizou com regularidade o árduo trabalho da citação, que dele cobraram seus anotadores.

Isso não significa, porém, que Varnhagen não se sentisse na obrigação de anotar seu texto. Vejamos dois exemplos. Um primeiro: em 1854, no *Post Editum* acrescentado ao primeiro volume da *HGB*, ele informava a seu leitor:

(...) não duvidamos de que em uma nova edição, se a chegarmos a preparar, teremos de dar a alguns pontos maior desenvolvimento: e se a preparar outro, talvez que lhe sejam de não pequeno auxilio, sem ir mais longe, as nossas notas no fim de cada pagina.⁸⁰

Ao que tudo indica, se seguirmos a avaliação de Capistrano de Abreu e mesmo de Clado Lessa, esse trabalho de citação não chegou a ser feito a contento, pelo menos de acordo com o que modernamente se esperaria. Afinal, em 1877, Varnhagen reeditou sua *HGB* e colocou no frontispício da obra o chamamento: “muito augmentada e melhorada pelo auctor”. Foi essa a edição utilizada por Capistrano para preparar a terceira reedição,

⁷⁸ MORAIS SILVA, 1922 (1913), vol. I, p. 465.

⁷⁹ MORAIS SILVA, 1922 (1913), vol. I, p. 653. Acerca da discussão da conveniência dos estilos nos gêneros literários, ver a discussão feita no terceiro capítulo desta tese.

⁸⁰ VARNHAGEN, 1854, p. 479. (*Post Editum*).

que saiu incompleta, em 1906. Foi nela também que trabalhou Rodolfo Garcia para preparar a chamada terceira reedição completa da *HGB*. Nos dois casos, eles trabalharam muito na anotação da obra.

Um segundo exemplo: no *Post-facio à Historia das luctas (...)*, Varnhagen insistia com seu leitor para que confiasse em suas afirmativas, porque tivera “para isso razões”. Razões, lembrava, que vinham respaldadas por “quarenta anos” de trabalho dedicados à “apuração de fatos”. Porém, no que se refere às provas, lamentava não poder todas fornecer porque não as tinha mais à mão. E justificava: suas mudanças constantes o obrigavam a não “acumular papéis” e lhe era impossível guardar “tantos fatos na memória”:

Não foi o texto de Frei Domingos Teixeira (...) que me deu argumentos para escrever que os capitulados no Maranhão (...) voltaram a Pernambuco (...); podendo entretanto assegurar que tive para isso razões que me convenceram, bem que não as aponte; e que espero tornar a encontrar. (...) Na vida que tenho levado, mudando tantas vezes de residência, de país, até de continente, nem sempre tenho podido ter nos meus papéis e apontamentos a ordem que desejara. Os originais, aliás pouco bem escritos, uma vez dados à imprensa, para não amontoar papéis, são logo inutilizados; e, às vezes, entre tantos fatos, não me é possível conservar tudo na memória. Muitos outros fatos tenho conseguido apurar, no longo curso de perto de quarenta anos, a respeito dos quais, se hoje me pedissem as provas, eu não saberia dá-las, nem indicar o processo mental seguido no seu achado.⁸¹

Em 1957, contratado pela editora Melhoramentos para preparar uma terceira edição da *História da independência do Brasil*, Hélio Viana redigiu uma *Explicação* onde apresentava um histórico das edições existentes da obra e expunha os critérios que adotara para atualizar as notas do texto de Varnhagen, “com antigas e novas fontes documentais”. Sobre as citações elaboradas pelo próprio autor da obra, Viana informava que: “desdobramos as bibliográficas, geralmente muito resumidas, assim como identificamos pessoas, obras e referências parcialmente indicadas no texto ou em notas”.⁸² A simples contagem do número das anotações feitas por Hélio Viana ao *Prefácio* da obra em questão são uma amostra do que dizia: das 29 notas desse texto, apenas duas foram redigidas por Varnhagen! Do mesmo modo que os críticos anteriormente apresentados, Viana apontava a parcimônia com que Varnhagen construía suas anotações.

⁸¹ Varnhagen apud. LESSA, 1954, vol. 224, p. 193-194. A *História das luctas...* foi publicada pela primeira vez em 1871, em Viena, e reeditada no ano seguinte, em Lisboa. Cf. FLEIUSS, 1930, p. 431.

⁸² VIANA, 1957, p. 10.

Poder-se-ia argüir que, não tendo Varnhagen publicado a *História da independência*, o que ocorreu apenas anos depois de sua morte, não teria sido concluído o trabalho de preparação. Contudo, ele chegou a redigir um *Prefácio* para a obra, em que destacava que o trabalho do “historiógrafo” era de o de cotejar “os documentos e as informações orais apuradas” que conseguira “ajuntar”. Por isso, afiançava que a importância daquela obra estava, primeiramente, em trazer “não pouca novidade”. Em segundo lugar, esperava que ela fomentasse a coleta de novos documentos e informações, “enquanto há de alguns sucessos testemunhas vivas ou possuidoras de documentos”. Apesar de parecer incentivar a busca de novas fontes, Varnhagen valorizava seu trabalho, porque, afinal, garantia que dava “notícias de tôdas as publicações, jornais e folhetos que foram sucessivamente dirigindo a obra da Independência”.⁸³

Porém, no que se refere à anotação da obra, informava: “Não nos sendo possível estar em cada página citando as provas do que afirmamos (...) contentar-nos-emos de indicar as principais daquelas em que, segundo nossos exames, manifestamente se equivocou o conhecido orador contemporâneo (...)”.⁸⁴ Por que não lhe era possível apresentar as provas de suas assertivas? E por que só apresentar aquelas que comprovassem o erro de um “orador contemporâneo”? Porque, a seu ver, o trabalho do historiador consistia sim em recolher e apontar “novos documentos e informações fidedignas” e, na seqüência, emitir “certos juízos” e dar “com critério e boa-fé e imparcialidade (...) o seu veredicto”.⁸⁵ Ao leitor cabia se fiar na palavra do autor, que se apresentava como um ardoroso investigador da verdade.

Talvez, aqui, a reflexão de Anthony Grafton acerca da forma empregada por Ranke para escrever a história nos auxilie:

Ranke escribió una historia de los métodos de investigación y su aplicación en la literatura histórica que resultó ser una autojustificación (y autodramatización) más que una descripción precisa. (...) Desde el punto de vista de la práctica en lugar de la teoría, el desarrollo de la historia parece más gradual (...) más evolutivo que revolucionario.⁸⁶

⁸³ VARNHAGEN, 1957, p. 11/13.

⁸⁴ VARNHAGEN, 1957, p. 13.

⁸⁵ VARNHAGEN, 1957, p. 11.

⁸⁶ GRAFTON, 1998, p. 129.

Assim como Ranke, Varnhagen debruçou-se sobre a documentação, mas, apesar de insistir na importância da pesquisa incansável, não necessariamente ela se traduziu, em sua obra, em anotações ao texto. Pode-se, então, retornar ao texto de 1852, *Como se deve entender a nacionalidade (...)*, escrito por Varnhagen para anunciar a D. Pedro II a conclusão da *HGB*. Depois de asseverar que de “tudo quanto dizemos temos documentos que aparecerão em seu lugar”, Varnhagen esclarecia que a “verdade histórica” era “apresentada da forma que, segundo a consciência do historiador, interessa e convém à nação”. Como homem dotado de “estudos, meditação e conhecimento”, o historiador tinha em suas mãos o poder de “não faltar à verdade” e conscientemente narraria as “glórias da pátria”. Reconhecido por seus contemporâneos como um homem “erudito” ou “douto” e como um pesquisador incansável, restava a eles se fiarem nas palavras do “historiographo”.⁸⁷ Ao historiador cabia a tarefa de criteriosamente narrar os acontecimentos, de forma conveniente ao gênero em questão.

Talvez não por acaso, Celso Vieira identificou em Varnhagen uma semelhança com os “velhos cronistas portugueses”. Segundo ele, Varnhagen era um escritor clássico, que tinha “um sólido critério de julgamento do bem e do mal (...), mercê de valores e formulas tradicionais, para o encômio ou para o estigma”.⁸⁸ A seu ver, Varnhagen escrevia de forma narrativa, encadeando “élo por élo” os fatos”.⁸⁹ Esse critério, segundo Vieira, era o mesmo critério de Damiano de Góes, que “no prólogo da *Chronica del Rei Dom Emanuel* afirmava: ‘(...) o mais substancial que no escrever das Chronicas se requiere ... he com verdade dar a cada hum o louvor, ou reprehensam que merece’.”⁹⁰

Por fim, é preciso destacar que a análise aqui realizada se restringiu às declarações do próprio Varnhagen, extraídas de suas cartas e prefácios, e às avaliações dos mais destacados de seus críticos. Sabe-se, contudo, que resta o imenso trabalho de avaliação das anotações de Varnhagen a seus textos. Afinal, não se pode negligenciar o fato de que, no primeiro volume da *HGB*, ele acrescentou ao volume um conjunto de *Notas e provas do primeiro tomo*⁹¹. Foram 54 páginas de notas destinadas às várias *secções* que compunham o volume. No segundo volume

⁸⁷ VARNHAGEN, 1948 (1852), p. 233/234.

⁸⁸ VIEIRA, 1923, p. 35-36.

⁸⁹ VIEIRA, 1923, p. 38-39.

⁹⁰ Damiano de Góes apud. VIEIRA, 1923, p. 36, nota 1.

⁹¹ VARNHAGEN, 1854, p. 420-474. (Notas).

da *HGB*, publicado em 1857, Varnhagen repete o procedimento e as *Notas*⁹² ao volume aparecem entre as páginas 465 e 484. Apesar de não se ter realizado uma análise dessas notas, pode-se informar que, por exemplo, a única nota sobre a Inconfidência Mineira está na página 478 e diz o seguinte: “Da boa rainha D. Maria I, recitou o illustre brasileiro José Bonifacio em 20 de março de 1817 um bello elogio, que foi impresso no Rio de Janeiro – por Paula Brito, em 1839”.⁹³ Como se vê, ao contrário do que por princípio poderíamos imaginar, nenhuma alusão é feita a documentos ou bibliografia por ele utilizados

Acredito que restam, provavelmente, pelo menos dois duros trabalhos a serem realizados e que escapam aos fins desta tese. Um seria o de confrontação entre a narrativa de Varnhagen e as notas por ele apresentadas, para se analisar o modo como ele anotou seu texto. Se na avaliação da crítica especializada, Varnhagen pouco anotou sua obra, o que caracterizaria as poucas notas que fez? Um segundo trabalho seria o de analisar as anotações feitas por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia na *HGB*. Não fora Capistrano o primeiro a denunciar a ausência de notas no texto de Varnhagen? O que significou para ambos os críticos anotar a obra de Varnhagen?

⁹² VARNHAGEN, 1857, p. 465-484. (Notas).

⁹³ VARNHAGEN, 1857, p. 478. (Notas)

Capítulo 2

O historiador como *luz e guia para a marcha da nação*¹

¹O título deste capítulo recupera e reproduz de forma proposital um trecho do texto aqui estudado.

O segundo preceito apresentado por Varnhagen em *Como se deve entender a nacionalidade...* como necessário a um homem que almejasse o título de historiador é o de ser filósofo. E, a seu ver, um historiador seria filósofo se, dotado de “discernimento crítico”, fosse capaz de controlar “seus impulsos menos nobres de odio, ou de despeito, ou de vingança” e de professar “maximas de política e de sciencia do governo, applicaveis a seu paiz”.² Ao homem que se submetia a esse preceito, cabia escrever uma história que

(...) além de testemunha do tempo passado, [fosse] luz e guia para a marcha da nação à qual a história deve não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas cometidas no passado, a fim de poupar às gerações futuras o cair nos que já custaram tristes experiências a outros.³

Assim, ao escrever a *HGB*, Varnhagen o fazia com a intenção de comprovar que a história tinha uma missão entre os homens e que sua obra, por sua vez, a desempenharia de forma correta e plena. Para ele, em primeiro lugar, a história era luz, porque, ao iluminar o passado e clarear o caminho percorrido pelos homens, era capaz de apontar rumos e guiar os homens no presente; a história ministrava lições que, se bem ensinadas e aprendidas, possibilitariam ao presente evitar erros cometidos no passado e, sobretudo, incentivar a imitação de ações gloriosas. Perseguindo essa finalidade, a história faria “originar (...) as glorias da patria” dos feitos e acontecimentos da “civilização do actual Império”. O historiador-filósofo teria a capacidade de resgatar do esquecimento os gloriosos feitos que haviam conduzido à formação e à consolidação da nacionalidade brasileira. Para tal, aconselhava Varnhagen, o historiador-filósofo também deveria agir como um dramaturgo, escondendo, “por traz dos bastidores”, as “ações (boas ou más) desnecessarias, segundo seu modo de ver”, para a “geração actual”.⁴

Em sua *Correspondência ativa*, é recorrente a idéia da missão patriótica à qual estava submetida uma obra de história e donde advinha sua importância. Em várias passagens de suas cartas, Varnhagen expôs e explicou a seus correspondentes esses pontos de vista.

² VARNHAGEN, 1948 (1852), p.229.

³ VARNHAGEN, 1948 (1852), p. 229.

⁴ VARNHAGEN, 1948 (1852), p. 234.

Em outubro de 1839, em sua primeira carta dirigida a Januário da Cunha Barbosa, sugere que o então primeiro-secretário do IHGB deveria fazer ingerências junto ao governo do Brasil no sentido de se contratarem pessoas responsáveis para realizar cópias de documentos referentes ao Brasil em arquivos de bibliotecas européias. E por que assumir tal investimento? Porque, a seu ver, ao governo cabia a tarefa de “alimentar o espírito de nacionalidade”, que tinha como primeira base “a história e o conhecimento do paiz natal”.⁵ Varnhagen acreditava que, a um governo preocupado com a edificação da Nação, cabia a tarefa de fomentar o conhecimento da história pátria, porque nela se teria o alicerce do nacionalismo nascente. Não por acaso, em outra oportunidade, novamente dirigindo-se ao mesmo interlocutor, fazia referência ao Instituto Histórico, qualificando-o como uma “instituição útil e patriótica”, por assumir a missão de fomentar o conhecimento histórico.⁶

Também em algumas das cartas endereçadas ao Imperador, Varnhagen expôs sua compreensão da importância da escrita da história. Em 1851, listava os trabalhos que até então produzira “em prol do paiz”, avaliando que tais trabalhos o credenciariam a solicitar “a graça de uma condecoração” como recompensa, porque neles “ideou symbolizar (...) a unidade do Império”.⁷ Como intelectual, desempenhara seu papel; no campo das idéias, travara sua batalha. Em 1857, comunicava a finalização do segundo volume da *HGB*, rendendo graças a Deus pela idéia que tivera de prestar tão “grande serviço à nação”, pois, afinal, a uma obra de história cabia a missão de semear entre seus leitores os germens do nacionalismo. Sugeriu ao Imperador que a mandasse “adotar nas escolas de direito e militares e nos collegios”, porque

não perco occasião de a pregar [a necessidade da unidade nacional] na Historia Geral, que por si só, se for adoptada nas Academias, há de contribuir e muito a elevar o patriotismo e a harmonia do espírito nacional, fomentada pela igualdade de educação de todos os subditos.⁸

Assegurava ainda ao Imperador que essa preocupação o acompanhara na elaboração de quaisquer de suas obras, até mesmo na seleção das poesias do *Florilégio da poesia brasileira* e na elaboração das biografias aí inseridas:

⁵ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 39-40.

⁶ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 55.

⁷ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 167.

⁸ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 246.

E aqui repetirei de novo a V. M. I. o que já Lhe disse em 1851, que o motivo principal porque eu emprehendera o ‘florilégio’ e escrevia biographias de Brasileiros de todas as províncias era para ir assim enfeixando-as todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo, de ‘nação’, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do mesmo modo que desterra o egoísmo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e sua glória.⁹ (grifo do autor)

Talvez seja necessário destacar as expressões empregadas pelo autor: enfeixar, fazer bater os corações, infiltrar sentimentos, desterrar o provincialismo e levar a morrer pela pátria e por seu soberano. Varnhagen construía a imagem de que as províncias do Império deveriam-se constituir como um feixe único e integrar suas particularidades ao todo, graças ao trabalho de reuni-las e firmemente atá-las. As províncias deveriam possuir um único coração, que, pulsando unívoco, garantiria a todas elas, em conjunto, e a cada uma, em particular, a própria existência. No reverso da imagem, é possível pensar que, se fosse atingido aquele coração, o feixe como um todo estaria condenado à morte.

Em 1853, quando da publicação do terceiro volume do *Florilégio da poesia brasileira*¹⁰, ele chegou mesmo a comparar sua empreitada intelectual a um movimento de Cruzada, o que fazia dela uma verdadeira luta santa em defesa da nacionalidade brasileira.¹¹ Lutara, fazendo uso da erudição acumulada ao longo de anos, e não pretendia abandonar o campo de batalha. Como um cruzado, não aposentaria jamais sua espada e, em inúmeras ocasiões, dela fazia uso para defender seus pontos de vista, sempre classificando-os, contra avaliações contrárias, como patrióticos. Os trabalhos que escrevera e escrevia, garantia, eram filosóficos exatamente porque comprometidos com a constituição da nacionalidade brasileira.

Entretanto, foi nos prefácios que redigiu para seus trabalhos que Varnhagen tratou com maior prodigalidade da importância moral das obras de história. A seus olhos, o leitor de sua obra não deveria ser apenas informado daqueles pressupostos, mas, sobretudo, persuadido da sinceridade do autor e de sua escolha irreprensível. Os prefácios são parte dessa estratégia de persuasão, respondendo antecipadamente a possíveis críticas, expondo e

⁹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 246.

¹⁰ Os dois primeiros tomos do *Florilégio* foram publicados em 1850 e o terceiro apenas em 1853. No terceiro tomo, Varnhagen incluiu um suplemento contendo autores já abordados nos tomos anteriores. Cf. PEIXOTO, 1987, p. 22-25.

¹¹ VARNHAGEN, 1987 (1853), vol. 3, p. 201.

explicando os fins a que se propunha alcançar. Procurava, assim, abrigar-se sob o manto dos esclarecimentos justificadores de suas escolhas e dos juízos emitidos, elaborando uma verdadeira autocrítica preventiva, na qual expunha tanto os fins que deveriam nortear a escrita de uma obra de história quanto a sua utilidade moral.

Nas dedicatórias inseridas na *HGB*, Varnhagen afirmava que ela vinha ao encontro da compreensão que o próprio Imperador tinha da utilidade de uma obra de história. Na *Dedicatória* da primeira edição do primeiro volume da *HGB*, lembrava que “todo o Brasil” sabia que o Imperador amparara a formação do Instituto Histórico com o “intuito de fomentar o estudo da Patria Historia”. Como um governante esclarecido, Varnhagen avaliava que o Imperador compreendia ser a história “tão importante ao esplendor da Nação, á instrucção commum e até ao bom governo do paiz”. Apresentava-se, por seu turno, como um autor associado ao Instituto e como um humilde e leal súdito que tivera a felicidade de ser favorecido e estimulado pela “Regia Munificencia”. Assim, a obra que vinha entregar ao público, além de “votada áquela associação, de que faz parte”, era um ato de agradecimento ao apoio recebido e uma resposta às expectativas do “sabio imperante”.¹² Do Imperador solicitava, então, que dispensasse a ela, como herdeira de tantos vínculos e apoios, a mesma proteção votada ao Instituto e ao autor. Mais de vinte anos depois, na *Dedicatória* escrita em 1877, ele insistia na idéia de que não era ele, autor, que compreendia a importância de uma obra de história, mas que a *HGB* era uma resposta positiva ao intuito do Imperador, “que reconheceu e sancionou a importancia do estudo da Historia da Nação (...)”.¹³ E essa não seria, insinuava, uma atitude altruísta de D. Pedro II. Não por acaso, Varnhagen colocara no frontispício da *HGB*, como uma epígrafe, a assertiva do Visconde de Cairu: “a importancia de uma Historia Geral de qualquer Estado independente é reconhecida em todo o paiz culto”.¹⁴ Ou seja, todos que se debruçassem sobre a *HGB* deveriam saber que ela, como obra de história nacional, partilhava desse reconhecimento, por ser útil

(...) para ministrar dados aproveitáveis na administração do Estado, e também para fortificar os vínculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo, e

¹² VARNHAGEN, s/p, 1854. (Dedicatória).

¹³ VARNHAGEN, 2ª ed., 1877, s/p., tomo I. (Dedicatória).

¹⁴ Varnhagen colocou a frase do Visconde como epígrafe dos dois volumes na primeira edição da *HGB*.

ennobrecer o espírito público, aumentando a fé no futuro e na glória das letras (...).¹⁵

Na edição do primeiro volume da *HGB*, de 1854, Varnhagen acrescentou à seção de *Introdução* um subtítulo: *Dois palavras sobre esta obra*. As “duas-palavras” diziam respeito a dois temas introduzidos pelo autor na forma de perguntas que ele mesmo se prontificava a responder. Uma delas era: por que escrever uma obra de história? E prontamente respondia: uma obra de história, imparcialmente escrita, tinha o propósito de ministrar “algum conselho para os que venham a ter a missão de governar ou de organizar estados novos” porque “os exemplos do passado lhe ajudam a indicar conveniências do futuro”.¹⁶ Ela tinha, portanto, um público-alvo, formado por aqueles que conduziam os destinos da nação, pois o estudo da história pátria lhes forneceria exemplos de ações meritórias, das quais retirariam ensinamentos para iluminar e encaminhar suas decisões na contemporaneidade.

Em 1857, no *Prefácio* do segundo volume da *HGB*, Varnhagen apresentava-se como um “abnegado literato” que dedicara parte de sua vida a preparar uma história geral do Brasil. Lembrava que, segundo o conde de Ericeira, esse era um trabalho “útil ao público e ingrato para o autor”, porque, uma vez concluído, logo o autor passava a ser julgado pelos fatos que omitira ou dados que alterara, devido a novos documentos que conheceria. Sobretudo havia crítica, acreditava, quando o historiador, “dotado de convicções profundas e de carácter firme e independente”, propunha-se a “corrigir opiniões erradas”.¹⁷ Voltava a insistir na proposição de que uma obra daquela natureza auxiliaria “ao estadista, ao juriconsulto, ao publicista, ao diplomata, ao estrategico, ao naturalista, ao funcionario e aos varios artistas”¹⁸, ou seja, aos condutores do destino da nação. E insistia que, para ser vitorioso na batalha a enfrentar, recorrera às “fontes mais puras e genuínas” e, sobretudo, fizera “apreciações justas e imparciaes para justa e imparcialmente poder caminhar de

¹⁵ VARNHAGEN, 2ª ed., 1877, s/p., tomo I. (Dedicatória).

¹⁶ VARNHAGEN, 1854, p. 11-12. (Introdução).

¹⁷ VARNHAGEN, 1857, p. V-VI. (Prefácio)

¹⁸ VARNHAGEN, 1857, p. VII. (Prefácio). Logicamente, ao apontar a utilidade de uma obra de história para esses homens, Varnhagen também escolhia seus leitores. Numa sociedade marcada pela escravidão, pelo latifúndio, pela desigualdade e pela exploração social, ele se dirigia a uma ínfima parte dela, que era, contudo, apresentada como a nação em sua totalidade

frente levantada, expondo a progressiva civilização do Brazil, sentenciando imparcilmente aos delinquentes e premiando o merito”.¹⁹

Foi no *Prólogo* da reedição da *HGB*, em 1877, que ele mais se estendeu sobre os temas morais que, conforme acreditava, envolviam a escrita da história. Lançava mão, então, da “autoridade insuspeita” de Toqueville, para responder àqueles que “imaginem de menos interesse o estudo da nossa história”. Afiançava que, segundo o autor citado, era o estudo da história que possibilitaria a um povo conhecer e valorizar “todas as tradições do seu passado único”, enquanto seu desconhecimento o tornava propenso a cair em guerras civis infundáveis ou sob o jugo de estrangeiros.²⁰

Mas, a seu ver, o estudo da história do Brasil era ainda muito mais proficuo a seus cidadãos do que se imaginava. E isso porque, avaliava, fora “entre as principaes [nações] da America a que custou mais esforços e mores trabalhos aos seus colonizadores”. Lembrava que, contrariamente aos colonizadores espanhóis, que encontraram povos “obedientes e com certa civilização”, e aos ingleses, que desfrutaram de um clima ameno, “sem cobras nem animaes venenosos”, o colono português havia-se defrontado com uma natureza indomável e um clima abrasador. Esse colono também se achou frente a frente com hordas selvagens, contra as quais foi obrigado a lutar. Nessas lutas, lembrava, “não poucos pereceram e foram por elles devorados”. Assim, fora “á custa das lágrimas do exílio” que os colonos “legaram (...) a nós, seus herdeiros, as casas fabricadas, as fazendas criadas, as villas e cidades fundadas, - a vida, a religião, o commercio, a riqueza, a civilização, ... a pátria em fim”.²¹ Assim, haveria possibilidade de se imaginar que a existência, no Brasil independente, de “eminentes cidades policiadas e fontes de riqueza, abertas pela agricultura, pela industria e pelo comercio”, era fruto do acaso? Logo em seguida respondia: “Não. Custára a vida e o trabalho de um grande número de gerações (...). (...) muitos [colonos] nos legaram acções meritorias e de abnegação e desinteresse, que não só por gratidão como até por conveniencia, nos cumpre commemorar (...)”.²² E era exatamente por isso que concordava com o desembargador Alencar Araripe, de quem citava:

¹⁹ VARNHAGEN, 1857, p. IX. (Prefácio).

²⁰ VARNHAGEN, 1877, p. VIII-IX. (Prólogo).

²¹ VARNHAGEN, 1877, p. VIII-IX. (Prólogo).

²² VARNHAGEN, 1877, p. VI. (Prólogo).

(...) nada excita tanto o esforço do homem para o bem como a recordação das nobres acções dos seus maiores... O zelo de suffragar a virtude dos Paes é já nos filhos um princípio de virtude. Supprima-se ás nações o conhecimento do seu passado e teremos a humanidade sempre no berço da infancia.²³

Em todo o caso, era fundamental que o leitor percebesse não ser ele, autor, quem valorizava o empreendimento de redigir uma obra de história, mas, sim, autoridades insuspeitas.

O historiador consciencioso era aquele que, como ele, não se poupava esforços para remontar “às fontes mais puras” e para poder, assim, “escrever antes um livro util e proprio a estimular o trabalho e a prática das boas acções”.²⁴ E útil era, segundo Varnhagen, narrar os feitos e acontecimentos que permitiam recompor, numa linha única, desde o início da colonização, a formação da unidade da nação. Como historiador consciencioso, escrevera uma obra que tinha em mira “(...) fornecer dados aproveitáveis na administração do Estado, (...) fortificar os vínculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo, e enobrecer o espírito público, aumentando a fé no futuro e na glória das letras (...)”.²⁵ Uma história que tinha, portanto, preocupação com o presente e o futuro da nação, a qual o historiador, por sua vez, se propunha a bem orientar e encaminhar, graças aos exemplos que fornecia. Varnhagen acreditava que sua obra era uma lição de patriotismo que cabia aos vivos conservar na memória, para servir à manutenção e à consolidação da unidade nacional. Enfim, orgulhoso, podia-se apresentar como um historiador-filósofo, como um verdadeiro mestre e guia da nação.

2.1. A *historia magistra*

Com essa concepção, Varnhagen atualizava a compreensão dos fins e da importância da escrita da história que vinha da Antiguidade clássica, como o próprio autor explicitamente manifesta em carta de 1858, dirigida a D. Pedro II, no trecho em que comenta o recebimento de uma carta elogiosa de Martius, pouco depois da publicação do segundo volume da *HGB*:

²³ VARNHAGEN, 1877, p. VII. (Prólogo).

²⁴ VARNHAGEN, 1877, p. X-XII. (Prólogo).

²⁵ VARNHAGEN, 1877, s/p. (Dedicatória).

De Martius recebi uma carta honrosíssima de parabens pela conclusão da minha historia. É escripta em Múnich no dia de Natal. Segundo elle o maior merecimento da minha obra esta no *character*, e segundo suas próprias palavras uma ‘obra que respira tanto patriotismo, tão clássico sentimento moral antigo, tão são desejo de melhorar a ordem social, uma obra que respira toda gravidade, pela qual os antigos tanto nos encantam’ – vem muito a tempo etc. Não remetto a V. M. I. a carta original porque trata ella de outros muitos pontos sobre perguntas delle acerca de etymologias botânicas etc. brasilicas, e não tenho agora tempo para copial-a.²⁶ (grifos do autor)

Von Martius era um homem de prestígio junto ao círculo de D. Pedro II – como também em círculos intelectuais europeus. Em 1847, ele vencera um concurso proposto pelo IHGB, com um texto intitulado: *Como se deve escrever a História do Brasil*. À época da premiação, o secretário do Instituto, Januário da Cunha Barbosa, avaliara que o texto de von Martius era “como um farol de uma história, que dará honra ao sábio que a empreender”.²⁷ Ora, Varnhagen girava esse farol em direção à sua obra – afinal, ela recebia o reconhecimento das mãos do próprio autor premiado. Porém, o que se destaca é que von Martius valorizava não as pesquisas realizadas ou os documentos antigos encontrados e examinados, mas o “tão clássico sentimento moral antigo, tão são desejo de melhorar a ordem social”. E Varnhagen se dizia honradíssimo com as palavras do botânico bávaro e provavelmente se sentia duplamente recompensado: recebera o reconhecimento de von Martius e realizara a história *magistra* dos gregos e romanos. Afinal, segundo von Martius, “o maior merecimento” da *HGB* estava na correta realização dos pressupostos prescritos pelos antigos clássicos para a escrita da história: uma obra dessa natureza deveria, no sentido prescritivo do verbo, ter preocupações morais. Ao escrever ao Imperador e revelar as congratulações recebidas, Varnhagen se mostrava dignificado por elas. Certamente o elogio de von Martius era memorável, a seus olhos, porque discriminava a envergadura moral da *HGB*.

Pode ser também que a satisfação de Varnhagen se devesse mesmo à correspondência entre o que dizia von Martius e o que ele esperava alcançar com a *HGB*. No ano anterior, quando da publicação do segundo volume da *História Geral*, ele escrevera

²⁶ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 259.

²⁷ Apud. WELHING, 1994, p. 721.

a D. Pedro II, informando ter grifado, no volume a ele endereçado, passagens onde se poderia “melhor conhecer o caracter e a lealdade do escriptor”.²⁸

Em 1877, no *Prólogo* à *HGB*, Varnhagen informava seu leitor que não seguira nenhum modelo na escolha dos assuntos tratados na obra e que

Longe de nos limitarmos á narração dos successos politicos, ou a estereis biographias dos mandões, cujas listas ordenadas alias julgamos da maior importância para a chronologia, procurámos occupar-nos principalmente dos factos mais em relação com o verdadeiro desenvolvimento e civilização do paiz (...), procurando sempre escrever antes um livro util e próprio a estimular o trabalho e a prática das boas ações (...).²⁹

O que lhe parecia central e que defendia, era que uma história nacional deveria ser, antes de mais nada, uma “História geral”. Essa história geral da civilização do Brasil, permitiria a seu povo sentir-se participe do todo único da nacionalidade brasileira, o que apartaria o provincialismo e evitaria que interesses locais e parciais se colocassem acima dos interesses gerais. Sua obra, garantia, era útil porque “representava (...) a integridade do Brasil”³⁰ e oferecia modelos de “boas ações”. Logicamente, as ações boas, segundo sua compreensão, eram aquelas ligadas à efetivação do processo colonizador, fundador da nacionalidade.

Varnhagen não estava sozinho em sua compreensão da história como “mestra da vida”, que, pelos exemplos do passado, era capaz de conduzir os homens em seu trabalho de consolidação e de perpetuação de sua nação. Essa concepção já fora expressa, em 1836, por Domingos José Gonçalves de Magalhães, nas páginas da *Niterói, Revista Brasiliense*:

Tudo o que poder concorrer para o esclarecimento da historia geral dos progressos da humanidade merecer deve a nossa consideração. Jamais uma Nação poderá prever o seu futuro, quando ella não conhece o que ella é, comparativamente com o que foi. Estudar o passado, é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar.³¹

Para Magalhães, ao presente cabia restaurar as ruínas do passado e reconhecer os erros cometidos, porque um povo que desconhecia seu passado, jamais poderia encaminhar

²⁸ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 238. Infelizmente não consegui localizar o volume da *HGB* que foi endereçado por Varnhagen a D. Pedro II.

²⁹ VARNHAGEN, 1877, p. XI.

³⁰ VARNHAGEN, 1857, p. VIII-VI.

³¹ MAGALHÃES, 1978 (1836), p. 144-145.

bem seu futuro. Em 1840, Januário da Cunha Barbosa reafirmava, nas páginas do periódico da agremiação, que:

A História, tornando-lhe [ao homem de Estado] presente a experiência dos séculos passados, ministra-lhe conselhos tão seguros como desinteressados, que lhe aclaram os caminhos que deve seguir, os escolhos que deve evitar, e o seguro porto, a que uma sólida manobra pode felizmente fazer chegar a nau do Estado.³²

A partir dessa concepção da história, pode-se considerar que Varnhagen esperava que sua obra fosse útil não apenas para seus contemporâneos, mas acreditava que ela alcançaria o reconhecimento da posteridade e seria eternamente lembrada como um monumento de patriotismo e de amor à verdade histórica.

Em várias oportunidades manifestou-se sobre essa expectativa. Em maio de 1853, escrevia a D. Pedro II, referindo-se ao processo de impressão da *HGB*, e remetia inclusive uma primeira versão da dedicatória que incluiria na obra. Nela o autor declarava esperar que a obra chegasse à posteridade.³³ Em fevereiro de 1854, voltava à questão: “fica como minha obra de uma vez escripta, e que ella viverá eternamente, e fará eternamente honra, Deus mediante, ao Brazil e ao reinado de Seu Excelso Protector”.³⁴ No *Prefácio* da edição da *HGB*, de 1857, novamente previa que a “posteridade decretará as produções que hão de aparecer escriptas em cada uma das sempreverdes folhas dessa coroa. Ousadamente nos atrevemos a assegurar que aspiraria a Historia Geral a entrar na competência (...)”.³⁵ Pode-se supor que ele esperava que sua obra, eternizada, legaria também a seu autor as glórias da posteridade.

E essa glória Varnhagen perseguiu com bastante afincado ao longo de sua vida, julgando ser um objetivo louvável de todo homem que se dedicava às letras. Em 1872, escrevia a Antônio Feliciano de Castilho e lhe aconselhava a realizar “qualquer árdua

³² Apud. GUIMARÃES, 1988, p. 15. Manoel Luís Salgado Guimarães afirma que a história era vista pelos membros do *IHGB* como um instrumento “para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro”. Segundo o autor, essa concepção de história abrigava “aspectos de uma visão antiga e moderna de se pensar a história. A perspectiva moderna dessa concepção residia na idéia da “marcha linear e progressiva que articula futuro, presente e passado”. No presente trabalho se busca, ao contrário do que empreendeu Guimarães, compreender a visão antiga de história presente em Varnhagen e que também, parece razoável indicar, era partilhada pelos membros do *IHGB*. Cf. GUIMARÃES, 1988, p. 12/15

³³ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 202.

³⁴ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 213. Em outubro de 1854, em nova carta a D. Pedro II, Varnhagen informava que fizera modificações na dedicatória a ser incluída na *HGB* para que melhor exprimisse “quanto sente meu coração”. Cf. Varnhagen in LESSA, 1961, p. 216.

³⁵ VARNHAGEN, 1857, p. VIII. (Prefácio).

tradução” para enfrentar a “pouca apetência para trabalhos literários”, na qual se encontrava. Lembrava ao correspondente que essa era uma tarefa capaz de “levar por diante dois grandes estímulos para uma alma magnânima: os do amor da pátria e do amor da glória”.³⁶ Dedicar-se a trabalhos “literários” era buscar a eternidade. Uma pretensão que, revelada na correspondência particular, era, contudo, dissimulada nos textos destinados à publicidade. Na *Introdução* redigida para o *Florilégio da poesia...*, Varnhagen afirmava que no primeiro século da colonização vieram para o Brasil apenas aqueles que buscavam riquezas. Segundo ele, os poetas portugueses preferiam se dirigir à África e à Ásia, onde conseguiam melhor satisfazer sua ambição de glória e esclarecia: “as miras do litterato alcançam mais alto: não é aos gôsos, nem mesmo às glórias terrenas a que aspira – é a glória immortal”.³⁷ Como um homem dedicado às letras, ele também esperava alcançar essa glória”.³⁸

Varnhagen abordava, assim, temas que foram caros aos antigos: a função moral da história e o incentivo à imitação e à emulação, a convicção de ser necessário escrever uma história imparcial, capaz de premiar e de vilipendiar, a certeza de que escrevia a verdade histórica e a esperança de se alcançar a eternidade graças à obra que se edificava. Esses pressupostos, por sua vez, recebiam o aval de contemporâneos que reconheciam nele a competência para escrever uma história segundo aquelas finalidades. A relação com o pensamento clássico também pode ser constatada em várias passagens da *HGB*, nas quais Varnhagen faz referência a autores como Cícero, Heródoto, Strabo, Tácito, ou em que o autor recomendava que se buscassem informações na *Iliada*.³⁹

³⁶ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 365.

³⁷ VARNHAGEN, 1946, p. 10. (1846).

³⁸ Talvez não seja demais lembrar que essa é uma questão que se encontra em Quintiliano: “Le principal aiguillon de la passion pour la littérature, n’est-ce pas l’amour de la gloire? QUINTILIANO, 1954, vol. 4, livro XII, p. 273. Segundo François Hartog: “Enquanto a eloquência do fórum triunfa e se consuma no presente, a história, memória *rerum gestarum*, endereça-se à posteridade, como promessa de imortalidade: ela se encarrega do desejo de permanência. (...) Além do mais, fazendo brilhar a glória de seu objeto, o historiador aumenta, no mesmo movimento, sua própria reputação (*fama*)”. Cf. HARTOG, 2001, p. 184.

³⁹ Em passagens de sua obra, Varnhagen mencionava os autores antigos e o fazia sempre de forma positiva, recomendando-os como modelos ou como fontes de informação. Por exemplo, numa nota ao *Discurso Preliminar*, incluso na primeira edição do segundo volume da *HGB*, afirmava que até os pagãos admitiam a existência do pecado original e recomendava a consulta aos escritos de “graves escriptores”, como Cícero e Ovídio. Cf. VARNHAGEN, 1857, p. XVIII, nota 1. (Discurso Preliminar). A consulta ao *Diccionario* de Moraes se tem que: “grave – (...) autor grave; i. é, de juízo, e probidade. Digno de ponderação, atenção (...). Autorizado, digno de fê: v.g. testemunha – serio, sizudo, decoroso”. Cf. MORAIS SILVA, 1922 (1913), p. 100, t. 2. Assim, ao afirmar que autores como Platão, Cícero e Ovídio eram “graves”, Varnhagen os apontava

Essa aproximação pode parecer estranha, uma vez que, segundo François Hartog, o *tópos* da história como *magistra*, passando por reformulações, “permaneceu ativo até o fim do século XVIII”.⁴⁰ A mesma opinião é partilhada por Adolfo Hansen, que reconhece essa permanência na historiografia dos séculos XVI a XVIII.⁴¹

Entretanto, Varnhagen, escrevendo sua obra no segundo e terceiro quartéis do século XIX, manifestava, em suas assertivas, idéias e conceitos que permitem aproximá-lo da tradição preceptística antiga. Afinal, não é demais lembrar, ele fora elogiado por von Martius por atualizar os “sentimentos morais antigos” em sua *HGB*, ficara honrado e notificara a avaliação ao próprio Imperador. No início do século XX, Pedro Lessa fazia uma avaliação da obra varnhageniana muito semelhante a essa de Martius. Na sessão solene de comemoração do centenário de nascimento de Varnhagen, realizada no IHGB em 1916, afirmou que a leitura dele permitia verificar que o historiador oitocentista fora “um adepto convicto da velha eschola de Polybio e de Plutarcho, que pretenderam fazer da Historia um vasto repositório de lições moraes e políticas”.⁴²

Pedro Lessa aponta Políbio e Plutarco como possíveis modelos de sua concepção de História; o próprio Varnhagen fazia referência a Cícero, Heródoto, Homero, Strabo e Tácito, em páginas da *HGB*; von Martius avaliava que sentimentos morais antigos

como autores dignos de serem consultados, porque deveriam ser imitados e emulados. Na *HGB*, encontram-se outras citações de escritores antigos. Vejam-se alguns exemplos. Na terceira seção, Varnhagen descrevia as ações praticadas pelos tupis em suas guerras, classificava-as como “maldades” e concluía: “não nos devemos admirar, quando outros selvagens, no dizer de Horácio, brigavam só pela posse de uns covis ou de algumas bolotas”. Na seção IV, lembrava que a América foi conquistada quando na Europa a “imprensa publicava os monumentos da civilização grega e romana”. Informava que os europeus então conheceram cenas degradantes, “muitos costumes absurdos, e quase incríveis, descritos por Heródoto, Strabo, Tácito e César”. Na mesma seção, discutia a provável origem dos indígenas tupis e defendia a hipótese de serem eles descendentes do povo cário. Argumentava que esse povo fugira para a América, depois da derrota nas guerras que se seguiram à guerra de Tróia, e que tinham, provavelmente, origem “de raça aparentada com os Egípcios”. E para que o leitor tivesse a confirmação dessas idéias, convidava-o a voltar à *Iliada* para verificar que “os cários não eram gregos”; acrescentava que a informação também era dada por Strabo. Cf. VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 36/53/55.

⁴⁰ HARTOG, 2001, p. 20.

⁴¹ HANSEN, 1994, p. 47.

⁴² LESSA, Pedro, 1917, p. 633. O trecho destacado por Pedro Lessa da obra de Varnhagen (o *Prefácio a Historia das luctas com os hollandeses*) é o seguinte: “Achavamo-nos (...) no Rio de Janeiro, e accidentalmente em Petrópolis, e ainda estava por decidir a titânica lucta que o Brasil sustentou no Paraguai (...) e eramos testemunhas dos desfallecimentos de alguns, quando, com o assentimento de varios amigos, nos pareceu que não deixaria de concorrer a acoroçoar os que já se queixavam de uma guerra de mais de dous annos, o avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de uma fôrma convincente, o exemplo de outra mais antiga, em que o proprio Brasil, ainda então insignificante colonia, havia luctado, durante vinte e quatro annos, sem descanso, e por fim tinha vencido, contra uma das nações naquelle tempo mais guerridas da Europa”.

perpassavam o trabalho do historiador. Considerando o próprio título dado por ele ao texto que enviou ao Imperador, em 1852 – *Como se deve entender...* – poderíamos supô-lo como, ao menos, leitor de Luciano de Samósata (assim como os membros do IHGB que propuseram o tema para o concurso do qual von Martius saiu vencedor).⁴³ Seria também um leitor de Políbio e de Plutarco?

Em todo caso, estamos diante de autores que, conforme destacou François Hartog, argumentaram “a favor do assunto [da escrita da história], de sua importância”.⁴⁴ Os escritos desses autores, que sobreviveram até nós, constituem parte, como mostra Hartog, de um longo debate acerca da forma de se escrever a história e de seus fins. Todos esses escritores que aparecem citados, direta ou indiretamente, por Varnhagen – como Cícero, Tácito e Luciano – ou que se supôs por ele lidos – como Políbio e Plutarco –, fizeram parte de uma “história de longa duração” de reflexão e prescrição sobre a história.

Ao mencionar esses autores, o que fazia sempre de forma positiva, Varnhagen parece sugerir que os tenha lido e/ou os julgava como autores respeitáveis. Desse modo, acabou por ficar indicada sua pertinência a uma longa tradição, que foi alimentada e atualizada à medida que teve suas idéias e conceitos retomados.

Dessa longa tradição, três autores antigos merecem distinção: Políbio, seguindo a suposição de Pedro Lessa, no início do século XX; Cícero, porque Varnhagen o citou, mesmo que numa curta passagem; por fim, Luciano de Samósata, porque tornou-se difícil não estabelecer uma filiação, a partir da aproximação dos títulos dados a seus textos e pelo mesmo modo de tratamento da metodologia da história (normativo e moral). Ler as defesas que esses autores fizeram da importância moral de se escrever uma obra de história – ou seus louvores à história – nos auxilia a iluminar os conceitos com os quais Varnhagen trabalhava. É importante lembrar que Varnhagen escrevia no momento de confirmação do Estado Nacional Brasileiro e que sua obra lhe parecia portadora da missão moral de

⁴³ O título dado por Varnhagen a seu texto – *Como se deve ...* – relembra aquele dado por Luciano de Samósata que, em 165 da nossa era, publicou um texto intitulado: *Como se deve escrever a história*. Varnhagen, ao redigir o texto que endereçou ao Imperador, propunha-se a apresentar as regras que seguira para corretamente redigir a história do Brasil. Seu texto era normativo, assim como o de Luciano, que expunha e defendia os preceitos a serem observados e seguidos pelos historiadores na escrita da história. Cf. HARTOG, 2001, p. 225-235. Também von Martius, em seu texto preparado para o concurso proposto pelo Instituto Histórico, era prescritivo.

⁴⁴ HARTOG, 2001, p. 11.

corroborar o regime político e de colaborar para manutenção e consolidação da unidade nacional.

Políbio – que já recebe a concepção da história como “fornecedora de exemplos a serem imitados” como “um tema convencional, senão obrigatório”⁴⁵ – fazia sua apologia, definindo-a como a “oportunidade de melhoramento mais acessível aos homens”, como o meio mais seguro de se preparar “para as atividades políticas” e, por fim, como “o mestre mais distinto e o único que ensina a suportar com nobreza as mudanças da sorte”. O estudo da história, prescrevia Políbio, era pragmático, pelos ensinamentos de experiências úteis aos vivos, sendo apenas os “mediócras” incapazes de por eles se interessarem. Mas advertia que a história, para ser útil aos homens, deveria fornecer-lhes uma visão de conjunto do tema tratado. Metaforicamente, argumentava que a visão de “partes disjuntas de um corpo que foi animado e belo” não permitia a compreensão do grande animal anteriormente existente. A história deveria apresentar “uma visão de conjunto e equilibrada do todo”⁴⁶, pois:

(...) deve-se pensar que a história particular contribui muitíssimo pouco para a experiência e a certeza do todo. Portanto apenas o entrelaçamento e a comparação de todos os feitos uns com os outros – e ainda a partir de suas semelhanças e diferenças – alguém poderia dispor da capacidade e da possibilidade de, pela observação, tirar da história, a um só tempo, tanto o útil, quanto o prazeroso.⁴⁷

Cícero, por sua vez, não foi historiador, mas escreveu “muito sobre a história” e suas principais formulações, que, constituindo-se no “fundo da cultura historiográfica ocidental”, foram, como ressalta Hartog, “incansavelmente retomadas até a época moderna”.⁴⁸ Em *Do Orador*, Cícero prescreve regras para aqueles que se dedicassem ao ofício de historiador:

Com efeito, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo falso? Em seguida, não ousar dizer algo que não seja verdadeiro? Que não haja, ao se escrever, qualquer suspeita de complacência? Nem o menor rancor? Evidentemente, esses fundamentos são conhecidos por todos, mas a própria construção repousa nos fatos e nas palavras (...).⁴⁹

⁴⁵ HARTOG, 2001, p. 171.

⁴⁶ Políbio in HARTOG, 2001, p. 111/117.

⁴⁷ Políbio in HARTOG, 2001, p. 117.

⁴⁸ HARTOG, 2001, p. 15/182.

⁴⁹ Cícero in HARTOG, 2001, p. 145,

Cícero, como observa Hartog, define a história como “testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra de vida, mensageira do passado”. Porém, a condição para ser tudo isso, era a de o historiador responder afirmativamente a todas as regras a eles apresentadas – a história trata da verdade e o historiador é sempre imparcial em seus juízos. O historiador ciceroniano não deveria “ousar dizer nada de falso; não ousar dizer nada que não seja verdadeiro; não ser suspeito de complacência ou rancor”, conforme conclui Hartog.⁵⁰ Dele, exigia-se que fosse imparcial e, para isso, Cícero prescrevia que apresentasse os fatos e que

a inteligência dos fatos requer a ordem dos tempos e a descrição dos lugares. Pede também, já que em fatos importantes e dignos de memória se espera que haja primeiro deliberações, depois execução e em seguida resultados, que sobre as deliberações seja indicada qual é aquela que o autor aprova (...).⁵¹

Ou seja, havia um conjunto de *topoi* a serem empregados por aquele que se dedicasse à escrita da história: obediência à ordem cronológica, descrição dos lugares onde os eventos se passaram, escolha de acontecimentos dignos de serem lembrados, narração desses acontecimentos e, por fim, emissão, por parte do historiador, de seus juízos. Assim, havia uma forma própria para o historiador narrar a história, que era distinta daquela empregada pelos advogados no fórum, em que prevalecia a eloquência; ao historiador cabia “perseguir um gênero oratório difuso e arrastado, que flua regularmente com uma certa suavidade”.⁵² Como um orador, Cícero preocupava-se com a forma da escrita da história, e essa tinha, a seu ver, estreita ligação com os fins a que o historiador deveria se propor: narrar os fatos e escrever a história verdadeira, pois apenas ela se apresentaria insuspeita aos olhos do leitor e, exatamente por isso, seria “mestra-da-vida”.

Ainda em Cícero se encontra a discussão acerca da glória a ser alcançada pelo historiador com sua obra. Em uma carta dirigida a seu amigo Lucéio, Cícero lhe pedia que redigisse sobre o período em que ele fora cônsul, porque tinha certeza de que ambos sairiam em vantagem: ele, Cícero, por ter seu próprio nome “celebrado através de seus

⁵⁰ Cícero in HARTOG, 2001, p. 181.

⁵¹ Cícero in HARTOG, 2001, p. 151.

⁵² Cícero in HARTOG, 2001, p. 151.

escritos” e Lucio, por angariar louvores graças aos próprios escritos.⁵³ Segundo Hartog, na perspectiva dos autores latinos, que também era a de Cícero:

Enquanto a eloquência do fórum triunfa e se consoma no presente, a história, memória *rerum gestarum*, endereça-se à posteridade, como promessa de imortalidade: ela se encarrega do desejo de permanência. (...) Além do mais, fazendo brilhar a glória de seu objeto, o historiador aumenta, no mesmo movimento, sua própria reputação.⁵⁴

Contudo, foi Luciano de Samósata quem compôs, segundo Hartog, “o retrato de Tucídides como modelo do historiador”.⁵⁵ O texto de Luciano, *Como se deve escrever a História*, traduzido e apresentado por Hartog, impressiona por seu profundo tom preceptístico. Luciano começa estabelecendo as qualidades pessoais do historiador, que deveria ser “incorrupível, livre, amigo da franqueza e da verdade” e comportar-se como um “juiz equânime”. Essas qualidades, como sugere Luciano, estariam em Tucídides que, num movimento duplo, pretendia discernir entre “a virtude e o vício na historiografia” e escrever “para a posteridade a verdade dos acontecimentos”. Ainda de Tucídides, Luciano declara recuperar a idéia de que a “utilidade é o fim da história”, pois que “se alguma vez, de novo, acontecem coisas semelhantes, poder-se-á (...), consultando-se o que foi escrito antes, agir bem com relação às circunstâncias que se encontram diante de nós”.⁵⁶ Mas se o historiador visava aos homens de seu tempo, Luciano advertia ser fundamental que ele mirasse sobretudo a posteridade. Prescrevia então que o historiador não escrevesse para bajular os vivos, mas simplesmente escrevesse a história “com a verdade”. E concluía: “tens o cânon e o prumo de uma história justa”.⁵⁷

Enfim, parece razoável supor que Varnhagen seguia um “cânon” e um “prumo” de uma história que tinha raízes muito mais antigas do que até agora se avaliou.

⁵³ Cícero in HARTOG, 2001, p. 153.

⁵⁴ HARTOG, 2001, p. 184.

⁵⁵ HARTOG, 2001, p. 223.

⁵⁶ HARTOG, 2001, p. 225.

⁵⁷ Luciano in HARTOG, 2001, p. 233.

2.2. A *philosophia* e a tradição crítica da obra de Varnhagen

Ao longo do tempo, os críticos da obra de Varnhagen têm destacado sua visão utilitarista da história – uma tradição de avaliação fundada ainda no século XIX. Capistrano foi o primeiro a chamar a atenção para ela. Segundo ele, Varnhagen escreveu “páginas inspiradas pelo amor do futuro da Pátria”⁵⁸, e que fora esse amor à terra natal que o levava a não colocar “o debate [seja sobre o conhecimento histórico ou sobre alguma opinião que emitira] no terreno abstrato e absoluto da justiça, porém no da conveniência e da utilidade”.⁵⁹ De acordo com Capistrano, conveniente, para Varnhagen, era a história que expunha os graves problemas que afligiam a pátria – problemas tais como o dos indígenas, o da emigração estrangeira, o da segurança, dentre outros – e que, simultaneamente, auxiliava os vivos a solucioná-los. Por isso, conclui, a história, para Varnhagen, era “um meio de chamar a emigração, e pedir a atenção do governo para o estado pouco defensável do país (...)”.⁶⁰ Essa história era útil porque conduziria à construção de um ideal de nação. Por fim, também é de Capistrano a avaliação de que o Varnhagen historiador comportava-se como um juiz em um tribunal, punindo ou louvando os homens e suas ações:

(...) a Conjuração bahiana de João de Deus, um cataclysmo de que rende graças á Providencia por nos ter livrado; a Revolução pernambucana de 1817, uma grande calamidade, um crime em que só tomaram parte homens de intelligencia estreita, ou de caracter pouco elevado. Sem D. Pedro a independência seria illegal, illegitima, subversiva, digna da forca ou do fuzil.⁶¹

Muitos intelectuais, no século XX, retomaram e repisaram a apreciação de Capistrano sobre a obra de Varnhagen, destacando-lhe a visão moralista e pragmática da história e o papel judicativo atribuído ao historiador.

⁵⁸ ABREU, 1931, p. 131. (a)

⁵⁹ ABREU, 1931, p. 137. (a) Apesar de Capistrano não especificar a qual debate fazia então referência, pelo contexto do texto, que é um necrológio no qual avaliava a obra em geral do Visconde, pode-se supor que dizia respeito tanto ao debate no campo do conhecimento histórico quanto das sugestões que Varnhagen apresentou sobre reformas a serem implementadas no Brasil. Pode-se destacar que o *Memorial Orgânico* foi o texto onde Varnhagen sintetizou suas propostas para vários dos problemas brasileiros. A seu ver esses problemas seriam: a localização litorânea da capital, a escravidão negra, as fronteiras, a necessidade de incrementar a imigração, o tamanho físico desigual das províncias brasileiras. No *Memorial*, Varnhagen expunha esses problemas e apresentava propostas para solucioná-los. Cf. VARNHAGEN, 1849; VARNHAGEN, 1850.

⁶⁰ ABREU, 1931a, p. 137/138.

⁶¹ ABREU, 1931a, p. 137-138.

Em 1903, por ocasião de sua posse na Academia Brasileira de Letras, Oliveira Lima afirmava que Varnhagen fizera “obra de moralista” com sentido pragmático, pois escrevera para incentivar os homens de seu presente à ação, “pela lembrança dos feitos gloriosos de outras gerações” e que comportava-se como um juiz, porque tinha a convicção de que ao historiador cabia a missão de bem transmitir ao futuro as ações elogiáveis ou censuráveis ocorridas no passado.⁶²

Já na segunda metade do século XX, Américo Jacobina Lacombe considerava que as pesquisas e os estudos de Varnhagen foram norteados pelos desafios apresentados por seu tempo. Num momento de consolidação da unidade nacional e de reafirmação da monarquia, Varnhagen fez parte, dizia Lacombe, de um grupo de intelectuais que chamara a si a tarefa de “criar a unidade cultural do país e combater o provincialismo”⁶³, esclarecendo os homens e apontando-lhes diretrizes para a ação. Lacombe avalia que Varnhagen fez da história “uma arma para, explicando o passado, armar a nação para a conquista do futuro”.⁶⁴

José Honório Rodrigues, em três trabalhos distintos sobre a obra de Varnhagen, concordava com a avaliação de que o historiador oitocentista buscara a “lição da História, que servisse à administração e ao Governo”. Porém, de modo distinto dos examinadores anteriores, Rodrigues analisava criticamente a obra varnhageniana. Por um lado, asseverava que a concepção histórica de Varnhagen beirava o idealismo, devido a sua convicção de que “a máxima grandeza e elevação dos Estados se deve às providências de seus pensadores mais profundos”.⁶⁵ Por outro, Rodrigues dizia que Varnhagen foi “um historiador comprometido”⁶⁶, que “(...) tinha a consciência mais íntima e essencial de seu dever como historiador: a de que lhe cabe a responsabilidade do julgamento, ainda que erre, pois na raiz grega da palavra *história* está a função de juiz, a de julgar.”⁶⁷ Rodrigues dizia que concordava com essa compreensão da história – de que o historiador julga ao escrevê-la – embora divergisse radicalmente das posições políticas, sociais e religiosas do

⁶² LIMA, 1903, p. 28/25-26.

⁶³ LACOMBE, 1967, p. 151.

⁶⁴ LACOMBE, 1967, p. 141-154. Lacombe reafirmou esta análise da obra de Varnhagen, em texto posterior. Cf. LACOMBE, 1991.

⁶⁵ RODRIGUES, José Honório, 1967, p. 186/181-182.

⁶⁶ RODRIGUES, José Honório, 1969, p. 195-196/ 170-171.

⁶⁷ RODRIGUES, José Honório, 1988, p. 19.

historiador. Ele denunciava os julgamentos de Varnhagen como tendenciosos, pois, em sua avaliação, os homens bons para o historiador eram sempre aqueles que se colocaram ao lado dos colonizadores portugueses e da religião católica.⁶⁸ Contudo, Rodrigues advertia que Varnhagen tinha profunda convicção de que, além de servir à verdade, escrevia uma história que convinha e que era útil à nação brasileira, exatamente por rigorosamente apresentar “seu julgamento histórico sôbre as personalidades”.⁶⁹ Conforme destaca Rodrigues, Varnhagen julgava, punindo ou louvando os personagens históricos, segundo seus valores conservadores.

À análise de Rodrigues, Nilo Odália somou a idéia de que a *HGB* “resume e consubstancia os anseios, as preocupações, os ideais, os projetos de uma classe dominante em relação a uma nação em constituição”.⁷⁰ Em sua opinião, a obra de Varnhagen traduziria uma visão de mundo política porque assumiu a dupla missão de revelar que a nação em formação era fruto do processo colonizador e civilizador, europeu e branco, e de orientador da continuidade dessa formação.⁷¹ Mais recentemente, Odália retomou seus estudos de Varnhagen e confirmou que, nele, a história está prenhe da noção de que sua função era a de criar um passado único e contínuo, que daria sentido à idéia da nação e que essa atividade contribuiria para determinar o futuro dela.⁷²

Contemporaneamente, o professor Arno Wehling apontou a necessidade de compreender as relações entre a produção intelectual de Varnhagen e seu contexto social. Segundo Wehling, Varnhagen partilhava com os homens de seu tempo das preocupações com o futuro político da nação, o que denunciaria, a seu ver, uma combinação do pragmatismo ilustrado do século XVIII com o progressismo próprio do pensamento liberal do século XIX. Para Wehling, Varnhagen partilhava, com seus contemporâneos, das preocupações com o processo de formação das nações européias e americanas e imbuía-se da missão de instrumentalizá-los para agir na direção correta, para bem edificá-las. Varnhagen, conforme destaca Wehling, foi um homem que lançou mão do pensamento

⁶⁸ RODRIGUES, José Honório, 1967, p. 180.

⁶⁹ RODRIGUES, José Honório, 1967, p. 186/187.

⁷⁰ ODÁLIA, 1979, p. 13-14.

⁷¹ Cf. ODÁLIA, 1979, p. 18.

⁷² Cf. ODÁLIA, 1997, p. 38.

filosófico iluminista e liberal para construir suas obras, que deveriam servir à obra maior de construção do estado nacional brasileiro.

Capistrano, Oliveira Lima e Lacombe constataram a perspectiva moralista de Varnhagen – a de escrever uma obra que convinha à nação em formação por ministrar-lhe exemplos úteis. José Honório e Nilo Odália procuraram descortinar os vínculos políticos dessa obra: aquele denunciava os preconceitos varnhagenianos, para quem bons homens seriam apenas os brancos colonizadores; este expunha os interesses das classes dominantes defendidos na obra de Varnhagen. Já Wehling buscou a vinculação dos conceitos varnhagenianos a valores partilhados por seus contemporâneos: o pragmatismo setecentista e o progressismo oitocentista.

Contudo, a análise da correspondência ativa e sobretudo dos prefácios de Varnhagen permitem afirmar que o autor, escrevendo em meados do século XIX, no momento de constituição do estado nacional brasileiro, lançou mão da compreensão dos antigos da história e a atualizou para escrever uma obra de história que servisse, segundo compreendia, à nação em formação. Para isso, ele fazia o elogio da história, apresentando-a como capaz de relembrar aos vivos a lenta e dura luta travada, ao longo de séculos, para a formação das bases da nacionalidade. A história era útil aos homens do presente, conforme entendia, porque a ela estava reservada a missão de apresentar aos vivos feitos gloriosos e de fomentar neles o desejo da imitação e da emulação. Assim, declarava escrever com fins morais, apresentando belos e úteis exemplos. Mas se esse era o fim da história, para alcançá-lo, ela deveria pautar-se pela narrativa da verdade. Nesse aspecto, as assertivas de Varnhagen lembram Tácito, para quem o historiador deveria escrever “sem amor” e “sem ódio”, ou “sem cólera e sem parcialidade”.⁷³ Ou o aproximam de Tucídides, para quem, segundo lembrava Luciano no século II, o historiador deixava para “a posteridade a verdade dos acontecimentos”.⁷⁴

E exatamente por dever escrever a história verídica, o historiador alcançava a imparcialidade e deveria afastar-se da eloquência. Para Varnhagen, o discurso floreado apenas serviria para inocular nos leitores o sentimento de suspeita em relação à imparcialidade com que o historiador trabalhara. Mas ser imparcial, adiantava-se ele, não

⁷³ Tácito in HARTOG, 2001, p. 221.

⁷⁴ Luciano in HARTOG, 2001, p. 225.

significava que o historiador não emitisse juízos, pois, como um bom mestre, ele deveria indicar, para seu leitor, aquelas ações que aprovava, assim como, conseqüentemente, as que reprovava. Para que a história fosse mestra, ela tinha de cumprir seu papel de orientar corretamente a vida aqueles que a estudassem. O historiador não poderia furtar-se a essa obrigação. Nesse aspecto, as reflexões de Varnhagen também o aproximam de Tácito, para quem “poucos têm a sagacidade para distinguir o honrado do covarde, o útil do nocivo”.⁷⁵ Porém, o historiador, como juiz, recolheria as provas, as estudaria com atenção e, após a análise cuidadosa, emitiria, enfim, seu justo veredicto. Ao contrário do advogado, que precisa convencer sua platéia, o historiador apenas proclama a sentença final, afirmando a seu leitor que se restringira àquilo que estudara nos documentos. A história prescinde da eloqüência.

Por fim, o que o historiador esperava alcançar com sua obra? Sem medo de censura, porque o censurável seria exatamente o contrário, ele desejava a glória. Preferencialmente, ela deveria vir ainda durante sua vida, com os títulos e homenagens que Varnhagen não se cansou de reclamar, sobretudo a D. Pedro II. Afinal, sua obra não tinha em mira, como declarava, o bem da “pátria que o vira nascer”?⁷⁶ Mas, caso seus contemporâneos fossem incapazes de reconhecer todos os esforços despendidos para completar sua obra e os anos de juventude que perdera em benefício de sua nação, declarava que não se magoaria, pois tinha certeza de que a posteridade reconheceria sua obra e se encarregaria de garantir-lhe a glória.

Num momento de estruturação do estado nacional brasileiro, Varnhagen escreveu a *HGB* sob a perspectiva dos interesses da elite brasileira e defendeu a formação de um país branco e europeizado. No entanto, estruturou sua obra a partir de uma releitura dos clássicos antigos. Foi neles que buscou tanto a concepção da história utilitária quanto a noção de que a atividade do historiador era eminentemente judicativa.⁷⁷

⁷⁵ Tácito in HARTOG, 2001, p. 215.

⁷⁶ Em várias de suas cartas a D. Pedro II, Varnhagen pede condecorações como reconhecimento pelos trabalhos que produzira. Cf. Varnhagen in LESSA, 1961.

⁷⁷ Celso Vieira, em 1923, destacara que Varnhagen pautava-se por um padrão de escrita da história, que ele seguia “o bom senso dos velhos cronistas portugueses (...), para o encomio ou para o estigma”. Segundo ele: “É o mesmo critério do insigne Damião de Góes, advertindo no prólogo da *Chronica del Rei Dom Emmanuel*, ‘... o mais substancial que no escrever das Chronicas se requiere ... he com verdade dar a cada hum o louvor, ou reprehensam que merece’.” Cf. VIEIRA, 1923, p. 36. (grifo do autor). De todo modo, Vieira destacava

Varnhagen sempre foi reconhecido como um pesquisador incansável e um autor preocupado com a autenticidade e fidedignidade dos documentos que utilizava como fontes. Isso não significa, entretanto, que tenha deixado de se comportar como um juiz, distribuindo reprimendas e louvores aos homens do passado. Escrevia para seus contemporâneos e para as gerações vindouras: seus louvores e repreensões deveriam servir de lição aos homens do presente e do porvir. Exatamente pela missão iluminadora dos homens do presente, a obra histórica deveria ser persuasiva –, sendo também preciso lembrar que um historiador, segundo Varnhagen, além de erudito e filósofo, deveria, no sentido prescritivo do verbo, ser um literato.

também a “convicção judiciária ou dogmática” presente na obra de Varnhagen: “(...) a história antiga e moderna, segundo Francisco Adolpho de Varnhagen, não é em substancia outra cousa senão uma variante daquelle julgamento dos mortos, a que procediam, outr’ora, os sacerdotes (...). Juiz elle tem a idea fixa da prova: incumbe ao historiador, antes do mais, recolher depoimentos, pesquisar factos, colligir indicios. Argamassada a prova, o juiz dará em seguida, com os seus fundamentos claros e breves, uma sentença inappellavel”. Cf. VIEIRA, 1923, p. 43-44.

Capítulo 3
***Deve pois, alguma vez que outra, o historiador
sentir como os poetas, e expressar-se como
elles...¹***

¹ O título deste capítulo recupera e reproduz de forma proposital um trecho do texto aqui estudado.

Tratar-se-á, agora, do último dos três preceitos que, em 1852, Varnhagen, escrevendo ao Imperador, apontara como imprescindível ao historiador. Ainda que apresentado em último lugar a seu correspondente, não parece ser a Varnhagen menos central o fato de que um historiador, para bem narrar o passado, além de erudito e filósofo, tivesse de ser um literato. No texto em questão, *Como se deve entender a nacionalidade...*, a apresentação deste preceito foi aquela na qual o autor mais se estendeu.

Um de seus trechos é especialmente significativo, no que diz respeito à compreensão que tinha Varnhagen da prática da escrita e da forma de tratar e usar a linguagem e ao entendimento do que para ele significava ser um historiador-literato.

Venha porem o homem mais erudito nos annaes historicos d'um paiz, e seja elle tão philosopho e estadista quanto se queira, poderá ainda escrever uma pessima historia, com que não ature um só leitor, se o desalinho da linguagem, e a incorrecção de frase a faz confusa, ou o que ainda é peor, se os ornatos pretenciosos, alheios tantas vezes á difficil 'facilidade' que deve mostrar o estylo, a tornão desagradavel. Na narração histórica o historiador deve, quanto possa aproximar seu estylo do dos oradores de tribuna. Cumpre ser correcto, puro, harmonioso e tão elegante quanto possa, sem cair em affectação. Todo escripto historico depende de narração; e esta se acha submettida aos preceitos da unidade, da verossimilhança, (pois verdades ha que mal contadas se tornão 'inverossimeis'), e do interesse para todo o leitor. Estes preceitos não forão conhecidos ou entendidos pelos dous chronistas do Rio de Janeiro, Pizarro e Balthazar, e por isso suas obras não tem quem as lea. Pelo que fica dito, obvia é a necessidade de que o historiador seja a um tempo erudito, philosopho, e litterato. Como porém exigir-se poesia na Historia, quando parece que a invenção d'aquella tão opposta é a verdade n'esta requerida. Entendamo-nos. Exige-se no historiador algum gênio poetico mas não para 'improvisar'. A poesia, em sua acceção mais lata, tem por fim verdadeiramente a expressão do bello e do sublime, quer com a harmonia da palavra, quer com os sons da musica, quer com o pincel ou o cinzel, quer finalmente com as proporções architectonicas. Tem alma poetica todo o que é capaz de conceber e definir, por qualquer d'estas formas, o bello e o sublime; mas verdadeiramente, só é poeta o que em lugar de combinar os sons a manejar o pincel ou o cinzel, ou servir-se do esquadro (isto é, em lugar de ser musico, pintor, esculptor ou architeto) domina a palavra, e a obriga a moldar-se á sua concepção 'poetica'. Factos há tão sublimes na historia de todos os povos, paragens tão encantadoras em alguns paizes, como no nosso, acções tão bellas e generosas de alguns heroes, que o historiador que os não descrevesse poeticamente não interessaria o leitor, de um modo conveniente á propria verdade. Não poderá porém, por via de regra, ter todos os dotes de historiador um poeta, digamos assim, de profissão. A propria erudição historica que tem de colher, os aridos estudos de politica e legislação, a que se deve dedicar, não se coadunão com a impaciencia dos grandes genios criadores, e serião, só por si, capazes de suffocar muito estro a menos que o poeta não fosse d'esses privilegiados do Céu, como os Schiller e os D.

Francisco Manueis, que reúnem ao estro grandes dotes historiographicos. Deve pois, alguma vez que outra, o historiador sentir como os poetas, e expressar-se como elles, para poder desempenhar o seu mister. Algumas imagens poéticas não só concilião ás vezes mais ‘interesse’, como dão á pintura mais ‘verossimilhança’.² (grifos do autor)

Como se pode observar, Varnhagen pretendia deixar muito explícito que era imprescindível o historiador seguir os bons princípios do uso da linguagem. Assim, antes de mais nada um historiador não poderia apresentar “desalinho e ser incorreto” no emprego da língua em que escreve. Ou seja, deveria escrever segundo os rigores das regras gramaticais de sua língua e ser “correto, puro e harmonioso” no emprego da palavra, de forma a cativar e conquistar seu leitor.

Nesse sentido, um historiador literato era aquele que, em primeiro lugar, tinha a gramática como fundamento e princípio da “arte de escrever e de falar corretamente (*ars bene loquendi*)”.³ Ao afirmar que qualquer obra de história seria “péssima” se fosse “desalinhada” e “incorreta”, muito provavelmente Varnhagen fazia eco à importância atribuída, desde a Antiguidade, às regras elementares da expressão falada e escrita. Em Quintiliano, encontra-se a preocupação com a correção e a clareza que todo e qualquer texto deveria alcançar. Segundo Marco Aurélio Pereira, apesar de Quintiliano afirmar expressamente que não redigira um tratado gramatical, ele defendia “o estudo sério da gramática, em primeiro lugar”, na formação de um orador. A correção gramatical no emprego das palavras era a primeira norma a ser perseguida pelo autor que desejasse alcançar a clareza e a elegância. Para Quintiliano, a gramática era o alicerce e o fundamento indispensáveis à ciência do “domínio da palavra”.⁴

Além de exigir “correção, pureza e harmonia” de um texto de história, Varnhagen prescrevia que ele fosse “tão elegante quanto possa, sem cair em affectação”. E o que era um texto elegante? Se recorremos ao *Diccionario* de Morais Silva, encontraremos a seguinte definição para a palavra “elegante”: “Em que há elegancia: v.g. discurso, palavras elegantes. O que falla com elegancia. Em que há bom gosto, discrição; com elegante juízo”. Por sua vez a palavra elegância é definida como: “escolha, policia nas palavras, e no

² VARNHAGEN, 1948 (1852), p. 230-231.

³ PEREIRA, 2000, p. 50.

⁴ PEREIRA, 2000, p. 61-63. Pereira destaca ainda que em Quintiliano a arte de falar corretamente envolvia não apenas os poetas, mas todos os outros escritores. Cf. PEREIRA, 2000, p. 66-67.

fallar”.⁵ Ter elegância no uso das palavras era empregá-las de modo “policidado”, o que, no contexto da frase, demanda nova busca de seu significado coevo, que é inusual para nós. Ter “polícia na palavra” significava empregá-la com polidez, com discrição ou, como dizia Varnhagen, era preciso que se escrevesse “sem cair em afetação”. Recorrendo novamente ao dicionário de Moraes Silva: um discurso afetado era aquele escrito “sem singeleza” (...), “apartando-se da decente simplicidade, e naturalidade”.⁶ O discurso elegante era, se seguirmos essas definições, o que parecia natural ou que não deixava à mostra os recursos empregados em sua elaboração. Como dizia Varnhagen, era preciso escrever sem que “os ornatos pretenciosos, alheios tantas vezes á difficil ‘facilidade’ que deve mostrar o estylo” tornassem a obra “desagradável”.

E, para Varnhagen, um texto de história deveria ser elegante porque “todo escripto historico depende de narração”, ou seja, ao escrever uma obra de história era preciso que se escolhessem as palavras, que se primasse pela elegância e clareza do texto, que se seguisse uma correta disposição da matéria e que se cuidasse da elocução. Além disso, era preciso que o historiador desse a seu texto a aparência de naturalidade. Enfim, era preciso que o historiador tivesse estilo. E qual seria o estilo apropriado ao gênero histórico? Varnhagen não se furtava de apresentá-lo e, novamente categórico, ensinava que ao historiador cabia aproximar seu estilo do “estylo dos oradores de tribuna”. Ou seja, para que o historiador pudesse escrever de forma elegante, deveria pautar-se pelas conveniências próprias do gênero histórico e estas eram similares às do gênero judiciário.⁷ A seu ver cabia à história, assim como aos juizes, conseguir as provas, analisá-las, para, finalmente, emitir o veredicto final, defendendo ou acusando uma causa e provando para seus leitores a veracidade dos fatos que narrava.⁸ Como um juiz, o historiador construiria sua narrativa sem deixar brechas para dúvidas ou questionamentos. Prescritivo, Varnhagen estabelecia que a narrativa histórica estava submetida a regras.

⁵ MORAIS SILVA, 1922 (1813), vol. I, p. 651.

⁶ MORAIS SILVA, 1922 (1813), vol. I, p. 53.

⁷ Segundo Pierre Guiraud, o gênero histórico é definido como “o relato verídico e a apreciação dos fatos importantes que constituem a vida de uma nação”. Cf. GUIRAUD, 1970 (1954), p. 24.

⁸ Tratando do gênero judiciário, Quintiliano prescrevia que: “Mas primeiramente devemos ver ‘Qual é o gênero da causa? Qual a sua questão? Que coisas temos a nosso favor e que coisas contra nós?’ Depois destas considerações passaremos a ver o que pertence à ‘prova’ e à ‘refutação’. Daí como havemos de ‘narrar’. Pois sendo a narração a preparação das provas, não se pode fazer bem, sem primeiro se saber de que provas havemos de servir-nos”. Cf. QUINTILIANO, 1944, vol. I, p. 146-147. (grifos do autor). Em Horácio pode-se ler: “Que cada gênero, bem distribuído ocupe o lugar que lhe compete”. Cf. HORÁCIO, 1984, p. 85.

Do mesmo modo que na criação poética, ao redigir um texto o historiador tinha, segundo Varnhagen, de preocupar-se com o belo; mas se o belo na poesia era alcançado pela harmonia da forma, no discurso histórico ele era atingido graças à capacidade de o historiador torná-lo verossimilhante, por meio da invenção apropriada.

Ora, certamente Varnhagen remete seu leitor aos ensinamentos retóricos dos antigos, à medida que se preocupa com seus preceitos fundamentais. Assim, nos termos de Lausberg, estudioso de retórica, pode-se dizer que uma das preocupações de Varnhagen diz respeito à *inventio*, ou seja, à primeira fase de elaboração de um discurso, definida como “o acto de encontrar pensamentos (*res*) adequados (*aptum*) à matéria (...) que servem como instrumentos intelectuais e afectivos para obter, pela persuasão do juiz, a vitória do partido representado”. Não se tratava, porém, tal como advertia Lausberg, de um processo de criação, mas de se encontrar os pensamentos aptos para o discurso, por meio de “perguntas adequadas”.⁹ Por sua vez, ainda segundo Lausberg, e assim como compreende Varnhagen, a *inventio* era inseparável da *dispositio*, ou seja, da organização das idéias segundo a finalidade a que se destina o discurso; trata-se de uma distribuição eficaz e favorável da totalidade do discurso para se garantir a credibilidade e combater o tédio.

Na perspectiva de Varnhagen, se a incansável e exaustiva pesquisa documental era inerente ao trabalho do historiador, também o era sua tarefa de saber bem traduzir seus achados numa elegante construção discursiva. Um discurso histórico elegante deveria ser composto a partir de uma invenção e de uma disposição da matéria capazes de torná-lo verossimilhante. Muito enfaticamente, ele condicionava a capacidade do historiador de narrar a verdade à forma de sua narrativa. Se bem executada, reconstituiria o passado e convenceria os homens do presente – ou daria a seu leitor a sensação de verossimilhança. Ser um historiador-poeta não significava, portanto, improvisar ou seguir somente a inspiração. Significava cuidar de sua construção textual e, não por acaso, Varnhagen afirmava que só era “verdadeiramente poeta” aquele que, “em lugar de ser músico, pintor, escultor ou arquiteto (...) domina a palavra e a obriga a moldar-se á sua concepção poética”. A revelação da verdade dependia do controle da palavra e de seu correto emprego. Dependia também, portanto, da elocução, definida por Lausberg como “a expressão

⁹ LAUSBERG, 1972, p. 91. Segundo Lausberg, no século XII estas perguntas foram reunidas no hexâmetro: *quis, quid, ubi, quibus, auxiliis, cur, quomodo, quando?*. Cf. LAUSBERG, 1972, p. 91.

lingüística dos pensamentos encontrados pela *inventio*". Na construção do discurso o orador depende, segundo Lausberg, "da gramática – das regras que regulam a pureza lingüística e idiomática – e da retórica – que é o sistema de regras de bem dizer".¹⁰

É preciso destacar que, no longo trecho transcrito, Varnhagen, por quatro vezes, utilizou o verbo "dever". E o fez no sentido prescritivo, estabelecendo a forma como se deveria escrever a história. Para além de sua preocupação com a pesquisa infundável de arquivos e com a exegese documental, ele entendia e acreditava desempenhar a forma papel estruturante na narrativa histórica.

A preocupação com a forma da escrita estava, ainda, diretamente ligada ao leitor. Ele era o motivo último do trabalho realizado, o alvo a ser atingido. Varnhagen afirmava que um dos "preceitos" de que dependia a narrativa histórica era "o interesse do leitor". Essa capacidade de produzir uma "obra aturável" determinaria, no leitor, a decisão de dar prosseguimento ou não à leitura iniciada. Somente se ele desejasse prosseguir a leitura seria possível apresentar-lhe a totalidade histórica e convencê-lo da exatidão da narrativa realizada, assim como da justeza dos exemplos apresentados e dos juízos e conselhos ministrados. Da pesquisa partira o historiador, mas seu trabalho só concretizaria seus objetivos se possuísse elegância textual, de modo a alcançar com eficácia o receptor.¹¹

Na carta endereçada a D. Pedro II, em 1852, Varnhagen explicava pacientemente ao Imperador do Brasil a orientação que seguira em seu trabalho de redação da *HGB*: ela não seria apenas resultado de erudição. De antemão, prevenia seu privilegiado leitor das preocupações que o haviam levado a uma cuidadosa construção textual, segundo os objetivos que pretendia alcançar e a compreensão que tinha do ato de escrita da história. Forma, fins e conteúdo andavam unidos, e, se algum desses elementos faltasse a uma obra histórica, ela não se realizaria enquanto tal. Ressalte-se que Varnhagen inverte agora a ordem que utilizara para apresentar os preceitos inerentes ao ofício do historiador. Se na exposição desses preceitos, ele iniciara pela exigência da erudição, pré-requisito necessário ao ofício e vinculado à figura do autor, uma vez pronta a obra histórica, a primeira qualidade a ser nela observada vinculava-se ao leitor, ou seja, a capacidade manifesta do historiador de bem expressar suas idéias, ao dominar a palavra por "ser literato".

¹⁰ LAUSBERG, 1972, p. 115.

¹¹ Sobre o papel da história como iluminadora dos homens no presente, ver o segundo capítulo desta tese.

A compreensão das reflexões de Varnhagen sobre o “historiador literato” implica, de todo modo, a compreensão também do que, para ele, e para seu tempo, estava envolvido no tratamento das questões sobre o estilo. Pierre Guiraud lembra que data do final do século XVIII o aforismo de Buffon (1707-1788) – “le style est l’homme même” – que foi interpretado como eco de uma nascente compreensão da linguagem, compreensão em que o estilo é uma criação sempre renovada da experiência humana.¹² Guiraud assim comenta essa máxima: “Isto equivale a dizer, simplesmente, que as idéias, a substância do discurso, podem ser tomadas do seu autor, enquanto a forma que êste lhes deu permanece de sua propriedade e não pode ser transformada, alterada ou imitada”. Segundo ele, o aforismo de Buffon marcou o momento em que se instaurou no Ocidente, a discussão que atravessaria todo o século XIX: “O problema do etilo nunca foi tão vivo e universalmente discutido. (...) o problema não cessa de preocupar os escritores, os críticos, os historiadores, os filósofos (...)”.¹³ Ao longo do século XIX, afirma Guiraud, foi elaborada a compreensão moderna da linguagem enquanto instrumento de expressão das experiências, das emoções e dos sentimentos do indivíduo.¹⁴

Entretanto, Guiraud alerta para a necessidade de se ler o aforismo de Buffon com cuidado, para se perceber que ele estava longe de ter a abrangência que modernamente se lhe atribui, opinião partilhada pelo historiador Peter Gay. Segundo essa outra perspectiva, na sentença de Buffon estaria contido um enfático apelo aos escritores seus contemporâneos para que tratassem o estilo não como uma simples ornamentação de suas obras, mas como o alicerce do trabalho do escritor. Certamente, o que Buffon pretendia dizer era que o estilo de um escritor deveria expressar “de maneira instrutiva (...) seu passado pessoal”.¹⁵ Ao proclamar que o estilo revelava o homem, Buffon insinuava que o grande escritor era aquele que trazia as marcas indeléveis de uma formação aprimorada. Para além de uma compreensão do estilo como expressão da individualidade, deslindar o estilo de um escritor seria nele encontrar impresso as marcas que o distinguiam e o faziam partícipe de um seletivo grupo intelectual. Ter estilo era compartilhar formulações

¹² GUIRAUD, 1970 (1954), p. 47.

¹³ GUIRAUD, 1970 (1954), p. 55.

¹⁴ Como afirma Mattoso Câmara Jr, no século XIX estilo passou a significar, numa acepção estrita, a forma pela qual o indivíduo se apropria e faz uso dos “elementos que a língua ministra”, ou seja, das “possibilidades de expressão que se apresentam na língua”. Cf. CÂMARA Jr., 1956, p. 90.

¹⁵ GAY, 1990 (1974), p. 20-21.

consagradas, que fariam de um homem um homem de estilo e, por isso, segundo Peter Gay, “uma boa parcela do discurso sobre o estilo concentra-se na busca de formulações literárias felizes e da virtude tradicional, ainda que admiravelmente esquiva, da clareza”.¹⁶ Assim, em seu aforismo, Buffon empregava a palavra “estilo” num sentido que se nos tornou completamente estranho. Mas, um sentido que era partilhado por Varnhagen.

3.1 A questão do estilo na Correspondência ativa

Varnhagen compartilhou suas opiniões sobre o estilo e o controle da palavra com alguns de seus correspondentes, além do próprio Imperador. Em várias passagens de suas cartas, revelava seus cuidados com a correção gramatical e com a adequação do assunto ao gênero. Em outros trechos, pacientemente dedicava-se a tornar inteligíveis as estratégias de composição que empregara para gerar determinados efeitos no público leitor – revelava os fins persuasórios que almejava. Ao apresentar e desnudar a composição de sua obra, demonstrava dominar as discussões em voga acerca do estilo e anunciava sua capacidade de realizar formas literárias consagradas pela tradição. Pode-se admitir que nessas ocasiões ele desejava mostrar e mesmo ostentar o controle que tinha sobre a palavra escrita.

Nos parágrafos subseqüentes serão apresentados, em ordem cronológica, trechos retirados de cartas redigidas por Varnhagen. Eles comprovam que não foi apenas em 1852, às vésperas da edição da *HGB*, e dirigindo-se a D. Pedro II, que Varnhagen tratou da questão do estilo e, por outro lado, revelam uma preocupação permanente, que dá bem a medida da importância atribuída por Varnhagen, na elaboração de seus textos, à adequação entre conteúdo, forma e fim.

Em agosto de 1839, Varnhagen escrevia a Heliodoro da Cunha Rivara¹⁷ e com ele discutia acerca do estilo a ser adotado em uma obra:

Falla-me V. S^a no seu trabalho á cerca de classicos portuguezes. Nasceu-me o desejo de saber em que sentido era, por que eu tinha sobre isso já escripto alguma

¹⁶ GAY, 1990 (1974), p. 19.

¹⁷ A correspondência entre Varnhagen e Cunha Rivara mereceria um estudo à parte. Nela podem-se verificar uma liberdade de expressão e uma espontaneidade inexistentes em todo o restante de suas cartas. Acredito ser possível afirmar que Varnhagen era autêntico em seu relacionamento com Cunha Rivara, a quem inúmeras vezes chama de amigo, diz esperar para o Natal e revela angústias e satisfações.

coisa em estilo meu romântico á Walter Scott; – e creio que em gênero didactico e desta natureza offerceria novidade. Passei a esta lembrança depois de ter premeditado diálogos, que também para o meu fim seria bom estilo. Penso porém que o trabalho de V. S^a será mais elevado e sério.¹⁸

Destaque-se: “em estilo meu romântico á Walter Scott”. O estilo era dele, mas havia um modelo que fora construído por Scott. Essa escolha, por sua vez, respondeu a um intento muito claro; terminara por seguir o “estilo romântico” e não o fizera por casualidade, por simples inspiração, mas por avaliar e julgar ser o melhor estilo, no sentido de modelo e de forma, para realizar o gênero literário que pleiteava: o gênero didático. Muito provavelmente, o escrito a que Varnhagen faz referência é a *Crônica do descobrimento do Brasil*, que se constitui em uma paráfrase romanceada da Carta de Pero Vaz de Caminha. Esta suspeita é corroborada pela afirmação de Inocêncio da Silva acerca da *Crônica*:

Vi uma carta do autor [Varnhagen] dirigida a um sábio e respeitável literato, na qual dava razão desta sua composição, dizendo que a escrevera [a *Crônica*] para fazer chegar ao conhecimento do público a interessante carta de Pero Vaz de Caminha, e que preferira a forma do romance por ser este o melhor meio de adaptar ao gosto de todos a história do país.¹⁹

Inocêncio não cita a quem era endereçada essa carta e nem onde a pudera ler. Contudo, desperta a atenção o fato de Inocêncio também destacar que Varnhagen apenas publicara a Carta de Caminha “na forma de romance”, porque pretenderia, então, agradar ao público. Varnhagen escrevera a *Crônica* porque estaria preocupado em chamar a atenção dos brasileiros para um documento de sua história e julgara ser o romance²⁰ a única forma e o melhor veículo para atingir seu intento²¹ – fazer com que os brasileiros se interessassem pela Carta de Caminha e pela história do Brasil.

No mesmo ano de 1839, Varnhagen voltava a dirigir-se a Cunha Rivara, sugerindo matérias sobre as quais poderia versar em artigos destinados à revista Panorama.

¹⁸ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 31.

¹⁹ SILVA, 1859, tomo II, p. 320. A *Crônica do descobrimento* foi publicada pela primeira vez no Tomo IV, de 1840, na revista Panorama e numa segunda edição do mesmo ano, revista pelo autor.

²⁰ A compreensão de Varnhagen do romance não é distinta daquela de tratadistas de retórica do século XIX. Em seu estudo sobre a forma subjacente à obra de José de Alencar, Eduardo Vieira Martins recuperou opiniões de alguns desses tratadistas sobre o romance e constatou que eles preconizavam “uma finalidade moralizante” e que tentavam enquadrá-lo nas “categorias retórico-poéticas tradicionais”. Cf. MARTINS, 2005, p. 80-89.

²¹ Varnhagen dizia, na mesma época, em outra carta dirigida a Cunha Rivara, que a carta de Caminha era uma “linda narrativa”. Cf. Varnhagen in LESSA, 1961, p. 35.

Aconselhava-o a escrever quadros históricos (ou “curiosidades do Brasil”), continuando trabalho iniciado por Alexandre Herculano. Era, porém, enfático ao prescrever:

Convêm ainda dizer outra reflexão; que convirá ser effectiva para todos os artigos que se escreverem em periódicos como o Panorama. É necessário que em todos elles trabalhe a imaginação, quero dizer, que com verdade haja imagens e poesia que deleite. V. S^a bem o saberá – É necessario que quem escreve incuta as suas ideas e é nisto que consiste a maior ‘originalidade’ que de V. S^a pedem os Directores do Panorama.²²

Varnhagen recomendava a seu amigo que, antes de se dedicar à redação de qualquer texto para uma revista como a *Panorama*, era preciso refletir acerca do estilo a ser adotado nos artigos. Preceituava uma norma a ser seguida: era preciso ter imaginação para deleitar o leitor.²³ Não se tratava, porém, de gerar apenas uma pura sensação de descomprometido e gratuito regozijo. O deleite a ser gerado era propositalmente construído para “incutir idéias”, constituindo a originalidade do escritor não a sua criatividade singular, mas a capacidade de produzir imagens para conquistar o leitor e de levá-lo à concordância com as idéias apresentadas.²⁴

Interessante é que nos gêneros textuais tratados nesses dois trechos, Varnhagen tratava de gêneros textuais – o romance histórico (ou quadros históricos) e a biografia – próximos ao da história e, apesar disso, não manifestou qualquer preocupação acerca da relação com o mundo exterior. Sua preocupação gira em torno da escolha da melhor maneira de um autor arquitetar seu texto para agradar ao “respeitável público”, ou seja, considerava o texto segundo a forma que deveria ser adotada para atingir esse objetivo. Verossímil, portanto, seria a obra que estivesse adequada às expectativas de seu destinatário e fosse capaz de, exatamente por isso, conduzi-lo à concordância com os princípios anunciados pelo autor. Uma definição, em outros termos, propriamente retórica, pois, como

²² Varnhagen in LESSA, 1961, p. 34.

²³ Eduardo Vieira Martins lembra que a palavra imaginação não tinha, entre os retóricos do século XIX, o significado que posteriormente lhe será atribuído. Martins cita, por exemplo, o tratadista Miguel do Sacramento Lopes Gama, para quem o conceito de imaginação estava ligado a *imago*, consistindo na capacidade de combinar ou reunir imagens em conformidades com a afeição que se desejava “excitar nos outros”. Apud. MARTINS, 2005, p. 47.

²⁴ Em outra carta ao mesmo Cunha Rivara, Varnhagen informava ter lido seu artigo sobre “a vida do Arcebispo” publicado em o *Panorama*; gostara do que lera porque encontrara “viveza de imagens que agrada ao ‘respeitavel público’.”(grifo do autor) Varnhagen in LESSA, 1961, p. 35.

lembra Eduardo Vieira Martins, “retoricamente, o verossímil não é a correspondência à verdade, mas à *doxa*, à opinião do leitor”.²⁵

Pode-se argumentar que Varnhagen pretendia agradar para garantir a aceitação para publicação de seus artigos pela revista *Panorama*, uma vez que ele, assim como todos os colaboradores da Revista, recebia pelos artigos aprovados e publicados em suas páginas.²⁶ Contudo, se essa preocupação existia e foi inclusive por ele manifesta em passagens de suas cartas a Cunha Rivara, no caso há uma compreensão da linguagem que constitui a base de suas colocações e que acompanha suas preocupações de ordem financeira. Assim, a motivação do escritor pode ser variada, e inclusive financeira, mas a finalidade da linguagem era sempre a de obter o efeito pretendido sobre o leitor.²⁷ Quando Varnhagen ressalta a necessidade de “gerar imagens”, não faz apenas referência ao emprego dos tropos da linguagem: muito para além do uso das figuras de linguagem, deve-se pensar na totalidade do discurso. Para agradar e convencer um leitor, uma obra tinha de ser conveniente ao gênero, o que novamente nos remete às prescrições retóricas sobre o decoro interno, tanto quanto o externo.²⁸

²⁵ MARTINS, 2005, p. 142.

²⁶ Nas cartas de Varnhagen a Cunha Rivara é possível encontrar passagens nas quais problemas de ordem material são discutidos. Em agosto de 1839, por exemplo, informava a seu amigo o valor que a revista *Panorama* pagava por artigos: “A Direcção paga desde 1200 até 2400 por página, sendo, aquele o preço das boas traducções e este o de artigos de moral, religião etc”. Cf. Varnhagen in LESSA, 1961, p. 29.

²⁷ Lausberg define a retórica, num sentido restrito, adverte, como “a arte do discurso partidário”; trata-se de um sistema de formas de pensamento e de linguagem que pode servir à finalidade de quem discursa para obter o efeito que pretende; um sistema que é aprendido pelos sujeitos e cuja aplicação “torna-se mecânica”. Cf. LAUSBERG, 1972, p. 75-76. A antiga arte retórica comportava na sua origem cinco operações distintas e seqüenciais: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *actio* e *memoria*. Porém, Barthes afirma que logo as duas últimas operações foram abandonadas, porque se a retórica servia aos discursos declamados, ela se prestava “também quase exclusivamente para obras [escritas]”. De uma teoria de produção de discurso, conforme se encontrava em Aristóteles, ela se torna, ainda na antiguidade, uma “teoria da arte de escrever”, deixando a retórica de opor-se à poética: “Dionísio de Halicarnasso (...) em seu *De compositione verborum* (...) [ocupa-se] unicamente com um valor novo: o movimento das frases”. Cf. BARTHES, 1975, p. 161.

²⁸ Segundo Adolfo Hansen, em sua *Arte Poética*, Horácio pensa em termos de “uma doutrina da proporção retórico-poética”: uma obra de arte, fosse uma pintura ou uma poesia, deveria guardar, por um lado, o decoro interno – a “adequação estilística das partes da obra ao todo” – e, por outro, o decoro externo, entendido como a “adequação da obra às circunstâncias convencionais da recepção”. A adequação interna de uma obra, segundo Hansen, dizia respeito ao perfeito ajuste entre a invenção, a disposição e a elocução e está ligada às “três grandes funções retóricas de *docere* (utilidade), *delectare* (prazer) e *movere* (mover)”. A adequação externa, por sua vez, dizia respeito à avaliação positiva dos ouvintes/leitores quanto aos modelos reconhecidos como autoridades naquele gênero. Assim, conclui o professor Hansen: “[Em] Horácio a obra é bem realizada quando não se pode acrescentar nada a ela, nem nada pode ser extraído dela. Por isso, impõe-se o sistema dos gêneros e suas correções estilísticas diferenciais, com clarezas e obscuridades específicas (...)”. Cf. HANSEN, 1994, p. 123, 125.

A questão da conveniência da obra ao gênero foi retomada em carta de 1842, endereçada a Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Depois de dar notícias de inúmeros documentos que encontrara ou que acreditava vir a encontrar, concluía sua carta lembrando que até então nada publicara, apesar das inúmeras horas gastas com a pesquisa. Prestava conta de seu trabalho, reconhecia e agradecia o emprego de adido especial na embaixada brasileira em Lisboa e comunicava estar a reunir “os elementos para a organização de uma conveniente *Historia da Civilização do Brasil*”. Porém, para tal, acreditava necessitar de, além do empenho em seus trabalhos de pesquisa, “fazel-o com mais madureza, e sem precipitação por todos os escriptores condemnada nas expressões proverbiais do velho Horácio”.²⁹ Varnhagen referia-se explicitamente a Horácio, sugerindo que Januário da Cunha Barbosa poderia buscar, no poeta, explicações para seu aparente atraso em publicar os resultados de suas pesquisas. Certamente Varnhagen lembrava os ensinamentos de Horácio de que um autor estava obrigado a se preparar com cautela e antecedência, para depois empreender a produção de um texto. Na *Arte Poética* de Horácio se encontra a seguinte recomendação aos poetas:

Vós que escreveis, escolhei matéria à altura das vossas forças e pesai no espírito longamente que coisas vossos ombros bem carregam e as que eles não podem suportar. A quem escolher assunto de acordo com as suas possibilidades nunca faltará eloquência nem tão-pouco ordem luzida.³⁰

²⁹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 95. A referência a Horácio não parece ser gratuita, uma vez que ela se repete em outras e distintas passagens de sua obra. Em 1852, dez anos depois da passagem citada, Varnhagen publicou, na *Revista* do Instituto Histórico, uma biografia de Antônio de Moraes Silva. Nela fazia referência ao poeta romano: “Acerca do dicionario de Moraes se póde dizer com Horacio: *Ubi plura nitent, non ego paucis offendar maculis*.” Cf. VARNHAGEN, 1852, p. 246. Em 1854, no primeiro volume da *História geral do Brasil*, Varnhagen descrevia o estado de selvageria e barbárie no qual afirmava viverem os indígenas brasileiros; consolava seu leitor lembrando que: “não devemos admirar, quando outros selvagens, no dizer de Horácio, brigavam só pela posse de uns covis ou de algumas bolotas”. Cita então a seguinte frase retirada de Horácio: “*Glandem atque cubiliá propter pugnabant*”. Cf. VARNHAGEN, 1978 (1854), vol. I, p. 36. Certamente Varnhagen citava em latim porque havia um reconhecimento social desse saber. Em um estudo sobre o uso do latim em diferentes domínios, Peter Burke afirma que a língua permaneceu empregada em trabalhos científicos, em citações, em conversas diplomáticas, em tratados internacionais, dentre outros, pelo menos até final do XIX. Burke alerta para o fato de que essa permanência não é homogênea para toda a Europa e nem para todos os domínios do conhecimento. Cf. BURKE, 1993. Também André Chervel afirma que o domínio do latim era um símbolo que conferia “une marque indélébile de l’appartenance à l’élite avec, comme signe de reconnaissance, sinon la maîtrise et le goût des langues anciennes, du moins une certaine familiarité avec des phrases ou des citations latines”. Cf. CHERVEL, 1993, p. 9-10.

³⁰ HORÁCIO, 1984, p. 57. Segundo Rosado Fernandes, em sua *Arte Poética*, Horácio: “Procura sobretudo expor as suas ideias, tiradas ou não de autores precedentes, e tenta provar que para fazer poesia não deve pensar o aprendiz de poeta que a poesia é uma actividade de amator, que o poeta nasce por geração espontânea, nem confiar em demasia no talento, nas aptidões naturais do poeta. Para que a poesia seja algo de

Segundo Rosado Fernandes, tradutor da *Arte Poética*, a obra horaciana “encontrou, como em toda a Europa, favor muito especial entre os latinistas portugueses, que dela fizeram várias edições”.³¹ Tais traduções foram conhecidas, em Portugal, desde o século XVI e, na segunda metade do século XVIII e ao longo do XIX, a *Arte Poética* mereceu nada menos que dez traduções e publicações diferentes, em Portugal.³² Assim, ao fazer referência a uma teoria poética tão conhecida e apreciada, Varnhagen transformava o que poderia ser um demérito – o fato de não tornar público o fruto de suas pesquisas, que eram, inclusive, possibilitadas pelo emprego na embaixada brasileira – em qualidade.

Se tinha consciência de ser preciso a um autor uma larga preparação, isso não significa, porém, que Varnhagen acreditasse que apenas aos mais velhos era dado o direito de se expressarem. Nas cartas trocadas com seu amigo Cunha Rivara, Varnhagen afirmava ser “honra e não desar, o abalançar-se a empresas grandes”.³³ Incentivava seu amigo a escrever para a revista *Panorama* e lembrava ser preciso enfrentar os temores:

Vejo que V. S^a faz muito caso de dificuldades futuras e passadas. Lembro a V. S^a que muitas vezes tenho ouvido dizer ao Sr. Herculano, ‘que quem quer escrever para o publico deve ser descarado em quanto está com a penna na mão’. D’outro modo tudo são receios, tudo são dúvidas, medos de errar, de deixar escapar alguma coisa, de ... tudo. Convem sim ter e seguir certas normas, mas não sermos tão scepticos que depois de escrevermos uma duzia de vezes algumas linhas n’um papel nos não atrevamos a continuar. Quem me daria a mim, – rapaz de 22 anos, atrevimento para me arrastar em questões acadêmicas, se não fosse às vezes o preciso ‘descaramento litterario’, tão necessario como o politico! (...) Aqui em Lisboa conheço um velho de grande saber e erudição, e como tal conceituado; a tudo tem que dizer e notar alguma coisa: mas por isso mesmo ainda se não atreveu a pôr penna em papel com medo de que lhe escape alguma noticia, ou algum Autor a citar.³⁴ (grifos do autor)

Novamente é possível buscar em Horácio as lições que Varnhagen incorporara e agora prescrevia. Na *Arte Poética*, Horácio afirmava que havia “caracteres de cada idade”. Quando um jovem escrevia, havia a marca, em sua escrita, da impetuosidade e da inconstância de opinião; mas com o amadurecimento vinha o “espírito viril”, e, ainda

elevado, de útil à cidade, para que alcance o seu fim educativo e estético, tem o poeta de possuir talento e arte, e para melhorar o seu critério literário deve submeter-se a trabalho aturado nunca desprezando a opinião dos críticos. Só assim, com uma vigilância perfeita, poderá o poeta criar poesia verdadeiramente digna deste nome”. Cf. ROSADO FERNANDES, 1984, p. 29.

³¹ ROSADO FERNANDES, 1984, p. 36-39.

³² Cf. ROSADO FERNANDES, 1984, p. 38-45.

³³ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 33.

³⁴ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 35-36.

segundo Horácio, o homem velho “foge a comprometer-se para não ter de sofrer depois ao remediar os erros”. Assim, concluía Horácio, era preciso que se reconhecesse que

muitas desvantagens traz consigo o mudar dos anos, mas muitas outras o declinar leva consigo: não deve, pois, o papel do velho ser confiado ao jovem, nem o de homem ao rapaz. Que sempre os autores se atenham às qualidades e atributos de cada idade.³⁵

Varnhagen dizia a Cunha Rivara que tinha “descaramento literário” ao colocar-se a escrever. E não havia nada de mal nessa atitude: sendo um rapaz de pouca idade, sabia não possuir “grande saber e erudição”, mas possuía coragem para seguir os conselhos de Alexandre Herculano. Enfrentava a pena e o papel e lançava-se a empreendimentos “literários”, sem se deixar dobrar pelo temor da censura. É claro que, advertia, “convém sim ter e seguir certas normas”, que controlavam e orientavam a palavra. Essa discussão é importante não apenas para reafirmar a preocupação de Varnhagen com o aspecto formal do texto, mas também sua consciência de que a perfeição só se alcançaria com a experiência.

Em maio de 1853, quando comunicava ao Imperador a conclusão do primeiro volume da *HGB*, afirmava que, apesar de a obra estar pronta, tomara a decisão de a ir “retocando até entrar no prelo”; meses mais tarde voltava a referir-se aos “retoques, correções (...)”³⁶ que continuava a fazer na obra já concluída. Em dezembro daquele ano, estando em Paris, cuidando da publicação da *HGB*, informava:

Por ora não entreguei o texto ao prelo; porque devendo ser morosa a obra das gravuras, basta que o texto se comece a imprimir poucos meses antes da conclusão daquellas, o que dará tempo a novos retoques, que cada dia vou fazendo, sobretudo em cortes desapiedados para dar à redação mais unidade e harmonia.³⁷

Novamente as afirmações de Varnhagen nos convidam a voltar aos antigos: Horácio expressamente recomendava que os poetas “gastassem tempo no demorado trabalho da lima”, devendo ser censurado “todo o poema que não for aperfeiçoado com muito tempo e muita emenda e que depois de retalhado dez vezes, não for castigado até ao cabo”.³⁸

É claro que se pode imaginar que Varnhagen exagerava seu desvelo para com a *HGB* para gerar uma boa impressão no Imperador. O que se destaca, porém, é que os

³⁵ HORÁCIO, 1984, p. 81.

³⁶ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 201/205.

³⁷ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 209.

³⁸ HORÁCIO, 1984, p. 97-98.

retoques e correções a que se referia consistiam em melhorias na composição de suas frases e de suas passagens. Se o texto passava também por “cortes desapiedados”, fossem retoques, correções ou cortes, em todos os casos o autor visava a “dar à redação mais unidade e harmonia”. Afinal, a expressão lingüística dos pensamentos deveria pautar-se em uma relação de combinação perfeita das palavras, passagens e capítulos, a fim de produzir uma sensação agradável e de prazer no leitor. A harmonia e a unidade da obra eram estruturantes da coerência interna da obra, portanto, condições primárias para que ela atingisse o leitor, conforme Varnhagen expusera e insistira em outras ocasiões.

Em 1857, quando da finalização do segundo volume da *HGB*, Varnhagen enviou a D. Pedro II uma longa carta, na qual essas observações eram recuperadas e lembradas. Tratava-se, agora, porém, de explicar a composição de algumas passagens da *HGB*:

Não poderia aqui explicar uma a uma todas as razões que tive para dar certos toques, para empregar taes ou taes frases na Historia Geral. Assim v. gr. na pag. 412 (do Tomo 2º) há duas palavras que parecem desfavorecer, e sem embargo estão ahí de intento e depois de muita reflexão. Era necessário começar por não me constituir adulator, para melhor encaminhar commigo o leitor a crer o que logo depois digo em tópicos mais melindrosos e essenciais à *heroicidade*. Como *chronista* poderei ser mais adulator ou panegyrista, como historiador produziria efeitos negativos. Creio que faço justiça ao Sr. D. Pedro 1º.³⁹ (grifos do autor)

A força do trecho precisa ser considerada. Varnhagen acreditava ser imprescindível esclarecer a seu privilegiado destinatário que a escrita da *HGB* fora realizada de maneira muito premeditada e cuidada. O Imperador deveria estar ciente das estratégias discursivas empregadas na composição do texto. Não sendo possível, naquele momento, enumerar todas elas, necessário se fazia destacar que as palavras tinham sido escolhidas e dispostas segundo os fins pretendidos. No trecho em questão, alertava ao Imperador para o fato de que o texto da *HGB* parecia “desfavorecer” D. Pedro I em algumas passagens; para além da apresentação de inúmeras provas documentais, o autor dava a impressão de que avaliava os méritos do personagem. Alegava, porém, tratar-se de uma estratégia, cujo efeito pretendido era fazer com que o leitor adquirisse confiança na imparcialidade do autor. E como esta confiança seria adquirida? No exemplo por ele mencionado, tratava-se de não temer a revelação das fraquezas do primeiro Imperador do Brasil. A estratégia de construção textual era revelada ao Imperador, mas ao leitor comum as palavras de elogio apresentar-se-iam,

³⁹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 246-247.

afinal, “naturais e espontâneas”. O apelo à emoção não podia dar ao leitor a impressão de tratar-se de obra de panegirista. A estratégia da exposição visava a conduzir o leitor à concordância com os raciocínios e com os pontos de vistas apresentados e defendidos pelo historiador.

Clado Lessa identificou, na primeira edição da *HGB*, a passagem que “desfavorecia” a figura de D. Pedro I: “Era [o Príncipe D. Pedro] franco e sympathico, mas nem sempre grave, e às vezes caprichoso. Entusiasta pela gloria, não conhecia ainda bem em que ella consistia”.⁴⁰

Muitos anos depois da carta de 1857, voltando a se dirigir a D. Pedro II, Varnhagen outra vez se referiu à independência do Brasil. Naquele momento – 1875 – ele anunciava ter esperado a presença do Imperador na Europa para lhe apresentar a nova versão da *História da independência* que preparara:

Todo entregue a um novo trabalho, e contando com a vinda de V. M. I. à Europa no decurso deste anno, deixei de Lhe escrever, pensando aqui surprehendel-O com a leitura de algumas passagens desse mesmo trabalho, – a *Historia da independência*, desde 1820 a 1825, já terminada no todo, e só dependendo de retoques e aperfeiçoamentos ‘na forma’.⁴¹

Na mesma carta, anunciava que D. Pedro I voltaria a sair de suas páginas como verdadeiro herói – “segundo as provas que apresento”⁴² –, mas que a obra ainda não fora a público porque necessitava ainda de “retoques e aperfeiçoamentos ‘na forma’.” É preciso destacar que o grifo da expressão “na forma” implica que o autor julgava serem necessários aprimoramentos estilísticos para a conclusão da obra; não bastavam “as provas”. Ao término da carta, dizia:

Lisongeio-me de que, entrando em liça com todo valor e disposto a travar batalhas campaes com quem quer que seja, porei em devido logar os demais lidadores da independencia e farei bem sentir que foi o Sr. D. Pedro 1º tão amigo da *gloria*, que até de N. Sra. era devoto sob essa invocação (...) a quem o Brazil deveu principalmente a independencia, de modo que se encontrarão mui naturaes e expontaneas as palavras com que encerro a obra: ‘saudando, com veneração e reverencia a memória do príncipe fundador do Imperio’.⁴³ (grifos do autor)

⁴⁰ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 247, nota 1.

⁴¹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 432. José de Alencar também faz referência ao incansável trabalho de correção de texto ao qual estava submetido um autor, segundo o preceito estabelecido em Horácio em sua *Arte Poética*. Apud. MARTINS, 2005, p. 102.

⁴² Varnhagen in LESSA, 1961, p. 432.

⁴³ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 432-433.

Varnhagen retomava suas preocupações da adequação dos acontecimentos ao seu modo de apresentação e aos objetivos perseguidos. As palavras deveriam parecer “mui naturaes e expontaneas”. Escrevera uma história engajada, utilizando-se de provas documentais. Mas, se as provas apresentadas eram idôneas, só seriam efetivamente indiscutíveis e verossímeis se a composição textual fosse capaz de as fazer “bem sentir”. Enfim, pretendia que seu leitor terminasse por reconhecer como legítimas a “veneração e reverência” de que era digno o primeiro Imperador do Brasil. Era pelo coração, talvez muito mais que pela razão, que esperava a adesão do leitor. Como tinha certeza de que atingiria o leitor, podia assim concluir o capítulo sobre o Grito do Ipiranga: “Terminamos, pois, saudando, com veneração e reverência, a memória do príncipe ‘Fundador do Império’.”⁴⁴ (grifo do autor)

Na segunda edição da *HGB*, realizada em 1877, Varnhagen suprimiu os três capítulos referentes à independência, porque já redigira a *História da independência*. No último capítulo, anunciava: “Essa nossa *História da independência* já se acha escrita, e será publicada apenas consigamos elucidar algumas poucas dúvidas que ainda temos”.⁴⁵ O trecho citado por Clado Lessa, que constava do segundo volume da primeira edição da *HGB*, passou a fazer parte do quarto capítulo da *História da independência*. Esse trecho, modificado por Varnhagen, tornou-se o seguinte: “O Príncipe Dom Pedro, ao ficar de regente no Brasil, não contava ainda vinte e três anos. Dotado de talento natural, era pouco instruído, volúvel e um tanto vaidoso, mas bastante franco, generoso, liberal e ativo”.⁴⁶ Acredito que a oposição de marcas de caráter permanece presente nesse trecho: mas as marcas negativas do caráter de D. Pedro I foram compensadas pelas positivas, que chegavam a sobrepujar as primeiras, sobretudo porque foi destacado o fato de ser D. Pedro I, à época da independência, ainda muito jovem. Varnhagen chegava mesmo a qualificá-lo como liberal!

Na primeira forma de elaboração do trecho, o leitor tinha de lembrar, por conta própria, da juventude de D. Pedro I em 1822, o que justificaria suas atitudes de “pouca gravidade”. Na segunda formulação da passagem, Varnhagen explicita a idade do

⁴⁴ VARNHAGEN, 1978b, t. 5º, p. 259.

⁴⁵ VARNHAGEN, 1978a, t. 5º, p. 235.

⁴⁶ VARNHAGEN, 1978b, p.75. A *História da independência* só veio a ser publicada em 1916 na *Revista do Instituto*, t. 79.

imperador e, nesse caso, a oposição entre defeitos e qualidades pessoais tornava-se apenas uma questão a ser resolvida pelo passar dos anos. Talvez por isso, Varnhagen insistisse tanto, nas cartas dirigidas a D. Pedro II, que, apesar de a *História da independência* já se encontrar pronta, em 1875, dependia ainda de aprimoramentos estilísticos.

Varnhagen desnudava para D. Pedro II, seu protetor e benfeitor, assim como a privilegiados correspondentes, os recursos de que lançara mão para redigir suas obras. Ele se mostrava para esses correspondentes “um homem de estilo”: aquele que dominava a palavra, fazendo-a dobrar-se aos seus intentos. Ele julgava suas estratégias de composição textual tão sutis que era necessário destacá-las e desvendá-las. Ou, talvez, o valor da obra estivesse exatamente na capacidade de seu autor saber empregá-las. De qualquer modo, é possível acompanhar Varnhagen, ao longo de sua vida, a manifestar, para seus correspondentes, preocupações que giravam em torno de questões postas pela preceptística retórica.

3.2. A questão do estilo nos textos prefaciais

Se Varnhagen desnudava, para seus correspondentes, suas estratégias discursivas e seus objetivos ao adotá-las, o mesmo não fez com o leitor de suas obras. Nos prefácios que redigiu para elas, poucas foram as passagens onde explicitou os recursos discursivos que empregara. Não se trata, entretanto, apenas de uma questão de quantidade. Nessas passagens, ao contrário do que fizera em sua correspondência, ele fundamentalmente apresentou e defendeu a necessidade do estudo das obras e dos autores reconhecidos como autoridades no domínio da língua para aqueles que se dedicassem às “letras”. Apresentava-se como um autor que dialogava com essa tradição reconhecida e que conhecia e dominava a gramática da língua culta. Para esses leitores afirmará que o historiador escrevia de forma “imparcial e sizuda”.⁴⁷ Os textos prefaciais de Varnhagen tinham o tom didático de lições a serem ensinadas e aprendidas.

⁴⁷ A expressão “sizuda e imparcial” é de Varnhagen e aparece no *Prefácio* escrito para o segundo volume da *HGB*, de 1857. Varnhagen afirmava que péssimo era o Brasil não possuir até o momento “uma historia geral, digna deste nome, e sizuda e imparcialmente escripta”. Cf. VARNHAGEN, 1857, p. VI, tomo II. (Prefácio). Já em 1844, escrevendo a *Januário da Cunha Barbosa*, muitos anos antes, portanto, da redação da *HGB*,

No *Prólogo* do primeiro volume do *Florilégio*, redigido quando de sua publicação, em 1850, inicia afirmando, de modo aparentemente paradoxal ao que discutia com seus correspondentes, que não fora sua pretensão oferecer “modelos de arte poética”, mas sim “o que por mais americano tivemos”. Tal objetivo o conduziu a escolher exclusivamente poesias que considerava brasileiras por terem seus autores, “ao menos no assunto”, mostrado a alma nacional.⁴⁸

Isto não significava, prevenia seu leitor, que tais poemas fossem bem redigidos e cuidados. Pelo contrário, advertia que muitos deles eram até mesmo rudes e sem lima. Não se deve concluir, entretanto, que, a seu ver, a composição poética era algo a ser produzido apenas a partir da inspiração, pois, no mesmo *Prólogo*, alertava para o fato de ser um enorme erro “consignar a idéia de que no Brasil não se deve, e muito, estudar os clássicos portugueses e a gramática”. E não apenas o estudo de poetas de língua portuguesa, mas também o dos poetas clássicos, constituíam condição preliminar, enfatizava, para a formação de um grande poeta. E para isto remetia

(...) o leitor para o que diremos na Introdução, acerca do estudo dos clássicos, e lembramos que Byron, com seu grande gênio, e Irving e Cooper, por serem poetas tão originais e americanos, só conseguiram tão brilhante nome, depois de haverem estudado muito, e muito, os livros antigos e modernos da literatura inglesa.⁴⁹

Na *Introdução* escrita para o *Florilégio*, intitulada *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil* – à qual Varnhagen faz referência na citação acima –, lembrava que se enganavam aqueles que pretendiam ser poetas graças à inspiração, sem conhecer as bases constitutivas da elaboração poética, ou o “*abc da arte*”, como dizia:

Lancemos as vistas para o nosso Brasil. Deus o faze igualmente bem, para que aqui venham as letras a servir de refúgio ao talento (...). Deus o faze bem, para que os poetas, em vez de imitarem o que lêem, se inspirem da poesia que brota com tanta profusão, do seio do próprio país, e sejam antes de tudo originais – americanos. Mas que por este americanismo não se entenda, como se tem querido pregar nos Estados Unidos, uma revolução nos princípios, uma completa insubordinação a todos os preceitos dos clássicos gregos e romanos, e dos clássicos da antiga mãe-pátria. Não. A América, nos seus diferentes estados, deve ter uma poesia,

Varnhagen deixava pistas de como enxergava o método e o estilo de como se deveria escrever a história nacional: “Mas, uma vez que algum facto positivo se levanta, a historia com o seu aspecto sisudo superior a todas as sympathias deve recebe-lo como prova ao julgamento no seu tribunal de justiça, e é ella recta no lavrar da sentença, embora com esta se vá desherdar de bellas propriedades com que se enriquecia, e que até ahí julgava serem-lhe de direito pertencentes”. Cf. Varnhagen in LESSA, 1961, p. 126.

⁴⁸ VARNHAGEN, 1987 (1850), p. 14. (Prólogo).

⁴⁹ VARNHAGEN, 1987 (1850), p. 17-18. (Prólogo).

principalmente no descritivo, só filha da contemplação de uma natureza nova e virgem; mas enganar-se-ia o que julgasse, que para ser poeta original havia que retroceder no *abc* da arte, em vez de adotar, e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa.⁵⁰

Assim, ao mesmo tempo em que prescrevia que os poetas brasileiros buscassem inspiração na própria América, declarando-se mesmo “um pouco em briga com a mitologia”⁵¹, deixava claro ser preciso prosseguir tendo como modelo a Antigüidade, onde a poesia encontraria as formas a serem seguidas: “por este americanismo não se entenda (...) uma revolução nos princípios, uma completa insubordinação a todos os preceitos”. Para Varnhagen existiam preceitos a serem seguidos e formas a serem “imitadas” para a composição das poesias. A seu ver, não existia composição sem o estudo de princípios ou, não existia poesia sem imitação. Todo poeta que desejasse construir poemas adequados, deveria empregar as palavras e compor suas frases seguindo as fórmulas consagradas pelo uso. E onde encontrá-las? A resposta era imediata: nos “clássicos gregos e romanos” e nos “clássicos da antiga mãe-pátria”. A seu ver, a “originalidade” que se exigia da poesia americana não eximia o poeta de conhecer e “de adotar, e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa”. O verdadeiro poeta americano seria aquele que, possuído pelos preceitos clássicos, “se inspirem da poesia que brota com tanta profusão, do seio do próprio país”.

Esta era a lição que o autor ensinava⁵²: só se pode ser original e criativo considerando-se o que foi estabelecido pelos bons autores. Uma outra faceta da pedagogia da imitação, entretanto, era o convite à emulação. Aos jovens escritores eram fornecidos os modelos a serem seguidos, mas neles se fomentava o desejo permanente de virem a se

⁵⁰ VARNHAGEN, 1987 (1850), p. 44. (Introdução)

⁵¹ VARNHAGEN, 1987 (1850), p. 14. (Prólogo)

⁵² Em setembro de 1856, Varnhagen escrevia a D. Pedro II acusando a recepção de “dois exemplares da *Confederação dos Tamoyos* que V. M. I. Ordenou que me fossem remettidos”. Declarava ter lido o poema “com avidez” por sabê-lo alvo de “críticos violentos”. Anunciava que faria sua própria avaliação da *Confederação*, mas de antemão advertia que não plagiava aqueles críticos, porque apenas lera “umas cartas em defesa do poema no J. do Commercio”. Então expunha sua opinião: “Infelizmente está o poema mui longe de poder, no mais mínimo, aspirar às honras da epopéa nacional do século de Pedro 2º. Nem o assumpto da tal confederação bestial é verdadeiramente épico; nem foi della chefe Aimbire, mas sim Quoniambebe; nem o auctor, excepto na parte descriptiva, tem ao genero épico tendência, nem tem o saber, nem a robustez de principios, nem a generosidade e grandeza d’alma, que o genero requer pois é muitas vezes homem, e homem de paixões pequeninas”. Cf. Varnhagen in LESSA, 1961, p. 237. Na avaliação do poema de Gonçalves de Magalhães, Varnhagen expunha “princípios” que deveriam ser obedecidos por aqueles que se propusessem a escrever poemas e, no caso, épicos: o poeta deveria escolher corretamente o assunto, dominá-lo completamente e ter paixão “n’alma”.

tornar, eles mesmos, autores a serem imitados, o que somente seria atingido se tivessem superado em perfeição os modelos existentes até então. Era a possibilidade de ascensão à categoria de *auctoritas* que garantiria a imortalidade de uma obra, e esta, por sua vez, a do próprio autor. As posições de Varnhagen relembram os ensinamentos de Quintiliano que no livro X das *Instituições*, segundo Barthes, “constrói uma propedêutica para o escritor: é preciso ler e escrever muito, imitar modelos, corrigir muitíssimo, mas depois de ter deixado descansar o escrito”.⁵³ Segundo Marco Aurélio Pereira, Quintiliano recomendava ser preciso

(...) conformar-se a certos padrões, o que de forma alguma implica uma negação da criatividade ou da originalidade, que não deixam de constituir quesitos a observar. A imitação, assim, não constitui um princípio limitador: valorizar o que o passado produziu de bom não é, necessariamente, prender-se a ele de maneira cega. Não é cultuá-los de maneira servil que se devem levar em conta os ‘modelos’ do passado, mas para procurar atingir sua excelência e, nisso, até mesmo para ultrapassá-los. (...) imitar significa antes ‘espelhar’ – para aperfeiçoar!⁵⁴ (grifos do autor).

Varnhagen, entretanto, não se limitou a discutir questões sobre o domínio da linguagem nos prefácios redigidos para uma coletânea de poesias, como era o *Florilégio*. Também nos prefácios redigidos para a *HGB*, apresentava-se como um autor que sabia empregar a palavra segundo as regras estabelecidas pela gramática, que conhecia os clássicos e com eles dialogava sobre o manejo da língua vernácula. Simultaneamente, fazia uma defesa prévia contra possíveis críticas contra seus textos e, dando aparências de humildade, solicitava antecipadamente desculpas para seus possíveis erros gramaticais.

No primeiro volume da *HGB*, publicado em 1854, Varnhagen acrescentou um *Post editum*, intitulado *Duas palavras acerca da presente edição*. Declarava então que não dispusera de tempo suficiente para “aprimoral-a [a redação da *HGB*], com a devida atenção e pausa”. Confessava que chegara a receber sugestão para publicar a obra em francês, não apenas para conseguir maior número de leitores, mas também para ter menor “responsabilidade, principalmente pelo que dicesse respeito aos apuros da linguagem”. Recusara a sugestão por considerá-la até mesmo afrontosa, porque não se dispunha a

⁵³ BARTHES, 1975, p. 160. Adolfo Hansen também lembra que Quintiliano recomendava aos oradores para lerem “o elenco dos autores consagrados pelo costume como autoridades, para imitá-los”. Cf. HANSEN, 1994, p. 62.

⁵⁴ PEREIRA, 2000, p. 31. Segundo Adolfo Hansen porque eram virtuosos os autores forneciam “*exempla*, exemplos e casos, que [deviam] ser seguidos pela *aemulatio*, a emulação, que é uma imitação dos predicados de uma obra qualquer que supera o imitado (...)”. Cf. HANSEN, 1994, p. 11-12.

esquivar-se do desafio apresentado. Muito pelo contrário, decidira aplicar o máximo de si para que “a linguagem [saísse], bem que em geral castiça”. Porém, reconhecia que, mesmo realizada a publicação, provavelmente não alcançara a perfeição esperada. Por isso, vinha “sem escrúpulo appellar para a generosidade do publico, afim de que lhe perdoe o não haver retardado ainda mais a impressão e publicação da obra (...)” o que, garantia, permitiria que “ella [a linguagem tivesse] saído por certo mais apurada”. Desse modo, prevenia-se contra esperadas censuras frente aos possíveis “desalinhos” que escaparam “entre seus rabiscos”. Entretanto, não satisfeito, afirmava ainda que muitos enxergariam os erros cometidos “simplesmente para embicarem n’alguma frase descuidada”. A esses censores, que se postavam como “sabichões”, lembrava que: “(...) um dos mais abalisados historiadores de nossos dias, o illustre Prescott, confessa que seus escriptos, depois das primeiras edições tiveram de ser revistos pelo que respeitava á correcção grammatical e á dicção”.⁵⁵ Ainda no primeiro volume da *HGB*, Varnhagen se manifestou sobre a mesma questão, no *Suplemento* que adicionou à obra. Na oportunidade, comprometia-se a aperfeiçoar a linguagem empregada e a apurar suas frases, quando da reedição da obra.⁵⁶

Em 1857, no *Prefácio* preparado para o segundo tomo da *HGB*, Varnhagen retomava as questões sobre a língua vernácula:

A linguagem estudamos que saísse castiça e de boa lei, sem com tudo levar os escrúpulos ao ponto de não empregar certas palavras e frases, só porque não se encontram competentemente alfabetadas. – sendo que algumas deviam merecer preferencia em uma obra acerca do Brazil. Assim como até agora ninguém censurou a Castanheda, nem a Barros, nem a Couto, nem a Lucena, tratando da Asia, o haverem empregado as vozes bárbaras pardáu, junco, catur e outras, não haveria razão para que, tratando-se da América, se não adotassem muitos vocábulos americanos admitidos pelo uso. Com estas convicções, empregariamos *maracá*, *pocema*, *tangapema*, *tujuco* e *tujapar* (...), ainda quando o P. Vieira nos não houvera dado o exemplo; e *patiguá* e *tipoya*, ainda sem a autoridade de Simão de Vasconcelos (...).⁵⁷ (grifos do autor)

Para os leitores de seu *Prefácio*, Varnhagen apresentava-se como um autor que não apenas reconhecia as autoridades no vernáculo, mas que também tinha tal intimidade com as obras clássicas, que com elas dialogava. Era por ser também um conhecedor das regras da língua que não se comportaria frente àquelas autoridades de modo passivo; procurara,

⁵⁵ VARNHAGEN, 1854, p.477-478. (*Post editum*).

⁵⁶ VARNHAGEN, 1854, p. 481. (*Suplemento*).

⁵⁷ VARNHAGEN, 1857, p. XII-XIII. (*Prefácio*).

declarava, que a “linguagem (...) saísse castiça”, o que não significava, entretanto, que deixaria de empregar “certas palavras e frases (...) só porque não se encontram competentemente alfabetadas”. A mesma atitude manifestava no que respeita à ortografia das palavras: garantia que, diante da “anarchia” reinante, seguira “os mais autorizados cultores da língua”. Contudo, novamente enfatizava que fizera escolhas próprias:

(...) não accentuámos, como entre nós se pratica abusivamente, a proposição dativa, senão quando essa proposição envolve ao mesmo tempo o artigo feminino que se contrahiu nella para evitar o hyato *a a*; por outra, em geral somente se deve accentuar a proposição dativa nos casos em que ella se traduziria em francez por *à la*. (...) admittimos a irregularidade dos verbos *construir, destruir, progredir*, etc. dizendo *constroe, destroe, progride*, etc. Escrevemos *onde, donde, aonde*, reconhecendo casos neste advérbio, que segundo Moraes admite, por assim dizer, o caso composto *a onde*.⁵⁸

No mesmo *Prefácio*, Varnhagen anunciava que: “Acerca do estylo não daremos muitas explicações; porque talvez nem acertássemos a nos fazer ouvir, quanto mais a entender”.⁵⁹ Mas não se continha:

Apesar da grave sentença de Buffon, temos a persuasão de que, como tudo quanto é humano, o estylo depende muitas vezes das disposições do animo, originadas de causas que nem sempre está em nós remover. Demais: no primeiro volume desta obra, principalmente, capítulo ha escripto com differença de cinco ou seis annos do que lhe está vizinho; segundo no-lo permittiam as occasiões de que então dispúnhamos, para ir pondo em ordem, e tirando do cahos, os apontamentos que tínhamos, e que até certo ponto nos escravisavam a penna. Impossivel fora pois evitar que não escapassem repetições, incorrecções e faltas de clareza, que se vão advertindo; e bem que sejam muitas, quase nos admiramos de que, ao tratar de tantos assumptos novos, prodedentes de origens tão desencontradas, não comettessemos muitas mais.⁶⁰

Varnhagen não citou a frase de Buffon, mas certamente fazia referência ao aforismo: “le style est l’homme même”. Ora, Varnhagen desabafava e declarava-se persuadido de que o estilo dependia do estado de espírito do homem, “apesar da grave sentença de Buffon”. Ao empregar o advérbio “apesar”, acredito que ele expunha sua angústia: escrevendo com anos de distância os capítulos da *HGB*, impossível lhe fora não variar o estilo da redação e, devido a esses transtornos: “impossível fôra (...) evitar que não escapassem repetições, incorrecções e faltas de clareza”. Ou seja, a seus olhos, esses contratempos haviam atrapalhado o pleno controle que o autor deveria ter de seu texto, de

⁵⁸ VARNHAGEN, 1857, p. XIV. (Prefácio).

⁵⁹ VARNHAGEN, 1857, p. XI. (Prefácio).

⁶⁰ VARNHAGEN, 1857, p. XI-XII. (Prefácio).

modo a poder alcançar um ideal de forma textual – um texto não podia ter repetições, incorreções e falta de clareza. Novamente as reflexões de Varnhagen nos remetem aos ensinamentos retóricos. Segundo Lausberg, a clareza era uma das virtudes da elocução – da expressão lingüística do pensamento – e seria alcançada graças ao encadeamento claro dos pensamentos e a uma formulação lingüística suficientes para tornar o texto compreensível. Lausberg lembra ainda que a clareza do texto era considerada condição para o sucesso do discurso.⁶¹

Varnhagen, porém, não deixaria de amenizar sua autocrítica, dizendo-se mesmo admirado “de que, ao tratar de tantos assumptos novos, procedentes de origens tão descontraídas, não comettessemos muitas [faltas] mais”. Lembrava e citava, então, uma máxima de Rousseau: “Ce n’est pas assez d’une moitié de la vie pour faire un livre, et de l’outre pour le corriger”.⁶² Ou seja, aqueles que se dedicavam à tarefa da escrita sabiam quanto era difícil dela se desembaraçar e, sobretudo, escrever e atingir a perfeição. Mas ela deveria ser perseguida. Ainda no *Prefácio* preparado para a edição do segundo volume da *HGB*, de 1857, Varnhagen dedicou um longo trecho para explicar a seu leitor a questão do estilo na história:

Em todo caso porém protestamos contra os que interpretem indevidamente as frases em que na introdução do princípio desta obra expusemos o systema que havíamos adoptado. Ahí promettemos conservar fria imparcialidade no ‘exame’ da verdade dos factos, não sacrificando jamais ao interesse dramático a certeza de haverem elles succedido deste ou daquelle modo; pois de outra fôrma podia resultar dissonancia na harmonia que entre si tem de guardar, uma vez que effectivamente succederam; quando em historia o criterio da verdade só se define e se entende bem pela inversa, pelo erro. Longe estavamos porém com isso de significar que, em alguns casos como na descripção do Rio de Janeiro, por exemplo, não nos esforçaríamos para elevar, e até para empolar o estylo, afim de pintar com mais verdade esta verdadeiramente empolada paragem da terra, ou que n’outos não consentiríamos que os periodos saisssem aquecidos com o calor da convicção ou do patriotismo ou de qualquer outra paixão nobre, e repassados do nosso modo de sentir na presença de successos, que fora necessário ser de pedra uma pessoa para não se commover. O que distingue principalmente, tratando assumptos históricos, o verdadeiro historiador do poeta, é que este, que para o ser ha de ter mais imaginação que fria critica, commovido de certa maneira, cria e adapta tudo ás suas inspirações; ao passo que aquelle estuda primeiro o facto, apura-o por meio das provas que requerem o seu criterio; e só depois sentencêa com gravidade, transmittindo ao publico a sentença e os seus porquês; e claro está que da mesma

⁶¹ LAUSBERG, 1972, p. 127.

⁶² VARNHAGEN, 1857, p. XII. (Prefácio).

fôrma que os sentiu, se a penna lhe sabe obedecer, o que nem sempre succede.⁶³
(grifo do autor)

Varnhagen explicava para seu leitor o que era, para ele, o método do historiador: iniciava examinando com “fria imparcialidade” a “verdade dos factos” apurados “por meio das provas” levantadas com “critério” para, na seqüência, transmitir ao público “a sentença e os seus porquês”. O método do historiador era, para Varnhagen, similar ao do juiz e, como um juiz, o historiador emitia vereditos. E do mesmo modo que o método era similar, similar também era o estilo. Era por isso que, segundo Varnhagen, não se encontrariam passagens ornamentadas ou imaginativas em sua *HGB*, porque o estilo do juiz e o do historiador, conseqüentemente, deveria ser “imparcial e sizudo”.

Contudo, isso não significava, advertia, que o historiador não pudesse escrever como um dramaturgo. A seu ver, existiam episódios ou paisagens que para narrar ou descrever era preciso “empolar o estylo, afim de pintar com mais verdade esta verdadeiramente empolada paragem da terra”; em outras ocasiões, avisava que permitira até mesmo que os “períodos saíssem aquecidos com o calor da convicção ou do patriotismo ou de qualquer outra paixão nobre” pois, afinal, seria preciso “ser de pedra uma pessoa para não se commover”. Haveria algum erro nessa atitude? Antes que o censurassem, reafirmava que o historiador julgava a partir da fria crítica dos fatos. Diferentemente do poeta, portanto, ele estava subordinado à prova e não à imaginação; enquanto o poeta seguia as “suas inspirações”, o historiador submetia-se “ao exame da verdade dos fatos”. Havia acontecimentos, entretanto, que deveriam ser narrados ou descritos dramaticamente, para que a verdade fosse alcançada.

No *Post scriptum*, anexo ao segundo volume *HGB*, de 1857 – portanto, no mesmo volume do trecho do *Prefácio* comentado – Varnhagen afirmava que toda obra de história, além da “requerida unidade”, necessitava de um “certo calor e paixão indispensável para representar a propria verdade”.⁶⁴ Esse *Post scriptum* foi eliminado pelo autor, em 1877, quando da segunda edição da *HGB*.

O *Prefácio* de 1857, entretanto, foi republicado na edição de 1877. Interessante, porém, é que Varnhagen fez algumas alterações nesse *Prefácio*, e uma das mais

⁶³ VARNHAGEN, 1857, p. XII. (Prefácio).

⁶⁴ VARNHAGEN, 1857, s/p (*Post scriptum*).

significativas foi exatamente a eliminação do trecho acima analisado. E como nenhuma advertência se fazia sobre as alterações realizadas, talvez seja razoável pensar que Varnhagen o suprimiu porque percebera que, ao destacar os recursos discursivos empregados – sobretudo os dramáticos – despertava a atenção do leitor e, desse modo, corria o risco de ver a eficácia almejada diminuída. O historiador, como um juiz sentenciador, corria o risco de ver suas sentenças-verdades postas em causa.

Muito provavelmente foram preocupações dessa natureza que também o levaram, em 1877, a retomar a questão do estilo na história no *Prólogo* preparado para a reedição da *HGB*. Tinha agora, porém, um objetivo distinto. Reafirmava que a história, diferentemente da poesia, era um “ramo da crítica” e não da “eloquência”, e que o papel do historiador era o de “descrever [os fatos] com a maior exactidão e clareza”. Repetia a comparação entre o estilo do historiador e o do juiz: o estilo do historiador não era aquele “verboso e florido” dos advogados, mas antes o de “um verdadeiro juiz, que depois de averiguar bem os factos, ouvindo as testemunhas, com o devido criterio, deve, feito o seu allegado com o possível laconismo, sentenciar”. Asseverava que um historiador, como ele, debruçava-se sobre a documentação, estudava e meditava e, na seqüência, construía seus “argumentos incontestaveis que resultam das provas que, mediante aturado estudo, conseguimos reunir”. E então, como um juiz, ele, historiador, anunciava seu veredito. Esse era o estilo a ser empregado na história. Não aquele imaginativo e apenas admirador do belo. O estilo da história deveria se afastar do “brilho e do ornato”, que até mesmo levava a apartar a verdade. E ao leitor então não deixava senão a opção de atender ao apelo do historiador e se resignar: “ante a verdade dos factos”.⁶⁵ Em tom de ardorosa defesa de um princípio, prescrevia então que:

Pelo brilho e ornato do estylo não levamos pois a menor pretensão de campear. (...) Como temos dito por vezes, a escola histórica a que pertencemos, é, estranha a essa demasiado sentimental que, pretendendo commover muito, chega a afastar-se da propria verdade. Fazemos a esse respeito uma verdadeira profissão de fé (...).⁶⁶

⁶⁵ VARNHAGEN, 1877, p. XII-XIII (Prólogo). No *Prólogo*, da edição de 1877 da *HGB*, ele reafirmou suas preocupações com o domínio da língua: “a linguagem porém procurámos sempre que saísse puritana e de boa lei”. Dizia-se então até mesmo honrado, porque ouvira “da boca de alguns de escriptores nossos, politicos e litteratos, que a nossa obra havia tido grande parte a fírmal-os no manejo da lingua vernacula”. Cf. VARNHAGEN, 1877, p. XII. (Prólogo).

⁶⁶ VARNHAGEN, 1877, p. XII-XIII (Prólogo).

Assim, quem se propusesse a comparar sua obra àquela redigida por Rocha Pitta, poderia verificar a diferença profunda. Segundo ele, a obra “do escriptor bahiano [era] omissa em factos essenciaes, destituída de criterio” e seu autor, além de não recorrer “às mais puras fontes da historia”, era “mais imaginativo que pensador; mais poeta e admirador do bello que crítico, vassallo da razão e escravo das provas authenticas”.⁶⁷ Tais desvirtudes encontradas na obra de Rocha Pitta eram exatamente o contraponto da sua própria obra, afirmava.

Assim, enquanto, em sua correspondência, Varnhagen discutira suas escolhas estilísticas, apresentara e esmiuçara suas construções frasais, explicando os efeitos pretendidos, nos prefácios à suas obras de história, muda o tom, que se torna o de um doutrinador. O trecho do *Prefácio* de 1857 à *HGB*, em que fizera advertências sobre a ocorrência de “períodos (...) aquecidos com o calor da convicção”, foi, conforme visto, por ele suprimido na edição de 1877. Conservava, entretanto, a explanação de que o historiador, como o juiz, era um emissor de sentenças verídicas, porque construídas a partir das provas levantadas. Varnhagen pretendia convencer seu leitor de que sua obra não fazia mais do que traduzir a verdade contida nos documentos.

3.3. O estilo varnhageniano segundo a recepção crítica

Entre seus contemporâneos, Varnhagen, foi reconhecido como um homem de estilo, segundo a aceção que a palavra tinha à época.

Talvez a primeira referência às qualidades estilísticas dos textos de Varnhagen tenha sido feita pelo conde D. Francisco de São Luiz, que avaliou as *Reflexões Críticas*⁶⁸ a pedido da Academia Real de Ciências de Lisboa. Afirmava ele que Varnhagen escrevia de modo

⁶⁷ VARNHAGEN, 1877, p. XII-XIII (Prólogo). Escuta-se nas afirmações de Varnhagen uma ressonância das colocações de Políbio acerca da diferença entre a história e a tragédia, para quem: a tragédia procurava “atundir e fascinar os ouvintes no tempo presente”, a história visava “através das ações e discursos verdadeiros, para todo o tempo, instruir e convencer quem deseja aprender”. Cf. Políbio apud. HARTOG, 2001, p. 119.

⁶⁸ Trata-se das *Reflexões* redigidas por Varnhagen sobre a obra de Gabriel Soares de Souza e publicadas com o título de *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, no tomo III da *Collecção das noticias para a historia e geographia das Nações Ultramarinas*, 1839. Cf. FLEIUSS, 1930. p. 423.

“claro e conciso, e com erudiçam curiosa, oportuna, e nam enfastiada”.⁶⁹ Ou seja, segundo o conde, o texto de Varnhagen, além de demonstrar, na medida certa, erudição, guardava as virtudes de ser “claro e conciso”. D. Francisco, por sua vez, fazia uso dos instrumentos de crítica literária então reconhecidos como válidos, empregando os critérios da clareza e da concisão para sua avaliação.

Desses mesmos critérios lançou mão, em 1851, Joaquim da Costa Cascaes, antigo colega de Varnhagen no Real Colégio Militar da Luz.⁷⁰ Nas páginas da *Revista Universal Lisbonense*, Cascaes publicou uma apreciação do *Florilégio da poesia brasileira* e avaliou o texto introdutório, intitulado *Ensaio histórico (...)*, como “escripto em estilo conveniente”.⁷¹ Para Cascaes, Varnhagen escrevera o *Ensaio histórico* de forma apropriada ao assunto tratado: fora hábil ao lançar mão de corretos recursos estilísticos para o gênero em questão.

Na edição do segundo volume da *HGB* de 1857, Varnhagen acrescentou, ao final do volume, um *Post scriptum*, onde declarava: “Não podéra soltar das mãos este volume, sem o acompanhar da manifestação da minha gratidão aos que mais me favoreceram depois da publicação do primeiro (...)”. Nessas avaliações, o estilo de Varnhagen apareceu várias vezes elogiado: Humboldt reconhecia que “mème les ornements artistiques ne lui manquent pas”; Gonçalves Dias declarava que “achei o estylo optimo”, enquanto Rebello da Silva afirmava que a obra tinha valor e demonstrava “as qualidades do escriptor” que:⁷²

Pintando de vista, mas com tacto e o vigor conciso do observador, que sabe olhar e reproduzir ... soube ligar o discriptivo imaginoso com a exposição authentica da verdade dos factos. Mas sua phantasia, ornando a verdade, aviva-a, não a desflora; e sem esquecer o plano da obra, e as proporções que lhe prescreve o espaço limitado, offerece-nos um painel acabado, que a erudicção adopta; porque as bazes são as mais seguras, e que o gosto não pode deixar de acolher, porque narração tocada de certa graça campestre e pittoresca, entra pelos sentidos, convencendo ao mesmo tempo a intelligencia.⁷³

⁶⁹ SÃO LUIZ apud RODRIGUES, José Carlos de, 1873, p.110.

⁷⁰ Joaquim da Costa Cacaes foi colega de Varnhagen pelo menos em três anos do curso do Real Colégio Militar, conforme se pode ler nos livros de Matrícula dos alunos referentes ao segundo, terceiro e quarto anos. Cf. Matrícula dos Alumnos do 2º Anno lectivo, livro I; Matrícula dos Alumnos do 3º Anno lectivo, livro I; Matrícula dos Alumnos do 4º Anno lectivo, livro I.

⁷¹ CASCAES, 1851, p. 431-432.

⁷² VARNHAGEN, 1857, s/p (*Post scriptum*).

⁷³ VARNHAGEN, 1857, s/p (*Post scriptum*). Varnhagen fez questão de destacar a importância intelectual dos homens que avaliaram sua obra: lembrava aos leitores que Humboldt era “o rei das sciencias no século XIX” e que Rebello da Silva era em Portugal “um dos primeiros litteratos e publicistas”.

A avaliação de Rebello da Silva é significativa porque explicita como as qualidades do escritor foram usadas para o bem do historiador: fora o correto “discriptivo imaginoso” que permitira a Varnhagen alcançar a “exposição authentica dos factos” – a “phatansia” ornava e avivava “a verdade”. Ou seja, o emprego adequado das ornamentações permitira a Varnhagen expor de forma duplamente eficiente, pois atingia os “sentidos” e a “inteligência”. Rebello valorizava o texto varnhageniano em termos de sua capacidade de, fazendo uso de “certa graça campestre”, ser eficaz sem, contudo, afrontar a verdade – e sim, pelo contrário – de torná-la mais real.

No último quartel do XIX, Capistrano de Abreu afirmava haver na *HGB* “muito pensamento e muita idea que esclarece de modo feliz factos antes percebidos de modo imperfeito”. Mas ponderava que, se isso não era reconhecido, “em parte deve attribuir-se a não ter sido a *Historia Geral* estudada com a atenção que merece, em parte á falta de aptidões artisticas em nosso historiador”.⁷⁴ E o que seria essa falta de aptidão artística? Muito provavelmente estaria no fato de Varnhagen oscilar, na avaliação de Capistrano, entre uma tendência à crônica e à história e, para Capistrano, a história não era, diferentemente da crônica, uma simples compilação de fatos:

A obra de Varnhagen, por exemplo, tem incontestavelmente muito de chronica, mas abunda em paginas que revelam muita perspicácia, contém observações e vistas que escapariam a qualquer intelligencia ordinaria, possui, sem contestação, também o caracter de historia.⁷⁵

Entretanto, Capistrano julgava que Varnhagen poderia “apresentar obra melhor, si (...) não lhe faltassem aptidões artisticas: isto é, si elle fosse capaz de ter uma intuição do conjunto, imprimir-lhe o sello da intenção e mostrar a convergencia das partes”.⁷⁶ Capistrano explicava que Varnhagen: “na distribuição das materias, quase nunca tomou como chefe de classe um acontecimento importante, mas factos muitas vezes inferiores, demissões de governos, tratados feitos na Europa, mortes de reis, etc.”; e afirmava ainda que a Varnhagen faltara sensibilidade para perceber as feições próprias de cada etapa distinta da história do Brasil:

Sob as mãos de Varnhagen, a historia do Brasil uniformiza-se e esplandece; os relevos arrazam-se, os característicos misturam-se e as côres desbotam. Vê-se uma

⁷⁴ ABREU, 1931, p. 203, 204. (b).

⁷⁵ ABREU, 1931, p. 203. (b).

⁷⁶ ABREU, 1931, p. 205. (b).

extensão, mas plana, sempre igual, que lembra as paginas de um livro que o brochador descuidoso repete.⁷⁷

Capistrano sugeria, na seqüência, uma divisão da história do Brasil em seis períodos e afirmava, que eles “apresentam entre si, ao lado de feições congêneres, caracteres que os separam pronunciadamente”. Julgava, então, que: “estes caracteres (...) Varnhagen não os soube distinguir. É o defeito fundamental do seu livro”.⁷⁸ Ou seja, para Capistrano, Varnhagen “não nos deu coisa que, ao menos de longe lembre a arte”, porque escrevera muito em forma de crônica.⁷⁹ A falta de arte que Capistrano atribuía a Varnhagen estava na diferença entre a sua concepção do que deveria ser uma obra de história e a do autor da *HGB*.

No início do século XX, a falta de arte em Varnhagen, apontada por Capistrano, foi analisada como falta de estilo. Vejamos dois exemplos. Em 1903, Oliveira Lima afirmou que Varnhagen não fora um artista, porque não soubera conjugar “a sagacidade da verificação com o talento da exposição, alliar a circumspecção do pesquisador á habilidade do narrador”. Acreditava que Varnhagen não possuía as “galas do estylo” e que não era “um estylista (...)”, pois escrevia sem garbo, sem elegância, sem brilho; considerava ainda que os textos de polêmica de Varnhagen eram fracos de argumentação, enfadonhos e marcados pela “ausencia de todo cunho artistico”.⁸⁰ Oliveira Lima procuraria explicar o estilo de Varnhagen e afirmaria que o historiador era um “sizudo cronista militar”, que escrevia “à velha moda portugueza, sem adubos nem temperos francezes”.⁸¹ Como cronista, narraria seqüencialmente os acontecimentos; como militar, que era por formação, seria duro e sizudo. Interessante é que Varnhagen explicitamente declarava, inclusive para seus leitores, que escrevia como um “imparcial e sizudo” juiz.

Em 1923, Celso Vieira afirmou que Varnhagen fora um “adorador de Buffon e de seus conceitos”, inclusive aqueles relativos à importância do estilo.⁸² Em sua opinião,

⁷⁷ ABREU, 1931, p. 206. (b).

⁷⁸ ABREU, 1931, p. 208, 209. (b).

⁷⁹ ABREU, 1931, p. 211. (b).

⁸⁰ LIMA, 1903, p. 10/15/19/27. O texto de Varnhagen, ao qual se referia Oliveira Lima, é *Os índios bravos e o Sr. Lisboa*, publicado em 1867. Varnhagen nele defendia suas idéias sobre os indígenas brasileiros, contrapondo-se às arguições postas por João Francisco Lisboa, em seu *Jornal do Timon*.

⁸¹ LIMA, 1903, p. 38.

⁸² Sobre a origem do texto de Celso Vieira, sabe-se que foi pronunciado no Gabinete Português de Leitura, a 17 de fevereiro de 1923. Procede de Rocha Pombo a informação de que o texto de Celso Vieira foi originalmente um discurso: “Mas quanto ao nosso Patrono [Varnhagen] ides ouvir daqui a momento a palavra

Varnhagen preocupava-se com a forma, mas não tinha efetivamente “galas de estilo”. Vieira recupera a assertiva de Varnhagen – “pelo brilho e ornato do estylo não levamos pois a menor pretensão de campear. Irão os períodos muitas vezes como foram de primeiro jacto concebidos, em presença dos documentos estudados”⁸³ – para afirmar que Varnhagen manifestava desprezo com relação ao estilo, mas que isso não passava de dissimulação, para escamotear sua incapacidade estilística. Interessante novamente é que Celso Vieira reconhecia no estilo de Varnhagen “a solidez, o decoro, a clareza” – todas as qualidades estilísticas destacadas e elogiadas pelos contemporâneos de Varnhagen, mas que então passam a ser consideradas como defeitos.

Na década de 1960, José Honório Rodrigues interpretaria de um outro modo a “dissimulação” identificada por Celso Vieira. Segundo Rodrigues, “a arte da exposição de Varnhagen (...) é fruto da sua ideologia e concepção da história”.⁸⁴ Como um homem do pensamento conservador, Varnhagen odiava toda manifestação de inconformismo, condenava o republicanismo, defendia sempre a atuação civilizatória realizada pela colonização portuguesa – era um monarquista convicto. Contudo, segundo Rodrigues, ele ocultava toda sua atitude parcial e mesmo preconceituosa. Exemplificava sua afirmativa recordando que, por exemplo, Varnhagen diminuía os méritos de José Bonifácio no processo da independência, mas que “sua gravidade e compostura conseguiam ocultar o ódio que alimentava pelo parecer escrito por José Bonifácio depois de sua visita à Fábrica de Ipanema, em 1820, cheio de críticas à administração de Varnhagen pai”.⁸⁵ Rodrigues atrelava a ideologia de Varnhagen a sua “arte de exposição”. Ou seja, interpretava a dissimulação como uma estratégia adotada por Varnhagen: a aparência grave do historiador não permitia a seu leitor perceber seu preconceito – o leitor ficava com a certeza de que

fulgurante do nosso digno orador official”. Cf. ROCHA POMBO, 1923, p. 25. Pode-se presumir que o texto do discurso é o mesmo que aqui se analisa, pois Celso Vieira era o primeiro vice-presidente do Instituto Varnhagen que se criava. Sobre o Instituto Varnhagen, nada foi apurado. Contudo, Rocha Pombo, na qualidade de seu presidente perpétuo, pronunciou um *Discurso Inaugural* na sessão de instalação. Afirmava, então, que a história era a “mais edificativa de todas as sciencias” e que aqueles que “não tem o senso da Historia esquecem o passado tambem pode dizer-se que negam o futuro”. Cf. ROCHA POMBO, 1923, p. 35, 33. O Instituto se propunha a ser um centro cuja missão seria a “rehabilitação cívica” do país por meio da “revivescencia da nossa cultura historica”. ROCHA POMBO, 1923, p. 39.

⁸³ VARNHAGEN, 1877, p. XII. (Prólogo).

⁸⁴ RODRIGUES, José Honório, 1967, p. 189.

⁸⁵ RODRIGUES, José Honório, 1988, p. 3-17.

realmente Bonifácio fora um personagem de menor importância na independência do Brasil.

José Honório desnudava, assim, uma estratégia discursiva de Varnhagen, uma estratégia de dissimulação, empregada para persuadir seu leitor de seu ponto de vista partidário. Em seus prefácios, Varnhagen apresentava-se como o tribuno a pronunciar a verdade. Ele desejava que seus leitores tivessem essa convicção: o historiador apresentava seus veredictos com a mais pura imparcialidade, a partir do que havia encontrado na documentação. Isso não significa que Varnhagen não lançasse mão de “ornamentos” para compor a *HGB*. Mas, para seu leitor, ele enfatizava que o estilo da história não podia ser o eloqüente e florido – e como não podia ser, Varnhagen garantia que não o havia empregado. Afinal, apenas o estilo sério, prudente e discreto – o discurso do juiz – poderia bem anunciar as verdades reveladas pela pesquisa erudita do historiador. Tratava-se de uma escolha, de uma estratégia estilística premeditada.

Já se afirmou que a obra de Varnhagen é “monolítica”.⁸⁶ O que se acrescenta é que Varnhagen também foi o mesmo em suas preocupações com o domínio da palavra. Para seus leitores, ele assegurava, conforme enfatizava, escrever sem afetação, sem vícios de linguagem, sem ornamentações, como o sentenciador da verdade histórica. Talvez Varnhagen tenha sido feliz em seus efeitos pretendidos, apesar de a crítica especializada não os avaliar nessa direção. Vejamos um exemplo. No final da década de 1970, Nilo Odália denunciava que no campo da criação literária “faltava [a Varnhagen] o espírito de fineza para ser um literato” e que “em suas obras históricas o estilo é pesado e monótono”. Compara o estilo de Varnhagen ao de um botânico, “descrevendo espécime raro da flora, a mesma aridez, o mesmo distanciamento”, sem nenhum tipo de atrativo capaz de segurar seu leitor, o que denunciaria “graves limitações literárias”. Odália afirmava ainda que “seu estilo é o de um erudito”.⁸⁷ Só que para Odália, isso aparecia como defeito.

Parece novamente razoável supor que Varnhagen seguia, também nesse aspecto, prescrições vindas de uma longa tradição. Se voltarmos aos escritores da Antiguidade,

⁸⁶ A afirmativa é de Arno Wehling, para quem: “A vasta obra de Varnhagen iniciou-se no final da década de 1830 estendeu-se até o ano de sua morte, 1878. É uma obra monolítica, no sentido de que nela não se encontram fases ou etapas sucessivas; o que existe é um interesse multifacetado (...)”. WEHLING, 1999, p. 47.

⁸⁷ ODÁLIA, 1979, p. 11, 12, 13.

poderemos encontrar vários deles prescrevendo sobre a forma da escrita da história. Políbio preceituava que a história era um gênero que tratava “das ações dos povos” e “dos fatos” e que, diferentemente da tragédia, encontrava-se inteiramente ao lado “do verdadeiro, visando ao proveito de quem gosta de aprender”. Como um gênero, a história tinha um estilo: ela deveria guardar “uma certa austeridade”.⁸⁸ Quintiliano preceituava que o historiador deveria escrever como “quem procura não a beleza da exposição, mas a confiança”.⁸⁹ Já Luciano de Samósata estabelecia que o historiador escrevesse de forma densa e “adequada à vida pública”, numa linguagem que fosse por todos facilmente compreendida, mas que também recebesse elogios dos homens cultos. Quanto aos ornatos, dizia que poderiam ser empregados, desde que não tornassem a linguagem artificial: “que sua expressão caminhe com os pés no chão, elevando-se até a beleza e a grandeza do que se diz e adequando-se a cada coisa o máximo possível”. De qualquer modo, Luciano lembrava que o historiador estava submetido a duas normas. A primeira: comprovar os fatos que narrava, mesmo que ao “ao preço de mil penas e sofrimentos”. A segunda: empregar a linguagem de modo a “explicar claramente os fatos e fazê-los aparecer em plena luz (...)”.⁹⁰

Se aos leitores de seus prefácios Varnhagen se apresenta como o juiz circunspecto, contudo, a seus correspondentes, ele não cessou de se apresentar como um homem de estilo, que conhecia e manipulava a palavra segundo suas intenções persuasivas e o gênero em questão, ou, simplesmente, como um literato. Em suas cartas é possível encontrá-lo referindo-se a seus mais diferentes escritos como trabalhos de caráter literário. Vejam-se os seguintes casos, dentre inúmeros que poderiam ser arrolados: em 1840, declarava a Januário da Cunha Barbosa que pretendia algum dia (...) emprender alguma tentativa amena na litteratura Brasileira”⁹¹, que no caso dizia respeito à escrita de uma história do Brasil; em 1841, referia-se ao Instituto Histórico como uma “corporação litteraria”⁹²; em

⁸⁸ Políbio apud. HARTOG, 2001, p. 121/119.

⁸⁹ Quintiliano apud. HARTOG, 2001, p. 165.

⁹⁰ Luciano apud. HARTOG, 2001, p. 227/229.

⁹¹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 55. Varnhagen encontrava-se no Brasil e de São Paulo escreveu a Januário da Cunha Barbosa, afirmando estar interessado em, ao ler os documentos encontrados nos arquivos da câmara da vila, “(...) familiarizar-me com diferentes pessoas que figurarão em diversas épocas”, para posteriormente escrever uma história nacional.

⁹² Varnhagen in LESSA, 1961, p. 63. Trata-se de uma carta dirigida a Januário da Cunha Barbosa, então primeiro-secretário do IHGB.

1851, protestava merecer condecorações do Império por suas “locubrações nas letras”⁹³; em 1867, declarava que a correspondência que mantivera com João Francisco Lisboa tinha “caracter de litteraria”⁹⁴; em 1874, afirmava não possuir “ vaidade litteraria”⁹⁵.

Contudo, se tivermos em mente a noção de literatura como criação de obras ficcionais ou a filha da inspiração e manifestação do talento individual, não é possível compreender bem o que, para Varnhagen, que falava de produção literária inclusive quando se referia a trabalhos no campo da pesquisa histórica, significava ser um literato. Morais Silva assim define a palavra “litterato”: “adj. Que respeita ás Letras, sciencias, estudos, erudições. Os homens doutos”⁹⁶. Ser um literato seria, segundo a definição, deter o conhecimento de um vasto conjunto de obras e, simultaneamente, possuir o conhecimento das regras de sua composição. Por isso, em Varnhagen, o historiador era também um literato.⁹⁷

Por fim, certamente é importante devolver-lhe a palavra. Em 1852, ele escreveu a D. Pedro II a seguinte carta:

Meu Senhor! A leitura de uns artigos dos dois primeiros números do *Guanabara* sobre Berredo, moveu-me de não deixar para mais tarde a solução de uma questão importante acerca da qual convém muito ao pais e ao Throno que a opinião se não extravie, com idéas que acabam por ser subversivas. Submetto, pois, a V. M. a memoria junta, acerca de como se deve entender a nacionalidade brasileira, e a V. M. Imperial fico o Dar-lhe o destino que mais conveniente Julgue. Eu lembro que

⁹³ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 168. O texto em questão encontra-se no Arquivo Imperial de Petrópolis, sem assinatura e sem destinatário. É iniciado assim: “Francisco A. de Varnhagen pediu verbalmente a S. M. Imperial a graça de uma condecoração”, e continua todo na terceira pessoa. Porém claramente foi redigido pelo interessado, conforme destacou Lessa. Cf. LESSA, 1961, p. 166, nota.

⁹⁴ VARNHAGEN, 1867, p. 8. A frase está no texto publicado por Varnhagen contra os ataques de João Francisco Lisboa às suas idéias sobre os indígenas brasileiros. Ele transcreveu nesse texto a correspondência mantida entre os dois, no início dos anos de 1850. Tratar-se-ia, segundo afirmava, de uma correspondência a que fora obrigado por dever de officio e porque lhe fora solicitada. Lembrava que Lisboa fora enviado em missão especial pelo governo brasileiro a Portugal, a fim de recolher documentos referentes à história do Brasil e, não conhecendo os arquivos portugueses, solicitara-lhe ajuda.

⁹⁵ VARNHAGEN, 1874, p. 10. O trecho está na carta de Varnhagen dirigida ao IHGB – um *Officio Protesto* –, contra a defesa que, na *Revista* do Instituto, Antonio Henriques Leal fizera das idéias indianistas de João Francisco Lisboa, contra as dele. Dizia tornar público o folheto para se defender.

⁹⁶ MORAIS SILVA, 1922 (1813), vol. II, p. 231.

⁹⁷ Já no final de sua vida, em 1874, em carta enviada ao IHGB, ele afirmava ser: “o primeiro a reconhecer em meus passados escriptos, não só faltas, que eu proprio vou de boa fê descobrindo e revelando, como desigualdades e inferioridades, e ás vezes até affectações de estylo. A muitos outros que valem mais do que eu passou outro tanto. Admitto que hoje mesmo, habituado á gravidade do estylo official, o sigo nos meus ensaios historicos, que por certo se não recommendam pela brilhantez da phantasia. Nem tão pouco o sinto: escrevo de acordo com a lisura do meu character e a sinceridade de todo o averiguador consciencioso. Cf. VARNHAGEN, 1874, p. 10-11.

poderia, depois de ser lida n'uma sessão do Instituto (onde fosse pela pessoa que V. M. Imperial se dignar indicar), entrar n'um dos primeiros números do Guanabara, donde depois a transcrevesse a *Revista*.

Sei que com esta e outras busco espontaneamente novos trabalhos; mas se alguém se não expõe a elles, dizendo, com abnegação e em bem do paiz, destas verdades, onde iríamos parar?! – A minha vida é do Brazil, que é a minha pátria, e de V. M. Imperial, que me Protege. Cumpre-me pois combater, com as armas que devo a Deus, pelo que julgo em consciência em favor de V. M. I. e do Brazil.⁹⁸ (grifos do autor)

Em nota a essa carta, Clado Lessa informa que o texto a que Varnhagen fazia referência era a “*Introdução à 2ª edição dos Anaes do Maranhão* de Bernardo Pereira de Berredo, escrita por Gonçalves Dias em 1849, e reeditada no 1º e 2º números do *Guanabara*, de que era um dos redatores.” Para Clado Lessa, Gonçalves Dias tecera, nessa introdução, “um apaixonado e romântico ditirambo das qualidades da raça tupi, que considerava a verdadeiramente representativa da nacionalidade”.⁹⁹ Varnhagen discordava dessa avaliação.

A edição desse texto movera Varnhagen, segundo confessava a D. Pedro II, a enviar-lhe “uma memória” acerca da questão da nacionalidade brasileira. Ele fazia referência ao texto: *Como se deve entender a nacionalidade ...*, onde argumentava contra as idéias de Gonçalves Dias. A seu ver, a nacionalidade brasileira “não era índia, mas crioula e christã”, sendo que os indígenas haviam sido “apenas absorvidos pela raça colonizadora”; tratava-se, portanto, de uma afronta ao monarca e ao Brasil o fato de literatos defenderem, em verso e em prosa, que os indígenas eram “o instrumento de quanto no Brasil se tem praticado de util ou de glorioso”. Afiançava que essas idéias chegavam mesmo a ser subversivas, pois a história deveria ser escrita de forma que “convem á nação”. Para aqueles que julgavam serem os indígenas o berço da nacionalidade, perguntava: “aspiramos nós a ser selvagens? ou a render culto e vassalagem aos asquerosos sacrificios de anthropophagia?”.¹⁰⁰ Conforme avaliava, eram tantos descabros que ele não podia mais se calar! Ao Imperador solicitava ou mesmo sugeria que o auxiliasse, divulgando suas idéias no Instituto Histórico, em sua *Revista* e na própria *Guanabara*, berço da perversão moral. Porém, estava firmemente convencido de que seria capaz de dar “a solução” para o caso, não permitindo a vitória de idéias subversivas. Sua arma: a palavra.

⁹⁸ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 187-188.

⁹⁹ LESSA, 1961, p. 187, nota 1.

¹⁰⁰ VARNHAGEN, 1948 (1952), p. 233-234.

Capítulo 4
Um aluno do Real Colégio Militar

Apresentando e reafirmando os princípios normativos de sua obra, Varnhagen sustentava uma compreensão da forma e dos fins da escrita da história que remonta a uma tradição de longuíssima duração. Isso não significa, em hipótese alguma, imputar-lhe o epíteto de antiquado em um mundo moderno. Muito pelo contrário, seus contemporâneos compartilhavam suas preocupações com o controle da palavra e também discutiam as normas de “como se deve escrever a história”. E, se essa era uma tradição partilhada, ela certamente implicava uma formação.

Sobre a formação de Varnhagen, porém, seus estudiosos fornecem apenas alguns indícios: Pedro Lessa informava que “Varnhagen estudou mathematicas no Real Collegio Militar, em Portugal (RCM)”¹; Basílio de Magalhães dizia que “Tendo seguido [Varnhagen], aos oito annos de idade, para Portugal (em consequencia do regresso do pae), lá foi que fez os estudos primarios e secundarios, bem como o de engenharia militar”²; Américo J. Lacombe afirmava que Varnhagen teve “uma formação cultural (...) em Lisboa”³; José Honório Rodrigues, que a “formação militar do historiador em Portugal, tenente desde 1837, modelou suas convicções ideológicas, que nunca foram abaladas”⁴; e Nilo Odália afirmava que a formação de Varnhagen, no “campo das ciências exatas” pouco o habilitara para o trabalho como historiador.⁵

Na década de 1950, Clado Lessa afirmava que os biógrafos de Varnhagen pouco se interessavam por sua formação. Segundo ele, esse desinteresse era fruto da certeza de que esses dados eram “pormenores de pouca importância quanto aos efeitos sobre a gloriosa carreira do historiador-diplomata”.⁶ Ao afirmar que a “gloriosa carreira” de Varnhagen

¹ LESSA, 1916, p. 614.

² MAGALHÃES, 1928, p. 8.

³ LACOMBE, 1967, p. 147.

⁴ RODRIGUES, José Honório, 1967, p. 189-190.

⁵ ODÁLIA, 1979, p. 9-10.

⁶ LESSA, 1954, vol. 223, p. 95. Clado Lessa afirmava que as características “psicológicas” de Varnhagen se explicavam por seu “sangue alemão”. Segundo ele, Varnhagen tinha a “lhe correr nas veias sangue alemão, isto é, do povo da terra mais estudioso e aferrado às próprias convicções que se conhece”. Cf. LESSA, 1955, vol. 226, p. 4. Não é demais destacar que em plena década de 1950, Clado Lessa propalava, na *Revista do IHGB*, teorias racialistas correntes no mundo ocidental desde meados do século XIX. Em outras passagens do estudo de Lessa sobre Varnhagen, ele manifestou sua adesão a essas teorias. Tais teorias estabeleciam a existência de raças humanas distintas entre si. Segundo Lilia Schwarcz, os teóricos da raça afirmavam existir “uma continuidade entre caracteres físicos e morais” e “a preponderância do grupo racio-cultural ou étnico no comportamento do sujeito”. Cf. SCHWARCZ, 1995, p. 58-60.

prescindia de sua formação, Lessa buscava engrandecer os méritos pessoais de seu biografado. Contudo, ele estava correto ao afirmar que “[os] biógrafos (...) apenas muito por alto aludem aos seus estudos em Lisboa durante a segunda infância e a adolescência”.⁷ Já na década de 1970, Alice Canabrava repisaria no mesmo ponto – “conhecemos pouco a formação intelectual de Varnhagen” – e acrescentaria que apenas se sabia de seu “treinamento como autodidata, na experiência de longos anos junto aos arquivos”.⁸

Ainda acerca da formação de Varnhagen, Clado Lessa informava que a mais rica fonte de dados, e a única utilizada pelos biógrafos, era a “carta-ofício” enviada pelo historiador, no início de 1843, ao então comandante do Imperial Corpo de Engenheiros.⁹ A carta-ofício é uma autobiografia na qual Varnhagen, pleiteando sua promoção na carreira militar, recordava seus estudos feitos em Portugal – “as minhas applicações e affeições erão [à sua época como estudante] (...) para o Brazil” – e julgava que eles “me ajudarão a obter mais vantajosa situação na carreira, cujo amor de classe e dos estudos conservo e conservarei sempre”.¹⁰ Na seqüência, rememorava sua formação escolar, informando que freqüentara “as aulas de primeiras letras e lingua franceza” no Rio de Janeiro e que, pouco após regressar a Portugal, tornara-se aluno do Real Colégio Militar (RCM):

Chamado à Europa por meu pai, entrei, nos fins de 1825, para o Real Colégio da Luz, onde, seguindo o curso regularmente por sete annos, além de obter aprovações todas plenas nos exames de latim, francês, inglês, philosophia, retórica, geographia, história, completei o primeiro anno matemático, e o segundo de estudos militares, especialmente relativos ao serviço de Estado Maior, tática, estratégia, reunindo a isto a escola das diferentes armas, equitação, esgrima e desenho linear, de figura, arquitetura, paisagem, perspectiva e topographia que tive durante os sete annos. Findei êste curso em agôsto de 1832.¹¹

⁷ LESSA, 1954, vol. 223, p. 95. Em outra passagem da biografia de Varnhagen, Lessa reafirma sua avaliação: “As fontes biográficas existentes são totalmente omissas de dados sobre os anos da primeira infância do historiador-diplomata, como sucede em geral com as de grandes homens”. Cf. LESSA, 1954, vol. 223, p. 92.

⁸ CANABRAVA, 1971, p. 418. A experiência arquivística de Varnhagen é por ele noticiada em várias passagens de suas cartas. Pode-se dizer que, além de realizar as pesquisas, Varnhagen fazia questão de anunciar que as realizava. Também no *Prologo* preparado para a segunda edição da *HGB*, Varnhagen lista os arquivos onde pesquisara. Cf. VARNHAGEN, 1877, p. IX-X. (Prólogo).

⁹ LESSA, vol. 223, p. 95. Lessa reeditou essa carta-ofício na *Correspondência ativa* de Varnhagen. Cf. LESSA, 1961, p. 99-102.

¹⁰ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 101.

¹¹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 101. Essas informações são corroboradas por Inocêncio da Silva que, em 1858, afirmava que Varnhagen fora: “admittido (...) como alumno interno do Real Collegio Militar, então estabelecido no sitio da Luz, subúrbio de Lisboa. Permaneceu ahi durante alguns annos, (...). Saindo d’aquelle estabelecimento em 1832 (...)”. Cf. SILVA, 1858, p. 358. Mas, sobretudo, as informações são confirmadas pelo cadastro de Varnhagen arquivado no Colégio Militar. Nele pode-se ler: “Foi admittido a alumno Estadista, por Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em data de 17 de setembro de 1825.

Nessa “carta-ofício”, escrita para justificar sua pretensão a uma promoção, além de informar que cursara as matérias voltadas para a prática militar, fazia sobressair sua formação em línguas vivas, no latim e na retórica.¹² No contexto, falar de formação retórica pode ser sintomático.

Em trabalho publicado na *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, Jean Molino chamava a atenção para o fato de que os estudos sobre o ensino de retórica oitocentista tendem a interpretá-lo como se restringindo apenas ao domínio dos tropos e das figuras de linguagem – “comme s'ils remplissaient à eux seuls l'espace de la rhétorique”. Segundo o autor, muito ao contrário disso, a retórica oitocentista “fait partie d'une discipline plus vaste, qu'on appellera selon les cas belles-lettres ou littérature”. O ensino da literatura ou das belas-letras incluía a gramática, a retórica, a poesia e a literatura, na qual estavam compreendidas, afirma o autor, a história, o romance, a crítica, dentre outros gêneros. Era por isso que, além dos manuais de retórica, o ensino literário “comprend-il (...) de manuels de morceaux choisis des plus grands auteurs, latins et français, comme en témoigne le recueil, maintes fois réédité au cours du siècle”.¹³ Esse ensino, segundo Molino, tinha uma pretensão ambiciosa de formação intelectual, “stylistique, esthétique et éthique” do educando.¹⁴

A definição de “belles-lettres” apresentada por Molino se aproxima daquela dada por André Chervel para o termo “humanidades”. Segundo Chervel, as humanidades eram um modelo de formação que foi utilizado nas escolas secundárias e que, na França, se constituiu no modelo dominante, dos séculos XVI ao XIX. Esse modelo de formação visava à preparação estética, retórica, moral e cívica do educando, ou seja, “une éducation

Sahio por completar os Estudos”. Ainda nesse cadastro pode-se saber que Varnhagen passou a frequentar a Escola em outubro de 1825 e saiu em 29 de agosto de 1832. Cf. *Registo dos Alunos do Real Collegio Militar*. (Anexo 1) O curso do Real Colégio Militar, à época em que Varnhagen nele estudou, tinha a duração de seis anos. Realmente Varnhagen nele permaneceu por sete anos porque repetiu o segundo ano do então denominado “Curso Preparatório”, como adiante se discutirá.

¹² Muito provavelmente, ao se apresentar como um oficial que dominava línguas vivas e até o latim, Varnhagen o fazia porque havia um reconhecimento social desse saber, conforme já se destacou. Conforme destaca Peter Burke, o fato de um escritor citar em latim era considerado, ainda no século XIX, prova de erudição, o que o tornava possível candidato a participe do restrito grupo dos eruditos. Cf. BURKE, 1993.

¹³ Segundo Molino, os trechos publicados nos livros de lições escolares pertenciam a diversos gêneros literários: “narrations, tableaux, descriptions, définitions, fables et allégories, morale religieuse ou philosophie pratique, lettres, discours et morceaux oratoires, dialogues philosophiques ou littéraires (...)”. Cf. MOLINO, 1980, p. 182-183.

¹⁴ MOLINO, 1980, p. 183. Os artigos publicados nesse número da Revista foram dedicados à discussão da retórica no século XIX.

de l'individu, de l'esprit, de l'intelligence, de l'âme (...)"¹⁵ Nesse sentido, se o estudo do latim ocupava "le centre" da formação, os textos escolhidos para serem explicados, traduzidos, memorizados, imitados e emulados como modelos eram aqueles considerados como formadores de virtudes – a coragem, a justiça, a moderação, a honestidade, a abnegação, dentre outras.¹⁶ Entre os autores estudados nessas escolas, Chervel destaca que predominavam os antigos: Ovídio, Virgílio, Tito-Lívio, Cícero, dentre outros. Os alunos decoravam trechos desses autores que se tornavam modelos para suas futuras composições; tratava-se de fazer "l'élève s'imprégner des principes de la langue classique" e, simultaneamente, imbuí-lo de princípios estéticos e éticos.¹⁷ Enfim, essa educação visava a formar um indivíduo partícipe de um limitado grupo que

par la pratique des textes et des auteurs, par le contact avec des civilisations fondatrices, par l'exercice de la traduction, de l'imitation et de la composition, a acquis le goût, le sens critique, la capacité de jugement personnel et l'art de s'exprimer oralement et par écrit conformément aux normes reçues.¹⁸

Na primeira metade do século XX, Max Fleiuss afirmou ter sido Varnhagen educado nas humanidades. Fleiuss não indicava as razões que o haviam levado a tal afirmação, mas provavelmente tinha em mente a compreensão do que significava, no século XIX, o estudo de retórica. Provavelmente era por isso também que, segundo Fleiuss, Varnhagen crescera estudando os clássicos da língua portuguesa, que teriam moldado seu estilo.¹⁹ Varnhagen declarara sua formação em línguas e na retórica. Poder-se-ia afirmar

¹⁵ CHERVEL e COMPÈRE, 1997, p. 9. O texto de Chervel introduz um número especial da revista *Histoire de l'Éducation*, dedicado a estudos sobre as humanidades clássicas, na França. Um outro número da mesma revista foi dedicado ao ensino espanhol, do século XVI ao XIX – período correspondente àquele que, segundo Chervel, as humanidades dominaram o ensino secundário francês. Nesse número, Jean-Louis Guereña faz um apanhado dos trabalhos sobre a construção das disciplinas no ensino secundário espanhol, no século XIX, e também aborda a questão do ensino das humanidades. Cf. GUEREÑA, 1998, p. 57-87.

¹⁶ Segundo Chervel: "Pour qu'une littérature soit considérée comme formatrice, il faut qu'elle comporte des leçons morales ou civiques et qu'elle mette en scène des comportements dignes d'être imités". Cf. CHERVEL, 1997, p. 10.

¹⁷ CHERVEL e COMPÈRE, 1997, p. 11. Para Chervel: "L'éducation classique, c'est donc aussi une formation de l'esprit que tend à développer un certain nombre de qualités, la clarté dans la pensée et dans l'expression, la rigueur dans l'enchaînement des idées et des proportions, le souci de la mesure et de l'équilibre, l'adéquation aussi juste que possible de la langue à l'idée. Pour y parvenir, les élèves sont soumis à toute une panoplie d'exercices, oraux et écrits". Cf. CHERVEL e COMPÈRE, 1997, p. 14.

¹⁸ CHERVEL e COMPÈRE, 1997, p. 6.

¹⁹ Segundo Fleiuss: "(...) [Varnhagen] floresceu no estudo de humanidades e familiarizou-se bastante com os clássicos portugueses, cujos moldes lhe contornaram o estilo dogmático e frio, contemporâneo do de Alexandre Herculano e Rebello da Silva". Cf. FLEIUSS, 1930, p. 412. Clado Lessa também afirmava que Varnhagen estudara "humanidades" sem, contudo, apresentar maiores explicações para sua afirmativa. Cf. LESSA, 1954, vol. 223, p. 98.

que o Real Colégio Militar, onde ele estudara, dava a seus alunos uma formação humanista ou em belas-letas?

Nesse capítulo se discutirá a composição da grade de disciplinas do Real Colégio Militar, a partir de documentos legais que regulamentaram seu funcionamento, assim como as mudanças pelas quais ela passou, ainda no primeiro quartel do XIX. Visou-se, em primeiro lugar, a apresentação das disciplinas obrigatórias que compunham essa grade, no momento em que Varnhagen foi aluno da Instituição. Ou seja, se ele relembra seu estudo de retórica realizado no Colégio Militar, efetivamente a disciplina existia na composição da grade curricular da Instituição?

Em segundo lugar, buscou-se verificar se as considerações de Jean Molino sobre o ensino de retórica no século XIX, assim como o estudo de Chervel sobre as humanidades em escolas francesas, seriam paradigmas válidos também para uma instituição de ensino militar portuguesa.²⁰ Com esse objetivo, analisei uma prova de concurso de um professor de língua portuguesa e literatura, do qual Varnhagen foi aluno. Essa prova, acredito, permite-nos iniciar um contato, que ultrapassa o instituído legalmente, para examinar os valores e conteúdos reconhecidos como válidos e corretos pela Instituição escolar em questão. Considerando que o concurso foi preparado, executado e avaliado por professores da Instituição, a análise dos critérios de avaliação adotados assim como da prova do professor aprovado, pode auxiliar na identificação do tipo de profissional o Colégio Militar desejava, que conteúdo exigia que dominasse, assim como os valores que compartilhava, ao

²⁰ Segundo Joel Serrão, o Colégio Militar “fez figura de caso à parte no panorama do ensino secundário português”. Mesmo considerando que seus objetivos fossem a formação castrense do educando, Joel Serrão afirma que “seu plano de estudos compreendia tanto a formação primária como disciplinas secundárias da área das ‘Humanidades’.” (grifo do autor). Cf. SERRÃO e MARQUES, 2002, p. 379. Sobre o ensino de humanidades nas escolas portuguesas do XIX, fiz um levantamento de trabalhos sobre a temática no fichário da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, e não consegui verificar a existência de pesquisas sobre o assunto. A mesma ausência notei em três revistas portuguesas de educação. Fiz um levantamento desde o início da década de 1980, quando, parece-me, os estudos sobre as humanidades começaram a ganhar fôlego. Pesquisei o índice das seguintes revistas: *Revista Portuguesa de Pedagogia*, publicada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra; *Revista Portuguesa de Educação*, publicada pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho; *Revista de História das Idéias*, publicada pelo Instituto de História e teoria das idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ainda procurando artigos sobre o ensino de humanidades em Portugal, li o índice dos números da *Paedagogica Historica International Journal of the history of education*, publicada na Bélgica, até o segundo volume de 2002 – que era o último número da revista existente na Universidade de Lisboa. Nenhum artigo sobre a temática foi identificado. É claro que se trata de um levantamento preliminar, mas que indica, no mínimo, uma pequena produção sobre a temática, em Portugal.

aprovar o candidato em questão. Segue-se aqui a orientação de Dominique Julia acerca de estratégias de pesquisa e de análise da cultura escolar:

Na análise histórica da cultura escolar, parece-me de fato fundamental estudar como e sobre quais critérios precisos foram recrutados os professores de cada nível escolar: quais são os saberes e o *habitus* requeridos de um professor? (...) o exame ou o concurso definem, tanto na forma das provas como nos conteúdos dos saberes propostos aos candidatos, a base mínima de uma cultura profissional a se possuir.²¹

O esforço realizado visa a uma aproximação do tipo de profissional que o Colégio Militar desejava ter, o que certamente está ligado ao tipo de educando que pretendia formar.

4.1. Sobre a grade curricular do Real Colégio Militar²²

Em outubro de 1825, quando o menino Francisco Adolfo de Varnhagen passou a freqüentar as aulas do Real Colégio Militar, localizado no então distante bairro da Luz, ele entrava numa Instituição destinada à preparação de oficiais para o Exército Português, em funcionamento havia mais de duas décadas.²³

²¹ JULIA, 2001, p. 24/30. Dominique Julia define a cultura escolar como: “(...) um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Cf. JULIA, 2001, p. 9.

²² O Colégio Militar da Luz é uma instituição bicentenária, conhecida em Portugal pelo rigor de sua disciplina e pela excelência da formação dada a seus alunos. Ao longo de sua existência, a Instituição formou quadros para o oficialato do Exército português e também inúmeros homens que se destacaram na vida política, intelectual e artística do país. Contudo, apesar da importância da escola na formação desses quadros, ela foi até hoje objeto de apenas uma dissertação de mestrado. Os estudos sobre a escola foram produzidos por homens diretamente a ela ligados – professores ou ex-alunos –, a partir da rica documentação existente em seu arquivo. Dentre esses estudos destaca-se sobremaneira o publicado pelo Coronel Costa Matos, nas comemorações do bicentenário do Colégio, realizadas em 2003. Sobre os ex-alunos do Colégio que ocuparam postos de destaque na vida portuguesa, o professor Carlos Adolpho Marques Leitão, na sessão solene de comemoração do primeiro centenário do Colégio, afirmava: “Seria aqui logar para referir os nomes mais illustres dos filhos d’esta instituição; mas difficil é a escolha ou a preferencia, porque todos têm sabido nobilitar a escola que os educou”. Na seqüência Marques Leitão listava vários ex-alunos. Cf. *Sessão Solemne commemorativa do Primeiro Centenario do Real Collegio Militar*, 1903, p. 26-28. No período em que estive pesquisando nos arquivos do Colégio, de março a junho de 2003, o então diretor tinha encomendado, a um professor recém-aposentado um levantamento de todos os alunos egressos da Instituição, nos últimos trinta anos, que se haviam destacado na vida portuguesa. Infelizmente não tive acesso aos resultados finais do trabalho.

²³ Ao ser matriculado no Colégio, Varnhagen recebeu um número de identificação – 114. Esse número acompanhava o aluno durante toda sua vida escolar e só era novamente atribuído a outro aluno depois que seu detentor formasse ou fosse afastado da escola, por reprovação ou por ter ultrapassado a idade máxima permitida de 17 anos. Cf. *Registo dos Alumnos do Real Collegio Militar*. Como aluno estadista, Varnhagen estudou gratuitamente na Instituição, custeado pelo Estado português. O Colégio também tinha alunos que pagavam por seus estudos. Cf. MAYA, 1903, p. 11.

A origem do Colégio remonta ao período de guerras vivido pela Europa, decorrentes dos sucessos Revolução Francesa e, particularmente, a partir da ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, em 1799.²⁴ Assim como os demais países europeus, Portugal vivia sob a ameaça francesa. Nesse cenário, em dezembro de 1801, o Ministro da Secretaria da Guerra e dos Estrangeiros do governo português – D. João de Almeida de Melo e Castro – nomeara um Conselho Militar para deliberar sobre questões referentes ao Exército Português.²⁵ No trabalho realizado por esse Conselho, apontava-se a necessidade de melhorar a preparação do oficialato do exército, para fazer frente à ameaça representada pela França. Apesar de não oficialmente instituído, o Colégio resultou dessa preocupação do governo português.

Em agosto de 1802, o coronel António Teixeira Rebelo, então comandante do regimento de Artilharia da Corte, dirigia-se ao ministro Mello e Castro e anunciava ter em mãos uma lista de futuros educandos. Teria início, naquele ano, uma experiência de funcionamento de uma escola no denominado quartel da Feitoria: “Ponho na Presença de V. Ex^a a relação nominal dos Alunos que estão em circunstâncias de entrar no pequeno Collegio de educação ao qual V. Ex^a faz a destinta honra de ser Patrono”.²⁶

Entretanto, provavelmente devido às enormes dificuldades que Portugal viveu desde o início do século XIX, sobretudo depois da partida da Corte para o Brasil – em 1808 –, o Real Colégio só seria regulamentado provisoriamente em 1814²⁷, por meio de portaria dos

²⁴ Sobre as guerras européias decorrentes da Revolução Francesa, cf. HOBBSBAWM, 1982, p. 95. Hobsbawm lembra que a Europa viveu uma guerra quase ininterrupta de 1792 a 1815.

²⁵ Cf. COSTA MATOS, 2003, vol. I, p. 42-48.

²⁶ Apud. COSTA MATOS, 2003, vol I, p. 51. Apesar de no Colégio Militar se considerar o ano de 1803 como o inicial de seu funcionamento, o Coronel Costa Matos argumenta que a experiência fora iniciada no ano anterior. Para Rómulo de Carvalho, fora “por iniciativa pessoal” que António Teixeira Rebelo decidira criar, em 1803, um Colégio destinado aos “filhos dos militares sob seu comando”. Cf. CAVALHO, 1996, p. 524. Dessa mesma opinião partilha Joel Serrão que afirma: “O Colégio Militar teve a sua origem no Colégio da Feitoria (perto de S. Julião da Barra), estabelecido em 1803 por iniciativa do coronel António Teixeira Rebelo e destinado, primacialmente, à instrução dos filhos dos militares do Regimento de Artilharia da Corte, mas admitindo também civis”. Cf. SERRÃO e MARQUES, 2002, p. 378-379.

²⁷ O Coronel Costa Matos afirma que a experiência do Colégio mostrava resultados pois que já formara oficiais que se encontravam na ativa. Segundo ele há “referências de, em 1808, terem saído do Colégio os primeiros 2 cadetes para Cavalaria; no ano seguinte, 3 oficiais, 2 sargentos e 1 sargento-ajudante; e em 1810 (...) terão sido de 5 o número dos que ascenderam a oficial. Cf. COSTA MATOS, 2003, p. 124. Para Joel Serrão, as invasões francesas no território português, a partir de 1807, haviam despertado o “Governo para a necessidade de incrementar a formação militar”, o que levou “ao aproveitamento desta intuição [o Colégio criado pelo coronel Teixeira Rebelo] com fins meramente castrenses”. Cf. SERRÃO e MARQUES, 2002, p. 379.

Governadores do Reino – que então governavam Portugal em nome do Rei.²⁸ Esse regulamento provisório foi substituído, em 1816, pelo *Alvará, e Regulamento para o Real Collegio Militar da Luz*, no qual se regulava o funcionamento do Colégio, inclusive naqueles aspectos diretamente referentes ao ensino. No Capítulo I do Título V – “Do plano dos Estudos Civis, e Militares” –, estabelecia-se o objetivo do ensino a ser ministrado no Colégio: “a Educação, e Instrução própria da Mocidade, que se destina ao Serviço Militar” e estipulava-se que as disciplinas do currículo deveriam ter “conexão com aquelle serviço”, assim como “corresponder ao fim desse Estabelecimento”.²⁹ Enfim, as disciplinas a serem cursadas no Colégio deveriam:

(...) habilitar com os Estudos indispensaveis a porção de Meus Vassallos, que se propõem á honra de Servir-Me [ao Rei] na brilhante carreira das Armas, e o tornar a Classe da Officialidade dos Meus Exércitos mais digna, e apta para prosseguir, e aperfeiçoar-se nos importantes, e superiores ramos da Sciencia Militar.³⁰

A regulamentação do Colégio atualizava as propostas que, pode-se dizer, vinham de 1802, quando o Conselho Militar, criado pelo ministro Melo e Castro, apresentara-lhe a necessidade de melhorar a preparação dos oficiais do Exército português.

Porém, ao contrário do que se poderia imaginar, a primeira grade curricular do Colégio não era composta exclusivamente por disciplinas técnicas ou diretamente ligadas ao serviço militar. Ao longo dos quatro primeiros anos de escolarização, o aluno – admitido entre os nove e onze anos de idade – cursava, em um regime de internato por dez meses consecutivos com uma folga por semana (na quinta-feira, mas sem direito de sair da escola), além das primeiras letras, as gramáticas da língua portuguesa, latina, francesa e inglesa, a aritmética e a álgebra, assim como a lógica.³¹ Nos dois últimos anos de

²⁸ O prédio escolhido para abrigar o Real Colégio Militar era um edificio localizado a uns 6 quilômetros do centro de Lisboa, e mandado edificar pela infanta D. Maria, filha do rei D. Manuel, para abrigar um hospital de enfermos pobres. Esse edificio fora muito arruinado pelo terremoto que em 1755 atingira Lisboa. Para receber o Colégio, o prédio passou por reparações. Em 1835, o Colégio foi transferido para o antigo edificio da Congregação dos Missionários, denominada de Rilhafolles. Posteriormente, em 1848, em consequência de seu grande número de alunos, o Colégio passou a funcionar no Convento de Mafra, localizado a 43 km de Lisboa. Ao longo dos anos seguintes essa transferência foi motivo de questionamentos, inclusive por parte de diretores da instituição que atribuíam à localização do Colégio a causa da decadência de seu ensino. Em 1859, o Colégio voltaria a funcionar no bairro da Luz, onde está até hoje. Cf. MAYA, 1903, p. 17, 41, 57-58.

²⁹ *Alvará, e Regulamento para o Real Collegio Militar da Luz*, 1816, p. 25.

³⁰ *Alvará, e Regulamento para o Real Collegio Militar da Luz*, 1816, p. 1.

³¹ Sobre o período letivo vigente no Colégio Militar, no parágrafo VII, do título V do *Alvará* de 1816, pode-se ler: “O anno letivo deverá principiar no 1º de Outubro, e constará de dez mezes contínuos sem fêrias, á excepção de hum feriado na Quinta-feira de cada semana, se nella não houver dia Santo; no mez de Agosto immediato ao ultimo lectivo serão examinados todos os Estudantes (...)”. No parágrafo VIII, se determinava

escolarização, o aluno cursava disciplinas da formação militar: noções gerais de mecânica, hidrodinâmica, óptica, desenho de arquitetura, princípios de tática elementar, castrametação³², fortificação de campanha, desenho de arquitetura. Compunham ainda a grade curricular aulas de dança, esgrima, evoluções e manobras militares e doutrina cristã.³³ Se a educação militar pretendia capacitar os educandos para assumir os postos de comando do Exército, ela não prescindia de uma base então denominada de “literária”. Segundo seu primeiro diretor, o coronel António Teixeira Rebelo: “Sem o conhecimento das línguas, sem a perfeição da razão, sem a memória dos factos e países do mundo: o homem não sabe determinar-se, seus juízos nem sempre são verdadeiros”.³⁴

Pode-se dizer que a primeira grade curricular do Real Colégio, estabelecida pelo *Alvará*, era uma composição entre duas vertentes educacionais: uma, apoiada numa longa tradição e voltada para o domínio da língua e o controle da palavra; outra, fundada sobre o domínio e o controle de técnicas militares, conhecimento que se poderia chamar de científico e que preparava o jovem para o ingresso no mundo profissional.³⁵ O Colégio não era uma escola “liberal”, no sentido atribuído por Chervel, ou seja, que ministrava um ensino gratuito ou “*détachée de toute préoccupation utilitaire*”.³⁶ Contudo, para bem compor a classe dos oficiais, entendia-se necessário dar aos educandos uma instrução literária, pois ela formaria homens detentores de perfeita razão, de corretos juízos e capacitados para o comando, conforme expressava seu primeiro diretor.

que: “No ultimo dia de Agosto deverão sahir os Collegiaes a passar o mez de Setembro em suas casas (...)”. Cf. *Alvará, e Regulamento para o Real Collegio Militar da Luz*, 1816, p. 28.

³² Castrametação: arte e técnica de escolher, medir e preparar terreno para a construção de acampamento ou fortificação (cf. Houaiss, Dicionário da Língua Portuguesa).

³³ *Alvará, e Regulamento para o Real Collegio Militar da Luz*, 1816, p. 27-28.

³⁴ REBELO, António Teixeira. *Rezumo do plano detalhado do Real Collegio Militar*. Apud. COSTA MATOS, 2003, vol 1, p. 125. Segundo Costa Matos, Teixeira Rebelo defendia que uma “educação uniforme e uma boa preparação [seria] conseguida através da junção das ‘artes e ciências’.” (grifo de Costa Matos)

³⁵ Segundo André Chervel, a educação ocidental tem, desde sua mais remota origem grega, duas correntes: “L’une est fondée sur la nature, sur les choses, sur l’univers (...). L’autre s’appuie sur les textes portés par une longue tradition, et sur la langue, à la fois outil de la communication et de la persuasion et support indispensable, voire consubstantiel, de la pensée (...)”. Cf. CHERVEL e COMPÈRE, 1997, p. 5.

³⁶ CHERVEL, 1997, p. 9-10. Ainda segundo Chervel, a educação humanística preparava “des hommes libres, en les faissant accéder, dès leur jeunesse, aux plus hauts sommets de la pensée et de la création humaines”. Cf. CHERVEL e COMPÈRE, 1997, p. 10.

A grade curricular estabelecida pelo *Alvará* de 1816 foi modificada por meio de um *Aviso* real, em setembro de 1824, que determinou a extinção da³⁷

cadeira do 2º ano mathematico, actualmente existente no real collegio militar, e crear em logar d'ella uma cadeira em que se professem matérias de instrucção militar, ficando por este modo para o futuro o curso militar propriamente dito d'aquelle real collegio dividido em dois annos.³⁸

Nesse *Aviso*, considerava-se que os alunos formados pelo Colégio destinavam-se ao “serviço do estado maior do exercito e das armas de infantaria e cavallaria” e, por isso, era necessário proporcionar um “desenvolvimento da instrucção própria dos fins d'aquelle collegio”. Pode-se dizer que o decreto era orientado pela preocupação com o aprimoramento da preparação técnica dos educandos.

A mesma preocupação orientou uma segunda reformulação do “plano de estudos” – denominação dada à grade das disciplinas obrigatórias – do Colégio, decretada em julho de 1826. As disciplinas dos seis anos da escolarização foram divididas em dois cursos distintos e seqüenciais, cada qual com três anos de duração: um primeiro, denominado de “preparatório”, e um segundo, “militar”.³⁹ Por um lado, o decreto de 1826 significou o reconhecimento legal de dois cursos dentro do Colégio e implicou uma nova “divisão das disciplinas” que ampliava em um ano o “curso militar” e, em contrapartida, reduzia, na mesma proporção, o tempo dedicado às disciplinas literárias. Por outro, apesar dessa redução, a reforma de 1826 confirmou o reconhecimento institucional da importância de uma formação em línguas na preparação do oficial.

Em 1873, Luciano Cordeiro, então professor do Colégio, redigiu uma *Nota histórica* para a coletânea que fizera dos decretos e portarias referentes às grades curriculares do Colégio Militar. Em sua avaliação, a reforma de 1826 conservava a tradição segundo a qual

³⁷ CF. CORDEIRO, 1873, p. 3-16. Em 1872, Luciano Cordeiro, professor de filosofia e literatura do Colégio, foi encarregado, conforme testemunha, de preparar um trabalho sobre as várias reformas dos planos de estudos pelas quais passara o Colégio, até aquele ano. Luciano Cordeiro reuniu, nesse trabalho, as sucessivas grades curriculares, assim como os decretos, portarias e avisos referentes às disciplinas que deveriam compor essa grade. A composição da grade curricular do Colégio Militar passou por sucessivas modificações, ao longo do período compilado por Cordeiro, conservando, porém, seu caráter duplo de preparação literária e científica.

³⁸ *Reforma de estudos* In: CORDEIRO, 1873, p. 33. A grade curricular resultante do decreto de 1824, sofreu um acréscimo, realizado por portaria, em maio de 1825, quando à disciplina História e Geografia foi somada a Cronologia. Cf. CORDEIRO, 1873, p. 35.

³⁹ No decreto de 1826 se lê: “As disciplinas que actualmente se ensinam em um curso de seis annos no referido collegio serão divididas em dois cursos de tres annos cada um; a saber; um curso de preparatórios, e um curso militar”. Cf. *Reforma de Estudos* In: CORDEIRO, 1873, p. 35.

“o collegio militar era uma escola especial que, sem mutuas invasões, devia reunir a um curso de conhecimentos geraes, indispensavel base, os estudos especiaes necessarios a um official de infantaria e cavallaria”.⁴⁰ Interessante, destaca-se, é que a denominada “indispensável base” de conhecimentos era constituída pelo estudo das línguas e das gramáticas latina, portuguesa, francesa e inglesa. É importante destacar, também, que essa avaliação era feita já em meados da segunda metade do século XIX, o que denuncia a permanência da importância atribuída, pela Instituição, àquela formação.

A reforma de 1826 modificou ainda o “curso preparatório”, porque nele acrescentou o estudo da literatura entre as disciplinas a serem cursadas pelos alunos do terceiro ano. Para Luciano Cordeiro, a introdução da literatura decorria do fato de ser ela “complemento natural do estudo elementar e pratico das línguas, e indispensavel elemento de cultivo intellectual e do exercicio publico d’este poderoso instrumento de civilização e acção que se chama a *palavra* (...)”.⁴¹ (grifo do autor) Ou seja, para Cordeiro, o estudo da literatura capacitaria o aluno para ser um sujeito ativo, para agir por meio da palavra junto às outras pessoas. Ora, falar em ação com a palavra é compreendê-la como um instrumento de persuasão. Nesse sentido, pode-se dizer que Luciano Cordeiro, professor de literatura do Colégio Militar na década de 1870, compreendia a literatura como o ensino das “belles-letres” ou da retórica, aproximando-se, assim, da compreensão identificada por Jean Molino no oitocentos francês: o estudo da literatura diz respeito ao aprendizado de preceitos e de modelos consagrados e reconhecidos pela tradição, envolvendo, simultaneamente, uma formação moral e ética.⁴² Essa era a compreensão de literatura partilhada pelos professores do Colégio Militar, na década de 1820.

⁴⁰ CORDEIRO, 1873, p. 21.

⁴¹ CORDEIRO, 1873, p. 21/35. É certo que o professor Luciano não deixava, enquanto professor de literatura, de valorizar sua própria cadeira ao fazer essa declaração. O aluno do “curso preparatório” cursava ainda a filosofia racional e a doutrina cristã, ministrada nos dias santos e feriados.

⁴² Desde a década de 1830, na grade curricular do Colégio Militar a disciplina literatura aparece somada a eloquência; no final da década de 1860, conserva-se a palavra eloquência, mas passa a constar, ao invés de literatura, noções históricas de literatura. Talvez nesse momento possa-se dizer que a retórica se separava da literatura, que começa a constituir-se em um campo próprio de conhecimento. Sobre as grades do Colégio Militar: Cf. CORDEIRO, 1873, p. 8-15.

4.2. Sobre o ensino de literatura no Real Colégio Militar

Uma vez instituído o ensino da literatura, tinha-se uma nova disciplina a ser regida no Colégio. Certamente um professor já lotado na Instituição poderia desempenhar a função. Contudo, em 13 de setembro de 1827, conforme consta em ata no *Livro 1º - Registo dos termos de concurso as cadeira e substituições*, realizou-se no Colégio Militar concurso para o provimento da vaga da cadeira de “Lingoa Portuguesa e Litteratura”.⁴³

Poucos dias antes de o concurso ser realizado, em 10 de setembro de 1827, um *Aviso* da Secretaria d’Estado dos Negócios da Guerra determinou a forma de realização, a partir de então, das seleções de professores para provimento de vagas no Real Colégio Militar. Segundo o *Aviso*:

A opposição será feita perante huma Congregação composta dos Lentes do Curso Militar, com o Professor das Matérias da Opposição, quando estas forem de Preparatórios. O oppositor explicará dos Compendios respectivos, o Capitulo, ou Capítulos que os Membros da Congregação lhe mandarem explicar, e satisfará ás refflexões que sobre o assumpto da opposição lhe forem feitas: áquella explicação se juntará a traducção, e analyse filosófica, rethorica, ou grammatical, conforme o assumpto da opposição, e o oppositor fará uma peça de composição sua sobre o assumpto dado, nas Matérias que admittirem esta prova; o assumpto desta composição deve ser regulado de modo que a sua execução seja, razoavelmente, possível em huma hora de tempo; a opposição theorica durará o tempo que parecer conveniente para formar juízo d’ella.⁴⁴

Uma consulta ao *Dicionário* de Moraes Silva nos auxilia a compreender o *Aviso*. Segundo Moraes Silva, “oposição” é: “o acto de oppòr-se, resistir, impugnar (...) pondo forças em contrario; (...) argumentando contra, ou com outros, ou em concurso, para levar Officio, Cargo ou Beneficio”.⁴⁵ “Oppositor” é “o que pertende Cadeira de Lente, ou professor”.⁴⁶ Segundo o *Aviso*, a banca de concurso seria formada por uma Congregação de professores, dos quais um faria a “oposição”, ou seja, seria aquele que “argumentaria contra” ou questionaria, pode-se entender, o candidato. Esse, denominado de “oppositor”, explicaria um capítulo ou capítulos do Compêndio indicado pela Congregação e

⁴³ Cf. *Livro 1º Registo dos termos de concurso ás cadeira e substituições*. (Anexo 2)

⁴⁴ *Livro 1º Registo dos termos de concurso ás cadeira e substituições*, 1827, s/p. A regulamentação da forma dos concursos do Colégio certamente visava um controle do tipo de profissional a ser contratado. Naquele mês de setembro de 1827, três concursos foram realizados no Colégio para o provimento de três diferentes cadeiras, duas do “curso preparatório” e uma do “curso militar”. Cf. *Livro 1º Registo dos termos de concurso ás cadeira e substituições*. (Anexo 2)

⁴⁵ MORAIS SILVA, 1922 (1813), vol. II, p. 367.

⁴⁶ MORAIS SILVA, 1922 (1813), vol. II, p. 368.

responderia à arguição –“satisfará ás refflexões que sobre o assumpto da opposição lhe forem feitas”. Na seqüência, o “oppositor” redigiria “uma peça de composição sua sobre o assumpto dado”.

Certamente, a seqüência avaliativa, estabelecida pelo *Aviso* de 1827, visava a selecionar profissionais que dominassem o conteúdo a ser ministrado e que soubessem argumentar a favor de seu ponto de vista, tanto de forma oral quanto escrita. Certamente, também, conhecer o candidato selecionado nos permite ter acesso aos saberes que lhe foram demandados e de que modo e por que atendera às expectativas da banca avaliadora e, desse modo, da própria Instituição.

Segundo consta na Ata do concurso da cadeira de “Lingoa Portuguesa e Litteratura”, apresentaram-se cinco candidatos: dois eram bacharéis, um era ex-seminarista, que estudara latim, filosofia e retórica, outro, ex-professor de gramática latina e um último, que estudara filosofia. O candidato aprovado e que se tornaria professor do Colégio, José Frederico Pereira Marecos, era bacharel em leis pela Universidade de Coimbra. Infelizmente, não consta da ata do concurso o ponto do compêndio, assim como não há registro da “oposição”. Contudo, no *Livro 1º Registo dos termos de concurso as cadeira e substituições*, está registrado que os textos escritos pelos candidatos dos concursos de 1827 foram encaminhados ao então vice-diretor do Colégio – Brigadeiro Cândido José Xavier – pelo primeiro Comandante, João José da Cunha Fidié (que compusera as bancas dos três concursos então realizados)⁴⁷:

Tenho a honra de enviar á presença de V.Ex^a. os Termos do resultado, e mais circumstancias que occorrêrão nas Opposições á Cadeira e Substituições, que se achão vagas neste Real Collegio Militar, e que tiverão lugar nos dias 12, 13, e 14 do presente mês de Setembro, acompanhando os referidos Termos, os Requerimentos documentados dos respectivos Oppositores que se apresentarão em Concurso, e as Peças de composição e analyse que servirão de assumpto em cada huma das sobreditas opposições, na conformidade da Portaria da Secretaria d’Estado dos Negocios da Guerra de 10 do presente mês, para que V.Ex^a. se Sirva de fazer subir tudo á Presença de S. A. S., e A Mesma Augusta Senhora Haja por bem de resolver, o que julgar mais conveniente.⁴⁸

Muito provavelmente, a “peça” escrita pelo candidato aprovado – assim como as dos reprovados, se existissem – poderia nos auxiliar a compreender qual o ideal de

⁴⁷ Cf. *Livro 1º Registo dos termos de concurso ás cadeira e substituições*. (Anexo 2)

⁴⁸ *Livro 1º Registo dos termos de concurso ás cadeira e substituições*. (Anexo 2)

professor de literatura pleiteava a banca do Colégio, assim como o significado que tinha a palavra, à época.

No Arquivo Histórico Militar do Estado Maior do Exército português existe um arquivo pessoal dos oficiais graduados da Instituição, inclusive dos civis que serviram em órgão ligados a ela.⁴⁹ Como professor do Colégio Militar, José Frederico Pereira Marecos teve sua documentação, referente ao tempo de serviço prestado ao Exército, arquivada.

Entre os documentos de Marecos, encontra-se seu pedido de permissão, dirigido à “Sua Alteza”, para participar do concurso para a cadeira de literatura no Real Colégio.⁵⁰ Além da solicitação, encontra-se em sua pasta um texto, assinado por ele, intitulado *Sôbre a Rhetórica*. Embora não seja datado, o texto é, sem dúvida, aquele por ele escrito para o concurso em questão – pode-se imaginar seu percurso: a “peça” escrita por Marecos, encaminhada ao vice-diretor do Colégio, teria sido, na seqüência, enviada à Secretaria da Guerra e então utilizada para abrir sua pasta individual e arquivada. Além disso, o texto tem marcas que permitem supô-lo redigido para um concurso de professor: Marecos discorreu sobre o tema e, na seqüência, tratou de métodos de ensino e textos didáticos. Mas o que seria a retórica para o professor Marecos? Por que e como ensiná-la? Essas foram as questões por ele respondidas e, ao fazê-lo, explicitava a compreensão do que se deveria ensinar na disciplina literatura. Certamente ao ser aprovado pela banca, tinha a anuência de seus futuros pares.

Marecos inicia seu texto louvando a retórica por sua longevidade e perenidade: “nenhuma [das artes e ciências] mostram princípios tão remotos como da Rhetorica”. Na seqüência, rememora as origens gregas e traça um histórico – “foi então que ella appareceu e brilhou”, a ponto de Péricles ter por ela governado e de com ela ter Demóstenes defendido a Grécia contra a espada de Filipe. Da Grécia, a retórica alcançara Roma, onde,

⁴⁹ Agradeço imenso a atenção e a presteza do Coronel Costa Matos. Foi ele quem me orientou na pesquisa que realizei no Arquivo Histórico Militar, assim como me informou da existência desse arquivo pessoal dos oficiais graduados do Exército português no Arquivo Histórico Militar. Como tinha pouco tempo para realizar a pesquisa, a orientação do Coronel Costa Matos foi preciosa.

⁵⁰ José Frederico Pereira Marecos, caixa 636, Arquivo Histórico Militar, s/n/p.(Processo Individual) O texto integral da petição de Marecos é: “Diz José Frederico Marecos bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, que tendo-se desde os primeiros annos applicado ao Estudo da Literatura, se julga habil para entrar no concurso, que para uma cadeira d’essas materias se fará no Real Collegio Militar e Para Vossa Alteza se digne mandar que o Sup. entre em concurso e seja provido na mesma cadeira se for de justiça”. (Anexo 3)

lembra Marecos, o mestre Quintiliano a “ensinou publicamente”. Com o fim do Império Romano, afirma ele, a ruína também atingiu “as artes”. Mais tarde, porém, os árabes, invasores da Europa, “quiserão ressuscitar as letras” e traduziram os filósofos gregos, mas a transformaram “numa algara cheia de contra-sensos de antitheses pueris, d’equivocos e enigmas”. Foi nesse tempo que, avalia Marecos, a retórica passou a “ser considerada como um monopolio sagrado, como arte exclusiva dos homens d’Igreja”. Mas o erro desses tempos estava, segundo ele, na exagerada independência das artes, “de sorte que o Grammatico não podia ser filosofo, nem esse Rhetorico”. Avalia, então, que no século XVIII toda essa distorção fora corrigida e que “o systema analytico” mostrou a relação existente entre os conhecimentos humanos, a ponto de ser “impossível saber perfeitamente uma coisa só e separada”. Disso decorria que “A grammatica, a logica e a rhetorica são hoje consideradas correlativas e inseparaveis: seu objecto é o discurso que devem tornar *correcto, exacto e elegante*; e estes tres efeitos so valem unidos” (grifos do autor). E era por isso que “ninguém duvida que a Rhetorica deve ser uma arte commum a todo o homem educado”⁵¹, pois, afinal:

Em quase todas as circunstancias e estados da vida é necessário fallar, e é melhor fazê-lo bem. Tudo pode ser objecto da eloquencia: o militar tem muitas vezes necessidade de persuadir como o político; o naturalista pode ser tão elegante como o orador: e effectivamente Buffon não é menos eloquente de que Bossuet, nem Bonaparte menos forte que Rousseau.⁵²

Porém, se todo homem educado deveria estudar retórica, Marecos pergunta qual o “methodo mais proficuo” para se aprender a arte. Declarava respeitar o nome de Quintiliano, que tinha “o suffragio dos maiores críticos”, apesar de serem as *Instituições*, na sua avaliação, “alheas de nossas circunstancias, quase sempre restrictas ao genero judicial”. Ponderava que, entretanto, é

por esse libro que se ensina; cumpre ao Professor hábil tirar d’elle vantagens, dando uma Idea dos seus preceitos geraes, fazendo estudar n’elle a nomenclatura das bellesas da Eloquencia, e considerando mais como um methodo necessário para analizar as produções do gênio de que para creá-las.⁵³

⁵¹ José Frederico Pereira Marecos, caixa 636, Arquivo Histórico Militar, s/n/p. (Processo Individual) (Anexo 3).

⁵² José Frederico Pereira Marecos, caixa 636, Arquivo Histórico Militar, s/n/p. (Processo Individual) (Anexo 3).

⁵³ José Frederico Pereira Marecos, caixa 636, Arquivo Histórico Militar, s/n/p. (Processo Individual) (Anexo 3). Essa afirmativa de Marecos é similar àquela feita por Jerônimo Soares Barbosa, tradutor para o português da obra de Quintiliano. Segundo Barbosa: “Quintiliano quer se ensine a Retórica com mais brevidade, e

Porém, prosseguia Marecos, se os preceitos se aprendiam em Quintiliano, “os bons modelos são os melhores compendios”. Ao professor cabia a tarefa, argumentava, de analisar com seus alunos “um bom livro levando a sua urbanidade a ponto de fazer que se aprenda por hábito”. Retoricamente voltava a perguntar, então, que livro deveria um professor tomar para analisar. Afirmava que na língua portuguesa “temos poucos modelos perfeitos”, mas que escolheria “em prosa Fr. Luis de Sousa, Camões e Ferreira em verso”; e acrescenta à sua lista: Brito, Lucena, Jacinto Freire, Arraes, Barros, Sá de Miranda, Bernardes, Caminha e Vieira. Enfatizava, então, julgar “necessária ao menos a leitura de algum clássico, se não para a eloquência para o conhecimento da língua, primeira base para tudo”.⁵⁴

Marecos encerrava seu texto lançando mão do artifício da falsa modéstia e apelando para a indulgência de seu leitor: “VEx^a não menos indulgente que profundo literato, desculpará as ommissões, e erros talvez, d’estas pequenas reflexões de um rapas que tem verdadeiro desejo d’instruir-se”.⁵⁵

Ao redigir o texto em questão, composto para um concurso, Marecos está preocupado em mostrar seus conhecimentos. Defende a Arte, o seu estudo e aprendizado, explicitando os saberes que lhe eram exigidos para assumir a vaga de professor de literatura que pleiteava. Discorria também sobre o método de ensino da Arte: em Quintiliano se leriam os preceitos, cujas aplicações seriam buscadas nos clássicos. Assim, se em Quintiliano se encontravam as ferramentas, o bom professor era aquele que, segundo Marecos, as ensinaria pelo estudo das obras clássicas, ou seja, aquelas avaliadas e consideradas como resultantes do correto e do bom emprego das ferramentas da retórica e, certamente também, da gramática – Marecos afirmava que o estudo dos clássicos serviria, ao menos, para o aprendizado da língua. Era pela repetição dessas obras e pela imitação da

simplicidade; e recomenda ao mestre inteligente escolha de tudo o melhor, contentando-se ao princípio com ensinar só isso, sem o trabalho de refutar o contrário. (...) O mesmo Quintiliano pois reconheceu, que nem tudo o que êle escreveu (...) a respeito da Arte, se devia ensinar aos que aprendem, e autorizou de algum modo por êste lugar os mestres das suas Instituições a fazerem nelas os cortes necessários para abreviar a instrução da mocidade, e não a confundir com regras demasiadas e embaraçosas”. Segundo Barbosa, muitos mestres acabaram “acomodando” os 12 livros da *Instituição*, em menos volumes e ele fizera o mesmo: “reduzindo-a [a *Instituição*] ao meramente preciso”. Cf. BARBOSA, 1944. p. 16, 17, 20.

⁵⁴ José Frederico Pereira Marecos, caixa 636, Arquivo Histórico Militar, s/n/p. (Processo Individual) (Anexo 3).

⁵⁵ José Frederico Pereira Marecos, caixa 636, Arquivo Histórico Militar, s/n/p. (Processo Individual) (Anexo 3).

realização nelas alcançada que o educando se imbuiria dos preceitos, tornando-se um homem iniciado nas regras da composição – um homem, enfim, educado. A idéia de Marecos, de que pelo hábito da repetição o educando se “impregnaria” dos modelos, aparece em *Do orador* de Cícero. Falando pela boca de Antônio, Cícero afirma que lia por prazer, mas também por que: “quando passeio ao sol, mesmo se passeio por uma outra causa, me acontece, por um efeito natural, adquirir cor; ora, quando (...) leio com bastante atenção esses livros gregos, sinto do mesmo modo que seu contato colore meu discurso”.⁵⁶

Semeado de citações em inglês, francês e latim, o texto de Marecos é, simultaneamente, sua auto-apresentação e afirmação como um homem que, formado em Leis pela Universidade de Coimbra, dedicara-se “ao Estudo da Literatura” e que, por isso, julgava-se habilitado “para entrar no concurso, que para uma cadeira d’essas Matérias [língua e literatura portuguesas] se fará no Real Collegio Militar”. Não é casual que tenha iniciado seu texto sob a epígrafe de Buffon: “Bien écrire c’est tout à la fois bien penser, bien sentir et bien rendre”.⁵⁷ Afinal, pleiteando a vaga, Marecos precisava provar que reverenciava a Arte, que conhecia seus preceitos e que era um “bom professor”, por saber como ministrá-los.

José Frederico Pereira Marecos foi professor de literatura do Real Colégio Militar de outubro de 1827 a 11 de janeiro de 1832, quando foi despedido pelo Ministro e Secretário d’Estado da Guerra, em meio à intervenção no Colégio pelos miguelistas, que governavam Portugal.⁵⁸ Tendo feito concurso para a vaga de professor de “Lingoa Portuguesa e Litteratura”, Marecos foi despedido do “lugar de Professor de Rhetorica”, conforme consta em sua carta de demissão.⁵⁹ Em 1834, entrou com processo junto ao

⁵⁶ Cícero apud HARTOG, 2001, p. 149.

⁵⁷ José Frederico Pereira Marecos, caixa 636, Arquivo Histórico Militar, s/n/p. (Processo Individual) (Anexo 3).

⁵⁸ Portugal viveu, desde a morte de D. João VI, em março de 1826, um conturbado o período político. O herdeiro do trono, D. Pedro IV, era Imperador do Brasil, com o título de Pedro I, que abdicou ao trono português em nome de sua filha, desde que ela se casasse com seu tio, D. Miguel. A ação de D. Pedro era uma tentativa de compôr um governo com os absolutistas portugueses, que apoiavam D. Miguel, e os liberais. Contudo, em março de 1828, D. Miguel foi coroado rei de Portugal. O país entrou em guerra civil. Segundo Joel Serrão, D. Miguel nunca exerceu seu poder sobre a totalidade do país, pois sempre houve focos de resistência. Ainda segundo Serrão, o governo miguelista foi conservado “pela força e pela repressão constantes, multiplicando as prisões, os maus-tratos, as mortes e as execuções”. Cf. SERRÃO e OLIVEIRA MARQUES, 2002, p. 566-577.

⁵⁹ José Frederico Pereira Marecos, caixa 636, Arquivo Histórico Militar, s/n/p. (Processo Individual) (Anexo 3).

Ministério e Secretaria da Guerra para se ressarcir das perdas pecuniárias que sofrera desde sua demissão. Apresentava-se como “Professor de Litteratura”.⁶⁰ No período em que atuou no Colégio, é possível encontrar, nas Atas de reuniões da “Congregação Litteraria”, trechos nos quais há referência a Marecos como professor de retórica. Por exemplo, na sessão de 6 de outubro de 1829, os professores do Colégio discutiram a proposta de

que a declamação, que está em uso na Aula de Inglez, se transfira para a Aula de Rhetorica, e que n’esta Aula, além de se ensinarem os preceitos da Arte Oratoria, se faça conhecer aos Discipulos a sua applicação em algumas peças de Eloquência para este fim escolhidas (...).⁶¹

Nota-se, nessas situações, o uso indistinto dos termos “literatura” e “retórica”. Parece razoável afirmar que, para aqueles homens, ser um professor de literatura implicava ensinar as regras da composição e fazer “conhecer aos Discipulos a sua applicação”.

Marecos iniciou sua atividade docente em outubro de 1827 – na Sessão de 31 de outubro de 1827 da Congregação Literária, notificou-se o “Decreto que nomeia a José Frederico Pereira Marecos, Professor da Lingoa Portugueza, e Litteratura”.⁶² Isso significa que no ano letivo então iniciado, e que se encerrou em agosto de 1828, Marecos pela primeira vez lecionou para os “discipulos” do 3º ano do Curso Preparatório. Efetivamente

⁶⁰ José Frederico Pereira Marecos, caixa 636, Arquivo Histórico Militar, s/n/p. . (Processo Individual) (Anexo 3). Marecos foi atendido em sua demanda.

⁶¹ Ao final, a Congregação decidiu que, “á vista da exposição que fez o Professor de Inglez, continuasse elle a exercitar os seus Discipulos na declamação da Lingua Ingleza”. Deve-se destacar que o aprendizado dos preceitos de composição ocorriam em outras disciplinas. Cf. *Termos das Sessões da Congregação Litteraria deste Real Collegio Militar* (Livro 2), p. 48, verso. Este é o segundo *Livro* de atas da Congregação Literária do Colégio Militar. O primeiro foi aberto com a ata da reunião realizada em 3 de março de 1814 e foi encerrado com a seguinte notação, seguida pela assinatura do então vice-diretor do Colégio: “Fica o mesmo Livro encerrado, como por este Termo se encerra, para não continuar nelle [ilegível] a respectiva escripturação; e seja esta aberta, desde o 1º de Outubro do Corrente anno, em Livro novo, numerado, rubricado, e encerrado, na forma do estyllo. Real Collegio Militar, aos 16 de dezembro de 1824”. Cf. *Registo dos Assentos das Congregações Literárias do Real Collegio Militar Anno 1814*.

⁶² *Termos das Sessões da Congregação Litteraria deste Real Collegio Militar* (Livro 2), p. 33, verso. Órgão escolar oficializado pelo *Alvará* de 1816, a Congregação Literária era dirigida pelo diretor do Colégio e composta por todos seus professores. Tratava-se de um órgão colegiado com poder de decisão sobre vários aspectos da vida escolar. Nele eram apresentados os trabalhos preparados por professores, discutia-se e sugeria-se a adoção de compêndios, decidia-se sobre a compra de livros e de materiais de ensino, assim como se discutia o calendário das provas e os professores que comporiam as bancas. Nas atas das reuniões da Congregação foram registradas as propostas e as resoluções tomadas em cada uma delas, mesmo que de forma sucinta. Além de oficializar a existência da Congregação Literária, o *Alvará* de 1816 estabelecia que fosse aberto um livro próprio, no qual deveriam ser registradas as resoluções tomadas em suas reuniões. Estabelecia ainda que esse livro fosse, uma vez preenchido, arquivado na Secretaria do Colégio para que servisse tanto para futuras consultas como para depois se escrever a história do Colégio. Cf. *Alvará*, 1816, p. 37-38. Os livros das reuniões da Congregação Literária se encontram hoje no arquivo da Secretaria da Instituição, exceto o primeiro deles que, restaurado, está sob a custódia do Museu existente no Colégio.

se comprova, conforme consta no livro dos *Exames finais do Real Collegio Militar, n° 2, Curso Preparatório*, que, em agosto de 1828, os “discípulos” do terceiro ano foram examinados na disciplina, pelo professor de literatura.⁶³

Francisco Adolfo de Varnhagen foi matriculado no 3° ano do Curso Preparatório⁶⁴, em outubro de 1828 e foi examinado ao final do ano letivo, em agosto de 1829.⁶⁵ Cursos, dentre as disciplinas do 3° ano, a “Lingoa Portuguesa e Litteratura”, tendo sido aluno do Professor José Frederico Pereira Marecos. Conforme se pode ler no livro dos *Exames finais do Real Collegio Militar, n° 2, Curso Preparatório*, Varnhagen fez prova da disciplina em 12 de agosto de 1829 e foi novamente avaliado em gramática e língua francesa, inglesa e portuguesa e em literatura portuguesa em 18 de agosto do mesmo ano.⁶⁶ Encerrava, nesse ano, o Curso Preparatório do Real Colégio Militar, tendo obtido aprovação plena nas disciplinas.

Parece razoável afirmar que o professor Marecos ensinou a seus alunos as regras de composição retórica pela *Institution oratoire* de Quintiliano – essa fora, pelo menos, a proposta que anunciara ao fazer a prova para o provimento da vaga.⁶⁷ Se considerarmos também que Marecos defendeu que os preceitos se aprendiam pela leitura dos clássicos, certamente também lera e analisara, com seus alunos, algumas das obras do cânone da língua portuguesa.⁶⁸

⁶³ *Exames finais do Real Collegio Militar, n° 2, Curso Preparatório*, p. 48 verso, 49.

⁶⁴ *Matricula dos Alumnos do 3° anno lectivo – N. 1.* (Anexo 4).

⁶⁵ Varnhagen entrou para o Colégio Militar no início do ano letivo de 1825, sendo aprovado no final em agosto de 1826 – ele fez prova de primeiras letras e de desenho. Cf. *Exames finais do Real Collegio Militar, n° 2, Curso Preparatório*, p. 15, 15 verso, 16, 17 verso. Mas no segundo ano em que deveria ter feito provas finais em agosto de 1827, encontra-se apenas seu registro de prova de Gramática e Língua Francesa. Muito provavelmente, Varnhagen não foi considerado apto sequer para fazer as provas das demais disciplinas. Em outubro de 1827, ele foi matriculado no 2° ano, tendo feito, em agosto de 1828, as provas finais desse ano. Varnhagen foi então submetido a exame de Gramática Latina e Portuguesa. Cf. *Exames finais do Real Collegio Militar, n° 2, Curso Preparatório*, p. 44 verso, 45.

⁶⁶ *Exames finais do Real Collegio Militar, n° 2, Curso Preparatório*, p. 59 verso-63 (Anexo 5)

⁶⁷ A forte suspeita de que Marecos ensinava as regras de composição retórica por Quintiliano, além de seu próprio testemunho, vem do fato de inexistir, na Biblioteca do Colégio, compêndios de retórica publicados em Portugal na primeira metade do século XIX. É certo que esses compêndios existiam, mas não no acervo da Instituição. Sobre a publicação de compêndios de retórica em Portugal oitocentista, Cf. ROSADO FERNANDES, 1972, p. 29-30.

⁶⁸ A forma como as provas finais eram realizadas, sempre com pelo menos um outro professor do Colégio, constituía uma avaliação também do próprio professor e uma forma de fiscalizar o conteúdo trabalhados. Também é significativo destacar que as turmas eram pequenas. A turma de Varnhagen, no terceiro ano do curso preparatório, por exemplo, era composta por apenas 19 alunos. Isso significa dizer que a Instituição tinha poucos alunos e que o ensino era muito “tête à tête”. Há nas Atas da Congregação Literária várias

Não parece ser possível desligar as produções intelectuais de Varnhagen do substrato que o formou e que constituía, afinal, o substrato da própria cultura escolar e social de sua época. Segundo Rosado Fernandes, o oitocentos português foi “um século de intensificação retórica”, por mais paradoxal que isso possa parecer. Porém, ainda segundo Rosado Fernandes, a retórica se tornou “mais discreta, na medida em que, deixando de ser um fim em si própria, passa a existir em função da obra literária”.⁶⁹

Tendo Varnhagen estudado línguas e retórica, até que ponto essas disciplinas o formaram? Coloca-se aqui um outro desafio proposto por Dominique Julia: “O que sobra da escola após a escola? Quais marcas ela realmente imprimiu nos indivíduos de uma sociedade (...)?”.⁷⁰

O conhecimento da retórica e a importância a ela atribuída por Varnhagen podem ser comprovados no capítulo 3 desta tese, que mostra como ele, quando adulto, não se cansou de discutir com seus pares temas que envolviam a elegância textual, a composição segundo as conveniências dos gêneros, a preocupação em convencer o leitor e em conquistá-lo para o campo defendido, a recomendação para que se estudassem os clássicos e neles se vissem os modelos a serem seguidos. Varnhagen pensava o ato de escrever e tratava a palavra segundo os preceitos que vinham da antiga Arte retórica. Talvez não seja demais lembrar que ele fora “aprovado plenamente” na disciplina “língua portuguesa e literatura” por seu professor José Frederico Pereira Marecos.

O modo como Varnhagen atualizou seu aprendizado, realizado ainda quando menino, deve ser buscado, entretanto, em sua atuação efetiva, nos textos escritos por ele, objeto dos capítulos que se seguem.⁷¹

discussões sobre modos de controlar e fiscalizar os estudos dos alunos. Certamente a documentação existente fornece elementos para um estudo do funcionamento do cotidiano do Colégio e suas práticas educativas.

⁶⁹ ROSADO FERNANDES, 1972, p. 29-30.

⁷⁰ JULIA, 2001, p. 37.

⁷¹ Certamente o aprendizado em retórica feito por Varnhagen não se restringiu à disciplina ministrada pelo professor Marecos. Além de ocorrer em outras disciplinas, como acima se sugeriu, o “discípulo” do Colégio escutava as “orações de sapiência” realizadas no início dos anos letivos e escutava os sermões do vigário na formação cristã que recebia. Certamente as situações de valorização da língua, escrita e falada, multiplicavam-se no Colégio. A leitura das atas da Congregação Literária informam algumas delas, que necessitam, contudo, de serem levantadas e analisadas.

Capítulo 5
A polêmica entre Varnhagen e M. d'Avezac

Em 1877, Varnhagen reeditou a *História geral do Brasil* e, no frontispício do primeiro volume anunciava que a obra fora “muito augmentada e melhorada pelo Autor”. No *Prologo* redigido para essa edição, afiançava que os melhoramentos resultavam de anos de trabalho, porém fazia questão de lembrar a seu leitor que uma obra “(...) desta natureza, em quanto o autor vive e trabalha, não chegou ao seu verdadeiro fim (...)”. Ele fazia, dessa forma, uma defesa prévia do que se seguia. Para os críticos de plantão, deixava o recado: que não se arvorassem a “fazer estereotypicas” obras cujo autor estava vivo. Assim, garantia que “(...) nesta edição se não encontra ainda a nossa última palavra: mas sim em um exemplar, com grandes margens, em que vamos fazendo correcções (...)” e que vinha à luz apenas para “alliviar-nos dos grandes cuidados que nos estava dando a guarda do seu original”.¹

Feitas todas as ressalvas, Varnhagen apresentava alguns “dos muitos additamentos e melhoramentos importantes desta edição”. Os “additamentos” diziam respeito a “factos inéditos, apurados exclusivamente pelo criterio histórico (...)”, e o autor chamava a atenção para algumas delas: “começando pela descobrimento da etymologia da palavra Tupi, pela verdadeira explicação da derrota de Pinzon (...), seguindo-se que já no reinado de D. Manuel começára a colonização e o fabrico do assucar no Brazil (...)”. Quanto aos “melhoramentos”, pode-se entender que eles se constituíam em “retoques em favor da maior harmonia do todo”, feitos em “quasi todas as secções”², e na transferêcia

(...) para o princípio a secção respectiva á descripção do Brasil em geral, seguindo-se as respectivas aos Indios, as quaes, não só onde estavam causavam grande interrupção no fio da narração, como ficam desta forma constituindo melhor ponto de partida da obra toda.³

Na primeira edição da *HGB*, as seções dedicadas à descrição do Brasil e aos indígenas brasileiros constituíam, respectivamente, aquelas de números VII a X. Conforme anunciava Varnhagen, na segunda edição da *HGB*, elas passaram a formar as quatro primeiras seções da obra. Ao leitor, Varnhagen declarava que recolhera abundantes fatos

¹ VARNHAGEN, 1877, p. XVI-XVII. (Prologo). A primeira edição da *HGB* ocorreu em 1854 e 1857, do primeiro e segundo volumes, respectivamente.

² VARNHAGEN, 1877, p. XIV-XVII. (Prologo). Sobre as contínuas correções realizadas por Varnhagen em seus escritos, ver o terceiro capítulo da primeira parte desta tese.

³ VARNHAGEN, 1877, p. XVI. (Prologo).

novos, que melhorara a redação de vários tópicos e que percebera que a localização daquelas quatro seções, no meio da *HGB*, “causavam grande interrupção no fio da narrativa”. Para que o leitor melhor acompanhasse essa narrativa, ele, autor, optara por trocar os capítulos de localização, a fim de eliminar esse problema.

Decorridos vinte anos desde a publicação do segundo volume da *HGB*, Varnhagen tranqüilamente informava, sem maiores delongas, a decisão de efetuar a mudança. O autor, assim, não fazia referência à calorosa discussão que ocorrera anos antes, quando justamente essa mudança fora sugerida por um avaliador da obra, M. d’Avezac-Macaya, e o autor energeticamente a rechaçara.⁴ Tal sugestão, dentre outras feitas pelo crítico, gerou uma das muitas polêmicas intelectuais – ou literárias, como então se denominavam –, em que Varnhagen se envolveu.

Ainda no final do século XIX, Capistrano de Abreu já sugeria a influência de d’Avezac nas mudanças realizadas na segunda edição da *HGB*, observando, primeiramente, que, “(...) na realização da historia do Brasil, o visconde de Porto Seguro se cingiu ao programa traçado magistralmente pelo grande naturalista Martius”.⁵ Ao emitir essa opinião, Capistrano fazia referência a uma observação feita, em 1857, por d’Avezac, e declarava com ela concordar: a de que, na elaboração de sua *HGB*, Varnhagen seguira o esquema proposto por Martius.⁶ Segundo Capistrano, essa semelhança saltava “aos olhos de quem conhece o trabalho de Martius e o de Varnhagen”.⁷ Mas Capistrano destacava também que “o que, porém, ainda não foi notado, é que na segunda edição o autor da *Historia geral*

⁴ Marie-Armand Pascoal d’Avezac-Macaya era chefe de seção no Ministério da Marinha e das Colônias do Segundo Império, secretário-geral e, além de presidente da Sociedade de Geografia de Paris, membro da Academia de Inscrições e Boas Letras. Cf. LESSA, 1955, Tomo 226, p. 48. O texto de d’Avezac foi publicado na revista da Sociedade de Geografia de Paris e tinha o título: *Considérations géographiques sur l’histoire du Brésil (...)* e era datado de maio de maio de 1857. Parte desse texto será analisado na seqüência deste capítulo.

⁵ ABREU, 1931b (1882), p. 196.

⁶ Escrito em 1843 para um concurso promovido pelo IHGB, a monografia de von Martius – *Como se deve escrever a história do Brasil* – foi premiada pelo Instituto em 1847, mas publicada anteriormente, em 1844, em sua *Revista*. O trabalho de von Martius respondia à demanda do Instituto de criação de parâmetros para a escrita da história nacional. Cf. LISBOA, 1995, p. 88.

⁷ ABREU, 1931b (1882), p. 196. Mais contemporaneamente Manoel Luís Salgado Guimarães observa que o “programa” para a escrita da história de von Martius foi “em linhas gerais, aquele que se corporificará com a publicação de *História nacional*, de Francisco Adolfo de Varnhagen”. Cf. GUIMARÃES, 1988, p. 18.

enxertou nas idéas de Martius as vistas luminosas de d’Avezac, contra as quaes a principio protéstara energicamente”.⁸

Porém, Capistrano limitou-se a sustentar que Varnhagen incorporara “as vistas luminosas” de d’Avezac, sem especificar as observações do crítico francês que ele, Capistrano, julgava inseridas na segunda edição da *HGB*. Também não esclarecia por que Varnhagen reagira tão energicamente às críticas de d’Avezac. De todo modo, ao lembrar a polêmica ocorrida em 1857, Capistrano não permitiu que ela caísse no esquecimento – muito provavelmente, ao contrário do que desejaria Varnhagen.

O trabalho de d’Avezac sobre a *HGB* é um longo arrazoado, no qual vários aspectos da obra foram analisados. No presente capítulo se recuperam parte de sua crítica e a resposta veemente de Varnhagen. Como fontes, foram utilizados os textos escritos pelos dois debatedores e cartas de Varnhagen que versam sobre a questão. Objetivou-se analisar a forma como Varnhagen e seus contemporâneos compreendiam e realizavam uma discussão de cunho intelectual. As estratégias discursivas empregadas por eles lembram as que foram descritas por Roland Barthes como típicas de uma *disputatio*: um diálogo agressivo, um verdadeiro exercício no qual um oponente e um respondente se enfrentavam no campo da argumentação. Na *disputatio*, segundo Barthes, os adversários aspiravam a levar o opositor a contradizer-se para, desse modo, dominá-lo e liquidá-lo.

O processo (ou protocolo) é o do *sic et non*: sobre determinada questão, reúnem-se testemunhos contraditórios (...). O respondente é quase sempre o candidato que responde às objeções apresentadas pelo oponente (...). A *disputatio* invade tudo, é um esporte (...).⁹

Segundo Barthes, a *disputatio* remonta aos gregos antigos e levou ao desenvolvimento de uma verdadeira sensibilidade para o conflito que tornava insuportável aos homens ver-se conduzidos a se contradizerem. E, se essa sensibilidade nasceu com os gregos, segundo Barthes, ela terminou atingindo o Ocidente de modo geral. Em uma disputa, os oponentes comportavam-se como verdadeiros carrascos e tentavam “castrar-se mutuamente”.¹⁰

⁸ ABREU, 1931b (1882), p. 196.

⁹ BARTHES, 1975, p. 172/173.

¹⁰ BARTHES, 1975, p. 173. Segundo Adolfo Hansen, a formação de um orador pressupunha a participação em exercícios retóricos; neste caso, os jovens deveriam aprender a defender as causas e a ter o controle das formas, em todas as situações discursivas. Cf. HANSEN, 1994, p. 63.

A polêmica era para Varnhagen, assim como para seus contemporâneos, uma disputa ou um combate travado no campo discursivo e que tinha como arma o domínio da palavra. Quando delas participou, utilizou-se de várias estratégias discursivas que visavam a destruir a argumentação construída por seu oponente, buscando também minar a credibilidade moral e intelectual daqueles que se levantavam contra suas opiniões e teorias.

Na década de 1950, Clado Lessa recuperou e extratou os debates nos quais Varnhagen esteve envolvido, inclusive o travado com d’Avezac. Para Lessa, se o francês influenciara na reelaboração da *HGB*, isso se dera apenas em aspectos secundários da obra, como, por exemplo, na troca de posição do capítulo de descrição do Brasil e aqueles referentes aos indígenas.¹¹ Muito provavelmente, essa avaliação tem-nos privado de analisar e conhecer dois aspectos de uma polêmica intelectual do século XIX que nos possibilitariam melhor compreender aqueles homens. Um deles diz respeito à própria forma discursiva em que uma polêmica era travada; o outro está ligado à preocupação deles com o modo como se deveria escrever uma obra de história.

5.1. Defesa prévia

De junho de 1857 a março de 1858, Varnhagen endereçou seis cartas distintas a proeminentes figuras do Império brasileiro¹²: uma ao Visconde de Maranguape, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império; outra a Manuel de Araújo Porto Alegre, primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); três ao Imperador D. Pedro II e uma última a Paulo Barbosa da Silva, Mordomo-mor da Casa Imperial.¹³ Em todas elas um tema comum era abordado, direta ou indiretamente: a crítica do primeiro

¹¹ Lessa ironizava a interpretação de Capistrano, afirmando que o historiador “pomposamente” denominara a crítica do francês de “vistas luminosas”. Cf. LESSA, 1955, vol. 226, p. 76, nota 73.

¹² Varnhagen in LESSA, 1961, p. 240-260.

¹³ A Mordomia-mor da Casa Imperial era responsável por assuntos relativos ao cerimonial e à etiqueta, assim como pela administração das residências oficiais e pelos funcionários que nelas prestavam serviços à família imperial. Entretanto, segundo Lúcia Guimarães, Paulo Barbosa foi um mordomo-mor que ultrapassou em muito suas atribuições. Ele foi introduzido na mordomia ainda na menoridade de D. Pedro II, passando a exercer sobre ele ascendência direta. Permaneceu no Paço, como Mordomo-mor, até 1846, quando foi nomeado Ministro Plenipotenciário em São Petersburgo, exercendo ainda o cargo em Berlim e em Viena. Em 1855, voltou a ocupar a Mordomia-mor da Casa Imperial, tendo novamente acesso aos bastidores da Quinta da Boa Vista. Cf. GUIMARÃES, 2002, p. 568-569.

volume da *História geral do Brasil* feita por M. Armand Pascoal d’Avezac-Macaya, a pedido da Sociedade de Geografia de Paris.

Essas cartas guardam especificidades, porque foram dirigidas a diferentes correspondentes e, com cada um deles, Varnhagen destacou, da crítica de d’Avezac, um aspecto a depreciar. A atitude de Varnhagen pode ser interpretada como uma escolha premeditada. Certamente ele julgava que, ao enfatizar o ponto escolhido, alcançaria a adesão prévia de seu interlocutor. Nessas cartas, várias vezes Varnhagen lançou mão de recursos discursivos apropriados para gerar em seu leitor efeitos premeditados. Desse modo, pode-se afirmar que ele as compôs com fins calculados: para atrair a atenção e conquistar o apoio de seu correspondente, assim como para desmoralizar seu crítico, colocando-o numa situação de suspeição. Dessa forma, Varnhagen utilizava-se de recursos discursivos próprios do que se entendia ser uma composição destinada ao debate ou à polêmica. Segundo Chaim Perelman, o ponto de vista retórico é caracterizado pela preocupação fundamental “relativa às opiniões e aos valores do auditório a que se dirige o orador, e mais particularmente, referente à intensidade de adesão desse auditório a cada uma das teses invocadas pelo orador”. Perelman destaca ainda que, quando o auditório é formado apenas por um ouvinte, “é essencial saber quais são as opiniões e os valores aos quais ele adere com mais intensidade e nos quais o orador pode basear o seu discurso, de modo que este último tenha uma ascendência garantida sobre a personalidade de seu ouvinte”.¹⁴

Apesar das especificidades que distinguem umas das outras, pode-se afirmar que, na correspondência ativa de Varnhagen, as cartas em questão formam um subconjunto¹⁵: porque nelas se tratou, em um mesmo período de tempo e de modo mais ou menos extenso, de uma mesma temática, e porque foram escritas e enviadas ao Brasil provavelmente antes de as críticas à *HGB* pelo francês serem aqui conhecidas. Ao prepará-las e remetê-las, Varnhagen chamou a si as tarefas de anunciar que a *HGB* fora alvo de censura e de preparar a opinião de seus privilegiados correspondentes para aderirem à defesa da obra que ele

¹⁴ PERELMAN, 1997, p. 181.

¹⁵ Segundo Clado Lessa, organizador da *Correspondência Ativa*, Varnhagen tinha o hábito de tratar, com mais de um correspondente, de assuntos que o empolgavam. Lessa afirma que adotou o critério de organizar a correspondência varnhageniana cronologicamente porque isso facilitava ao leitor acompanhar as preocupações do autor em um dado momento. Cf. LESSA, 1961, p. 16.

elaborava. Antes que seu opositor pudesse apresentar seus argumentos, Varnhagen se antecipava, minando o campo em que a discussão seria travada.

A carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, datada de junho de 1857, foi a primeira do conjunto em questão. Varnhagen iniciava sua missiva dando ares de possível desinteresse para com o assunto ou de não possuir seguras informações sobre o conteúdo da crítica de d’Avezac: “Consta-me que na Sociedade Geographica de Paris se leu há dias um parecer àcerca da minha historia geral do Brazil”. Seria essa uma informação segura? Quem leu? O que constava nesse trabalho? Porém, a imprecisão da informação era seguida por informações mais objetivas. De chofre, Varnhagen informava a seu correspondente que o redator do parecer era nada menos que um “dos partidários de que a Guiana Franceza deve chegar ao Amazonas”. O parecerista, afirmava, era um dos franceses que defendia o direito da França de apoderar-se de parte do território brasileiro. E o mais grave, advertia Varnhagen, era que esse homem, o senhor d’Avezac, estava-se aproveitando de um “ensejo litterário” para “propalar suas opiniões (...) fazendo calar no animo dos Francezes as opiniões que até agora a sua diplomacia não tem podido fazer triumphar nos protocollos dos negociadores”.¹⁶

Curiosamente, Varnhagen dava a impressão de não ter maiores informações sobre o conteúdo do parecer, assim como omitia o fato de que d’Avezac era, à época, o presidente da Sociedade Geográfica de Paris. Não se tratava, portanto, apenas de um “empregado do ministério das Colônias” e um militante da causa expansionista francesa, como dava a impressão. Ocultando essas informações, criava-se e garantia-se a aceitação da imagem de d’Avezac como um militante de causas afrontosas a interesses brasileiros. Como patriota e funcionário da diplomacia de seu país, Varnhagen apresentava-se profundamente preocupado com as conseqüências de tal “parecer” no espírito dos franceses! Afinal, d’Avezac estaria, conforme avaliava, “invadindo a nossa indisputável justiça” e o fazia de forma completamente desonrosa, pois agia “à surdina”.¹⁷ Insinuava que M. d’Avezac, ao invés de claramente expor seus verdadeiros propósitos e os defender com argumentos de justiça, agia de forma dissimulada, encobertando, sob um parecer “literário”, seu interesse de criar uma opinião pública na França favorável às pretensões expansionistas.

¹⁶ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 240-241.

¹⁷ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 240-241.

Descortinando o uso do recurso da dissimulação por d’Avezac, Varnhagen pretendia apontar as intenções ocultas no trabalho do geógrafo francês e, conseqüentemente, colocá-lo sob suspeita.¹⁸

Insistindo que o trabalho de d’Avezac colocava em perigo iminente as fronteiras da Nação brasileira, Varnhagen engrandecia o assunto, exagerava sua importância. Para convencer seu correspondente, lançava mão do recurso da amplificação e retoricamente perguntava: poderia o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império aceitar tamanha ação traiçoeira?¹⁹ Seguro da eficácia de sua argumentação, atrelava a necessária avaliação do Ministro à sua e proclamava: “Estou certo que V. Ex^a conhece melhor do que eu a gravidade da questão e a conveniência de não [a] consentirmos”.²⁰

Contudo, Varnhagen sabia que poderiam acusá-lo de ser um autor injuriado diante das censuras à sua obra. Ciente disso, procurou desarmar o espírito de seu correspondente, reafirmando que sua preocupação mais profunda era o risco que corria sua pátria e, que, como zeloso patriota, “(...) não deixaria, em defesa própria, de responder a algum ponto em que venha a ser menos justamente julgado; com maior razão me creio nessa obrigação, desde que vejo os direitos do meu paiz agredido (...)”.²¹

Se tão grande era a ameaça às fronteiras brasileiras, poder-se-ia pensar que Varnhagen sugeriria ao Ministro uma intervenção do governo imperial junto ao governo francês ou alguma ação diplomática mais eficaz. O que fazer? Ele respondia:

(...) creio essencial apresentar estes e outros argumentos *em francez*; e *em francez* destruir, se puder, todos os que apresente o Sr. D’Avezac; porém isso em um folheto separado, de cujo título se reconheça que nelle se discute a questão.²² (grifos do autor)

Tratava-se de uma batalha no campo discursivo. Varnhagen acreditava ter em mãos os mesmos instrumentos que seu adversário – dominava a língua francesa –, assim como estava certo de que saberia usá-los para “destruir” as ameaças ao Brasil. Como um cavaleiro, colocava-se à disposição do governo de seu país para lutar contra possíveis

¹⁸ Segundo Lausberg, a dissimulação é uma figura de pensamento, que “consiste em esconder a opinião do partido a que se pertence”. Cf. LAUSBERG, 1972, p. 254.

¹⁹ Varnhagen lançou mão, em toda essa exposição, do recurso retórico da amplificação. Sobre o recurso da amplificação, cf. LAUSBERG, 1972, p.106-108.

²⁰ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 240.

²¹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 240.

²² Varnhagen in LESSA, 1961, p. 241.

agressores. Lembrava ainda ser preciso responder, o mais rapidamente possível, ao parecer de d'Avezac, pois estava certo de que a rapidez de uma resposta seria “um argumento em favor da sua espontaneidade”.²³ Certamente, ele fazia referência aos efeitos pretendidos: uma resposta imediata passaria a impressão de ser natural ou desprovida de artifícios de linguagem. Nesse caso, Varnhagen defendia a idéia de que o leitor era conquistado desde que confiasse na sinceridade da argumentação. Apresentava então suas pretensões: desejava ir pessoalmente a Paris, com licença especial do cargo que ocupava na embaixada brasileira em Madrid, para, em francês, como anunciara, responder a seu censor; desejava ainda que, às expensas do governo brasileiro, se publicasse seu texto de resposta a d'Avezac. Adotada a estratégia, estava certo da vitória.

Movido, porém, pela urgência do assumpto, e pela idea de que talvez a resposta poderá sair melhor com uma ida minha até Paris, creio do meu dever, antes de tudo, pedir as ordens do Governo Imperial; e supplicar-lhe: 1º Licença para comprehender na minha resposta este ponto, entendendo-me até para isso, se o Governo Imperial o julgar prudente, com os nossos representantes em Paris e na Haya, indo eu até Paris, se nos parecer conveniente. 2º Que o folheto seja impresso à custa do Governo, em grande número de exemplares, para se distribuir principalmente na França.²⁴

Enfim, Varnhagen praticamente reduzia a censura de d'Avezac à *HGB* apenas à questão das fronteiras brasileiras, como se não existissem aspectos da obra visados pela crítica do geógrafo francês. O mesmo fazia na carta endereçada ao Mordomo da Casa Imperial, a quem, em novembro de 1857, avisava estar de partida para Paris, onde responderia “a certo indivíduo que se apresenta como campeão officioso da questão do Oyapoc contra o Brasil”.²⁵ Tratado de forma depreciativa como “um certo indivíduo”, sem nome e importância, d'Avezac era, supostamente, um homem a serviço de camuflados e suspeitos interesses lesivos ao Brasil. Pode-se supor que ao dirigir-se ao Mordomo da Casa Imperial, Varnhagen esperava que todas essas impressões chegassem também aos ouvidos de S.M.I.

²³ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 241.

²⁴ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 241. Infelizmente, a correspondência passiva de Varnhagen não está publicada e não foi possível verificar, em seu arquivo pessoal, que se encontra depositado no Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, a existência da resposta que obteve. O Arquivo Varnhagen não está aberto para os pesquisadores. Mal consegui ter acesso ao fichário, que já está todo processado. Contudo, conforme se verificará na seqüência, Varnhagen certamente obteve a pretendida licença.

²⁵ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 257.

Também em novembro do mesmo ano, Varnhagen dirigiu a mais longa carta do conjunto em questão a Manuel de Araújo Porto Alegre, então primeiro-secretário do IHGB. Nessa carta, voltou a vincular d’Avezac a interesses expansionistas franceses. Tratando-se, porém, de um correspondente ligado a uma “instituição literária”, Varnhagen esmerou-se na desqualificação da erudição de seu censor e de seu trabalho, preparando favoravelmente o espírito do leitor para a defesa que apresentaria. Certamente, temia que as críticas tecidas por d’Avezac viessem a prejudicar a imagem da *HGB*, exatamente no momento em que o segundo volume da obra fora publicado.²⁶

Varnhagen iniciava a carta comunicando sua aceitação como membro da Sociedade Geographica de Paris, por indicação de M. d’Avezac. Informava ainda que esse mesmo senhor fora o autor de uma crítica à *HGB*, que acabara de receber e que na seqüência analisaria. Entretanto, antes de mais nada, solicitava a Porto Alegre que indicasse, em nome dele, Varnhagen, o senhor d’Avezac para membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pois desejava corresponder dessa forma “à delicadeza que devia ao (...) meu censor”.²⁷ Ao propor d’Avezac para membro do IHGB, Varnhagen pretendia rechaçar qualquer suspeição de ser ele passional e de não reconhecer os méritos do trabalho do francês. Pelo contrário, agradecia até os “repellões, que às vezes me dá o censor”, pois avaliava que assim se saberia que os “elogios que me vota não são de compadresco”.²⁸ Essa era a imagem que construía de si junto ao primeiro-secretário do IHGB: a de um homem sem ressentimento, grato e, acima de tudo, preocupado com a justiça.

Dissipadas possíveis prevenções contra si, passava a avaliar o trabalho de d’Avezac. Declarava que, apesar de tê-lo recebido há pouco, julgava de seu dever “dar-lhe [a Porto Alegre] conta da impressão que me deixou a simples leitura”. Ou seja, advertia não ter ainda uma reflexão madura e prevenia-se assim contra possíveis acusações de ser pouco ponderado ou precipitado. De início, mostrava-se admirado diante da extensão do trabalho: “nada menos do que 268 paginas de leitura”, para censurar uma obra que, conforme forçava

²⁶ Em julho de 1857, Varnhagen escreveu a D. Pedro II anunciando que dava a público o segundo volume da *HGB*. Neste momento, um trabalho como o de d’Avezac, que questionava alguns dos alicerces do primeiro volume da *História Geral*, não poderia ser bem vindo. Em julho, ao anunciar a edição deste segundo volume, Varnhagen não fazia referência ao trabalho do francês, apesar de já ter notícia de sua existência. Cf. Varnhagen in LESSA, 1961, p.242.

²⁷ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 248-249.

²⁸ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 249.

a lembrança, não chegava a ter 500 páginas.²⁹ Salientando a extensão do trabalho de d’Avezac, Varnhagen insinuava tratar-se provavelmente de um defeito. Não seria a extensão uma camuflagem que, sob o manto da prolixidade, escondia fraquezas substanciais? Varnhagen, porém, não ficaria apenas na insinuação e terminava acrescentando que o mais grave era que “nessas 268 páginas [se tinha] uma decidida pretensão de ostentar erudição”. Uma pretensão que, em sua avaliação, não passava de presunção: a seu ver, d’Avezac alardeava erudição, pois suspeitava que o número de páginas de sua crítica “às vezes consiste (...) em simples e puros catálogos de livros à cerca do Brasil”. Era por isso que, segundo Varnhagen, “embora com tanta erudição, o censor não consiga provar o que deseja”.³⁰ Irônico, desqualificava o trabalho de d’Avezac e menosprezava, de antemão, os possíveis argumentos apresentados pelo censor.

Mas Varnhagen pretendia ampliar o descrédito de seu crítico e, para isso, recuperou as informações que passara, meses antes, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Repetia para o primeiro-secretário do IHGB ser d’Avezac um “partidário de que a Guiana francesa deve chegar ao nosso Amazonas”.³¹ D’Avezac seria um homem tendencioso, que usava de insinuações em prol dos interesses de seus país. Poder-se-ia confiar na sinceridade e na legitimidade das palavras desse crítico sobre uma obra de história-pátria brasileira? Quem garantiria que as censuras feitas à *HGB* não eram fruto de outras ocultas vontades de desrespeitar e de desconsiderar os interesses do Brasil? Esses interesses poderiam até mesmo ultrapassar a própria Guiana, insinuava. E, caso Porto Alegre desejasse confirmar a informação, bastaria olhar no

mappa do Brazil que acompanha o parecer [onde] se lê ao norte do Amazonas e no logar que occupam hoje todas as Guianas a inscripção – ‘France Equinociale’ –; e embora se refira ao passado, revela-nos ella as aspirações a certo plano de formar-se desse lado uma grande colonia franceza, à custa da nossa Guiana e não sei que mais.³²

Uma vez construída a prevenção contra d’Avezac, era preciso, contudo, conquistar a simpatia e o apoio dos membros do Instituto. E apesar de a carta ser dirigida à pessoa do primeiro-secretário, por meio dela Varnhagen tomava a licença de se dirigir a seus

²⁹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 248.

³⁰ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 249. Parece razoável supor também que Varnhagen insinuava que a extensão do trabalho afrontava o preceito da brevidade.

³¹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 249.

³² LESSA, 1961, p. 250.

consócios para solicitar-lhes que: “encarecidamente não [se] jure em nenhuma das asserções do parecer do Sr. D’Avezac, enquanto lhe não chegam as respostas que a elle vamos dar o nosso collega Dr. Silva e eu”.³³ Ou seja, sem o declarar, esperava que a carta fosse lida em uma sessão da agremiação para que todos dela tomassem conhecimento. E, para certificar-se de que isso aconteceria, amplificava a importância da defesa da *HGB* com um raciocínio entimemático: lembrava que na obra eram recuperados e confirmados direitos históricos sobre o território brasileiro, direitos que seriam uma herança da colonização portuguesa.³⁴ Com esse argumento, entrelaçava sua obra com os interesses do Brasil, como se ambos formassem uma única e mesma coisa. Ora, sendo a *HGB* uma história sobre a colonização portuguesa, negar a obra significaria negar a própria revelação dessa herança. Do que decorria também que não defendê-la era colocar-se contra o próprio Brasil. Seria esse um comportamento esperável de tão devotos patriotas?

Pelo que não admira que pretenda deitar por terra a justiça de todas as nossas tradições históricas, nas questões dos antigos interesses no Brazil com respeito aos francezes, e neste sentido a minha obra atravessou-se-lhe como uma barreira mais forte do que eu podera imaginar. (...) Aos nossos proprios compatriotas deixo pois com esta prevenção o arbitrio de, com conhecimento de causa, tomarem o partido do adversário dos proprios interesses brazileiros que são os interesses portuguezes d’outro tempo.³⁵

Nessa carta a Porto Alegre, Varnhagen discutiu ainda questões que envolviam o modo como se deveria escrever uma história de um país. Ele declarava-se injustiçado diante da afirmação de d’Avezac de que apenas seguira “o programma feito por Martius” na redação da *HGB*. Afirmava que, ao contrário disso, ele meditara a sua obra e, sobretudo, encontrara “[o programa] em todos os tratados do dia àcerca do modo como se deve escrever a historia geral de qualquer nação”.³⁶

Explicava ainda a Porto Alegre que decidira iniciar a *HGB* pelas grandes navegações, que antecederam a de Cabral, por seguir o exemplo de um grande historiador –

³³ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 250.

³⁴. O raciocínio entimemático construído por Varnhagen que pode ser assim esquematizado: 1) se a *HGB* recuperava os direitos sobre o território conquistados pela colonização portuguesa; 2) se a *HGB* defendia a herança do Brasil; 3) logo a defesa da *HGB* era a defesa do próprio Brasil. O raciocínio empregado era amplificado. A amplificação é um efeito retórico por meio do qual se engrandece o assunto, graças ao emprego de artifícios e dentre eles pode-se utilizar o agravamento das circunstâncias. Esse era o recurso empregado, no caso, por Varnhagen. Cf. LAUSBERG, 1972, p. 106-108

³⁵ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 249-250.

³⁶ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 252.

Bancroft – que, segundo afirmava, “começa o 1º capítulo da sua historia bem americana com estas palavras: A empreza de Colombo (...)”. Seguirá o modelo por julgar não prejudicar “o arranjo total della [da obra]” e por melhor ligar a história do Brasil à “historia da humanidade em geral”.³⁷

Nessa passagem, ele expunha a disposição da matéria que adotara e o objetivo a que visara. Lembrava que pensara em iniciar a obra pelo capítulo de descrição do Brasil, mas fizera uma outra opção, por julgar que desse modo melhor marcaria o início da colonização e da civilização do país. Afinal, a seu ver, apenas “com [Cabral] começa verdadeiramente a nossa historia”.³⁸ Ao explicar a disposição da matéria adotada, Varnhagen explicitava os pressupostos que seguirá para compor a obra em geral, abordando questões que envolvem a *dispositio*, ou seja, tratava das prescrições retóricas para a disposição da matéria. Segundo Lausberg, tais prescrições previam que a disposição deveria ser realizada no sentido de ordenar o discurso tendo em vista conquistar o ouvinte. Essa é a disposição que se chama de externa, porque se pensa numa ordenação tendo em vista o outro. Essa escolha determina, porém, a própria disposição interna da matéria, ou seja, a escolha das partes e da ordenação para a composição do discurso.³⁹ Preocupado com a conquista do leitor para o que pretendia – convencê-lo de que o Brasil-nação era filho da colonização portuguesa –, Varnhagen explicitava para Porto Alegre, assim como para os demais membros do IHGB, as normas de composição seguidas e os fins que se propunha a alcançar.

Também ligada à adequação do discurso ao público estava a “estranheza” que declarava sentir diante da proposta de d’Avezac para que descrevesse o Brasil de forma mais científica. Segundo Varnhagen, essa sugestão denunciava desconhecimento, por parte do crítico, das prescrições próprias para o gênero histórico. Segundo se recomendava, lembrava Varnhagen, tais descrições de paisagem, em uma obra de história, deveriam ser feitas com “grandes traços breves e rápidos”. Ao contrário disso, d’Avezac cobrava mais prolixidade e mais cientificidade! Segundo Varnhagen, o francês errava duplamente, pois desconsiderava que o público-alvo não era versado em ciências naturais. Nesse caso, uma

³⁷ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 251.

³⁸ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 251.

³⁹ LAUSBERG, 1972, p. 95

obra mais científica e prolixa poderia ser-lhe incompreensível. Poderiam esses leitores acreditar nas palavras do escritor se não conseguissem compreendê-lo?

Varnhagen fazia menção à discussão retórica sobre a virtude da clareza que todo texto, consoante a seu gênero específico, deveria perseguir. Afinal, segundo a preceptística, apenas um texto claro garantia sua compreensibilidade e apenas um texto compreensível tornava confiável seu autor e seria capaz de persuadir o leitor.⁴⁰ Ao contrário do sugerido pelo crítico, julgava que o capítulo em questão estava até mesmo “com excesso [de informações científicas] para o *commum* dos leitores”.⁴¹ Portanto, julgava ser preciso revê-lo, mas no sentido contrário ao sugerido pelo crítico, tornando-o mais claro e, graças a isso, mais compreensível e convincente.

Ele não apenas expunha para Porto Alegre as escolhas feitas para a composição de sua obra, como mostrava-se convencido de que redigira corretamente, segundo as exigências do gênero em questão: “tenho consciencia do que fiz e saberei defender-me”.⁴² Conforme fazia acreditar, tinha razão em ter auto-confiança, pois polemizava com um crítico vacilante em suas observações. Afinal, depois de sugerir maior delonga nas explicações, seu censor terminara elogiando a disposição da matéria adotada na obra e a brevidade com que os temas foram tratados, como confirmava o seguinte trecho de d’Avezac, citado por Varnhagen:

(...) a *economia* geral do volume apresenta ao primeiro aspecto uma série contínua de trinta e uma secções ou pequenos capítulos succedendo-se como os aneis múltiplos e semelhantes d’uma cadeia não interrompida, de maneira que não se gravariam tão bem os sucessos na memoria, se o espírito de *synthese* não viesse ajudar a reunil-os por grupos mais claramente caracterizados.⁴³ (tradução e grifo de Varnhagen)

Ao reconhecer como elogio o trecho acima, Varnhagen pretendia mostrar, por um lado, que d’Avezac verificara que a *HGB* se inscrevia na memória de quem a lia. Provavelmente, portanto, deduzia Varnhagen, o censor assentia que a obra era

⁴⁰ Cf. LAUSBERG, 1972, p. 121/128. Em Quintiliano pode-se ler a seguinte explicação sobre a virtude da clareza: “Pour moi, la première qualité, c’est la clarté, la propriété des termes, leur ordre normal, une période ne se prolongeant pas trop longtemps; qu’il n’y ait rien de manque ni de trop; voilà le moyen d’être approuvé par les connaisseurs et compris par le commun. Je parle de l’élocution. (...) Si nous ne disons ni moins ni plus qu’il ne faut, si nous ne négligeons pas l’ordre et la précision, tout sera clair et accessible même aux auditeurs que prêtent une oreille négligente”. Cf. QUINTILIEN, 1954, vol. III, livro VIII, p. 155.

⁴¹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 253.

⁴² Varnhagen in LESSA, 1961, p. 253.

⁴³ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 253.

compreensível, adequada ao público-alvo e, exatamente por isso, convincente. Por outro lado, insinuava que, se d’Avezac aceitava ser a obra capaz de convencer graças a seu encadeamento e síntese, avaliava positivamente a disposição da matéria adotada pelo autor, assim como o modo como fora abordada.⁴⁴ Tudo isso conjugado, implicava o reconhecimento da adequação da obra ao público e ao gênero, o que significaria reconhecer a propriedade da elocução adotada na *HGB*. Dupla seria, portanto, a contradição de d’Avezac ao cobrar maior prolixidade e cientificidade do autor, até mesmo no capítulo de descrição do Brasil.

A carta de Varnhagen a Porto Alegre nos revela um autor preocupado com a censura feita a sua obra. Contudo, ao contrário do que se poderia esperar, Varnhagen centrou a defesa da *HGB* em torno de regras vindas da preceptística retórica. Apesar de não mencionar os nomes, seu raciocínio, ao longo de toda carta, gira em torno de questões como a brevidade, a clareza, a disposição e a elocução, assim como a do convencimento do leitor. Ele procurava mostrar-se ciente de que existiam formas aceitas e reconhecidas “do modo como se deve escrever a historia geral de qualquer nação”, conforme declarava explicitamente. Citava o trabalho do historiador norte-americano Bancroft e o texto de von Martius como “programmas” a serem seguidos. Declarava que nos autores da época se encontravam regras de como se deve escrever a história. Contudo, como todo escritor que esperava alçar-se ao patamar de autoridade, fazia questão de mostrar que não apenas conhecia e respeitava essas normas, mas que também era “um homem que meditou a sua obra”⁴⁵, sendo, portanto, um escritor que procurara superar os próprios modelos. Aqui ainda, Varnhagen caminhava pelo campo da retórica.

Quanto aos possíveis erros históricos apontados por d’Avezac, Varnhagen mostrava-se plenamente convicto de que erradas eram as observações de seu censor. Persuadido de suas certezas e lançando mão de uma expressão horaciana, afirmava que “lhe devolverei com toda força o dormir do bom Homero”. Ou seja, se alguém havia cochilado

⁴⁴ Segundo Lausberg, a virtude a ser alcançada pela disposição é o decoro, ou seja, a adequação do discurso tanto ao público alvo quanto a seu gênero específico. Haveria uma forma correta de disposição ou um estilo próprio para cada gênero. Cf. LAUSBERG, 1972, p. 95. Segundo Hansen, “a palavra nuclear na retórica é decoro”. Cf. HANSEN, 1994, p. 15.

⁴⁵ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 251.

e errado, assim como às vezes até a Homero ocorrera, esse alguém era o próprio censor.⁴⁶ Não por acaso, Varnhagen empregava expressões contundentes e bradava que provaria os erros de d’Avezac: “penso provar-lhe”, “provarei terminantemente” e “saberei defender-me”.⁴⁷

A contestação de Varnhagen aos possíveis erros históricos existentes na *HGB* não formava o cerne da carta a Porto Alegre, se considerada em seu todo. Conforme visto, ele se preocupava, fundamentalmente, em desacreditar e desmoralizar seu crítico, em conquistar a confiança de seu leitor – e dos membros do IHGB – e em defender a disposição e a elocução de sua obra. A defesa se centrava em explicitar o conjunto de normas que seguira para redigir a *HGB* e que objetivam a persuasão de seu leitor. Avaliava, então, que d’Avezac se incomodara

por eu ter feito resahir na historia do descobrimento, e sem faltar à verdade, a figura de Cabral, por meio de um simples artifício na maneira de contar, tão applaudido aliás pelo nosso collega, o profundo Dr. Joaquim Caetano da Silva, que a tal respeito se expressa pelas seguintes palavras: ‘Não se poderá louvar bastante a arte com que na melindrosa questão dos primeiros descobrimentos do nosso littoral, soube combinar a conveniencia com a verdade, pondo em primeiro plano a figura de Cabral’.⁴⁸ (grifo do autor)

Ou seja, dentre os elogios que recebera ao primeiro volume da *HGB* e que inclusive publicara como anexo ao segundo volume, Varnhagen escolheu exatamente um que destacava a “conveniência” da obra. Conforme visto no terceiro capítulo da primeira parte desta tese, a palavra *conveniência*, à época, dizia respeito ao correto emprego das regras de

⁴⁶ A expressão horaciana à qual Varnhagen fazia referência era a seguinte: *Quandoque bonus dormitat Homerus*. Segundo Paulo Rónai, a expressão significa que até os maiores artistas podem falhar, pois até mesmo Homero errara. Rónai cita a seguinte frase de José de Alencar onde se faz referência à expressão horaciana: “É possível que me espacem descuidos; mas onde está este que não cochila, *quandoque bonus*, como dizia o velho Horácio?” Cf. RÓNAI, 2000, p. 148. No texto que escreveu para responder a d’Avezac, Varnhagen fazia explicitamente referência ao dito horaciano: “Donc, me permettant de retourner contre mon savant critique la pointe horatienne qu’il s’est plus à aiguiser contre moi: *Quandoque bonus dormitat Homerus*”. Cf. VARNHAGEN, 1858, p. 19. Na tradução de Rosado Fernandes o trecho de Horácio é o seguinte: “E não posso deixar de indignar-me todas as vezes que dormita o bom Homero: contudo, é natural que, na descrição de tão grande assunto, alguma vez nos domine o sono”. Cf. HORÁCIO, 1984, p. 109.

⁴⁷ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 251, 252, 253.

⁴⁸ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 250. No *Post scriptum* da *HGB*, Varnhagen citou um outro trecho da carta de Joaquim Caetano da Silva, a quem chama de “talentoso colega rio-grandense”. A carta dataria de setembro de 1855 e o trecho dela destacado e publicado por Varnhagen foi o seguinte: “Li as suas paginas com o mesmo escrupulo que se fossem minhas, e fiquei contentissimo com ellas. Parabem ao Brazil, que possui finalmente de mão de hum seo filho, huma Historia que ha de ser traduzida em todos os idiomas e louvada por aclamações unânimes... Logo ao entrar em materia mostra o meu amigo o seo espirito escrutador e pensador com aquella grande referencia a Lullio, e vai ostentando sem interrupção este duplo character”. Cf. VARNHAGEN, 1857, tomo II, s/p. (*Post scriptum*)

composição segundo os gêneros. Varnhagen declarava-se de antemão vitorioso sobre d’Avezac, porque conseguira, “por meio de um simples artifício na maneira de contar”, alcançar seu intento de destacar a figura de Cabral. Afinal, fora seu objetivo estabelecer que datava da viagem de Cabral o início da colonização e civilização do Império. E, assim como empregara esse artifício, insinuava que outros utilizara para convencer seus leitores de que “havia uma cadeia não interrompida” desde o início da colonização até o presente do Império. Nesse aspecto, portanto, d’Avezac fora um competente leitor, porque compreendera que, graças à cadeia civilizatória iniciada em 1500, a Nação brasileira existia. O objetivo de sua obra fora alcançado – ou seja, ela fora capaz de convencer seu leitor –, mesmo porque até seu crítico o admitia. Seria possível aceitar o questionamento à disposição e à elocução adotadas na *HGB*?

Nas três cartas endereçadas a D. Pedro II em que abordou a crítica de d’Avezac, Varnhagen o fez em curtas passagens. Na primeira, datada também de novembro de 1857, ele solitava ao Imperador que lesse a carta enviada a Porto Alegre para que se inteirasse de como responderia ao crítico. Insistia na tese de que o Sr. d’Avezac escolhera “o campo da sciencia para nelle debater principalmente a questão do Oyapoc”, pois estava certo de ser nessa direção que caminhava “todo o relatório, ainda na parte em que parece querer-me desconceituar como pouco patriota”. Novamente insinuava que respondia a uma afronta aos interesses brasileiros. Porém, desejava que a carta dirigida a Porto Alegre fosse lida em uma sessão do Instituto e por isso não se furtou ao ímpeto de recomendar ao Imperador que intercedesse em tal sentido e que também garantisse sua publicação nas páginas da *Revista do IHGB*, “como artigo separado e não nas actas” – portanto, em lugar de destaque.⁴⁹ Varnhagen, que no ano de 1851 exercera o cargo de Primeiro-Secretário do Instituto, sabia que D. Pedro II, além de assíduo frequentador de suas reuniões, era protetor da agremiação.⁵⁰ Dele Varnhagen solicitava o amparo à divulgação de sua resposta a

⁴⁹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 254.

⁵⁰ Cf. SCHWARCZ, 1995, p. 106. Varnhagen exerceu o cargo por um semestre e fora eleito em 23 de maio de 1851. O Instituto Histórico contou, ao longo de todo o Segundo Reinado, com o apoio financeiro, em forma de subvenção anual, realizado pelo governo imperial. Segundo a professora Lúcia Guimarães, o IHGB se transformou em um influente reduto intelectual, cujas reuniões mais pareciam reuniões do Conselho de Ministros. E, a partir de 1849, as reuniões do Instituto passaram a contar com a freqüente presença de D. Pedro II, que, desta data até sua partida do Brasil, em 1889, “participou de 508 reuniões ordinárias, sem contar as sessões públicas de aniversário e outras comemorações”. Cf. GUIMARÃES, 1994, p. 59, 60, 62, 63.

d’Avezac. Estava certo de que seria atendido, pois, afinal, tratava-se da defesa dos próprios interesses do Estado brasileiro.

Em janeiro de 1858, em uma segunda carta, insistia na tese de serem as críticas de d’Avezac “feitas com intenções bem evidentes” de defender interesses expansionistas franceses. Naquela data, tendo obtido licença especial para se afastar de seu posto na embaixada brasileira em Madrid, Varnhagen se encontrava em Paris. Informava ao Imperador que daria uma resposta merecida ao crítico da *HGB*, pois começaria “a ler a verdadeira *Historia Geographica do Brazil*”, sua resposta a D’Avezac.⁵¹ Na terceira e última carta da série, datada de março do mesmo ano, informava que: “minha resposta ao Sr. d’Avezac foi bem acolhida e será publicada no *Bulletin*”.⁵²

A leitura dessas cartas permite perceber que Varnhagen variou o modo de tratar a crítica de d’Avezac, segundo as especificidades de seus correspondentes e atendendo a diferentes objetivos.

Junto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, esperava alcançar a licença de seu posto de trabalho e o financiamento para a publicação de sua resposta a d’Avezac; a Manuel de Araújo Porto Alegre desejava provar ser um homem de estilo, que sabia e dominava as técnicas de composição e que sabia como se devia escrever uma obra de História; de D. Pedro II esperava o prestigioso apoio para difundir sua pré-defesa entre os membros do Instituto e os leitores de sua *Revista*. Varnhagen procurava fazer com que a opinião dos juízes, no caso o primeiro-secretário do Instituto e seus consócios, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o próprio Imperador, coincidissem com a dele, Varnhagen, antes mesmo de sua resposta a d’Avezac ser elaborada.

Em todas as cartas, Varnhagen empregou recursos retóricos — a amplificação, o raciocínio entimemático, a dissimulação, a tentativa de mostrar a contradição de seu censor ou de apresentá-lo como moralmente suspeito. Tais cartas podem ser entendidas como peças de uma polêmica, ou de uma *disputatio*. Se desse modo as compreendermos, mais facilmente se desvelam os recursos retóricos empregados — verdadeiras armas utilizadas no

⁵¹ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 254.

⁵² Varnhagen in LESSA, 1961, p. 260.

sentido de derrotar seu censor e de responder, conforme declarava ao Imperador, “triunfantemente (...) ao Sr. d’Avezac”.⁵³

5.2. As restrições de d’Avezac

O trabalho de d’Avezac sobre o primeiro volume da *HGB*, intitulado *Considérations géographiques sur l’Histoire du Brésil*, estava dividido em três partes. Na primeira, d’Avezac examinou alguns temas tratados na *HGB*, como as navegações européias do século XV-XVI, a divisão do Brasil em capitânicas hereditárias, a origem dos povos tupis, a descrição da natureza brasileira, as tentativas francesas de ocupar a colônia portuguesa e as invasões francesa e holandesa. Na segunda, destacou e discutiu alguns desses temas, como as navegações espanholas e francesas, os territórios franceses na Amazônia e o Tratado de Tordesilhas. Na última e mais extensa parte de seu trabalho, apresentou e discutiu documentos e bibliografia referentes a vários temas de história do Brasil.⁵⁴

A primeira parte do trabalho, denominada *Analyse critique de la nouvelle Histoire du Brésil*, foi dividida em nove subpartes. Delas, destacarei as três primeiras, em que d’Avezac fez uma apreciação geral da obra e a sexta, intitulada *Description du sol, révolutions physiques*, na qual analisou a descrição do Brasil feita por Varnhagen na *HGB*. Nessas quatro subpartes, d’Avezac discutiu prescrições para a escrita de uma obra de história e a forma como Varnhagen deveria ter descrito a geografia física, a geologia, a botânica e a zoologia do Brasil.

D’Avezac abriu seu texto anunciando categoricamente: “il est proverbial que la Géographie est la compagne inséparable de l’Histoire”. A seu ver, esse provérbio era verdadeiro sobretudo para as obras de história de países novos, localizados em regiões pouco conhecidas. Nelas, acreditava, o autor deveria necessariamente tratar de temas, como o descobrimento, a exploração e a colonização, que seriam “presque tout entière du

⁵³ Varnhagen in LESSA, 1961, p. 254.

⁵⁴ Segundo avaliava Clado Lessa, o trabalho de d’Avezac sobre o primeiro volume da *HGB* era “uma longa e elogiosa apreciação, cheia de restrições, porém, da *História geral do Brasil*”. Cf. LESSA, 1955, Tomo 226, p. 48.

domaine de la Géographie”.⁵⁵ Em seu raciocínio, o historiador deveria abrir a história de um país descrevendo cuidadosamente o território para que, na seqüência, pudesse tratar de seu desbravamento e ocupação.

Porém, advertia d’Avezac, Varnhagen decidira primeiramente mostrar “la péninsule ibérique au milieu de ses luttres contre la puissance musulmane”. A *HGB*, avaliava, abria-se sob “le point de vue exclusif et jaloux des conquérant portugais”. E essa escolha seria um erro, pois o autor “ne s’est pas placé au point de vue proprement brésilien”.⁵⁶ Tal atitude, insistiria d’Avezac, dominava toda a obra e “amoindrit les propositions du sujet”.⁵⁷ Ou seja, Varnhagen não apenas deixara de apresentar seu tema de forma grandiosa para atrair a atenção de seu leitor, como o apequenara e o desvalorizara frente às navegações portuguesas, que formavam a matéria do capítulo de abertura da *HGB*. Esses seriam erros imperdoáveis a um escritor preocupado com uma apresentação séria e convincente de seu tema.

Não iniciar a *HGB* com a descrição do novo país significava também, segundo d’Avezac, o desconhecimento, por parte de Varnhagen, dos modelos para a escrita da história. Citava, então, a seguinte frase de um autor do século XVI: “L’on ne doit faire d’aucune Histoire, si la Géographie, son oeil droit et lumière naturelle, ne marche devant”.⁵⁸ Mas d’Avezac julgava que Varnhagen deveria especialmente ter-se lembrado de “l’exemple d’Hérodote”, caso em que “le narrateur aura soin, dans les occasions opportunes, de décrire le théâtre des événements, source d’intérêt varié pour le lecteur (...)”.⁵⁹ Adotar esse pressuposto significaria, a seu ver, transportar o leitor ao cenário dos acontecimentos e conquistar seu interesse para a narrativa do que se seguiria. Assim procedera Heródoto em sua obra de história, assim deveriam escrever os historiadores. Ao invés de seguir o modelo consagrado, Varnhagen resolvera inovar e construir um caminho diverso. Errara, postulava d’Avezac: ao abrir a *HGB* com a narração dos feitos europeus, afastara-se do ponto de vista dos brasileiros e do sancionado modelo de escrita da história.

⁵⁵ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 1-2.

⁵⁶ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 9-10.

⁵⁷ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 39.

⁵⁸ Cf. AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 1, nota 1. D’Avezac citava a obra *Les trois mondes, par le seigneur de la Popellinière*, de 1582.

⁵⁹ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 8.

Além da insubordinação ao modelo, Varnhagen errara também, a seu ver, no excesso de brevidade com que descrevera o Brasil:

La description du pays (...) est donnée par notre auteur avec une brièveté excessive. Une terre d'immense étendue, aussi neuve encore aujourd'hui pour ses possesseurs que pour les étrangers, semblait réclamer une exposition plus développée de ses formes extérieures, de sa constitution géognostiques, de ses productions naturelles si variées dans leur admirable richesse.⁶⁰

Se a brevidade era uma virtude a ser perseguida pelos escritores, seu excesso também era um erro, porque conduzia à obscuridade do texto. Segundo d'Avezac, quando os autores descreviam regiões novas que eram desconhecidas pela maior parte dos leitores – até mesmo pelos brasileiros – o autor não poderia ser excessivamente breve, pois, nesse caso, corria o risco de ser obscuro e se tornar incompreensível. Destacava então que, enquanto Varnhagen consagrara em média 14 páginas para cada uma das seções de sua obra, a *Descrição Geral do Brasil* ocupava apenas 8. D'Avezac afirmava ser “le chapitre si court, le plus court hélas de tout le volume, qu'il consacre à la description de son pays natal”.⁶¹ Varnhagen deveria, em sua avaliação, ampliar e aprofundar essa descrição. Em tom preceptístico – na sexta sub-parte da primeira parte de sua crítica –, apresentou detalhadamente o que deveria conter tal descrição.

Iniciava aconselhando ser preciso descrever cuidadosamente a constituição física do território:

Nous aurions voulu que le nouvel historien nous fit embrasser (...) d'abord le rideau des montagnes littorales (...) en arrière, sur une deuxième ligne, la puissante chaîne dorsale (...) par les cimes d'Itambé, de Piedade (...); puis, en arrière encore, le système occidental des versants (...) et au delà duquel s'étendent d'un côté les reliefs que dessinent le bassin du Paranyhyba, de l'autre les plateaux où prennent naissance les grandes affluents de l'Amazone e de la Plata.⁶²

D'Avezac indicava ainda que o historiador deveria engrandecer sua obra, tratando da grandiosa história geológica das terras brasileiras, que ficara inscrita “sur les gigantesques monuments”.⁶³ Era preciso descrevê-la em toda sua magnitude.

Nulle région, peut-être, autant que le Brésil, ne porte l'empreinte significative de ces grandes vicissitudes qui constituent les primitives annales de la terre, l'auteur aurait pu nous montrer cette assise rocheuse cédant à l'effort d'une brusque

⁶⁰ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 33.

⁶¹ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 33.

⁶² AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 33.

⁶³ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 34.

dislocation, se déchirer alors et se redresser sur une étendue (...). Une autre révolution physique, d'une plus puissante énergie, vint, à une époque ultérieure (...).⁶⁴

Porém, ao contrário do que se poderia esperar, o tema sequer obtivera “une page speciale” na obra, pois Varnhagen, cometendo o erro do excesso de brevidade, limitara-se a descrever a terra brasileira no momento “de la prise de possession des nouveaux venus d'Europe”.⁶⁵ Assim, ao invés de explorar o que distinguiu e elevava o tema, o historiador redigira apenas uma “digression passagère” e isso porque, insistia d'Avezac, ele se colocara sob o ponto de vista do dominador português. Nesse caso:

Hâtons-nous d'ajouter, cependant, que ce tableaux, que emprunterait aux majesté de la nature un caractère de si haute poésie, et dont la place serait marquée dans une introduction largement conçue, au début de l'ouvrage, se trouverait (...) à l'étroit dans une simple digression passagère, telle que l'a faite notre auteur (...).⁶⁶

D'Avezac não apenas sugeria, mas chegava mesmo a lamentar a incapacidade do autor para aproveitar o assunto em favor de sua própria obra. Insinuava que, caso se tratasse de falta de conhecimento sobre o tema, ele, crítico, se encarregava de suprir a deficiência, indicando bibliografia a ser consultada: “Voir, dans les Mémoires de l'Academie des sciences, Savants étrangers”.⁶⁷ D'Avezac sugeria ainda não ter Varnhagen sequer aproveitado a formação que tivera em sua casa paterna. Se seu pai fora o criador e o primeiro diretor de uma fundição no Brasil, provavelmente ele fora iniciado nos conhecimentos geológicos. Mas não dava mostras de haver aproveitado tal vivência formadora. A deficiência poderia consistir, ainda, em uma deficiência de domínio do estilo, apropriado ao gênero em questão. Também nesse caso, d'Avezac não se furtou ao direito de prescrever. Recomendava ao historiador que evitasse “la diffusion, l'enflure de style, la surcharge d'érudition; il unira la chaleur poétique de la jeunesse à la raison de l'âge mûr”.⁶⁸

Contudo, D'Avezac denunciava que Varnhagen provavelmente já percebera seu erro, pois, em nota àquele primeiro volume da *HGB*, anunciava poder “dar a alguns pontos [da obra] maior desenvolvimento [em edição futura]”.⁶⁹ O crítico não perdia a oportunidade e tomava a declaração de Varnhagen como uma concordância prévia com as censuras feitas

⁶⁴ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 38.

⁶⁵ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 34-39.

⁶⁶ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 38-39.

⁶⁷ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 34.

⁶⁸ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 8.

⁶⁹ VARNHAGEN, apud. AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 39.

por ele. E se alguma seção da *HGB* precisava ser melhor desenvolvida, continuava, certamente entre elas estaria aquela de descrição do Brasil.

Além disso, D’Avezac lembrava ter Varnhagen também declarado que a *HGB* poderia apresentar uma outra disposição da matéria em nova edição. Se o próprio autor acreditava ser isso possível, isso significava que ele, censor, estava correto em sua observação: a *HGB* deveria ser aberta com a descrição do Brasil. A estratégia é clara: D’Avezac pretendia que seus ouvintes da Sociedade de Geografia considerassem sua censura tão correta, que contava até mesmo com a anuição do censurado:

Nous nous persuadons volontiers, ou surplus, que l’auteur a déjà senti lui-même le désavantage de conditions trop étroites où il s’est laissé emprisonner; il nous semble entrevoir qu’il médite, pour une édition nouvelle, une autre disposition dans l’ordonnance générale de son oeuvre, e nous serons heureux que nos incitations puissent contribuer à l’affermir dans ce dessein.⁷⁰

Por fim, todas as censuras feitas teriam, lembrava d’Avezac, uma finalidade muito maior. Logo no início de seu trabalho, ele fizera questão de recuperar a idéia de que o historiador deveria conhecer os fins morais de sua obra, sem, entretanto, vincular essa lembrança à *HGB*. Ou seja, não apontava qualquer passagem em especial da obra que lhe houvesse inspirado sentimentos patrióticos. Nesse sentido, pode-se supor que Varnhagen talvez não tivesse muita clareza de sua missão como historiador. Uma suspeição que seria agravada pelo fato de, segundo d’Avezac, Varnhagen escrever sob o ponto de vista do conquistador português, iniciando sua obra “na Europa”. Assim, além de corretas em termos de como se deveria escrever uma obra de história, suas censuras também o seriam em termos do compromisso do historiador com a escrita de uma obra que fosse útil a seus contemporâneos e a sua pátria. Por isso, “mieux que tout cela [correção da obra], il écrira comme en homme de bien, que fait servir le passé à l’enseignement de l’avenir, et que consacre ses efforts à diriger toutes les volontés vers un seul but, la prospérité de la commune patrie”.⁷¹

⁷⁰ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 39.

⁷¹ AVEZAC-MACAYA, 1857, p. 8. d’Avezac fazia referência aos fins morais que toda obra de história deveria alcançar. Varnhagen também afirmava, conforme discuti no capítulo 2 da primeira parte desta tese, que um historiador deveria escrever obras para serem luz e guia da Nação.

5.3. A réplica

No início do ano de 1858 Varnhagen leria, na Sociedade de Geografia de Paris, sua réplica às críticas de d’Avezac à *HGB*. Seu texto, intitulado *Examen de quelque point de l’histoire géographique du Brésil...*, foi posteriormente publicado na Revista da mesma Sociedade e em uma edição avulsa.⁷² No subtítulo do trabalho anunciava tratar-se de *Éclaircissements Nouveaux* sobre, dentre outros: a segunda viagem de Vespúcio, as explorações espanholas no norte do Brasil, o tratado de Tordesilhas, a viagem de Pinzon, o ponto de vista que deveria adotar um historiador nacional, o ponto de início da história do Brasil. Como d’Avezac construíra sua crítica entrelaçando os dois últimos aspectos – o ponto de vista e o ponto de início de uma obra de história nacional – abordaremos as respostas de Varnhagen a eles.

Quanto ao ponto de vista adotado na *HGB* – ou da *Nationalité historique* – advertia que: “Mon critique entend naturellement par ‘point de vue proprement brésilien’ celui où devrait se placer un Indien Tupi pur sang, et il faut que je lui laisse toute la responsabilité d’une telle appréciation”.⁷³ (grifo do autor) Lembra que, sendo brasileiro e escrevendo uma história dos ancestrais da maioria dos brasileiros atuais, não poderia “me placer au point de vue nègre ou indien”.⁷⁴ Acusava d’Avezac de apoiar uma tese que “tout innocent qu’elle est en apparence, finit par être radicalement subversive de notre véritable nationalité”.⁷⁵ Afinal, argumentava, o Brasil era herdeiro de Portugal e como prova disso bastava olhar a origem da dinastia reinante no país, assim como seus símbolos, língua e literatura, usos e costumes e até mesmo parte de sua legislação. Empregando o princípio de que a verdade anda sempre de mãos dadas com a justiça, argumentava silogisticamente:

⁷² Clado Lessa afirma que a edição em separado tinha mil exemplares e foi realizada às custas do autor. Cf. LESSA, 1955, Tomo 226, p. 58-59. Lessa não fornece sua fonte de informação. Pode-se lembrar que Varnhagen solicitou que o governo imperial arcasse com os custos da edição em separado. Os dois exemplares a que tive acesso, um depositado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o outro da Biblioteca Nacional de Lisboa, trazem na última capa a inscrição: “Extrait du Bulletin de la Société de Géographie”. Ambos fazem parte do lote publicado em separado, mas não trazem qualquer indicação de que foram custeados pelo autor. Pode-se apenas supor que, tendo obtido licença para ir a Paris, conforme solicitara ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Varnhagen talvez também tenha obtido verbas para editar sua resposta.

⁷³ VARNHAGEN, 1858, p. 54.

⁷⁴ VARNHAGEN, 1858, p. 53.

⁷⁵ VARNHAGEN, 1858, p. 55.

La nation brésilienne, ayant acceptée de la mère patrie des legs si importants, en a pris aussi la responsabilité qu'ils imposent. En dehors de ce principe, tout est ingratitude et tout est logiquement faux. Un historien national ne pourrait écrire qu'en historien national, à moins de se rendre absurde.⁷⁶

O raciocínio pode ser assim desdobrado: 1) se Portugal fornecera ao Brasil vários legados; 2) se o Brasil aceitara e usava esses legados; 3) logo, a história do Brasil era a história da presença portuguesa em seu território. Essa era a verdade e, caso o historiador não desejasse cair no ridículo, por escrever coisas absurdas, que não se aventurasse pelo caminho da falsidade. Porém, em sua opinião, o maior absurdo era que a tese de d'Avezac encontrava partidários até mesmo no Brasil. Convocava então os brasileiros que percebiam a gravidade “de semblables opinions et d'autres plus extravagantes encore”, a com ele partilhar um “cris de guerre” contra os que desprezavam “les services de leurs propres aïeux”.⁷⁷

Um grito de guerra que ele lançara quando lera o resultado de suas reflexões – após “longtemps méditée avant de commencer la rédaction de mon histoire”, enfatiza –, na Academia da História de Madrid e publicara no segundo volume da *HGB*.⁷⁸ O texto em questão, intitulado *Os índios perante a nacionalidade brasileira*, é uma longa argumentação contra a tese de serem os indígenas os representantes da nacionalidade brasileira. Varnhagen construiu esse texto partindo de perguntas retóricas e respondendo com raciocínios silogísticos. Veja-se um exemplo de um encadeamento inteiro de raciocínio construído por ele: 1) Pergunta: “Eram os que percorriam o nosso território, á chegada dos christãos europeos, os seus legitimos donos?”; 2) Resposta: “segundo os princípios admitidos pelos publicistas, não é possível reconhecer que os nossos antigos Indios (...) eram os legitimos donos das terras”. A resposta era uma conclusão verdadeira, segundo Varnhagen, resultante do seguinte encadeamento das proposições: a) se “(...) em vez de habitar, [os índios] percorriam nómades [a terra], disfructando dellas em quanto não espantavam a caça, ou em quanto com sua primitiva agricultura não haviam (...), cançado a

⁷⁶ VARNHAGEN, 1858, p. 55.

⁷⁷ VARNHAGEN, 1858, p. 54-55. Segundo Roland Barthes, o *entimema* é uma dedução, um silogismo incompleto apenas em sua construção lingüística, porque no plano das idéias ele é completo. No ouvinte, o *entimema* produz a sensação de que ele está a descobrir coisas novas a partir de seu próprio raciocínio, de sua capacidade de inferir. O *entimema* tem força persuasória porque estimula a vaidade do destinatário do discurso, apesar de abreviá-lo. Segundo Barthes, já em Aristóteles se encontra a certeza de que um discurso é tanto mais belo e pleno de sentido quanto menos extenso ele é em expressão. Cf. BARTHES, 1975, p. 187.

⁷⁸ VARNHAGEN, 1858, p. 56.

terra (...); b) se “(...) os Tupis nada mais eram do que os ultimos invasores do território, hoje brasileiro, o evidenciam as mais antigas tradições que recolhemos (...); c) logo: eles não eram os legítimos donos das terras brasileiras antes da chegada dos europeus.⁷⁹

Na resposta a d’Avezac, Varnhagen recuperou as premissas de que partira e a conclusão lógica a que chegara em cada uma das perguntas retóricas que apresentara nesse texto. Como a argumentação que construía, conforme avaliava, sustentava-se sobre premissas plausíveis, podia afirmar que “j’ai prouvé dans ce discours”⁸⁰ que a nacionalidade da história brasileira era branca e européia. Sua argumentação entimemática, recuperada na resposta a d’Avezac, era a seguinte: 1) se os indígenas eram os últimos invasores nômades do território brasileiro e não seus mais primitivos proprietários; 2) se tais homens eram canibais amorais e desvirtuosos, apartados da verdadeira religião e; 3) se eram selvagens incapazes de se civilizarem sem a ajuda dos europeus; 4) se o uso da força era o único meio de fazê-los respeitar a lei; 5) se no presente o elemento europeu predominava na população brasileira; 6) logo, ficava demonstrado

que, s’il est vrai que cet élément civilisateur est celui qui prédomine encore, l’histoire du pays, ne pourrait aucunement s’empêcher d’être plus ou moins d’accord avec lui, quand même l’historien national serait assez ingrat pour méconnaître les bienfaits des civilisateurs, et trop peu pieux pour ne pas respecter non plus la mémoire de ses ancêtres.⁸¹

Podia, então, transformar a acusação de d’Avezac – de que não escrevera sob o ponto de vista da nacionalidade brasileira – em elogio:

La question ainsi considérée, c’est le plus grand éloge qu’on puisse faire de l’esprit patriotique que respire mon histoire, que de dire qu’elle est écrite plus dans le sens des colons d’Europe que dans celui des nègres ou des Indiens (...).⁸²

Com outro raciocínio silogístico, ironizava ainda mais a idéia de que a história brasileira poderia ser escrita do ponto de vista dos indígenas. Para Varnhagen, isso seria verdade se e somente: 1) “si ceux-ci [os indígenas], sortant des forêts vierges, avaient envahi les villes (...); 2) “s’ils s’étaient de nouveau emparés de tout les pays”; 3) “si encore actuellement ils y dominaient”; 4) logo “l’histoire nationale devrait bien considérer

⁷⁹ VARNHAGEN, 1857, p. XVI-XVII. (Discurso Preliminar)

⁸⁰ VARNHAGEN, 1858, p. 56.

⁸¹ VARNHAGEN, 1858, p. 57-58.

⁸² VARNHAGEN, 1858, p. 58.

au premier plan les Indiens”.⁸³ Logicamente, tais proposições deveriam ser reconhecidas como falsas e absurdas, e a conclusão, portanto, como inadmissível.

Desse modo Varnhagen pretendia conduzir seus ouvintes, da Sociedade de Geografia de Paris, e seus futuros leitores do texto impresso, a com ele concordar e concluir: apenas a conquista e a colonização do território pelo branco e europeu constituíam a história do Brasil; somente ela poderia servir de guia para a nacionalidade em sua formação e em direção a um futuro glorioso. Então, que seus ouvintes e leitores concluíssem também: ele, Varnhagen, que escrevera com senso de responsabilidade e convicto de servir à verdade, não se poderia dobrar a modismos inconseqüentes e ridículos.

Não cessou aí, porém, a réplica. M. d’Avezac julgava, conforme afirmara, que Varnhagen seguira os conselhos de Carl F. P. von Martius na elaboração da *HGB*.⁸⁴ Varnhagen retomou o texto de von Martius, trazido à cena por d’Avezac, e dele retirou a seguinte passagem: “O portuguez que deu as condições e garantias moraes e physicas para um reino independente... se apresenta como o mais poderoso e essencial motor”.⁸⁵ Assim, demonstrava-se que a história do Brasil era, também aos olhos de von Martius, prioritariamente a história de sua civilização pelo branco colonizador. Varnhagen argumentava que chegara a essa conclusão “par ma propre inspiration”, mas que as palavras de seu amigo, “le savant Bavaois”, reforçavam suas convicções.⁸⁶ Que seus ouvintes e leitores novamente concluíssem: a censura de d’Avezac, na contramão de seus objetivos, revertia-se em verdadeiro louvor.

Para dar mais respaldo à *HGB*, Varnhagen recuperou outra passagem de von Martius, em que se afirmava: “o periodo da descoberta e colonisação primitiva do Brazil, não pode ser comprehendido senão em seu nexo com as façanhas marítimas, commerciaes, e guerreiras portuguesas”.⁸⁷ Varnhagen declarava que abria a *HGB* com um capítulo sobre a expansão européia por uma escolha deliberada de unir a história do Brasil à história da civilização européia. Não se tratava, advertia, de simplesmente seguir a proposição de von

⁸³ VARNHAGEN, 1858, p. 58.

⁸⁴ D’Avezac e Varnhagen faziam referência ao texto de von Martius intitulado *Como se deve escrever a História do Brasil*.

⁸⁵ MARTIUS apud VARNHAGEN, 1858, p. 53, nota 1.

⁸⁶ VARNHAGEN, 1858, p. 53.

⁸⁷ MARTIUS apud VARNHAGEN, 1858, p. 53, nota 1.

Martius, mas sim de uma preocupação de introduzir a *HGB*, pois que a história do Brasil efetivamente se abria “à l’arrivée de Cabral à Porto-Seguro”.⁸⁸ Desse modo, quando d’Avezac o acusara de iniciar uma obra de história do Brasil na Europa, efetivamente não compreendera os fins a que se propusera alcançar: unir essa história à história da humanidade. Lembrava que, pelo bem da clareza do raciocínio, uma narrativa não deveria ser interrompida com assuntos que lhe eram estranhos. Era por isso que, para conservar a coerência interna de sua narrativa, entendia ser a ordem a seguinte: descrição do Brasil, descrição dos povos que ocupavam o Brasil e, na seqüência, chegada dos portugueses, conquista e colonização. Em que lugar, então, deveria ser colocado um capítulo sobre a expansão européia? Sem sombra de dúvida, concluía: no início da obra.

D’abord, que le digne rapporteur me pardonne, mais évidemment mon récit ne s’ouvre qu’au Brésil, il s’ouvre à l’arrivée de Cabral à Porto-Seguro. Le chapitre précédent n’est que d’introduction, et il n’aurait pas été facile de bien le placer au milieu de la narration, sans trop en interrompre le fil. (...) mais il nous a paru qu’avec la méthode que nous avons suivie, au moins dans cette édition, nous réussirions mieux à la lier à l’histoire de l’humanité en général (...).⁸⁹

Varnhagen lembrava que d’Avezac também cobrara que a descrição da paisagem fosse “plus scientifique” e “plus étendue, car elle est tout entière renfermée dans huit pages (...)”. Irônico, acrescentava: “le savant critique s’est donné la peine de les compter”.⁹⁰ Assim, além da disposição adotada na obra, d’Avezac também questionava sua elocução. Varnhagen, por seu lado, tratou de defendê-las. Declarava concordar que uma história deveria possuir um capítulo de descrição do cenário onde se desenvolveriam os acontecimentos – tanto que, recordava a seu crítico, escrevera uma seção de descrição do Brasil. Mas veementemente discordava da crítica ao conteúdo e à forma de seu capítulo de descrição do Brasil. Iniciava destacando que

ce chapitre de mon livre est justement celui que j’ai le plus travaillé, surtout pour y réussir à la fois à être bref sans devenir obscur ni insuffisant, et à être exact sans faire parade de la moindre ostentation des termes techniques d’aucune des sciences, soit mathématiques, soit physiques, soit naturelles (...).⁹¹

E acrescentava:

⁸⁸ VARNHAGEN, 1858, p. 63.

⁸⁹ VARNHAGEN, 1858, p. 63.

⁹⁰ VARNHAGEN, 1858, p. 64.

⁹¹ VARNHAGEN, 1858, p. 64.

J'avais là-dessus des idées bien arrêtées, qui me faisaient voir qu'on ne peut aucunement juger par son étendue de la bonté, ni de la justesse, ni de la clarté d'une description géographique dans l'histoire; et que, bien au contraire, les meilleurs tableaux des pays, dans les ouvrages historiques, sont ceux que l'on fait à grands traits, avec plus de nerf, et où, par des artifices littéraires, l'auteur sait le mieux cacher sous des apparences agréables toute la profondeur des sciences dont la nomenclature a quelquefois des sons trop barbares pour se plier aux règles du goût.⁹²

Nos dois trechos, toda a defesa de Varnhagen gira em torno da correção retórica de seu texto e de sua adequação ao gênero. Lembrava que apenas um trabalho “aturado”⁹³ de composição conduziria à perfeição uma elocução: não por acaso, salientava que o capítulo em questão fora exatamente aquele no qual mais trabalhara. Avisava que sua preocupação fora a de alcançar as virtudes retóricas da brevidade e da clareza, fugindo da obscuridade, da insuficiência e do excesso. E era exatamente porque perseguira essas virtudes que, confessava, não ostentara erudição por meio do uso de termos convenientes apenas a obras de ciências naturais. Isso não significava, advertia logo, que não detivesse esse conhecimento pois, pelo contrário: “j’ai les moi-même tant étudiées, et que je cultive encore comme un des charmes de ma vie”.⁹⁴

O que seu censor desejava, propagava Varnhagen, era que se sobrecarregasse o capítulo de descrição do Brasil com uma ostentação de erudição científica que, segundo ele, era imprópria para uma obra de história. Tratava-se de um conselho inconveniente, que denunciava um desconhecimento das regras próprias para as composições em gêneros literários específicos. Em tom preceptista, estabelecia que em uma obra de história: 1) as informações científicas deveriam ser passadas ao leitor sem o uso de termos que não se dobrassem “aux règles du goût”; 2) o autor deveria controlar e manipular a palavra e, sob “artifícios literários”, dar à descrição uma aparência agradável e de naturalidade, tornando o texto claro para o público-alvo; 3) o historiador mostraria a arte com que construía o cenário em sua história exatamente na destreza de manipular a palavra, para tratar de temas científicos.

Segundo prescrevia, as informações científicas tinham uma forma própria para serem tratadas no gênero. Varnhagen alardeava conhecer essas regras e, exatamente por

⁹² VARNHAGEN, 1858, p. 65.

⁹³ Foi Oliveira Lima, no início do século XX, quem qualificou o trabalho realizado por Varnhagen de “aturado”. Cf. LIMA, 1903, p. 13.

⁹⁴ VARNHAGEN, 1858, p. 65.

isso, conforme afirmava, tratara de geologia, de botânica ou de zoologia, na *HGB*, sem empregar o vocabulário desgracioso próprio das ciências. Declarava que usara artifícios de linguagem para alcançar seus fins e exemplificava: referira-se a questões geológicas do Brasil, por meio da construção de uma “peinture pittoresque” do país; tratara das questões “phytologiques”, mencionando as madeiras para construção e as frutas saborosas; versara sobre zoologia, lembrando a beleza dos pássaros e a qualidade dos animais para a caça; não deixara sequer de tratar de animais peçonhentos e perigosos, amenizando o terror que inspiravam os tigres e as serpentes.

As considerações de Varnhagen remetem, por um lado, ao segundo livro das *Instituições Oratórias*, em que Quintiliano trata das virtudes de uma narração e afirma : “a maior parte dos Retóricos (...) querem que ela seja clara, breve e verossímil”.⁹⁵ Nos ensinamentos retóricos, estabelecia-se que o que não era claro para o público-alvo não era compreensível e, conseqüentemente, corria-se o risco que não viesse a ser aceito como verdadeiro.⁹⁶

As objeções de Varnhagen a seu censor – e por ele tratado como um verdadeiro adversário a ser derrotado e calado –, por sua vez, dizem respeito às convenções de funcionamento dos gêneros literários e remetem às discussões clássicas acerca do decoro de uma obra. Uma obra tinha decoro desde que nela se reconhecessem os corretos predicados prefixados pelos modelos reconhecidos como de excelência no gênero em questão.⁹⁷ Fazendo referência implícita a esse conceito, Varnhagen chegava a ser irônico com seu censor:

J'ai pensé qu'en écrivant une histoire de la civilisation de mon pays, je n'étais aucunement tenu de la commencer par les époques géologiques, et qu'au contraire tous ces détails rentraient plutôt dans le ressort d'une autre branche des connaissances humaines: je me proposais d'écrire l'histoire civile du Brésil et non l'histoire naturelle.⁹⁸

⁹⁵ QUINTILIANO, 1944, vol. I, livro II, p.187.

⁹⁶ Pode-se lembrar que em Quintiliano se lê: “muitas coisas há verdadeiras, e contudo pouco críveis”. Cf. QUINTILIANO, 1944, vol. I, livro II, p.187-188.

⁹⁷ Cf. HANSEN, 1994, p. 15. Para Hansen, o modo de se compreender a qualidade de um discurso será transformado “a partir da segunda metade do século XVIII romântico”, quando uma obra passou a ser reconhecida por sua “originalidade de intuição expressiva; como unidade e profundidade de uma consciência autonomizada”. Cf. HANSEN, 1994, p. 16. Contudo, salienta-se novamente que toda a argumentação de Varnhagen gira em torno da preceptística retórica.

⁹⁸ VARNHAGEN, 1858, p. 66.

Taxativo, destacava: escrevera uma obra de história civil e, nesse gênero, uma descrição científica era inadequada. Ao ridicularizar as censuras feitas por d’Avezac, Varnhagen pretendia conduzir seus ouvintes e leitores a enxergar o crítico como despossuído de armas condizentes com a batalha que se propusera a travar. Não seria d’Avezac um atrevido inconseqüente, que se punha a tratar de questões sobre as quais não tinha domínio? Não seriam suas censuras risíveis e indignas?

Uma vez desmoralizado seu censor, Varnhagen deixava a posição de defesa e partia para o ataque, invertendo os papéis na disputa. E se d’Avezac ostentara erudição e exibira seus conhecimentos geológicos do território brasileiro, devolvia no mesmo tom a censura recebida, mostrava seu conhecimento geológico do território francês:

Si un nouvel historien de France veut suivre les conseils de M. d’Avezac, il commencera par nous mettre devant les yeux cette ceinture jurassique, avec les deux boucles en formes du chiffre 8, qui d’après MM. Dufrenoy et Élie de Beaumont, forment le principal horizon géognostique du pays. Nous verrons dans la nouvelle histoire les cinq massifs ou îles de roches anciennes, à savoir, le nouyau du Var, les terrains granitiques des Vosges, le massif des Ardennes, la presqu’île de la Bretagne et les montagnes du centre. Le novateur nous expliquera ensuite les bouleversements survenus à des époques plus récentes, les grandes assises des terrains stratifiés superposées chronologiquement, les basaltes du Cantal et du Mezène, et enfin les sols de Paris, d’Orleans et de Bordeaux, classés humblement entre les terrains tertiaires et les alluvions, etc.⁹⁹

De forma categórica e irônica, terminava a parte de seu discurso desafiando seu censor: “Sans être préalablement encouragé par un exemple de ce genre, je ne saurais jamais me départir de mes principes en écrivant l’histoire de la civilisation de mon pays”.¹⁰⁰

Por fim, perorava, amenizando os ânimos: agradecia sua admissão como membro da Sociedade, o que lhe permitira responder de viva voz às críticas de seu censor, e declarava estar certo de que tal censura objetivara, antes de mais nada, favorecer o crescimento da ciência. Afinal, lembrava que ela “gagne toujours aux combats, où il n’y a jamais ni vainquer ni vaincu, et où le seul défi est déjà par lui-même un grand service rendu au progrès”.¹⁰¹

Segundo Clado Lessa, nas inúmeras polêmicas em que Varnhagen se envolveu, ao longo de sua vida, ele teria sempre adotado um tom “dogmático e intransigente” para

⁹⁹ VARNHAGEN, 1858, p. 66.

¹⁰⁰ VARNHAGEN, 1858, p. 66-67.

¹⁰¹ VARNHAGEN, 1858, p. 67.

defender seus pontos de vista, desde que possuísse “convicções assentes sôbre uma questão de fato ou de doutrina”; e, naqueles nos quais não tinha como desconhecer “a justiça da observação que lhe fora feita, desmanchava-se em queixas contra aquêles que, em vez de justa homenagem aos grandes méritos de sua obra, preferiam malévolamente catar-lhe as falhas (...)”. Lessa avaliava ser tal atitude de Varnhagen fruto de sua formação cultural e de sua índole “vaidosa e combativa”, que terminava por levar seu biografado a se mover “pelo amor próprio do autor”.¹⁰²

Contudo, para além de uma “índole” inata segundo o parecer de Clado Lessa, Varnhagen foi um homem formado nas humanidades e treinado no domínio das regras de composição retórica. A seus olhos, os censores de suas obras eram verdadeiros adversários a serem derrotados. Conforme ele mesmo declarava, uma polêmica era um combate, no qual era preciso conquistar aliados e/ou a deserção do campo inimigo – era preciso convencer o auditório, ou os leitores, da tese apresentada e transformá-los em defensores do ponto de vista partidário.

Na resposta às críticas de d’Avezac, do mesmo modo que nas cartas que endereçara ao Brasil na segunda metade do ano de 1857, Varnhagen empregou recursos da preceptística retórica: o raciocínio entimemático, preocupações com a clareza, a brevidade, a disposição, a elocução e o decoro de um texto. Simultaneamente, procurou ridicularizar o censor, tornando suas observações dignas apenas do escárnio e do riso. Parece razoável afirmar que Varnhagen lançou mão dessas estratégias discursivas porque elas faziam parte de sua formação cultural. Se hoje tendemos a olhá-las como a sobrevivência de formas ultrapassadas de tratamento da linguagem – como um verdadeiro arcaísmo –, aos olhos de Varnhagen e de seus contemporâneos, muito pelo contrário, elas continuavam reconhecidas como válidas e corretas. Tanto d’Avezac quanto Varnhagen não pediam desculpas por empregá-las ou foram acusados de atrasados por usá-las. Entre os debatedores, não se detecta nenhuma desaprovação por construírem peças retóricas. Muito pelo contrário, eles primavam pelo cuidado em construí-las.

Embora tenha-se analisado apenas uma parte de um dos inúmeros debates dos quais Varnhagen tomou parte, ela credita a avaliação de Clado Lessa, segundo a qual o “tom”

¹⁰² LESSA, Clado, 1955, vol. 226, p. 9-11.

adotado por Varnhagen nessas polêmicas sempre se pautou pelo controle retórico da palavra. Aliás, ele manipulava a palavra como uma arma a ser usada em prol de seus objetivos.

Capítulo 6
A Descrição do Brasil na 2ª edição da HGB

Passados quase vinte anos do debate com d’Avezac, Varnhagen reeditou a *HGB*. A segunda edição, datada de 1877, trazia diversas modificações, dentre as quais, a transferência do capítulo da descrição do Brasil para o início da obra. Desse modo, o autor acabava por acatar uma das orientações de seu censor. Nenhuma palavra dizia sobre o caloroso debate ocorrido anos antes, quando, em 1858, defendera, contra as observações de d’Avezac, ser preciso introduzir a história do Brasil ligando-a à história da humanidade em geral. Tanto na crítica de d’Avezac quanto na resposta de Varnhagen, estava em discussão as regras de como se devia, no sentido prescritivo do verbo, escrever uma obra de história. Varnhagen argumentara contra as observações de d’Avezac, declarando seguir o exemplo do historiador Bancroft, que iniciara a história dos Estados Unidos pela viagem de Colombo. Mas, sobretudo, Varnhagen insistira na idéia de que compusera a *HGB* a partir de suas próprias reflexões.

Agora, Varnhagen não apenas modificava a disposição dos capítulos em sua obra, abrindo a *HGB* com a descrição do Brasil, como anunciou ser essa nova posição melhor que a adotada anteriormente – que gerava “grande interrupção no fio da narração”. O modelo prescrito terminava por prevalecer e Heródoto – que começou como geógrafo¹ – era atualizado: Varnhagen iniciava a *HGB* descrevendo o território ou o cenário onde se desenrolaria o drama da colonização portuguesa.

Varnhagen reconhecia, assim, sem que fizesse referência ao fato, que a censura de d’Avezac apontara um erro na disposição das seções da *HGB*, segundo as regras reconhecidas para o gênero histórico.² Ora, segundo d’Avezac, a geografia era companheira inseparável da história, sobretudo em obras sobre as nações do novo mundo, nas quais, ao tratar do descobrimento, exploração e colonização das novas terras encontradas, o historiador necessariamente versava sobre temas geográficos. O exemplo, como lembrava

¹ Além da própria assertiva de d’Avezac, segue-se aqui a colocação de Arnaldo Momigliano, para quem: “A velha teoria de que Heródoto começou como geógrafo e só aos poucos desenvolveu a idéia de escrever a história das guerras persas parece-me ainda bastante plausível”. Cf. MOMIGLIANO, 2004, p. 60.

² Entende-se aqui por disposição da matéria o que Quintiliano prescrevia: (...) lorsque l’on élève un édifice, il ne suffit pas de rassembler des pierres, du bois et tout disposer et placer ces matériaux, de même, en parlant, l’abondance des idées, si grande soit-elle, ne fournirait qu’un amas confus, si cette même disposition ne les ordonnait, ne les rapprochait et ne les enchaînait. (...) le plan est comme une juste distribution des matières, que rattache ce qui suit à ce qui précède, la disposition est une répartition des éléments et des parties, que les met en leur place. QUINTILIEN, 1954, vol. III, livro VII, p. 3. Em Horácio pode-se ler: “é difícil dizer com propriedade o que não pertence à tradição (...)”. Cf. HORÁCIO, 1984, p. 75.

d’Avezac, vinha de Heródoto: o narrador devia descrever o teatro dos acontecimentos. Ainda entre os antigos, segundo François Hartog, Cícero formulou regras para a escrita da História que atravessaram os séculos.³ Falando pela boca de Antônio, Cícero preceituara existirem duas leis da história: “não ousar dizer algo falso” e “não ousar dizer algo que não seja verdadeiro”. Advertia também que, sendo esses preceitos, “conhecidos por todos”, a fundamentação da construção histórica repousava nos fatos e nas palavras e que “a inteligência dos fatos”, por sua vez, requeria “a ordem dos tempos e a descrição dos lugares”.⁴

Entre os contemporâneos de d’Avezac e de Varnhagen, pode-se lembrar que, em 1836, Gonçalves de Magalhães, no *Ensaio sobre a historia da literatura*, publicado no primeiro volume da *Niterói, Revista Brasiliense*, anunciando seu objetivo de traçar uma história da literatura brasileira, fazia referência implícita ao mesmo postulado, ao afirmar que: “toda a historia, como todo drama, supõe lugar da scena, actores, paixoens (...)”.⁵

O deslocamento em questão, porém, não foi a única modificação introduzida na obra. No *Prólogo*, Varnhagen anunciava que “todas as secções receberam retoques”.⁶ José Honório Rodrigues já prestara atenção nesse aviso e, concordando com o autor, afirmava ter recebido a *HGB* da segunda edição uma nova redação.⁷ No entanto, advertia, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, anotadores e responsáveis pelas reedições da obra, não tinham “se dado ao trabalho de comparar as modificações que não são insignificantes, quer pelos acréscimos, quer pelas subtrações, quer, enfim, pela nova redação e pelas novas posições ideológicas”.⁸ Ficava, portanto, a indicação de José Honório para que se realizasse um trabalho de cotejamento das seções das duas edições da *HGB*.

Este capítulo segue, em certa medida, a sugestão de José Honório. Comparam-se as duas versões da seção de *Descrição geral do Brasil* preparadas por Varnhagen para a *HGB* a fim de destacar os cuidados do autor com a reelaboração discursiva de seu texto, segundo

³ HARTOG, 2001, p. 181.

⁴ Cícero apud HARTOG, 2001, p. 151.

⁵ MAGALHÃES, 1978 (1836), p. 142.

⁶ VARNHAGEN, 1877, p. XVI. (Prólogo).

⁷ RODRIGUES, José Honório, 1967, p. 182. No final do século XIX, Capistrano observara que a segunda edição da *HGB* era antes uma “refusão e remodelo da obra” do que uma simples reedição. Cf. ABREU, 1931 (1878), p. 132. (a)

⁸ RODRIGUES, José Honório, 1967. p. 182.

os fins persuasivos a serem alcançados: com vistas a construir um cenário grandioso que comportasse o drama da conquista e da colonização, incentivando, ao mesmo tempo, o prosseguimento da missão conquistadora e civilizadora que ele entendia ser a do homem branco seu contemporâneo.

Em sua primeira versão, o capítulo constituía a seção de número VII da obra; na segunda edição, passou a iniciar a obra, constituindo o seu exórdio. Publicada em vida pelo autor, a segunda edição da *HGB* serviu de base para todas as reedições posteriores da obra – no presente trabalho utilizou-se da nona edição integral, datada de 1978. Como a segunda versão do capítulo foi a definitiva, ela servirá de guia no presente estudo. A versão de 1854 será utilizada para se destacarem as mudanças empreendidas de uma para a outra edição. Assim, quando não se advertir do contrário, estarei fazendo referência a essa segunda edição.

6.1. Sobre os retoques feitos na *Descrição geral do Brasil*

No *Prólogo* da reedição da *HGB*, Varnhagen anunciava que, na preparação de sua obra, cuidara para que a linguagem “sempre (...) saísse puritana e de boa lei”.⁹ No que diz respeito ao capítulo que agora abria a *HGB*, os “retoques”, entretanto, ultrapassavam a preocupação com a correção gramatical.

Diferentemente também do que se poderia imaginar, as modificações feitas no capítulo tampouco respondiam a uma maior preocupação do autor em precisar a origem de suas informações. Muito pelo contrário, se na primeira versão o capítulo possuía poucas anotações, elas foram praticamente suprimidas nessa segunda versão. Assim, Varnhagen eliminou as referências: 1) a Montoya, acerca do significado de palavras indígenas; 2) a Lund, quando tratou da formação geológica de parte do território; 3) a Sigaud, de quem recomendara consultar uma obra de 1844, pois nela estariam “reunidas as opiniões e observações de muitos homens científicos” acerca do clima do Brasil; 4) a Cristóbal de

⁹ VARNHAGEN, 1877, p. XVI-XII. (Prólogo).

Acuña, acerca dos mosquitos que assolavam a região amazônica; 5) a Padre Vieira e a Southey, sobre a origem do gengibre.¹⁰

Essas eram referências que possibilitavam ao leitor ter idéia de algumas das obras às quais o autor recorrera para redigir a seção: trabalhos dos jesuítas do período colonial, assim como de naturalistas e historiadores seus contemporâneos. Na segunda versão do capítulo, Varnhagen conservou apenas uma nota, onde definia a palavra indígena *caité*, e acrescentou outra, para discutir a melhor grafia para a palavra *capoeira*.¹¹ Eram, enfim, comentários filológicos, que não esclareciam as fontes utilizadas, e que parecem apenas servir para o autor demonstrar seu domínio da língua tupi.¹²

Se as anotações de Varnhagen à primeira versão do capítulo eram insuficientes para indicar a seu leitor as fontes por ele utilizadas para redigir seu texto, no capítulo reescrito, elas foram praticamente eliminadas. Pode-se argumentar que, já homem maduro, Varnhagen estava certo de ser considerado um erudito ou uma autoridade dispensada de referenciar seu texto.¹³ Mas, muito provavelmente, Varnhagen sobretudo desejava, que seu texto não fosse interrompido: a ausência da citação era uma estratégia discursiva. Descrevendo sem citar, ele dava a impressão ou a sensação de colocar sob os olhos do leitor aquilo que era a realidade, como se o autor tivesse um olhar onisciente, que tudo revelasse – ou de agir como um mestre-de-cerimônia, abrindo as cortinas de um palco para desvelar o cenário até então oculto. Na composição do cenário, as citações seriam um obstáculo: a toda hora desviariam o leitor e o impediriam de seguir o mestre em sua explanação. O narrador vê o mundo e almeja fazer o leitor “ver” o que ele tem o poder de desvelar – citar seria interromper a revelação e prejudicar a verossimilhança da descrição.¹⁴ Por isso, os “retoques” feitos por Varnhagen à seção em questão diziam respeito a um

¹⁰ VARNHAGEN, 1854, p. 90, 93, 95, 97. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

¹¹ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 16.

¹² Em 1876, um ano antes da reedição da *HGB*, Varnhagen publicou um longo trabalho de comparação da língua tupi com as línguas do mundo antigo. Com esse estudo de filologia comparada, ele pretendia provar serem os tupi descendentes de povos touranianos que conquistaram o território sul americano de seus primitivos habitantes: “La grande nation des tupi, qui, déjà fractionnée en bandes (...), avait envahi, du nord vers le sud, tout le territoire actuel du Brésil et du Paraguay”; “(...) le peuple en question était de la même famille que l'égyptien ancien, et que l'un et l'autre appartenaient à ces races oural-altaïques que l'on dit généralement touraniennes”. Cf. VARNHAGEN, 1876, p. 1, X.

¹³ Sobre a questão da citação em Varnhagen, ver o primeiro capítulo da primeira parte desta tese.

¹⁴ Segundo François Hartog, o objetivo dos historiadores na perspectiva de Luciano de Samósata deixou de ser o de ele mesmo ver claramente o que se passou, para ser o de fazer o leitor “ver o que se passou”. Cf. HARTOG, 2001, p. 235.

aprimoramento da organização do texto como um todo e de cada parte em particular, tendo em vista a eficácia pretendida.

Na primeira versão da seção, tem-se uma divisão tripartite: um exórdio, uma descrição e uma peroração. Na segunda versão, essa disposição foi conservada, mas aprimorada, cuidando o autor para que cada parte do capítulo estivesse estreitamente ligada aos fins que lhe cabia desempenhar no capítulo como um todo. Para isso, reelaborou, acrescentou e suprimiu frases, eliminou erros e interpolações de idéias, adicionou e retirou parágrafos e, sobretudo, deu a esses parágrafos um arranjo interno mais sistemático, de modo a dotá-los de maior coerência. Desse modo, a reformulação dos parágrafos deu ao capítulo como um todo uma melhor “concatenação ordenada das partes”, o que significa dizer que a seção foi dotada de uma melhor disposição interna, segundo os fins a que agora o capítulo se destinava, como se tentará mostrar.¹⁵

6.2. A proposição

Segundo prescrevia Quintiliano: “le seul but de l’introduction est de préparer les auditeurs à nous être plus favorables”. A introdução, advertia o retor, era fundamental, pois “c’est au début surtout que nous devons nécessairement (...) nous insinuer dans l’esprit du juge, afin d’y pénétrer ensuite plus avant”. Era também no exórdio que se conquistava a atenção do auditório e o tornava “mieux disposé à s’instruire des faits”.¹⁶

Varnhagen inicia a segunda versão do capítulo nomeando o objeto de sua descrição – “Terra do Brasil ou somente Brasil” e vinculando sua existência à chegada dos europeus a essas paragens: “foi o nome dado pelos Portugueses à parte mais oriental do novo continente, em virtude de haverem aí encontrado, em abundância, certo lenho, que subministrou ao comércio uma tinta vermelha (...)”. Ou seja, antes da presença portuguesa é como se nada existisse. Varnhagen até lembra que “o novo pau-brasil” (porque até então a Europa importava essa madeira da Índia) “era conhecido com o nome de *ibirapitanga*”. A frase tem sujeito indeterminado. Quem conhecia? Não importa, porque era “com esse

¹⁵ Segundo Adolfo Hansen, a ordem do discurso visa sua utilidade. Cf. HANSEN, 1994, p. 65.

¹⁶ QUINTILIEN, 1954, vol. II, livro IV, p. 7, 47.

nome” de Brasil que a terra fora nomeada pelos comerciantes portugueses. Eles é que deram sentido de existir à terra e, portanto, deram-lhe a própria existência. Tratava-se de um nome que aparecia respaldado até mesmo pela classificação científica: Varnhagen informava que o “pau-vermelho” encontrava-se “classificado pelos botânicos no gênero *Caesalpina*”.¹⁷

O modo como Varnhagen inicia a segunda versão do capítulo lembra o estudo de Tzvetan Todorov sobre o comportamento de Colombo diante das terras novas encontradas. Segundo Todorov: “o primeiro ato de Colombo em contato com as terras recentemente descobertas (...) é uma espécie de ato de nomeação de grande alcance: é uma declaração segundo a qual as terras passam a fazer parte do reino da Espanha”.¹⁸ Segundo Varnhagen, Brasil fora um nome tão poderoso – porque afinal era a própria coisa –, que terminara por se estender “a todas as colônias portuguesas neste continente, as quais, emancipando-se, vieram a constituir o atual império brasileiro”. O nome trazia as marcas da sua criação: no nome da nação independente estava inscrito ser ela filha do descobrimento e da colonização da Europa branca e cristã. Antes disso nada existia, ou não viria a existir. Assim como Colombo nomeara as terras e delas tomava posse, Varnhagen, ao fixar na história o nome da terra dado pelos portugueses, empurrava para o limbo tudo que estivesse fora dessa nomeação, que, afinal, não passaria, a seu ver, de iniquidades contrárias à moral, à justiça e à religião.¹⁹ E porque os portugueses chegaram e deram uso conveniente à terra, pudera se formar “um dos Estados de maior extensão do globo”, que tinha a “décima quinta [parte]” da superfície terrestre. Assim, se Varnhagen deslocou a descrição do Brasil para o início da *HGB*, com um artifício de linguagem, conservou sua idéia central: a História do Brasil era a da conquista do território e de sua colonização pelo português.

O império do Brasil, formado a partir da presença portuguesa, anunciava Varnhagen, estendia-se “desde as cabeceiras mais setentrionais do caudaloso Amazonas até quase as margens do Prata”. Tais rios, porém, não apenas delimitavam esse império

¹⁷ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol I, p. 13.

¹⁸ TODOROV, 1996, p. 28.

¹⁹ Nos três capítulos seguintes a esse, de descrição do território, Varnhagen tratou dos povos que o ocupavam. Para ele, tais povos eram os últimos invasores do território e que o tinham conquistado de outros povos que anteriormente ocupavam as terras. A seu ver os tupi eram povos bárbaros e incivilizáveis, cujo “dia de expiação” chegou-lhes com “o descobrimento e a colonização, efetuados pela Europa cristã”. Cf. VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 56.

gigantesco. Conservando uma frase da primeira edição, Varnhagen repetia a metáfora: “Por toda a extensão que abraçam esses dois grandes rios se erguem serranias (...)”. O Amazonas e o Prata eram, na metáfora de Varnhagen, verdadeiros colossos, com braços grandes o suficiente para envolver a décima quinta parte da superfície terrestre. E pelo menos um deles era capaz não apenas de cercar o território como também de o proteger: o Amazonas tinha o braço tão possante que desafiava até mesmo o mar – “essas águas vão com tanta fúria arrojarem-se ao mar, quase debaixo da equinocial, que durante certa distância da costa, deixam as ondas dele de ser salgadas”. E também a terra estava sujeita à “fúria” de suas águas: em sua superfície flutuavam “imensas ilhas” roubadas à terra firme.²⁰

Na construção da imagem do rio Amazonas, Varnhagen, na primeira edição, o adjetivou como “rei” dos rios; no texto revisto, o Amazonas era por ele denominado de “rio-mar”. Ou seja, a supremacia desse rio sobre outros, que na primeira edição aparece como uma qualidade, que poderia ser perdida ou diminuída por algum acidente, passa a se constituir em uma característica inata: o Amazonas era, por natureza, colossal e poderoso. Essa sucessão de imagens, gradualmente ascendentes, pode ser analisada como uma amplificação do objeto: o Amazonas primeiro era caudaloso, depois, abraçava um território que correspondia à décima quinta parte da superfície terrestre, na seqüência, suas águas enfurecidas enfrentavam o oceano e a própria terra.²¹ E era esse possante “rio-mar”, juntamente com o Prata, que “abraçava” o “império brasileiro”.²²

Não é demais lembrar que na *História da Independência*, Varnhagen concluía que, se a Monarquia era a única forma de governo capaz de garantir a unidade do Brasil como nação, esta unidade já estava predestinada pela existência dos dois grandes rios que

²⁰ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 13.

²¹ Para Quintiliano, a força da eloquência “consiste essentiellement à amplifier et à atténuer”. A amplificação poderia ser feita por quatro meios: “grossissement, comparaison, raisonnement, accumulation”. Cf. QUINTILIAN, 1954, vol. III, livro VIII, p. 193, 195. Lausberg define como *incrementum* a amplificação que “consiste na designação lingüística, gradualmente ascendente, do objeto a amplificar”. Rosado Fernandes, tradutor para o português do trabalho de Lausberg e também seu anotador, acrescentou o seguinte exemplo de *incrementum*: “este mundo não é pátria nossa, é desterro; não é morada, é estalagem; não é porto, é mar por onde navegamos”. Cf. LAUSBERG, 1972, p. 108.

²² Em 1923, Celso Vieira afirmava que as bases da interpretação da história brasileira era a crença na unidade do Império, conservada por “acto providencial”: Varnhagen acreditava “na fortaleza, na predestinação, na suprema lógica do Brasil unitário, compacto, gigantesco, infinito pelos seus attributos, mas indivisível como a substância”. Cf. VIEIRA, 1923, p. 93.

moldavam a geografia física do país. O território já trazia marcada a dimensão do futuro império que deveria conter dentro de si:

E, meditando bem sobre os factos relatados, não podemos deixar de acreditar que, sem a presença da coroa, a independencia não houvera ainda talvez nesta epocha triumphado em todas as províncias, e menos ainda se teria levado a cabo esse movimento, organizando-se uma só nação unida e forte, pela união, desde o Amazonas até ao Rio Grande do Sul.²³

É na seqüência das imagens do Amazonas que Varnhagen inicia o parágrafo que, bastante modificado de uma edição para outra da *HGB*, encerra o exórdio do capítulo. Nele, Varnhagen objetivava mostrar que a formação física do território trazia inscrita, além do próprio Império, um centro geográfico, que deveria ser visto como o lugar perfeito para ser o centro do novo Império.

Na primeira versão desse parágrafo, a região central do território, apresentada como de “clima ameno em todos os mezes do anno”, tinha a seu desfavor rios com inúmeras cachoeiras que dificultavam a navegação. Essa dificuldade era apresentada com a seguinte metáfora: “(...) manando de tão alto [os rios], vão caindo de andar em andar e de taboleiro em taboleiro, galgando obstáculos, em que se formam ora saltos e cachoeiras, (...) com grande detrimento da navegação fluvial (...)”. Porém, se esses “obstaculos naturaes” eram de difícil remoção para os homens primitivos, Varnhagen advertia serem eles “insignificantissimos para as [forças] da mechanica em nossos dias”. Graças ao progresso da civilização, portanto, essa paragem central poderia tornar-se “de facil communicação” e ser então capaz de cumprir seu destino: “parece como indicada pela natureza para vir a ser o ponto mais importante no âmago do sertão deste continente,— um emporio do nosso commercio interior em seculos futuros, pelo menos”.²⁴

O autor conclamava seus leitores a conhecer o cenário da construção da Nação brasileira e do centro para onde deveria convergir a nacionalidade. Porém, nessa primeira versão, a função do exórdio de conquistar a atenção e a benevolência do leitor terminava por não ser plenamente alcançado. Por um lado, mesmo exortando a capacidade tecnológica da modernidade para enfrentar desafios, expunham-se as dificuldades, quando o objetivo do autor era incentivar a ocupação do interior do país. Por outro, a discussão sobre a

²³ VARNHAGEN, 1978, p. 259. (b)

²⁴ VARNHAGEN, 1854, p. 89-90. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

dificuldade da navegação naquela região era uma interpolação de idéias que precisava ser eliminada. Afinal, no exórdio se pretendia despertar o interesse pelo território do Brasil e por sua paragem central.

Na segunda versão do parágrafo em questão, Varnhagen substituiu as dificuldades de utilização dos rios da chapada central do Brasil por uma certeza: a região era a que “melhor se presta a ligar entre si todo o sistema de comunicações fluviais do Império”.²⁵ Ainda nesse parágrafo, Varnhagen realizou modificações na frase que o iniciava. Em sua primeira versão a frase era:

Os grandes tributários da margem direita do Amazonas procedem de serras ou chapadas que se elevam proximamente n'uma paragem central de todo o território, da qual vão ao mar pelo Rio da Prata outras vertentes, depois de contornarem e lindarem em parte o paiz com suas aguas.²⁶

Na segunda edição, a frase foi alterada para:

Os grandes tributários da margem direita do Amazonas procedem de serras e chapadões, que se erguem numa paragem proximamente central a todo o território, da qual vão ao Atlântico, pelo Prata, outras vertentes depois de contornarem e banharem, com suas águas, os distritos do Sul.²⁷

Na segunda versão, Varnhagen precisa duas informações. A primeira era a de que os chapadões formavam uma paragem central do Brasil – em lugar de simplesmente elevarem-se “proximamente n'uma paragem central”. Para o leitor de hoje, essa mudança pode parecer supérflua. Contudo, ela era fundamental no raciocínio de Varnhagen, pois implicitamente ele fazia referência às discussões então em voga sobre o clima: as regiões mais altas tinham clima mais ameno, mesmo quando localizadas em latitudes mais baixas. E o clima mais fresco era aquele avizinhado ao europeu, que seria, na avaliação implícita de Varnhagen, o clima ideal para a civilização humana. Era preciso que ficasse claro que os chapadões eram a paragem proximamente central do território. A segunda informação precisada: as águas dos tributários do Prata banhavam “os distritos do Sul” e não apenas os contornavam e limitavam. Isso significa que da paragem central saíam rios tanto para o norte quanto para o sul do País.²⁸

²⁵ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 13.

²⁶ VARNHAGEN, 1854, p. 89. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

²⁷ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 13.

²⁸ É preciso considerar que, no início do segundo semestre de 1877, Varnhagen viera especialmente ao Brasil para ir a Goiás conhecer os locais que apenas observara no “mappa”. Dessa viagem resultou a publicação de

Nessa segunda versão da frase, Varnhagen conservava uma construção sintática que, no mínimo, dificulta sua leitura. Na oração que dá início à segunda metade do período, ele manteve a posposição do sujeito: “outras vertentes”, que é o sujeito, aparece colocado não apenas depois do verbo, “vão”, como do adjunto adverbial de lugar –“ao Atlântico”; o sujeito encontra-se ainda entremeado por vírgulas. Essa posposição dificulta a leitura e obriga o leitor a reler a frase várias vezes para compreendê-la. Pode-se supor que Varnhagen simplesmente desconsiderou que o problema gramatical comprometia a clareza de sua idéia, ou que não fora capaz de corrigi-la. Mas também pode-se lembrar que, segundo Adolfo Hansen, se a gramática é normativa e visa “a propriedade e a pureza da língua”, a retórica visava a eficácia do discurso, a persuasão. Neste sentido, insiste Hansen, “por vezes a retórica contradiz a gramática”, pois tratava-se do “belo eficaz”.²⁹ Neste sentido, segundo Hansen:

(...) se a gramática sempre se ocupa da correção, isso não se dá com a retórica: como antes de tudo ela visa o efeito persuasivo, pode lançar mão do que é gramaticalmente incorreto, como licença, ou do que não é recomendável lingüisticamente, como a impropriedade e o barbarismo (...).³⁰

Assim, considerando que Varnhagen não só conservou a frase em questão como nela trabalhou, talvez seja mais profícuo analisá-la como um recurso artístico ou como uma figura de pensamento, tendo em vista o convencimento do leitor. Segundo Lausberg, pode-se construir uma figura de pensamento com “a sucessão das partes da frase [de forma] não

um texto – *A questão da capital: marítima ou no interior*. Nesse texto ele recuperou os trechos de outro trabalho seu, o *Memorial Orgânico*, onde, ainda em 1849, defendera a idéia da transferência da capital do Brasil para o interior. Ao trecho retirado do *Memorial*, Varnhagen acrescentou uma carta endereçada ao Ministro da Agricultura do Império, datada de julho de 1877, da Villa de Formosa da Imperatriz, Goiás. Nessa carta, declarava que sua viagem fora um “exito completo”, pois que pudera encontrar localidades “mui superior a toda a expectativa” para sediar “a futura capital da União Brasileira”. Argumentava que a capital “estaria muito mais resguardada no centro, como está no corpo humano o coração, e não na fronteira”. Talvez porque certo da necessidade e da possibilidade da transferência da capital do Império, ele não desejava tratar das dificuldades de acesso a essa região. Pelo contrário, apresentava soluções para a ocupação: sugeria o uso dos bons e baratos carros de bois e, sobretudo, a construção de estradas de ferro. Era também nessa carta que Varnhagen discutia a qualidade do clima da região central do Brasil e recorria às teorias de Humboldt: “de que a identidade da temperatura se opera nas mais baixas latitudes pela ascensão das altitudes”. Cf. VARNHAGEN, 1978, p. 25, 26, 30-31 (*A questão da capital...*). Varnhagen argumentava nesse texto com a autoridade de viajante que conhecia a região da qual falava *de visu* e não mais apenas pelo “estudo dos melhores mappas”. Capistrano de Abreu comenta a viagem de Varnhagen ao interior do Brasil: “Em seguida abandona [Varnhagen] a posição commoda e brilhante de nosso ministro em Vienna, para, nos confins de nossos sertões, procurar um logar pela posição defensável, proprio a servir de capital a esta Pátria (...)”. Cf. ABREU, 1931, p. 132.(a).

²⁹ HANSEN, 1994, p. 51, 117.

³⁰ HANSEN, 1994, p. 50.

(...) lingüisticamente usual”.³¹ Tal tipo de construção, argumenta esse estudioso da retórica, visava provocar no ouvinte uma sensação de estranhamento que excitava sua atenção e era uma arma contra o tédio. Na frase em questão, Varnhagen lança mão de uma figura de pensamento e a constrói por meio de uma licença gramatical, tendo em mente um efeito deliberado. À medida que o leitor lê e relê a frase, imbuí-se da idéia de que a “paragem central” do Brasil não apenas é formada por regiões mais altas e frescas, como que dela partem tanto tributários do Amazonas quanto do Prata, que, por sua vez, envolvem o território como um todo. Há, portanto, uma homologia entre a imagem construída e a estrutura sintática adotada: pode-se verificar que nas frases se tem a construção seqüencial – sujeito, verbo, conjunção, verbo, sujeito – que dá ao leitor uma visão de ascensão e descensão. A construção sintática traz em si a idéia da ação de subir e descer, como se, ao realizar a ação de ler, o leitor acompanhasse o viajante, que também subia e descia os chapadões do planalto central. Essa formulação sintática foi premeditada e aperfeiçoada pelo autor, da primeira para a segunda versão da frase.

Nos três parágrafos iniciais do capítulo visava-se a convencer o leitor da unidade da Nação brasileira. A essa imagem se somava, coroando o exórdio, a idéia de que a centralidade do Império estava também determinada geográfica e fisicamente. Era por isso que, muito mais do que um simples “empório”, conforme aparecia na primeira versão da frase, a região estava predestinada a sediar uma nova capital para o Império:

a própria natureza está indicando [a região] como a mais adequada para constituir o grande e poderoso núcleo da futura união, segurança e independência do Estado, oferecendo para o estabelecimento de uma grande capital quer o chapadão do Urucuia, quer o de Santa Maria.³²

6.3. A descrição

Na seqüência do exórdio, Varnhagen iniciava uma exposição explicativa: a descrição do território brasileiro. Ou seja, apresentado o objeto e pressupondo-se alcançado o interesse do leitor por conhecê-lo, tratava-se agora de instruí-lo sobre o grandioso território ou de fazê-lo enxergar o que ele era e possuía.

³¹ LAUSBERG, 1972, p. 96.

³² VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 13-14.

Nas duas versões do capítulo em análise, Varnhagen conservou na descrição a mesma disposição da matéria. De modo seqüencial e concatenado, ele tratou de cinco temas: a formação geológica do território, seu clima, carta celeste, botânica e zoologia. Por um lado, compôs um quadro natural da região brasileira, dando a seu leitor a impressão de que se açambarcavam todos os seus elementos constituintes. Por outro, adotou uma seqüência descritiva: iniciava pela formação geológica do terreno, seguindo pela análise de seu clima e de seu céu e só então tratando de suas plantas e animais. Essa seqüência pretendia dar ao leitor uma sensação de, partindo do que era mais oculto, consistente e sólido no território, alcançar o que estava mais ao alto e, desse posto privilegiado, enxergar os seres vivos que ocupavam a região. Pode-se dizer que a disposição adotada não era aleatória e predispunha o leitor a crer que efetivamente lhe era apresentada a totalidade do território.

Contudo, apesar da conservação da disposição geral do capítulo, Varnhagen reescreveu o texto, tendo em vista torná-lo mais claro, breve e verossimilhante. Considerando-se a clareza e a brevidade recomendadas para uma descrição, eliminou digressões e argumentações que apareciam na primeira versão. Tais digressões e argumentações, além de não fornecerem alguma informação nova sobre o tema tratado no parágrafo específico, eram divagações que desviavam o leitor do raciocínio desenvolvido.³³ Exemplificando, eis algumas das digressões da primeira versão que foram suprimidas:

- 1) analisando a formação geológica do território, afirmava ter a região do Amazonas uma formação cretosa e de terreno de aluvião, do que resultaria ser ela mais plana. Dessa constituição decorreria que, concluía e argumentava Varnhagen, nela “se

³³ Segundo Quintiliano, a interpolação de idéias prejudicava a clareza de um texto e deveria ser evitada: “a propos de la narration on a coutume de recommander aussi d’éviter les digressions, de ne pas adresser la parole à un autre personne, de ne pas argumenter (...). Comme l’exposition doit être claire et brève, rien ne pourra plus rarement se justifier qu’une digression (...). Cf. QUINTILIEN, 1954, vol.IV, livro VIII, p. 79, 81. Quintiliano prescrevia que a clareza era a virtude alcançada graças ao emprego de termos próprios e expressivos, capazes de iluminar “les faits, les personnes, les circonstances, les lieux, les causes”. Sobre a brevidade, preceituava que se narrasse a partir do ponto que interessava ao juiz, que se dissesse “tout ce qu’il faut et rien que ce qu’il faut; nada se dizendo “en dehors de la cause” e para além do necessário para a compressão da coisa. Cf. QUINTILIEN, 1954, vol. IV, livro VIII, p. 53, 55, 57. Também em Horácio se tem a recomendação para que os poetas eliminassem tudo “tudo o que for supérfluo [pois] ficará ausente da memória, carregada em demasia”. Cf. HORÁCIO, 1984, p. 105.

encontre a mais natural comunicação dos sertões com o mar, sobretudo por meio dos férreos carriz e da navegação fluvial”;³⁴

- 2) no mesmo trecho da formação geológica, Varnhagen pretendia tratar da abundância de minas de ferro existentes no território, mas iniciava o trecho fazendo referência às terras agricultáveis do país: “quanto á terra de cultura, predominava nella por quase toda a extensão do Brazil a côr mais ou menos avermelhada (...)”;³⁵
- 3) ainda no trecho sobre a formação geológica, informava que o abundante ferro encontrado no Brasil geralmente se apresentava “abraçado com o ouro” e fazia então uma comparação: “como na Califórnia e na Australia”;³⁶
- 4) tratando do clima do país, informava que no princípio do verão ocorriam os chamados “aguaceiros”. Fazia, então, o seguinte devaneio: eram “chamados [os aguaceiros] em algumas partes ‘chuvas de caju’, por isso que a melhoria deste fructo dellas depende”; (grifo do autor)³⁷
- 5) expondo sobre as plantas exógenas introduzidas e produtivas no território brasileiro, lembrava serem as laranjeiras de origem européia muito bem adaptadas no novo continente. Interpolava, então a seguinte idéia: “principalmente a [laranja] que dá na Bahia, com a denominação por que é conhecida e que pouco favor faz ao pudor e delicadeza dos que a imaginaram”;³⁸
- 6) informando ser a vegetação da região temperada do território formada por campos virgens, onde se encontravam os pinheiros araucários ou *curís*, fazia a seguinte divagação: “de cuja abundancia provem o nome de Curi-tiba”. (grifo do autor)³⁹

Tais digressões trazem curiosidades que serviam para quebrar a monotonia do texto, mas interrompiam o raciocínio. Ao eliminá-las na segunda versão, muito provavelmente Varnhagen optara pela maior coesão interna de sua descrição, o que contribuíria para sua clareza, brevidade e verossimilhança.

³⁴ VARNHAGEN, 1854, p. 90. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

³⁵ VARNHAGEN, 1854, p. 91. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

³⁶ VARNHAGEN, 1854, p. 91. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

³⁷ VARNHAGEN, 1854, p. 92. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

³⁸ VARNHAGEN, 1854, p. 96. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

³⁹ VARNHAGEN, 1854, p. 96. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

A descrição também se tornou mais clara e verossímilante graças a reelaboraões de frases que tinham sentido dúbio e à adição de explicaões que visavam uma precisão maior da informação fornecida.⁴⁰ Novamente, todos os “recortes” feitos por Varnhagen favoreciam o aprimoramento das virtudes de sua descrição. Vejamos três exemplos dessas modificaões feitas pelo autor.

Na descrição do clima brasileiro, Varnhagen colocava em dúvida a possibilidade de classificá-lo utilizando a mesma nomenclatura empregada para as estaões de clima temperado: “se estas [estaões] com seus nomes inventados para as zonas temperadas os podem ter correspondentes na zona torrida embora haja aqui, não só climas temperados, como até frigidísimos e de neves perpetuas”.⁴¹ Apesar de o advérbio “aqui” referir-se à “zona torrida”, o leitor poderia interpretar, em uma leitura mais rápida, como dizendo respeito ao Brasil, pois o parágrafo tinha como tema, é importante destacar, o clima geral do país. Isso significava que o leitor poderia entender que o autor acreditava existirem regiões de clima “frigidísimos e de neves perpetuas” no Brasil! Apenas com uma leitura menos apressada o leitor compreenderia que as neves existiam em outras regiões do continente americano. Na segunda versão do capítulo, a frase passou a: “(...) embora haja, até debaixo da equinocial, não só climas temperados, como até frigidísimos e de neves perpétuas, bem que não dentro dos limites do território brasílico”.⁴² O acréscimo eliminava a dubiedade da informação e colocava em destaque o que lhe interessava: no Brasil existiam regiões com clima mais ameno.

Na primeira versão da seção, Varnhagen iniciava o parágrafo sobre os peixes existentes na região brasileira do seguinte modo: “Nos mares ha balêas e peixes-bois; e como pescaria de regalo (...)” – Varnhagen prosseguia tratando dos peixes existentes nos rios e mares próprios para o consumo humano.⁴³ Ora, as baleias e peixes-bois são mamíferos, mas Varnhagen os citava em um parágrafo onde trataria essencialmente de peixes bons para a alimentação humana. Nesse caso, ocorria uma miscelânea de temas distintos: mamíferos aquáticos com peixes comestíveis. Ao misturar temas e inclusive

⁴⁰ Em Quintiliano se encontra a recomendação para que o autor contasse os fatos de modo natural e encadeado, apresentando suas causas e motivos e fazendo parecer “le plus évident possible ce qu’il raconte”. Cf. QUINTILIEN, 1954, vol. II, livro IV, p. 63.

⁴¹ VARNHAGEN, 1854, p. 91. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

⁴² VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 14.

⁴³ VARNHAGEN, 1854, p. 96. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

classes distintas de animais, que apenas tinham em comum o viver na água, punha-se em risco a coesão interna do parágrafo, comprometendo tanto a clareza do raciocínio quanto a sua verossimilhança. Na segunda versão, a frase foi suprimida e o parágrafo, que agora só tratava de peixes, se iniciava: “Como peixes de regalo se recomendam (...)”.⁴⁴

Um último exemplo: ao tratar da vegetação dos mangues brasileiros, Varnhagen afirmava que: “(...) nos alagados do mar pullulam as *rhizophoreas* que chamamos mangues, as quaes se multiplicam pelos proprios ramos”.⁴⁵ Novamente se tinha uma informação no mínimo truncada: uma planta que se multiplicava pelos galhos. Como isso acontecia? Para se evitarem suposições fantasiosas sobre essa reprodução, Varnhagen acrescentou uma oração subordinada explicativa que precisava a informação: “(...) nos alagados do mar pululam as rizofóreas, que chamamos mangues, as quais se multiplicam pelos próprios ramos, que dos galhos se debruçam a buscar a terra”.⁴⁶ Na segunda frase, a oração “que dos galhos ...” é uma explicação do modo como a planta se multiplica. Na primeira versão se tinha a sensação de que do galho “saltavam” novas plantas; na segunda, o leitor é informado de que, à medida que os galhos da planta se dobram sobre a terra, eles terminam por se enraizar e, dessa forma, a planta se reproduz.

Para expor os cinco temas tratados – clima, cosmografia, botânica e zoologia –, Varnhagen adotou uma única ordenação. Na segunda versão, ele passou a abrir o trecho referente a cada tema com uma visão geral e, na seqüência, desdobrá-lo em sub-partes. Tal ordenação favoreceu a coesão e a coerência de cada uma das partes, assim como da descrição em sua totalidade.

Esse procedimento fora empregado para tratar do clima brasileiro já na primeira versão da seção; na segunda, essa disposição foi conservada e generalizada para os demais temas. Vejamos a disposição adotada por Varnhagen para tratar do clima do Brasil que foi depois por ele generalizada para o restante da exposição. O tema era introduzido: “Numa extensão tão vasta e com tão diferentes elevações sobre o mar, como tem o Brasil, claro está que vários devem ser os climas e vária a ordem das estações (...)”.⁴⁷ Na seqüência dos

⁴⁴ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 19.

⁴⁵ VARNHAGEN, 1854, p. 94. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

⁴⁶ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol I, p. 16.

⁴⁷ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol I, p. 14.

parágrafos, Varnhagen informava sobre as particularidades climáticas regionais: “Pode em geral dizer-se que desde as beiras do Amazonas, seguindo pela costa até o Sul, nas margens dos rios de todo o litoral, o clima é quente e úmido (...)”; “Nos páramos dos sertões e nas campinas do Sul é o clima temperadíssimo (...)”.⁴⁸ Essa ordenação, que partia do geral para o particular, foi transformada em regra, na segunda versão do capítulo, e seguida na composição das partes restantes.

Um exemplo de como na primeira versão do capítulo não havia uma forma única de disposição que ordenava a exposição de todas as matérias tratadas na descrição pode ser visto no trecho dedicado à formação e composição geológica do território, que era iniciada assim: “Geognosticamente consta a parte oriental deste território de altas serras, em geral de formações primitivas, onde predomina o granito e mais rochas congeneres”. Varnhagen seguia mostrando a formação que particularizava outras regiões: “arrimam pelo dorso ocidental os sandsteins e itacolumites”; “na parte central (...) abundam as rochas calcareas (...)”; “para as bandas do norte (...) quase tudo são formações cretosas e terrenos de alluvião”.⁴⁹

Na segunda versão, a descrição geológica passou a ser introduzida por um longo trecho:

Geognosticamente, a base de toda a mencionada extensão territorial é formada de gnaïsse, e suas competentes transições para as rochas congêneres; aparecendo o mesmo gnaïsse nas mais altas serras; seguindo-se, em outras, formações, tanto de arenitos de vários caracteres, incluindo os conhecidos com os nomes, de origem brasílica de itacolumites e itabiritites, como calcárias, umas metamórficas, outras secundárias; vindo depois os arenitos terciários, em que se devem compreender os das antigas matrizes dos diamantes, os quais não se têm manifestado senão de lavagem nos rios, ou em conglomerados de recente formação.⁵⁰

Varnhagen abria agora o tema afirmando existir um único tipo de rocha, o gnaïsse, que se constituía na “base de toda” a extensão territorial. A essa base única somavam-se outras formações: arenitos (conhecidos por itacolumites e itabiritites), calcárias (metamórficas e secundárias) e arenitos terciários. Ou seja, de uma visão do que era geral na formação do território, Varnhagen passava a apresentar suas particularidades.

⁴⁸ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol I, p. 15.

⁴⁹ VARNHAGEN, 1854, p. 90. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

⁵⁰ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 14.

Simultaneamente, esse início da descrição recuperava e engrandecia o que fora anunciado no exórdio, onde Varnhagen construía uma visão espacial dos limites do território. Agora o leitor era conduzido ao âmago daquela extensão de terra. Porém, enquanto no exórdio o autor lançara mão de metáforas para atingir seus fins de conquista do leitor, na abertura da descrição o uso de termos técnicos da geologia torna-se um recurso discursivo empregado com o mesmo fim. Na descrição – onde se pretendia fazer conhecer o objeto – o emprego desses termos científicos visava dar ao leitor certeza das informações recebidas. Não por acaso, da primeira para a segunda versão do parágrafo, Varnhagen encadeou um maior número dos termos científicos – do mesmo modo como eliminou frases que interpolavam idéias. Essa reescrita do parágrafo visava dar ao leitor a impressão de precisão e correção das informações repassadas – não é demais lembrar que Varnhagen não esclarecia de onde provinham suas informações científicas.⁵¹ Ou seja, pode-se afirmar que ele empregava o conhecimento científico em uma forma retórica de raciocínio: mostrar a estrutura rochosa do território que estava fadado a suportar uma grande nação; uma estrutura que referendava aquilo que se lia em sua superfície. Os conhecimentos científicos prestavam-se aos fins persuasivos visados pelo autor.

Na segunda versão do trecho em análise, Varnhagen acrescentou dois parágrafos. No primeiro, o autor apresentava, de modo seqüencial e concatenado, as riquezas minerais existentes naquele território: não “faltam mármore”, “abundam minas de ferro, algumas de grande possança e riqueza” e encontram-se “óxidos de ouro”.⁵² A enumeração das riquezas minerais – mármore, ferro, ouro – foi o recurso discursivo por ele empregado para engrandecer seu objeto. No segundo parágrafo, ele amplificava ainda mais as qualidades do território, comparando-o às regiões vizinhas. Concluía, num aparente paradoxo, ser esse território melhor do que todas as regiões fronteiriças exatamente por aquilo que deixava de possuir: como não tinha vulcões e nem sofria terremotos, estava livre de tremendos flagelos. Varnhagen lançava mão, para a composição desses dois parágrafos, de meios que visavam a engrandecer as qualidades do objeto tratado: acumulava aspectos positivos e comparava-o favoravelmente a outras regiões.

⁵¹ Rodolfo Garcia acrescentou ao trecho uma nota onde esclarece a origem das palavras indígenas citadas por Varnhagen. Porém não sugere a procedência das informações fornecidas por Varnhagen. Cf. VARNHAGEN, 1978 (1877), p. 21. Neste presente trabalho não se teve a pretensão de verificar a precisão das informações fornecidas por Varnhagen.

⁵² VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 14.

Por toda a extensão do Brasil continental não se encontra um só vulcão, nem têm aparecido formações vulcânicas; donde procede o ver-se quase todo este grande império isento do flagelo dos terremotos, que tanto afligem aos povos de várias nações limítrofes. Em todo o Brasil, até hoje, não há memória de se haverem sentido tremores, senão apenas nas suas extremas austro-ocidentais (Mato Grosso), além de alguns leves abalos nas costas de nordeste (Pernambuco) (...).⁵³

A toda essa magnificência do território poderia-se interpor, sugeria Varnhagen, o fato de ele estar localizado em “zona tórrida (...) debaixo da equinocial” e, por isso, ser dotado de clima quente e adverso à civilização. Ele não desconsiderava a localização geográfica do território no globo terrestre, mas informava que, contudo, “desde as beiras do Amazonas, seguindo pela costa até o Sul, nas margens dos rios de todo o litoral (...) [a região era] refrescada não só, diariamente, pela viração mareira e pelo terreal, como também pelas chuvas amiudadas”. E novamente recorria à ciência para confirmar sua assertiva: “Experiências feitas por muitos anos, em mais de um ponto da nossa costa, dão em resultado que, dos dias do ano, são serenos proximamente uma terça parte, a outra nublados, e a terceira chuvoso”. Varnhagen pretendia que seu leitor concluísse existir uma regulação climática que tornava o litoral brasileiro menos inóspito e que poderia mesmo ser considerada “providencial” – ele não se contém e o atribui à graça divina. Quanto a outras regiões do país, afirmava: “nos páramos dos sertões e nas campinas do Sul é o clima temperadíssimo” e, se comparado ao clima “dos países cuja bondade de ares é proverbial”, chegava a ser mesmo superior, por não sofrer os rigores do calor e do frio.⁵⁴

Ou seja, segundo Varnhagen, em todas as regiões do território, fosse o litoral, o sertão ou as campinas do sul, apesar de se estar “na zona tórrida”, o clima era ameno. Assim, ao contrário do que se poderia pensar, estabelecia o autor, o território brasileiro não era fervido pelos raios solares e, por isso, era compatível com a vida humana. E, para convencer seu leitor da veracidade de suas assertivas, referia-se a “experiências científicas”, mas também amplificava, empregando o superlativo – o clima era

⁵³ VARNHAGEN, 1978, p. 14. José Murilo de Carvalho afirma que o Visconde de Cairu, em uma obra intitulada *Estudos do bem comum*, destaca a bondade das terras brasileiras, onde inexistiam flagelos naturais como terremotos, tufões e secas. Cf. CARVALHO, 1998, p. 65.

⁵⁴ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 15.

“temperadíssimo” – e comparava, destacando a melhor qualidade do clima brasileiro frente a outros de regiões vizinhas.⁵⁵

Para emoldurar todo esse cenário físico, ele não se esqueceu de considerar o espaço celeste e, às riquezas minerais e ao clima ameno, somava um firmamento que, segundo ele, “ostenta-se no Brasil em toda a sua esplêndida magnificência”. Afirmava ainda que, se o céu brasileiro fosse comparado ao do hemisfério norte, não haveria como negar ser ele “mais brilhante”.⁵⁶ Era sob esse céu maravilhoso que vicejava, segundo Varnhagen, uma também deslumbrante vegetação:

A vegetação é sucessiva: poucas árvores perdem as folhas; algumas delas carregam de flores, quando ainda os seus ramos vergam com o peso dos frutos da safra anterior; e destes últimos vão uns inchando, quando já outros estão de vez ou de todo maduros. Nos terrenos de formação de gnaïsse, em vigorosa decomposição pela ação fortíssima da atmosfera e das chuvas torrenciais, há mais umidade, e a vegetação é mais luxuriosa, sendo aí mais admiráveis as matas-virgens. No litoral têm as plantas bastante analogia com as da costa da África fronteira: nos alagados do mar pululam as rizofóreas, que chamamos mangues, as quais se multiplicam pelos próprios ramos, que dos galhos se debruçam a buscar a terra. São árvores como que destinadas pelo Criador para marcar os leitos aos rios dos climas entretrópicos, quando as suas águas se vão mesclando com as salgadas do mar. Seguem muitas euforbiáceas, malváceas e leguminosas. Abundam, porém, mais que tudo, e que em país nenhum, as famílias das palmeiras e das orquídeas, plantas aéreas de grandes e notáveis flores.⁵⁷

Da primeira para segunda versão do trecho citado, Varnhagen acrescentou duas explicações – “que dos galhos se debruçam a buscar a terra” e “plantas aéreas de grandes e notáveis flores” – e a frase iniciada por: “Nos terrenos (...)”, em que se refere às matas-virgens de vegetação luxuriosa. Pode-se avaliar que tais modificações tornavam o trecho ainda mais eficaz em termos da pretensão do autor: descrever a vegetação brasileira, apresentando-a como possante e pujante: eternamente verdejante e em frutificação. A imagem da fertilidade infindável é ainda amplificada pelo autor com o emprego de verbos que indicavam um vigor profuso: plantas pululavam, multiplicavam-se e se faziam abundar.

⁵⁵ Segundo José Murilo de Carvalho, Aristóteles, Plínio e Cícero haviam condenado a “tórrida zona” como sendo inabitável. José Murilo informa também que na época da independência ocorreu um intenso debate entre panfletistas brasileiros e lusos em torno do clima do Brasil. À época os portugueses repetiram Aristóteles e afirmaram que, estando o Brasil na “zona tórrida”, possuía “clima ardente e pouco sadio”. Por causa desse clima, de acordo com os portugueses, apenas os negros suportavam viver na região. Cf. CARVALHO, 1998, p. 64. Sérgio Buarque de Holanda lembra que, no final do século XVIII e início do XIX, o bispo Azeredo Coutinho opunha-se aos detratores dos climas quentes e recuperava, para isso, os encômios do clima brasileiro feitos por cronistas coloniais. Cf. HOLANDA, 1959, p. 280.

⁵⁶ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 15.

⁵⁷ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol I, p. 15-16.

Até mesmo a única flor citada – a orquídea – seria “grande e notável” – tão grande e notável quanto a prodigalidade da natureza brasileira.⁵⁸

No trecho em questão, Varnhagen encadeou nomes científicos – rizofóreas, euforbiáceas, malváceas e leguminosas –, novamente utilizando o conhecimento científico como um referendo para suas assertivas. A ciência voltava a ser utilizada para fazer verossimilhante uma descrição grandiloquente: do mesmo modo como a ciência portaria o conhecimento verdadeiro, sua descrição daria a impressão de ser um fiel retrato da totalidade da cobertura vegetal brasileira.

A seqüência do parágrafo é iniciada, nas duas versões do capítulo, com um “mas”, a partir do qual Varnhagen apresentava uma contradição naquela vegetação. Segundo ele, as plantas brasileiras eram dotadas de uma gigantesca fertilidade e, por isso, todas elas precisavam da luz solar para que seus órgãos de reprodução amadurecessem, o que as levava a travar, entre si, uma verdadeira batalha. Essa disputa, segundo o autor, faria com que muitas árvores degenerassem e terminassem por se transformar em trepadeiras, pois apenas dessa forma conseguiam alçar os cumes das matas-virgens. Assim, a imensa fertilidade da vegetação levava à disputa, à degenerescência e mesmo à morte. Seria essa degenerescência que explicaria, segundo Varnhagen, a existência de tamanha quantidade de cipós na “vegetação desses países”. O trecho em questão é dotado de grande dramaticidade, graças à imputação de atributos humanos e de vontade própria às plantas; elas seriam, segundo ele, verdugos, ávidas, débeis, astutas, egoístas e até mesmo assassinas, umas das outras, em sua ávida luta pela sobrevivência. Eis o trecho na primeira versão:

Mas o que torna mais original a vegetação destes paizes é a abundancia dos cipós que caem verticaes dos ramos das arvores ou as unem umas ás outras, como se fossem a enxárcia de seus troncos contra os tufões, ou finalmente se enroscam por ellas; e ás vezes com tal fôrça que as afogam, ou com tal avidéz que lhes chupam o melhor de seu succo, e as assassinam.⁵⁹

⁵⁸ Pode-se aqui lembrar que, em agosto de 1840, quando de seu primeiro retorno ao Brasil, Varnhagen escreveu a seu amigo Cunha Rivara e declarava estar um tanto decepcionado com a arquitetura das casas do Rio de Janeiro que, a seu ver, deveria ser “mais accomodada ao clima e às riquíssimas madeiras da América”. Sobre a vegetação em geral declarava: “V. S^a tem lido descripções da vegetação; pois eu creio que ainda tudo quanto está escripto é pouco”. Cf. Varnhagen in LESSA, p. 52-53. Varnhagen mostrava-se aqui realmente extasiado diante da mata atlântica que pôde conhecer.

⁵⁹ VARNHAGEN, 1854, p. 95. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

Na segunda versão, o autor repetiu o trecho, colocando um ponto e vírgula depois da palavra “assassinam” e acrescentando a passagem seguinte, com a qual amplificava a imagem de que nas matas-virgens se travava uma feroz luta pela sobrevivência:

(...) substituindo assim o antigo tronco, que apodrece e se consome com o tempo, outro novo em espiral. Tal é a necessidade das plantas de subirem para buscar a luz do sol, e à face dele apresentarem as flores ansiosas de ver amadurecidos os órgãos da reprodução, que todas se fazem egoístas, e até assassinas e verdugos de suas vizinhas mais débeis, ou menos astutas. Para vencerem, neste campo de batalha contínuo em prol da própria existência, chegam a mudar de natureza, convertendo-se até árvores em cipós; e vindo inclusivamente, algumas palmeiras a degenerar em trepadeiras.⁶⁰

A imagem da pujança da natureza brasileira descrita por Varnhagen nos remete à rica produção literária que, conforme nos ensina Sérgio Buarque de Holanda, vicejara entre os europeus muito antes de iniciada a colonização da América. Uma produção literária na qual se empregava um esquema formado por lugares-comuns: “verde prado que não cresta, flores e fôlhas olentes, umbroso arvoredado, águas cristalinas, belos e doces frutos, aves canoras”.⁶¹ Ao estudar, por exemplo, a carta *Bartolozzi*, de 1502, escrita por Américo Vespúcio, Sérgio Buarque afirma que nela se encontram “todos os lugares-comuns das descrições medievais do deleitoso horto”.⁶²

⁶⁰ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 16.

⁶¹ HOLANDA, 1959, p. 287, 289. Também Roland Barthes afirma que as descrições de topografias e de cenários eram muito bem codificadas. Cf. BARTHES, 1975, p. 210. Laura de Mello e Souza trabalhou com essas descrições e destacou a tendência dos cronistas coloniais para edenizar a natureza brasileira: terra de clima ameno, de extrema fertilidade e de vegetação exuberante, que só seria explicável graças à presença divina. Para a historiadora, essas descrições indicariam as “persistências do universo mental” ou de um imaginário coletivo que, atravessando séculos, constituía a mentalidade do homem moderno colonizador. Cf. MELLO e SOUZA, 1986, p. 29, 35.

⁶² HOLANDA, 1959, p. 316. Varnhagen foi um estudioso dos escritos de Américo Vespúcio. Capistrano de Abreu lembra que Varnhagen editou e comentou as obras do navegante florentino. Cf. ABREU, 1931, p. 131.(a). Segundo Oliveira Lima, Américo Vespúcio foi a maior e mais antiga “afeição histórica” de Varnhagen, “cuja importância de navegador, seriedade de correspondente e fidelidade de narrador defendeu com grande cópia de argumentos históricos e geográficos, citações de textos e comparações de roteiros”. Cf. LIMA, 1903, p. 16. Os trabalhos de Varnhagen sobre Vespúcio teriam, afirmava Oliveira Lima, a pretensão de defender o navegador. Uma pretensão que Varnhagen anunciara, já em 1869, quando publicou seu primeiro trabalho sobre Vespúcio: “Vespúcci, que chegado ao ocaso da vida começara enfim a viver socegradamente, foi depois de morto alvo de ataques injustos e acrimoniosos. Sua memória tornou-se a vítima inocente da própria fama que de princípio lhe fora dispensada. Não sigamos mais este miserável sistema que consiste em vilipendiar a honra dos pequenos para exaltar a glória dos grandes e, esclarecendo a história das viagens de Vespúcci, advogamos uma questão a um tempo de justiça e de moralidade”. Cf. Varnhagen (1869) apud LIMA, 1903, p. 16. Varnhagen publicou três trabalhos sobre as viagens de Américo Vespúcio. Cf. LESSA, vol. 226, p. 98-102. Na segunda edição da *HGB*, Varnhagen defende a memória de Vespúcio afirmando ser justo o nome de *América* dado ao continente. Cf. VARNHAGEN, 1978, vol. I, p. 91-92.

Esses *topoi* podem ser reconhecidos na descrição varnhageniana da geologia, do clima e da botânica: a terra comporta riquezas, o clima é ameno e a natureza é verdejante e fertilíssima.⁶³ Contudo, Varnhagen os utiliza justapondo uma ressalva: por mais luxuriosa que a vegetação brasileira fosse, ela tendia à degenerescência, ou pelo menos as palmeiras que aqui abundavam, segundo ele, tendiam até “a degenerar em trepadeiras”. Pode-se interpretar a afirmativa do autor como um apelo ao fantasioso – árvores que na luta pela vida mudavam de espécie! Porém, talvez seja mais profícuo lembrar que na segunda metade do XVIII, o conde de Buffon largamente argumentara sobre a degenerescência da natureza americana – dos animais e do homem. Segundo Antonello Gerbi, Buffon defendia a “tese da debilidade ou imaturidade das Américas” e referira-se ao clima americano, aí incluído o brasileiro, como dotado de “estações úmidas e malsãs, que estimulam o espessamento de uma vegetação sufocante”. Sob essa vegetação, segundo Gerbi, o naturalista setecentista afirmara que o solo continuava sempre encharcado, o que provocaria o apequenamento e mesmo o desaparecimento dos animais. Gerbi adverte que Buffon tinha consciência de que “subvertia a opinião tradicional das maravilhas e portentos americanos”.⁶⁴

Pode-se analisar a idéia de Varnhagen sobre a degenerescência das plantas brasileiras como uma adaptação da tese de Buffon, cuja obra cita nos *Breves comentários* à obra de Gabriel Soares de Souza.⁶⁵ Para Varnhagen, a prodigalidade da natureza brasileira se transformava em um mal, pois tamanha era a sua pujança, que terminava por gerar sua auto-destruição: na aferrada luta pela vida, as plantas se transformavam em “assassinas” umas das outras e apenas as mais “astutas” conseguiam sobreviver. Outras, procurando

⁶³ Varnhagen foi leitor desses cronistas coloniais e também o responsável pela descoberta e divulgação de alguns deles. Nos *Breves comentários* que redigiu para a obra de Gabriel Soares, Varnhagen cita vários desses cronistas: André de Thevet, Jean de Léry, Fernão Cardim, Claude d’Abbeville, Hans Staden, Gandavo, André Antonil, além de naturalistas do XVIII e XIX, como Curvier, Lineu, Martius, Spix. Cf. VARNHAGEN, 1851. Francisco Iglesias avaliava que Varnhagen conhecia o fátal da história brasileira porque lera fontes primárias e as crônicas do período colonial. Cf. IGLÉSIAS, 2000, p. 75.

⁶⁴ GERBI, 1996, p. 19, 22, 427. Antonello Gerbi cita, dentre outros, o seguinte trecho de Buffon: “Neste estado de abandono, tudo se enlanguesce, tudo se corrompe, tudo sufoca: o ar e a terra, sobrecarregados de vapores úmidos e nocivos, não conseguem se depurar nem aproveitar-se das influências do astro da vida; o sol dardeja inutilmente seus mais vivos raios sobre a massa fria; esta não tem condições de responder a seu ardor; produzirá apenas seres úmidos, plantas, répteis, insetos, e somente poderá nutrir homens frios e animais débeis”. Cf. Buffon in GERBI, 1996, p. 22.

⁶⁵ Varnhagen cita a *História Natural* de Buffon. Cf. VARNHAGEN, 1851, p. 396, 399. Também na quarta seção da segunda edição da *HGB*, Varnhagen refere-se a Buffon como um “grande gênio” que “eloqüentemente” defendia suas teses. Cf. VARNHAGEN, 1978, vol. I, p. 53.

meios para sobreviver, terminavam, segundo Varnhagen, por degenerar. Nesse aspecto, ele ressoava as teses de Buffon: as plantas que estariam passando de um estágio superior – eram palmeiras – para uma condição qualitativamente inferior – que se transformavam em trepadeiras. Isso significava, na teoria de Buffon, que elas estavam em um processo de deterioração.

Essa natureza profusa terminava por ser, segundo Varnhagen, dificultosa para a presença do homem, ou pelo menos, exigiria dele um trabalho excessivo, até que fosse controlada. Não por acaso, ele acrescentou, na segunda edição do texto, o seguinte parágrafo:

Apesar de tanta vida e variedade das matas-virgens, apresentam elas um aspecto sombrio, ante o qual o homem se contrista, sentindo que o coração se lhe aperta, como no meio dos mares, ante a imensidade do oceano. Tais matas, onde apenas penetra o sol, parecem oferecer mais natural guarida aos tigres e aos animais trepadores do que ao homem; o qual só chega a habitá-las satisfatoriamente depois de abrir nelas extensas clareiras, onde possa cultivar os frutos alimentícios ou preparar prados e pastos, que dêem sustento aos animais companheiros inseparáveis da atual civilização. Ainda assim, o braço do homem, com auxílio do machado, mal pode vencer os obstáculos que de contínuo encontra na energia selvagem da vegetação.⁶⁶

Havia, portanto, na imagem grandiloqüente da natureza brasileira, uma “energia selvagem”, possante e vigorosa, metaforicamente comparável à grandiosidade do oceano. Era esse excesso de vitalidade que, numa aparente contradição, tornava essas regiões “sombrias” e impróprias para a vida humana. Contudo, se há uma visão detratora da natureza, Varnhagen apressa-se para inserir no cenário o elemento capaz de tudo corrigir: o “machado” humano seria capaz de abrir “clareiras” na mata-virgem e de transformá-la de covil de feras em moradia para a humanidade. No cenário natural, Varnhagen introduzia a humanidade – que para ele reduzia-se aos detentores do “machado”, não é demais destacar. E era somente essa presença humana que, conforme insinuava, garantiria efetivamente a conquista do espaço natural e seu resgate, do “sombrio”, dominado por feras, para a “clareira”, onde a luz permitiria aos frutos germinar. Apenas a ação do homem branco seria capaz de controlar e de bem direcionar a “energia selvagem”, permitindo-lhe que, com todo seu vigor, viesse a florescer – estancando a degenerescência a que ela estava fadada a sofrer. A humanidade tinha, na imagem de Varnhagen, uma missão salvacionista de

⁶⁶ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 16.

desbravar, ou seja, de amansar e submeter o que até então era bravo ou indomado. O trabalho humano impediria até mesmo que essa natureza viesse a desaparecer! Nesse sentido, Varnhagen afastava-se da tese bufoniana da degenerescência incontrolável da natureza brasileira.

Contudo, era preciso que o leitor não se iludisse, pois a vegetação selvagem tinha, segundo Varnhagen, uma vitalidade tão grande que era capaz de ressurgir como uma fênix, mesmo depois de arrancada e queimada. Isso não significava, apressava-se ele em destacar, que o homem não fosse capaz de vencer a luta e fazer “secar e apodrecer” as “raízes das árvores e arbustos”, depois de muito “transitar” a terra:

É tanta a força vegetativa nos distritos quentes que, ao derrubar-se e queimar-se qualquer mato-virgem, se o deixais em abandono, dentro em poucos anos aí vereis já uma nova mata intransitável; e não produzida, como era de crer, pelos rebentões das antigas raízes mas, sim, resultante de espécies novas, cujos germes ou sementes não se encontram nas extremas da anterior derrubada, e se ignora donde vieram. (...) a vegetação das árvores e arbustos só pára de ser espontânea, quando a terra se transita muito, ou se cultiva com grama ou capim, até que as antigas raízes tenham tempo de secarem e apodrecerem.⁶⁷

Pode-se pensar que Varnhagen oscilava entre uma visão edênica e outra detratora da vegetação brasileira. Há nele o desejo de louvar a natureza brasileira e de difundir a imagem de um clima aprazível à vida humana, nesse sentido se opondo a Buffon. Mas, sobretudo, movia-o o interesse de incentivar a conquista do espaço natural brasileiro por seus contemporâneos. Muito provavelmente por isso, ele optara por descrever a mata-virgem como o palco de uma encarniçada luta pela sobrevivência; uma luta travada devido ao excesso e ao descontrole da fertilidade.

Na descrição da flora brasileira, Varnhagen pretendia fazer ver a seu leitor a imagem de uma potência natural que se encontrava inexplorada, desgovernada e sob o domínio das feras – entre as quais estariam, deve-se destacar, os indígenas brasileiros. Essa energia selvagem necessitava rapidamente de uma correta e eficaz intervenção humana, que faria sua remissão, domando-a, controlando-a e redirecionando-a, com toda sua profusão, em proveito dos que se dispusessem a enfrentar “os obstáculos”. Valeria a pena, para os homens, lançarem-se nesse encarniçado campo de batalha? Essa era a questão retórica que

⁶⁷ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 16.

Varnhagen deixava subentendida. Os parágrafos seguintes seriam encarregados de respondê-la.

Varnhagen passava, então, a expor a produção da terra. Ao ler o parágrafo que praticamente encerra a descrição da flora brasileira, é difícil nele não escutar a ressonância da frase de Pero Vaz de Caminha: “Esta terra, Senhor (...) em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo (...)”.⁶⁸ Para alcançar esse efeito pretendido, Varnhagen empregou estratégias discursivas de amplificação do objeto, tais como: enumeração dos produtos dando idéia de prodigalidade, adjetivação superlativa e comparação favorável à produção brasileira. Da primeira para a segunda edição do parágrafo, Varnhagen:

1) conservou sua introdução, destacando e chamando a atenção para a riqueza das “plantas exóticas à Europa” existentes no Brasil. Mudou, porém, a construção frasal: na primeira versão, Varnhagen encadeava, em uma única frase, a apresentação das madeiras e de outros produtos vegetais nativos; na segunda, o autor separou os períodos com um ponto final ao término da enumeração das madeiras, antes de introduzir os outros “produtos indígenas”. Essa alteração desfazia a miscelânea, pois separava espécies de plantas e de produtos distintos, além de dar ao leitor a impressão de uma maior quantidade e variedade de produtos. Em sua versão final, o trecho ficou assim:

Neste clima se produziu e produzem todas essas plantas exóticas à Europa que, por sua utilidade, se fizeram conhecidas no comércio, começando pelo pau-brasil, e as madeiras de construção e marcenaria, como o jacarandá, o vinhático e o piquiá de madeira amarela, os cedros e maçarandubas vermelhas, e outras não menos estimadas. São igualmente indígenas as plantas do algodão, da canafiscula, da salsaparilha, da baunilha, do urucu, das castanhas e cravo chamados do Maranhão, das sapucaias, da goma elástica, do cacau, do tabaco, e bem assim as do cará, da mandioca e do aipi.⁶⁹

2) ampliou o emprego da adjetivação para se referir às frutas nativas. Na primeira versão, o trecho era: “Ahi se dão alguns fructos regalados, taes como o ananaz, rei delles, o caju, fructa duas vezes, o saputy, com razão denominado pera dos trópicos, os bellissimos maracujás e as coradas mangabas (...)”.⁷⁰ Na segunda versão do capítulo, a esse trecho o

⁶⁸ PEREIRA, 1999, p.

⁶⁹ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 17.

⁷⁰ VARNHAGEN, 1854, p. 95. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...). Em seu primeiro retorno ao Brasil, em 1840, Varnhagen escreveu várias cartas a seu amigo Cunha Rivara. Em uma

autor acrescentou, após a palavra “mangabas”, a frase: “e as rescendentes anonas de várias espécies, conhecidas com os nomes de araticuns, atas, frutas-do-conde”.⁷¹ Todo esse espetáculo de prazer era reiterado e ampliado adiante, nas duas versões do parágrafo, quando o autor se referia às frutas das “bandas do sul” onde, segundo ele, abundavam: “as agridulces pitangas, os deliciosos cambucás, as refrigerantes ubaias, os aromáticos araçás e guabirobas, as saborosas jabuticabas (...)”;⁷²

3) conservou a indicação de que as plantas “introduzidas” no território brasileiro produziam melhor aqui. Esse seria o caso: “da cana, do gengibre, do anil, da canela e do cravo; e (...) do café da Arábia, e (...) do chá da China (...)”. Entretanto, mais que prosperar, Varnhagen afirmava, com ares de quem tudo experimentara e que desafiava quem duvidasse da informação, que muitas dessas plantas exógenas tornavam-se superiores quando plantadas no Brasil: as mangas brasileiras seriam “mais saborosas que as do Oriente” e a laranja européia tornara-se “tão superior a toda que se conhece”.⁷³

Mas, sobretudo, Varnhagen sugeria que toda aquela prodigalidade por ele apresentada correspondia apenas a uma parte da riqueza vegetal possível de ser extraída ou produzida. Em uma sucessão de afirmativas, o autor dava ao leitor a impressão de uma dadivosidade ilimitada em seu potencial explorável: existiriam “outras [madeiras] não menos estimadas”, além das que apresentara; a horticultura e a química poderiam aproveitar, fazer melhores e vulgarizar uma “infinitude de outros pomos”. Na segunda versão do trecho, Varnhagen apostava que a introdução de novos produtos alienígenas sempre resultaria em sucesso produtivo: “sem dúvida sucederá [o mesmo sucesso] com os tão celebrados mangustães de Java e duriões de Amboíno e Malaca que, esperamos, não tardarão a ser importados da Ásia, e devidamente cultivados”.⁷⁴

Parece razoável afirmar que, com sua veemência, Varnhagen procurava dar consistência à imagem da terra brasileira dotada de uma prodigalidade infinita, aproximando-a de um lugar idílico, desde que trabalhada pelas mãos humanas, é preciso

delas, datada de agosto, afirmava que: “Frutos tenho saboreado muitos, incluindo os bellos anaazes; e todos me são extremamente agradáveis, porque me augmentam o número de sensações experimentadas. Cf. Varnhagen in LESSA, 1961, p. 52.

⁷¹ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 17.

⁷² VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 17.

⁷³ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 17.

⁷⁴ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 17.

lembrar. Não há em sua descrição referência a qualquer tipo de empecilho e de dificuldade à produção agrícola, como pragas, secas e enchentes. O que não significa que ele as ignorasse. Pelo contrário, Varnhagen chegou mesmo a sugerir a elaboração de um código penal que punisse aqueles que matassem animais como os tamanduás, que, segundo ele, eram “exterminadores das formigas e cupins, que, nem sabemos como não se tenham em chacaras bem tratados da mesma fôrma que nellas temos cães de fila para as guardar (...)”.⁷⁵ Ele sabia o que esses insetos significavam para a lavoura. E não cessava aí o contato de Varnhagen com os problemas da agricultura brasileira. Ele escreveu folhetos sobre as culturas do fumo, da cana, do café, da erva-mate, da vinha e da mandioca, nos quais discutiu problemas da produção desses gêneros no Brasil e apresentou sugestões para o seu aperfeiçoamento.⁷⁶

Na descrição da fauna brasileira feita por Varnhagen, dois pontos merecem ser realçados. Um primeiro refere-se ao fato de ele informar seu leitor que “os quadrúpedes longe estão de poderem ser comparados em tamanho aos elefantes, hipopótamos e rinocerontes do continente”. Lembrava que, contudo, no Brasil existia a anta, que era um “proboscídeo como o elefante, mas menor que a zebra”. Na segunda edição acrescentou a esse parágrafo sobre os quadrúpedes, a seguinte frase: “No continente setentrional [americano] distinguia-se, entretanto, o bisonte, ou touro peludo e barbado”.⁷⁷ Ora, Varnhagen fizera questão, nessa segunda edição do capítulo, de eliminar informações que não diziam respeito diretamente ao cenário brasileiro. Entretanto, nesse parágrafo acrescentava uma frase na qual se referia a um quadrúpede norte-americano. Pode-se pensar em um deslize, mas muito provavelmente trata-se de uma decisão premeditada: Varnhagen novamente dialogava com as teses da degenerescência do mundo natural americano, elaboradas pelo conde de Buffon. Afinal, segundo esse naturalista, os grandes

⁷⁵ VARNHAGEN, 1860, p. 14. Capistrano de Abreu, irônico, não se contém e satiriza a proposta de Varnhagen: “Uma vez, até, faz concorrência ao Formicida Capanema, lembrando a criação de tamanduás para dar cabo das formigas”. Cf. ABREU, 1931, p. 214. (b).

⁷⁶ Cf. VARNHAGEN, 1863. (a); (b); (c); VARNHAGEN, 1877. (a); (b). Clado Lessa afirma que, quando Varnhagen foi nomeado para o cargo de ministro plenipotenciário na Venezuela, ele recebeu do Ministro da Agricultura a missão de estudar os métodos de produção do tabaco, cana, açúcar e café empregados nas repúblicas latinas, para poder aconselhar melhorias na produção desses gêneros no Brasil. Segundo Lessa, dessa missão nasceram vários dos textos escritos por Varnhagen sobre modificações e aperfeiçoamentos a serem introduzidos na agricultura brasileira. Cf. LESSA, 1861, p. 261. Estes trabalhos de Varnhagen ainda aguardam um estudo específico.

⁷⁷ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 18.

animais tendiam a se enfraquecer a se apequenar nas terras encharcadas do hemisfério austral.⁷⁸ Ao citar o bisonte, mesmo não se tratando de um animal brasileiro, Varnhagen contrapunha-se a essas teses, que poderiam atenuar a imagem de prodigalidade que construía do território.

O segundo ponto a ser destacado diz respeito ao desmembramento do parágrafo onde tratara das aves brasileiras. Na primeira versão, Varnhagen redigira um único parágrafo dedicado a elas:

Entre as aves são mais formidáveis os jaburus, chamados pelos naturalistas tântalos; e as emas ou abestruzes d’America. O viveiro ou aviario (fauna ornithologica lhe chama a sciencia) brazilico apresenta originalidade, e passa pelo mais rico da terra em superficie igual. Crê-se que de umas seis mil especies de aves que povoam este nosso planeta, a América do sul fornece a terça parte; das quaes não cedem muitas em belleza de plumagem ás mais vistosas d’Africa e do Oriente. Na melodia do canto distinguem-se principalmente os sabiás e gronhatás, que podemos considerar os melros e os canários do Brazil.⁷⁹

Na segunda versão, ele retirou a primeira frase desse parágrafo, o que significou iniciá-lo com as frases que salientavam a grandiosidade do aviário brasileiro frente às aves do restante do mundo. Dedicou, então, quatro novos parágrafos a louvar o esplendor, a sonoridade e a grandeza das aves brasílicas. Iniciava enumerando e adjetivando as aves segundo sua plumagem:

(...) as grandes araras e canindés [de plumagem vistosos], os rostrados tucanos e tucanuços de papo amarelo (...), os vermelhos guarás, as róseas colhereiras, os loquazes papagaios, os verdes periquitos e, (...), os guainumbis ou chupa-flores, de plumas acatassoladas (...) as brancas arapongas (...).⁸⁰

Na seqüência, relacionava inúmeras aves canoras, deixando subentendido, ao compará-las às européias, serem elas tão melodiosas quanto as do antigo continente. Não deixava inclusive de comparar os curiós aos rouxinóis. A comparação é importante, pois, como explica Sérgio Buarque, o rouxinol compunha “o repertório de alegorias e sagrados símbolos” e seriam eles os guias ao Paraíso.⁸¹ Destacando que nesse pássaro não cessariam os “sons harmoniosos” audíveis no Brasil, continuava a enumeração:

Por sua melodia distinguem-se, nas províncias do Norte, os curiós, tão estimados como os rouxinóis; seguindo-se-lhes os caboclinhos, os bicudos, as patativas, os

⁷⁸ Cf. Buffon in GERBI, 1996.

⁷⁹ VARNHAGEN, 1854, p. 95-96. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

⁸⁰ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 18.

⁸¹ HOLANDA, 1959, p. 192.

grunhatás (...) os vivos, e finalmente os canários, semelhantes aos pintassilgos da Europa. Os sabiás de várias espécies, comuns a todo o Brasil, fazem ouvir longes sons harmoniosos (...).⁸²

Por fim, listava as aves “pelo tamanho”: “fazem-se notáveis os agigantados tuiuiús, os arteiros juburus, (...) as corredoras emas, que são as avestruzes deste continente”.⁸³

Havia em Varnhagen a clara intenção de descrever uma natureza rica e potente e, simultaneamente, prazerosa e bela. Não pode ser casual que, ao descrever a flora brasileira, mesmo fazendo referência à produção econômica, tenha-se esmerado em ordenar, com uma adjetivação superlativa, as frutas brasileiras. O mesmo procedimento foi empregado nos parágrafos sobre os pássaros, especialmente escritos para a segunda edição da *HGB*. A essas maravilhas para os sentidos – o paladar, a visão e a audição – se somavam a temperança do clima e a riqueza do subsolo. Mas toda essa maravilha, na perspectiva de Varnhagen, precisava de ser conquistada, resgatada da selvageria e cultivada em benefício da humanidade.

6.4. O leitor posto em cena

Segundo Quintiliano, a peroração ou “couronnement” de um discurso podia ser colocado “sur les faits” ou “s’adresse aux passions”. Ponderava que “l’emploi des passions est nécessaire, si la vérité, la justice, l’utilité générale ne peuvent pas triompher autrement”⁸⁴ e lembrava que

(...) dans la péroraison, nous devons considérer les sentiments avec lesquels le juge va mettre l’affaire en délibéré, et nous n’avons plus rien à dire après, ni d’arguments en réserve. (...) l’orateur dira ce qui produirait le plus d’impression sur lui-même, s’il était juge.⁸⁵

Para encerrar seu texto, Varnhagen recuperou a imagem da prodigalidade da natureza brasileira que seria, contudo, perpassada por contrastes. O autor recuperava essa imagem afirmando a existência, nas terras brasílicas, de remédios e de poderosos venenos e preparava, desse modo, a peroração, que era iniciada na seqüência imediata: “Para ser mais

⁸² VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 19.

⁸³ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 19.

⁸⁴ QUINTILINIEN, 1954, vol. II, livro VI, p. 287, 289.

⁸⁵ QUINTILINIEN, 1954, vol. II, livro VI, p. 291.

original, oferece o país vários contrastes originais. A par de plantas de muita virtude medicinal, à frente das quais citaremos a copaíba, a ipecacuanha, o mate e o guaraná, produz, também, venenos atrocíssimos”.⁸⁶ O emprego do superlativo não deve ser menosprezado.

Na primeira versão desse parágrafo, Varnhagen fazia uma descrição ordenadora do mundo animal, dividindo-o em bons e maus: bons seriam aqueles que se prestavam aos propósitos humanos, enquanto maus seriam os que colocavam empecilhos à realização daqueles fins:

Ao lado da inoffensiva anta, das amphibias pacas, das domésticas cutias, dos corredores veados campeiros e do mato, e mais caça grossa, se póde apresentar ao caçador um faminto jaguar, ou uma medonha suçuarana, que poderíamos talvez chamar de leoa d’America.⁸⁷

Na segunda versão, o autor manteve essa ordenação, mas trocou o gênero literário empregado ao transformar sua descrição em uma narrativa:

Ao perseguirdes a inofensiva anta, a anfibia paca, a meiga cutia, o corredor veado campeiro ou do mato, estais em risco de encontrar um faminto jaguar, ou uma medonha canguçu que poderíamos talvez chamar a hiena do Brasil.⁸⁸

Varnhagen transformava seu leitor em ator, inseria-o no cenário e praticamente obrigava-o a vivenciar aquelas situações de perigo permanente que ocorreriam na natureza brasileira. Ou seja, da descrição de uma caçada, o autor passava à simulação de uma caça, enquanto o leitor era transformado em um caçador. Destaque-se também a troca da comparação da suçuarana com a leoa, pela da canguçu com a hiena. A onça-pintada, ou canguçu, alcança um peso de até duas vezes o da suçuarana, ou onça-parda, e é o maior felino do Brasil. Novamente pode-se destacar que Varnhagen não faz nenhuma anotação ao texto, mas provavelmente a troca do animal brasileiro se deve à certeza do autor de estar comparando, na segunda versão da frase, de forma mais vantajosa para os animais brasileiros, mesmo porque trocara a leoa pela hiena, animal de porte menor.⁸⁹ No caso, a

⁸⁶ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 19.

⁸⁷ VARNHAGEN, 1854, p. 95-96. (Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual...)

⁸⁸ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 19.

⁸⁹ A suçuarana é também chamada de onça-pintada e a canguçu é a onça-pintada, segundo informa o dicionário de Houaiss. Segundo o zoólogo Leandro Silveira, a onça-pintada (*Panthera onça*) e a onça-parda (*puma-concolor*) pertencem a espécies distintas e são os maiores felinos existentes no Brasil. Ainda de acordo com o biólogo, a onça-pintada é o único representante do gênero *Panthera* no continente americano e chega a pesar 130 Kg. A onça-parda tem pelagem uniforme, sem pintas, chegando os machos da espécie a pesar 65 Kg e as fêmeas, 45 kg. Cf. http://www.procamivoros.org.br/pdfs/Doutorado_Leandro.pdf

vantagem para o Brasil era aparentemente desfavorável: o país possuía animais tão perigosos e predadores como a África ou a Ásia.

A troca de gênero literário fora empregada pelo autor, na primeira versão da seção, na frase que imediatamente seguia aquela acima citada. Essa segunda frase foi conservada na nova versão do texto e, em sua seqüência, o autor ainda acrescentou uma última frase – que se inicia logo após a palavra “Criador” e o ponto-e-vírgula:

Ao apontardes à ágil sariema que avulta no campo, ou ao gordo macuco que rastolha no mato, ou ao astuto jacu, escondido na ramagem da ipeúva, podereis ver-vos surpreendido pela picada peçonhenta do insidioso réptil que, num instante, decidirá do fio da vida que havíeis recebido do Criador; e achando-vos á beira de um rio, não estais livre de que vos esteja tocaiando algum traidor jacaré ou medonho sucuriú...⁹⁰

A mudança, além de harmonizar o parágrafo em termos do gênero literário empregado, significou dotá-lo de uma maior dramaticidade. Ou seja, o leitor, transformado em ator, era conduzido pelo autor, na versão final do parágrafo, a vivenciar várias e distintas situações de perigo em meio a uma não citada, porém imaginável, mata-virgem. Tratava-se também de um perigo que parecia ser cada vez maior e mais iminente, graças ao emprego de dois recursos discursivos. Primeiramente, pela adjetivação sucessiva dos animais peçonhentos ou carnívoros: faminto jaguar, medonha canguçu, picada peçonhenta do insidioso réptil, traidor jacaré, medonho sucuriú. Em segundo lugar, pela concatenação daquelas situações, se passava à certeza de quão “atrocíssimos” eram os venenos existentes “no país”. Tão poderosos que seriam mesmo capazes de pôr fim à vida do leitor-ator.

Mas Varnhagen não abandonou seu leitor nesse mundo de “venenos atrocíssimos”. Pelo contrário, recuperou a palavra e o recolocou em seu posto de origem; o autor voltava ao gênero descritivo, mas mantinha o forte apelo afetivo:

Mas ânimo! que tudo doma a indústria humana! Cumpre à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau. Tempos houve em que nalgumas das terras, hoje cultivadas ou povoadas de cidades da Europa o feroz urso se fazia temer... E o lobo caniceiro surpreende e devora ainda a ovelha descuidada pelo rafeiro do pastor; e a peçonhenta víbora, e os lacraus e as tarântulas, e as nojentas osgas e salamandras, ainda se não extirparam dos mais belos jardins das penínsulas pelas águas do Mediterrâneo...⁹¹

⁹⁰ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 19.

⁹¹ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 19.

Para criar o apelo afetivo, Varnhagen recorria ao uso do ponto de interjeição: conclamava seu leitor a ter coragem e vontade para enfrentar todo o “atrocíssimo veneno” e, simultaneamente, dava-lhe certeza de que a batalha estava de antemão vencida, pois “tudo doma a indústria humana”. Ou seja, o trabalho do homem era capaz de resgatar e de domesticar em proveito da humanidade o que lhe fosse aprazível e também de destruir aquilo que a ameaçava. O homem era capaz, enfim, de domesticar e de trazer para o seio da civilização e em seu benefício o que de selvagem, mas aperfeiçoável, existia no mundo natural.⁹² E para que não restassem dúvidas sobre quem era “o homem” capaz de desempenhar essa empresa, Varnhagen lembrava que a Europa vivera sob a “ferocidade” e o jugo de “peçonhentos” animais e que lá a batalha contra “os maus” ainda não estava totalmente terminada, apesar de já vitoriosa. A “civilização” era para ele, portanto, sinônimo de civilização européia.

O autor concluía então sua seção de descrição do Brasil, lembrando que “o país (...) achava-se”, em outros tempos, dominado pelas “gentes” que seu leitor viria, na seqüência, a “conhecer”. Relembrava, então, as riquezas do subsolo, o clima temperado, a beleza do cenário e praticamente lamentava que tudo então ainda estivesse, antes da chegada dos europeus, “no estado selvagem”:

Para em tudo o país ser de contrastes no estado selvagem, achava-se ele, com toda a riqueza do seu solo e a magnificência de suas cenas naturais e a bondade dos seus

⁹² Segundo Manuela C. da Cunha, o critério adotado, na primeira metade do século XIX, para distinguir de modo preciso os antropóides dos homens seria filosófico. Esse critério seria aquele que procurava estabelecer se os humanóides teriam ou não a possibilidade de aperfeiçoarem-se. Conceito-chave no pensamento de Rousseau, desenvolvido no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, a perfectibilidade seria a capacidade de o homem, diante de adversidades e de obstáculos, fazer uso, para sobreviver, de suas potencialidades e aperfeiçoar-se. No *estado natural*, o homem viveria ao acaso das puras sensações. À medida que o homem teve de enfrentar, nos mais diversos climas, dificuldades cada vez crescentes para sobreviver, precisou fazer uso dos dons dados a ele pela natureza. No pensamento rousseauiano, a humanidade era uma, pois todos os homens, indistintamente, possuiriam a possibilidade de, através da atividade, desenvolver sua razão. Rousseau, entretanto, afirmava que o aperfeiçoamento da razão apenas trouxera infelicidade aos homens, gerando um distanciamento cada vez maior entre ser e parecer. A bondade estaria no estado natural e o homem selvagem, aquele que não fez uso de suas potencialidades para se superar, seria o protótipo da felicidade humana. Cf. CUNHA, 1992. p. 5.

Contrariamente, o pensamento filosófico do século XIX apropriou-se do conceito de perfectibilidade e interpretou-o, segundo Lilia Schwarcz, como sendo a possibilidade para “(...) o acesso obrigatório ao estado de civilização e à virtude (...)”. Se, para Rousseau, a potencialidade de perfectibilidade renunciava os vícios latentes da sociedade e, portanto, um progresso às avessas, para os pensadores da primeira metade do XIX, ela foi lida como sendo a possibilidade da superação do estado de selvageria. Logicamente, a civilização a ser alcançada era a européia e a discussão girava em torno se poderiam ou não os selvagens alçarem-se ao patamar europeu de comportamento, de moralidade, de organização política, religiosa e técnica. Cf. SCHWARCZ, 1995. p. 44.

portos, tão prestantes ao comércio, possuído pelas gentes que passamos a conhecer.⁹³

Varnhagen recuperava, assim, a imagem idílica do território, pois pretendia convencer seu leitor de que a terra descrita possuía uma riqueza incomensurável. Interessava a ele que esse cenário fosse visto e compreendido como um grandioso palco capaz de suportar o glorioso processo civilizatório levado a cabo pelo homem branco, conquistador e colonizador. Fora esse homem, na perspectiva varnhageniana, que disputara com a pujante flora nativa as terras a cultivar e que também enfrentara e derrotara os selvagens que anteriormente as ocupavam. A seu ver, apenas a ação civilizatória seria capaz de efetivamente desbravar aquele território e realizar a riqueza nele contida. O paraíso precisava ser conquistado.

Certamente, Capistrano de Abreu tinha razão ao avaliar que a história era para Varnhagen “um meio de chamar a emigração”.⁹⁴

Pode-se também afirmar que Varnhagen seguiu os conselhos de d’Avezac abrindo a *HGB* com o capítulo descritivo, inclusive declarando, no *Prólogo* da segunda edição, que a primitiva localização do capítulo na obra implicava uma “grande interrupção” da narrativa como um todo. Varnhagen ainda acompanhou as recomendações de seu crítico no que se refere a uma maior preocupação com a descrição geológica do território. Essa parte do texto foi praticamente reescrita e, para tal, o autor recorreu ao auxílio da ciência, dando a seu trecho uma impressão de maior precisão. Nisso tudo, seguiu as “idéias luminosas de d’Avezac”.

Mas certamente Varnhagen fez muito mais ao deslocar a *Descrição* para início da *HGB*. Ele reescreveu o capítulo cuidando para deixá-lo livre de passagens que colocassem em suspeição a imagem da terra brasileira e, sobretudo, esmerando-se para que essa imagem se tornasse mais veemente e convincente. Para isso, lançou mão de recursos retóricos: eliminou passagens que dispersavam a atenção do leitor ou aperfeiçoou aquelas

⁹³ VARNHAGEN, 1978 (1877), vol. I, p. 19.

⁹⁴ ABREU, 1931, p. 138. (a). José Honório Rodrigues destaca o seguinte trecho da primeira edição da *HGB*, na seção da Conjuração Mineira, que respalda a opinião de Capistrano.: “Esta circunstância [de ter sido Tomás Antônio Gonzaga lembrado para chefe da Conjuração Mineira, apesar de nascido na Europa] nos revela que então se não associavam ao espírito de independência as idéias de exclusivismo contra os nascidos fora do Brasil, que depois se desenvolveram com excesso tal, que se o sistema continuasse, pouco poderíamos contar com a colonização de gente européia ilustrada que nos interessa promover”. Cf. Varnhagen apud. RODRIGUES, José Honório, 1967, p. 192.

que tinham sentido dúbio; ampliou o emprego da adjetivação dos elementos daquela imagem grandiloqüente. Em todos os casos visava tornar seu texto mais eficaz.

Ao afirmar, no desenvolvimento da descrição, ser a terra brasileira perpassada por contrastes, Varnhagen insinuava o que viria a confirmar na peroração. Tratava-se agora não mais de convencer o leitor da existência de uma “potência natural” selvagem a ser domada e bem direcionada, mas sobretudo de mover seu leitor. Ao autor competia retirar esse leitor de sua situação de apatia e de insuflá-lo a assumir a tarefa de conquista e de colonização do território. Uma tarefa que, na perspectiva varnhageniana, iniciada pelos ancestrais desse leitor – que logicamente deveria ser branco e europeizado –, deveria ser prosseguida. Aos vivos cabia a missão de dominar toda aquela natureza grandiosa, ainda inexplorada, para dela resgatar o que fosse redimível ou extirpar o que punha em risco a existência da humanidade e, quiçá, a da própria nacionalidade brasileira.

Nesse momento, o capítulo adquiria coerência com as idéias defendidas no *Prologo* especialmente preparado para essa segunda edição da obra. Nele, o autor afirmava que os colonizadores haviam travado uma “hórrida luta” contra inúmeros e seríssimos desafios que lhes apresentara a empreitada de conquista e de ocupação do território. Para descrever essa “luta”, Varnhagen lançava mão da amplificação: adicionava sucessivamente os desafios – do que resultava a sensação da existência de uma dificuldade que se avolumava cada vez mais:

O clima geralmente tropical na beiramar; o sol ahi abrazador para os filhos das zonas temperadas; grande número de caxoeiras nos rios, de navegação semeada de escolhos e de perigos; serras asperisimas, invias e cobertas de espessas e impenetráveis matas; nestas animaes venenosos e cipós e espinhos que embaraçavam o transito, e com uma vegetação successiva, e tão vigorosa que ainda depois de derribado o matto virgem, depois de queimado ‘encoivarado’, semeado, e recolhida a safra, rebentava de novo com vigor, e se não virgem, de tal natureza que se necessitava repetir igual esforço para obrigar de novo a mesma terra a produzir, em vez de arvores seculares, ás vezes de fructos venenosos, os alimentos necessarios á vida do homem...⁹⁵

Ora, contra essa natureza que lhes era tão completamente hostil, muitos dos colonizadores da “zona temperada” haviam, garantia Varnhagen, fraquejado e optado por retornar ao “patrio lar”. Contudo, aos que souberam enfrentar e suplantar os desafios, estavam reservadas as glórias da eternidade. Afinal era graças a sua coragem que a pátria

⁹⁵ VARNHAGEN, 1877, p. VIII. (Prólogo).

brasileira viera a se constituir: “á custa das lágrimas do exílio, nos legaram elles a nós, seus herdeiros, as casas fabricadas, as fazendas criadas, as villas e cidades fundadas – a vida, a religião, o commercio, a riqueza, a civilização....a pátria enfim (...)”.⁹⁶

Isso escrevia Varnhagen no *Prologo* da segunda edição da *HGB* e certamente o fazia para insinuar no espírito de seu leitor a certeza de que aquela obra fora escrita para louvar e eternizar a memória daqueles que não fraquejaram e não desistiram frente ao desafios da conquista e colonização do território. No capítulo que agora abria a obra propriamente, o autor voltava e recuperava a imagem de uma luta contra uma natureza possante, porém indômita. Se a *HGB* tinha como propósito enaltecer os feitos dos edificadores da Nação, que o leitor não tivesse dúvidas e que bravamente se apresentasse no campo de batalha, para nele desempenhar papéis que lhes garantissem a entrada no rol daqueles já eternizados nas páginas da história pátria: “Mas ânimo! que tudo doma a indústriahumana!”

⁹⁶ VARNHAGEN, 1877, p. IX. (Prólogo).

Capítulo 7

Varnhagen, biógrafo

Em 1839, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹ iniciou a publicação de sua hoje quase bicentenária *Revista*. Uma de suas seções fixas foi nomeada *Biographia de Brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc...* Como indicava o título, era destinada à publicação de biografias de brasileiros considerados ilustres. Segundo Alice Canabrava, a seção das biografias fora criada dentro de uma feição nativista e pode ser compreendida como fruto e extensão do labor nacionalista daquele momento. À exaltação da natureza brasileira, acrescentou-se “o louvor aos filhos, varões preclaros e distintos pelo saber e brilhantes qualidades, os quais a História cumpria perpetuar como modelos nos caminhos da honra e da glória nacional”.² Para a historiadora, com tal seção, constituía-se uma verdadeira galeria de vidas exemplares que visava a inspirar e influenciar o comportamento dos jovens no presente. O gênero biográfico era, então, muito cultivado entre os historiadores do Instituto.

É legítimo afirmar que a redação e a publicação de biografias na *Revista* do IHGB indicam a sobrevivência de uma mentalidade louvaminheira entre seus membros, que entendiam ser importante a composição e a leitura de biografias pelos exemplos morais e de vida. Se a seção *Dos brasileiros distintos ...* foi permanente, o foi porque o gênero encomiástico era então entendido, pelo menos entre a elite intelectual brasileira, como válido e importante para a formação das pessoas. Por um lado, esse era um dos objetivos a ser alcançado com a redação e publicação de biografias, por outro, a sua construção era realizada segundo modelos retóricos de composição. Nesse sentido, elas indicam a sobrevivência, segundo indica Jean Glénisson, do prestígio das fórmulas biográficas que reviviam as *Vidas Paralelas* de Plutarco “na série de Biografias dos brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc”.³

¹ Inaugurado em outubro de 1838, a partir das propostas apresentadas, dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), pelo militar Raimundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, respectivamente primeiro-secretário e secretário-adjunto da Sociedade, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nasceu sob o signo de um projeto político mais geral, de cunho conservador. Sobre o projeto conservador construído no Brasil a partir da segunda metade da década de 1830: Cf. MATTOS, 1994.

² CANABRAVA, 1971, p. 417. Da mesma avaliação compartilha Manoel Luís Salgado Guimarães, que lembra que: “A *Revista* do IHGB, penetrada da concepção exemplar da história, abre uma rubrica em seu interior dedicada às biografias, capazes de fornecerem exemplos às gerações vindouras, contribuindo desta forma também para a construção da galeria dos heróis nacionais”. Cf. GUIMARÃES, 1988, p. 15.

³ GLÉNISSON, 1983, p. 258. Segundo Jean Glénisson, o reconhecimento do valor dos discursos laudatórios ultrapassou regimes políticos e formas de produção econômica e atingiu o início do século XX, quando ainda

Francisco Adolfo de Varnhagen foi um assíduo colaborador da seção, tendo escrito, segundo informam Sacramento Blake⁴ e os índices da *Revista do IHGB*⁵, dezenove estudos biográficos. Muitos desses estudos eram de poetas brasileiros e foram posteriormente republicados, em 1850 e 1853, nos volumes do *Florilégio da poesia brasileira*, introduzindo a coletânea referente a cada poeta. Dentre inúmeros sócios do Instituto, Varnhagen ofereceu também sua contribuição – ao longo de toda sua vida – para a formação do panteão dos varões ilustres do Império brasileiro.

7.1. Varnhagen e o gênero demonstrativo

Muito provavelmente, o primeiro ensaio de Varnhagen na redação de uma biografia tenha ocorrido quando era sócio do *Conservatório Real de Lisboa*⁶, em cujas atas pode-se ler:

O Conselho em execução da determinação tomada pelo Conservatório em Conferencia-geral de 9 do corrente a fim de se consagrar uma sessão-plena-extraordinária a honrar a memória dos Socios falecidos, tem destinado o dia 6 de novembro próximo para a referida sessão-plena, e designado os oradores pelo modo seguinte: para o elogio do Sr. Quintella – o Sr. Varnhagen; para o elogio do Sr. Sebastião Xavier Botelho – o Sr. Alexandre Herculano; para o elogio do Barão da Ribeira – o Sr. João Baptista de Almeida Garrett (...). A Mesa regulará o modo e formalidades d'esta Sessão. – Sala do Conselho no Conservatório Real de Lisboa em 22 de maio de 1841.⁷

Em novembro de 1841, cumprindo o que lhe fora determinado, Varnhagen, assim como os outros membros do Conservatório, leu seu trabalho para “honrar a memória” de Ignácio da Costa Quintella e intitulou-o de “elogio”.⁸

se encontram, nas páginas da *Revista* do Instituto, declarações como a seguinte: “Deste estudo [das biografias] tão digno da majestade da história, resulta um ensinamento proficuo às novas gerações e um estímulo para se repetir no futuro o que tão nobremente os nossos maiores realizaram no passado”. Cf. GLÉNISSON, 1983, p. 258.

⁴ BLAKE, 1970 [1893], v. 2, p. 371-383.

⁵ *RIHGB*, n.º.400, 1998, p. 839-843.

⁶ No ano de 1842, Varnhagen ocupou o cargo de secretário do Conservatório. Varnhagen fora aceito como sócio do Conservatório em maio de 1841. Cf. *Memórias do Conservatório Real de Lisboa*, 1842, p. 254.

⁷ *Memórias do Conservatório Real de Lisboa*, 1842, p. 130.

⁸ Todos os elogios históricos pronunciados na oportunidade em que Varnhagen leu o seu, foram publicados nas *Memórias do Conservatório*, em 1842. Um estudo comparado dos elogios escritos por Herculano, Garret e Varnhagen pode ser fundamental para a compreensão do gênero epidítico à época. Infelizmente isso foge aos propósitos desta tese.

Na primeira parte do texto, Varnhagen justificava a importância da composição de discursos daquela natureza. Segundo ele, um elogio era escrito em proveito dos vivos, que teriam estímulos para imitar e mesmo para emular as virtudes e feitos do elogiado. Se um elogio engrandecia aquele que era objeto do louvor, nos vivos, por sua vez, alimentava a certeza de que graças a feitos similares também alcançariam a glória póstuma. Era por isso que, afirmava, a redação e recitação de louvores era defensável e, a seu ver, aos vivos ficava o dever de “celebrar a memória dos cidadãos distintos”, por seus atos e produções.⁹ Fazia, assim, a apologia do próprio gênero e, simultaneamente, saudava os propósitos dos membros do Conservatório Real de resgatar do esquecimento os homens virtuosos e dignos de louvor. Certamente ele, como autor daquele elogio histórico, também participava da dignidade do ato: redigindo-o, além de immortalizar o nome do elogiado, também immortalizava seu próprio nome.

Deplorar a perda d'aquelles que nos tocam mais de perto, é consolador, é religioso: - é quasi uma necessidade filha do instinto, nem sequer estranha aos povos na civilização ainda infantes. Porém o público tributo de gratidão ás boas acções procede de principios de justiça: - é um dever e também um direito, que a sociedade se arroga, este de solemnizar a memoria pósthuma dos que trabalharam pelo progresso do genero humano. A nósoutros, primeiros a lograr o fructo d'esses trabalhos, compete de razão sermos também os primeiros a realçar além do sepulchro os indivíduos, que em prol dos contemporaneos e dos pósteros consagraram a melhor parte da vida. (...) Salvos, pela escriptura, para estímulo dos que vierem, ficarão taes indivíduos seguros de sobrepujar os mesmos túmulos. Embora venham a perecer os mármores que guardam em paz os ossos dos homens célebre; - embora outros homens – obscuros de certo – attentem contra os cippos que memoravam feitos dignos, acções virtuoas; - embora se obliterem todos os padrões da passada gloria – embora: que não pôde prejudicar o diluvio aos que ja na Arca teem o refugio prevenido.

Louváveis são pois os intentos dos que hoje se reúnem n'esta sala, para celebrar a memória dos cidadãos distinctos (...).¹⁰

⁹ Cf. Varnhagen in *Memórias do Conservatório Real de Lisboa*, 1842, p. 1. Também Plutarco, na biografia de Timoleonte, faz uma apologia do gênero ao afirmar que se dedicara a redigir “histórias de vida” para “organizar e conformar minha vida às virtudes daqueles como se olhando num espelho”. Apud. HARTOG, 2001, p. 175. Segundo Hartog, Plutarco construíra suas biografias com uma finalidade moral, pois desejava que os grandes homens biografados fossem “imitados por seus contemporâneos”. HARTOG, 2001, p. 185.

¹⁰ Varnhagen in *Memórias do Conservatório Real de Lisboa*, 1842, p. 1. Muitos anos depois dessas considerações, em 1856, escrevendo a D. Pedro II, Varnhagen afirmava que não publicara, na *Revista do Instituto*, a biografia de Ottoni que preparara, porque estava “com redacção inadequada”. Informava ainda que dentro do Instituto “houve gente que esteve contra mim” e então manifestava sua preocupação: “Que exemplos, Senhor, aos futuros escriptores, quer dar esse Instituto (...)!”. Cf. Varnhagen in LESSA, 1961. p. 236. Muito provavelmente, trata-se da biografia de José Elói Otoni (1764-1851), importante poeta falecido à época.

Em seguida, Varnhagen aproximava a biografia do discurso epidítico e apresentava as regras para sua composição: “O elogio historico de um individuo cuja simples biographia é uma serie de feitos dignos, está n’essa mesma biographia. A imparcial e singela narração da vida do heroe, possui em si mesma a verdadeira eloqüência”.¹¹ Não havia, na perspectiva de Varnhagen, distância entre a composição de um discurso epidítico e a de uma biografia, pois o elogio histórico implicava narrar a vida, desde que o elogiado fosse homem virtuoso – determinado na adversidade, honrado, firme no caráter – e tivesse realizado feitos louváveis.

As considerações de Varnhagen o aproximam de Plutarco, uma vez que, como observa Françoise Frazier, a respeito das *Vidas Paralelas*, existe, nas biografias morais do autor romano, uma conciliação entre o princípio biográfico – o emprego de lugares-comuns que “suivent les étapes de la vie humaine” – e o princípio ético – “les *topoi* correspondent à la division entre biens extérieurs, biens du corps et bien de l’âme”. Para a autora, a retórica, “entendue comme technique d’invention et de disposition, (...) peut s’appliquer à tous les genres (...). Elle régit en particulier l’éloge dont la matière est sensiblement identique à celle de la biographie”.¹²

¹¹ Varnhagen in Memórias do Conservatório Real de Lisboa, 1842, p. 1. Em 1844, escrevendo a seu amigo Cunha Rivara, Varnhagen lhe avisava que fora escolhido pelo Conservatório para elaborar “o elogio de meu pai” e recomendava que “para a recitação melhor seria V. Sa. [se encarregar da mesma]. Varnhagen expressava uma grande satisfação de ter o amigo Rivara encarregado de recitar “o elogio” de seu pai. Cf. Varnhagen In LESSA, 1961, p. 119-120.

¹² FRAZIER, 1996, p. 178. Estudando as biografias renascentistas, o historiador Peter Burke declarou que nelas se encontram empregadas inúmeras vezes as mesmas ou similares anedotas, assim como repetições de descrições de ações ou de características de personalidade. O que para nós se apresenta como uma sucessão de cópias, adverte Burke, era a correta aplicação de modelos adequados ao gênero em questão. É devido ao emprego desses lugares-comuns pelos escritores que as biografias renascentistas se nos parecem como imitação de algum trabalho original que se teria perdido. Essas biografias renascentistas se escreviam, ensina Burke, segundo os modelos antigos e, dentre esses, sobretudo o de Plutarco, que fixara os ditos, os feitos e os gestos que, “aparentemente banais”, ofereciam “pistas sobre a personalidade”. Os textos biográficos renascentistas, por um lado, celebram um conjunto “de categorias morais tais como clemência, humildade, prudência”, dentre inúmeras outras consideradas gloriosas; por outro, revelam a crença de que a personalidade era fixa e resultante “de um equilíbrio de humores” e/ou de “fatores ligados ao nascimento”. Cf. BURKE, 1997, p. 91,92, 95. Arnaldo Momigliano faz referência à existência, na antiguidade clássica greco-latina, de uma “abundante literatura de *exempla*” e informa que “los compiladores los reunían tomándolos de obras históricas y de la tradición oral”. Na composição dessa literatura, se fazia uso de anedotas e de cenas do leito de morte e foi ela utilizada para “estimular la imitación”. Cf. MOMIGLIANO, 1993, p. 149/150. Adolfo Hansen recupera a seguinte passagem da *Retórica para Herênio* sobre “as técnicas do gênero demonstrativo ou epidítico”: “(...) em caso de elogio, fala-se dos antepassados; se a origem é ilustre, ele foi igual ou superior aos antepassados; se ela é modesta, é a suas próprias qualidades, não às dos ancestrais, que ele deve tudo; no caso de vituperação, se a origem é ilustre, ele desonrou os antepassados; se é obscura, ele também não deixou de ser uma causa de desonra para eles”. Cf. HANSEN, 1994, p. 55.

Perceptivelmente, Varnhagen segue, na escrita das biografias redigidas para a *Revista do IHGB*, as regras retóricas prescritas para o gênero. Para a demonstração do emprego dos *topoi* prescritos para o gênero, duas delas são particularmente interessantes: a de Antônio de Morais Silva e a de Eusébio de Matos. Nelas, Varnhagen prima no emprego dessas tópicas, enquanto, em outras biografias publicadas nas páginas da *Revista* do Instituto, seu uso é ocasional. Isso justifica, portanto, a escolha do *corpus* analisado neste capítulo.

Muito significativo, porém, é o fato de que Varnhagen tenha feito uso das regras próprias para esse gênero também em alguns de seus textos de história. É o caso da construção do personagem Tiradentes, no capítulo dedicado à Inconfidência Mineira, incluso no segundo volume da *HGB*, e que será também analisado.

Enfim, se “todo ouvinte favorece mais um orador, cujos sentimentos vê em tudo conformes aos seus”¹³, conforme sustentava Quintiliano, é possível parafraseá-lo e afirmar que o uso desses *topoi* indicam a permanência de sua legitimidade; que são reconhecidos como válidos e corretos no contexto social no qual Varnhagen escreveu e publicou. Para a análise das três biografias em questão, recuperaram-se, fundamentalmente os ensinamentos do mestre romano.

7.2. Biografias redigidas para a Revista do IHGB

Sobre os discursos epidícticos, usados para louvar ou censurar, Quintiliano afirmava que, se entre os gregos eles eram produzidos para o deleite dos ouvintes, entre os romanos, este tipo de discurso ganhara um verdadeiro valor cívico e mesmo um lugar na composição de outros gêneros.¹⁴ Para a composição desses discursos, Quintiliano indicava ser possível e mesmo recomendável tecer considerações favoráveis à pátria da pessoa aclamada, a seus pais e a seus ancestrais, porque tais louvores a ela se agregariam. Na construção do elogio

¹³ QUINTILIANO, 1944, vol. I, p. 118.

¹⁴ Segundo Quintilien: “(...) l’usage lui a donné [para o gênero epidíctico] une place même dans la partie pratique de la vie. Car les oraisons funèbres rentrent souvent dans les attributions de ceux qui exercent une fonction publique et même des magistrats en sont fréquemment chargés (...); d’autres part, l’éloge d’un témoin, ou le contraire, est souvent très important dans les procès; même aux accusés il est permis de produire des apologistes”. Cf. QUINTILIEN, 1954, vol. I, livro III, p. 371-373.

propriamente do herói, mostrava a conveniência de se explorar o período anterior a seu nascimento, como os presságios, que prenunciavam as grandiosas realizações futuras do distinto homem, assim como o tempo que se seguiu a sua morte, quando muitos eram agraciados com homenagens ou tinham seu valor reconhecido. Aconselhava ainda que se iniciasse pelo elogio das virtudes espirituais do homem e se seguisse a cronologia de sua vida, sempre perseguindo seus feitos demonstrativos da constância de um elevado caráter virtuoso:

Parfois aussi, on tirera certains développements du temps antérieur à la naissance, des oracles ou des augures qui ont annoncé la grandeur future de notre héros (...). Tantôt, il vaut mieux suivre la progression de l'âge et l'ordre des actions, par exemple louer dans les premières années le naturel, puis les études, ensuite l'enchaînement des manifestations de l'activité, c'est-à-dire des actions et des paroles; ailleurs il sera préférable de distinguer, pour l'éloge, un certain nombre de vertus, le courage, la justice, la tempérance, d'autres encore, et de ranger sous chacune d'elles les actes qui s'y rapportent.¹⁵

Lançando mão de lugares-comuns próprios para o gênero demonstrativo, na composição das biografias de Antônio Morais Silva e de Eusébio de Matos, Varnhagen estabeleceu a divisão tripartite do discurso – o exórdio, a narração e a peroração. E as inicia de modo semelhante, pelo elogio aos biografados.

Na de Morais, é assinalada a importância, o valor e a utilidade de seu dicionário para os falantes da língua portuguesa:

Poucos trabalhos litterarios tem sido mais úteis á geração actual, entre os povos que fallão e cultivão a bella lingua de Camões e Vieira, do que o dictionario da lingua portugueza por Antonio de Moraes Silva. Assim se fez elle tão popular entre nós, que o appellido 'Moraes' se tornou quase exclusivo ao nosso lexicographo, e ao seu livro.¹⁶ (grifo do autor)

Do mesmo modo, a biografia de Eusébio de Matos começa pela assinalação de sua importância como “um dos filhos da América mais distintos em letras no seculo XVII”.¹⁷ Era preciso que ao leitor ficasse muito claro por que eram aqueles homens dignos de serem biografados: eram virtuosos. Nos dois casos, a virtude estava na contribuição que haviam

¹⁵ QUINTILIEEN, 1954, vol. I, livro III, p. 375/377.

¹⁶ VARNHAGEN, 1852b, p. 244. Em junho de 1852, Varnhagen escreveu a Joaquim Manuel de Macedo, então Secretário do *IHGB* e, dentre outras notícias, informava encaminhar uma “biographia de Moraes, que redigi nesta Cidade [Lisboa], em outubro do anno passado”. Mas além de encaminhar a biografia, Varnhagen dizia esperar que ela “ao menos sirva [para] estimular alguns Pernambucanos a observações que venhão a aclarar alguns factos; v. gr., as datas do nascimento, da formatura, do óbito, etc.” Cf. VARNHAGEN in LESSA, 1961, p. 181-182.

¹⁷ VARNHAGEN, 1867b (1846), p. 540-543.

dado à glória das letras nacionais: Morais era uma autoridade sem concorrência como “lexicographo” da língua portuguesa; Eusébio de Matos foi um “insigne pregador assim em a sutileza dos discursos como na vehemencia dos affectos (...)”.¹⁸

Nos exórdio das duas biografias, o leitor é recebido de modo peremptório – “Poucos trabalhos litterarios tem sido mais uteis á geração actual”; “Um dos filhos da América mais distinctos”. A forma contundente da abertura objetivava desarmar o espírito e conquistar o leitor, tornando-o receptivo, atento e dócil à biografia e ao biografado; ao leitor não era dada nenhuma possibilidade de dúvida sobre a importância da escrita daquelas biografias. Pode-se mesmo dizer que a recepção desejada já se encontrava figurada no texto.

O exórdio cumpria ainda o papel de delimitar o destinatário daqueles textos: sendo homens distintos nas letras, Morais e Matos deveriam ser lembrados por aqueles que se preocupavam com as luzes e a dissipação da ignorância. Por isso, a publicação daquelas biografias era uma verdadeira chamada de atenção para as atitudes que os vivos vinham tendo para com seus mortos ilustres. Apesar de o *Diccionario* de Morais ser uma obra que se fizera “tão popular entre nós”, Varnhagen ponderava ser seu autor um desconhecido, porque os contemporâneos: “(...) se esquecem de salvar a memoria dos patricios dignos”. Varnhagen, ao contrário, propusera-se a “(...) consignar n’este esboço de biographia, o pouco que a seu respeito temos podido alcançar”, como uma “(...) homenagem de lembrança ao varão laborioso, e, finalmente, por tributo ao paiz que o viu nascer”.¹⁹ No caso de Eusébio de Matos, Varnhagen acusava o desconhecimento de seu nome²⁰, apesar das pregações que escrevera. No entanto, ressaltava o biógrafo, ninguém o “excedia em polimento de phrase e sutileza”.²¹

Os “varões biografados” o mereciam ser pelos valores que os tornavam dignos de lembranças e de homenagens. Por gratidão para com eles, que haviam contribuído para o engrandecimento dos vindouros, era preciso garantir-lhes a eternidade. E isso apenas os vivos poderiam fazer. Varnhagen, que se pusera em campo, realizara a empreitada e recompusera a memória, também tinha sua parte na glória.

¹⁸ BARBOSA MACHADO apud VARNHAGEN, 1867b (1846), p. 540.

¹⁹ VARNHAGEN, 1852b, p. 244.

²⁰ Cf. VARNHAGEN, 1867b (1846), p. 540.

²¹ VARNHAGEN, 1867b (1846), p. 541.

Obedecia-se, assim, ao preceito de Quintiliano, segundo o qual, no exórdio o autor deve conquistar para si a benevolência da platéia: “é de suma importância, para tudo o que tem de dizer depois, o merecer logo no Exórdio o conceito de homem de probidade”.²²

Também de Quintiliano é a recomendação de que, composto o exórdio, fosse redigida a seqüência laudatória, tratando “das qualidades do espírito, das do corpo, e dos bens extrínsecos”.²³ Argumentando que “só o louvor do Animo é sempre verdadeiro”, Quintiliano apresentava o método a ser seguido: “umas vezes será melhor ir seguindo nele os graus da idade, e a ordem natural das ações, louvando, por exemplo, nos primeiros anos, a índole, depois as aplicações, e enfim a série do que disse, e obrou de notável (...)”.²⁴

Na redação das biografias em questão, Varnhagen segue uma disposição similar àquela sugerida por Quintiliano.²⁵ Na seqüência do exórdio, Varnhagen conta “anedotas” do período de juventude de seus biografados e aí inicia a exposição das “produções do engenho” de cada um deles.

A anedota a respeito de Moraes refere-se ao modo como ele tomou “gosto pela nossa lingua e litteratura”, o que ocorrera “de um modo muito original”. Varnhagen conta que, chegado a Coimbra, “apresentou-se o jovem Moraes na universidade pronunciando e fallando muito incorrectamente o portuguez, e, taes vexames lhe faziam por isso soffrer seus contemporâneos, que protestou comsigo vingar-se d’elles (...)”.²⁶ Quando diz que Moraes passara por “vexames”, Varnhagen nos remete a imagens de estudantes em situações de descontração e de brincadeiras. Pode-se imaginar Moraes no centro de uma roda, sofrendo com as zombarias de seus colegas. Entretanto, ele preparava sua “vingança”:

²² QUINTILIANO, 1944, t. I, p. 156.

²³ QUINTILIANO, 1944, t. I, p. 115.

²⁴ QUINTILIANO, 1944, t. I, p. 115. Segundo Lausberg: “O topos é uma forma, que (como um recipiente, ora com água, ora com vinho; em cada caso com função diferente) pode ser enchida com um conteúdo actual e pretendido em cada caso”. Reconhecer um topos tem valor para se saber o momento em que um autor o “tornou (...) e o integrou no contexto concreto, onde ele deve exercer a sua função actual”. Um exemplo de topos encontra-se na formulação de elogio às pessoas “às quais são atribuídas, já na infância, a prudência ou a sabedoria dignas de um velho experimentado”. O professor Rosado Fernandes, tradutor da obra de Lausberg para a língua portuguesa, cita a seguinte passagem retirada da obra *Os Maias*, na qual Eça de Queirós descreve Eusebiozinho: “Quase desde o berço este notável menino revelara um edificante amor por alfarrábios e por todas as coisas do saber. Ainda engatinhava e já a sua alegria era estar a um canto, sobre uma esteira, embrulhado num cobertor, folheando in-fólios, com o craniozinho calvo de sábio curvado sobre as letras garrafas de boa doutrina”. Cf. LAUSBERG, 1972, p. 110-111.

²⁵ QUINTILIANO, 1944, t. I, p. 116.

²⁶ VARNHAGEN, 1852b, p. 245.

(...) do modo mais seguro e terminante. Começou a ler e a estudar os clássicos, e dentro de pouco tempo era já o verdadeiro decurião que dava quináo, não só a collegas inçados dos vícios provinciaes de Lisboa, do Porto e do Algarve, como dos seus proprios mestres eivados da mania gallici-parla, ainda não bem zurzida (...).²⁷

A anedota sobre a juventude de Morais demonstrava as marcas denunciadoras de uma índole determinada, que não esmorecia diante das adversidades: um homem que, firme em seus propósitos, engrandecia-se diante das barreiras que se lhe apresentavam, enfrentando-as com o trabalho enobrecedor. Segundo Varnhagen, Morais foi capaz de emular seus colegas e mesmo seus mestres, entregando-se ao estudo das puras fontes da língua – “dentro em pouco era já o verdadeiro decurião”. Ele alcançou a perfeição no domínio da língua, debruçando-se sobre os clássicos; por isso foi capaz “do modo mais seguro e terminante” de realizar sua “vingança”, tornando-se mestre da língua que antes lhe causara sofrimento. E antes mesmo de ter elaborado seu *Diccionario*, lembrava Varnhagen, Morais já traduzira livros escritos em inglês e em francês para o português e, dessa forma, “provou (...) quão bem estava possuído do manejo da lingua vernacula (...)”.²⁸

O esforço de Morais coroou-se com seu trabalho de lexicógrafo. Varnhagen afirmava que na “primeira edição d’elle [do *Diccionario*, em 1789] não se propôz o nosso autor a mais que a dar um resumo dos numerosos volumes indigestos e ‘palheirões’ de Bluteau”. Entretanto, Morais não se contentara com o resultado alcançado e continuou “estudando a lingua, lendo os clássicos”, do que resultaram os “grandes retoques e subsídios” que receberam a segunda edição do *Diccionario* (de 1813) e, sobretudo, a terceira (de 1823). O esforço não fora vão; Morais receberia, então, a glória do reconhecimento: “o trabalho do *Diccionario da lingua portuguesa* foi verdadeiramente o que lhe grangeou merecida reputação entre os litteratos”.²⁹ A reputação alcançada resultava de esforços realizados ao longo de muitos anos.

²⁷ VARNHAGEN, 1852b, p. 245.

²⁸ VARNHAGEN, 1852b, p. 245. Morais traduziu a *História de Portugal* (3v.), composta em inglês por uma sociedade de literatos; traduziu, também, as adições da versão francesa e anotou a obra, que foi publicada em 1788. De M. Arnaud, traduziu as *Recreações do homem sensível* (5v.), publicadas entre 1788 e 1792. Cf. BLAKE, 1970 (1883), v.1, p.269-270.

²⁹ VARNHAGEN, 1852b, p. 246. Não deixa de ser interessante lembrar que nesse ano de 1852 Varnhagen escrevia ao Imperador a carta intitulada *Como se deve entender a nacionalidade...* e que foi analisada nos Capítulos 1 e 2 desta tese. Nela informava a D. Pedro II o término da *HGB*. Ler suas palavras sobre Morais faz lembrar a constância com que Varnhagen sempre clamou pelo reconhecimento de seus trabalhos.

Varnhagen, porém, fazia questão de apresentar sua avaliação daquela obra e de apontar nela vários “defeitos”:

ha no *Diccionario* definições pouco exactas; ha em seu systema menos methodo e concisão do que v. g. em *Boiste*; ha falta de harmonia, dando-se a etymologia de umas palavras e de outras não; ha mesmo faltas na ordem natural das idéas, em muitos significados, apresentando-se, ás vezes, as do sentido metaphorico e translato antes da do natural e primitivo (...).³⁰

Mas a existência das faltas não deveria ser tomada como demérito: “todos esses defeitos, e outros que se lhe notem, servem de realçar os méritos da obra; meritos que deve ella ter para, apesar de tantos defeitos, continuar a ser autoridade”. Segundo Varnhagen, todos os que vieram depois dele apenas o compilaram e dele se aproveitaram, apesar de o terem vilipendiado. Concluía que “ninguém foi capaz de lhe disputar a palma”. E afirmava, na peroração: “Até hoje porém os litteratos, desde Filinto e São Luiz, não conhecem outra autoridade de lexicographo portuguez mais que a de Antonio de Moraes Silva”.³¹ Moraes fora um homem persistente, que muito trabalhara, que se aprimorara, que legara aos pósteros uma obra de grande importância para as letras nacionais. Nisso residia seu mérito, lição moral a ser com ele aprendida.

Também a anedota biográfica de Eusébio remonta à juventude do autor, que, ainda menino e mesmo encontrando-se doente, pôde revelar “a esperteza que logo mostrou nos primeiros estudos”:

Era o reitor [do Colégio] natural de Cabo Frio, e ao que parece um tanto áspero para os minoristas. Foi o irmão Eusébio atacado de um pleuriz, pelo qual teve de ser sangrado. E vindo o reitor com outros padres visitá-lo, advertiram que o sangue estava denegrido e como queimado; ao que replicou o nosso irmão enfermo: ‘Pois não é queimado do calor, senão do villão do *Frio*, que logo no principio ia dando *Cabo* de mim’. Foi por todos applaudido o conceito, e se augmentaram os créditos do irmão Eusebio.³²

³⁰ VARNHAGEN, 1852b, p. 247. Barthes chama de sentido próprio aquele imediatamente anterior à criação da figura. Cf. BARTHES, 1975, p. 217. Em Quintiliano se lê que: “on appelle terme prope, un mot qui designe plusieurs choses, mais plus particulièrement l’une d’elles, parce que tous les autres sens sont dérivés de celui-là”. Cf. QUINTILIEN, 1954, vol VIII, p. 147.

³¹ VARNHAGEN, 1852b, p. 247.

³² VARNHAGEN, 1867b (1846), p. 541. Nessa passagem, Varnhagen utilizou o seguinte trecho do Licenciado Manuel Pereira Rabelo: “Teve [Eusébio] aplausos grandes na companhia por aquelas ciências, que seus estudos franqueiam no Brasil. Deram-lhe a roupeta de S. Inácio, e foi muito estimado do Padre Antônio Vieira desde um dito, que com graça deixou cair sendo minorista: e foi o caso. Enfermou de um pleuris, e sendo sangrado na presença da maior parte daqueles Padres, que viviam queixosos do Reitor sumamente avaro, e natural de Cabo Frio: disse um deles (olhando para o sangue), que o achava queimado; e perguntando o Reitor, quem o queimara, respondeu, que o Vilão do Cabo. A confiança desta aguda ninharia conciliou os

Como a anedota sobre Morais, essa também servia para revelar características fixas de uma personalidade, que nelas são anunciadas. Eusébio de Matos era um homem “esperto”, capaz, ainda na juventude, de emitir conceitos “por todos applaudidos”. Porém, as qualidades próprias aos indivíduos se aprimoram com o estudo. Como Morais, Eusébio fora capaz de alçar-se ao elevado patamar de seu mestre, de emular-se com ele em certos domínios: “Seguiram-se novos estudos de humanidades e philosophia: de que era mestre o celebre padre Antonio Vieira, e ainda Eusebio n’elles por tal fôrma se distinguiu, que veio depois a succeder-lhe no magistério”.³³ A Arte aprimorou-lhe de tal modo o engenho, que o próprio Antonio Vieira o reconheceu e protestou contra sua saída da Companhia de Jesus:

(...) quando o padre Antonio Vieira voltou á Bahia em 1681, já o achou carmelita com o nome de Fr. Eusebio da Soledade. Sabendo então que era por culpa dos da companhia que elle os deixára, exclamou: ‘– Pois tão mal fizerm que tarde se criarão para a companhia outros Mattos’. E ao explicarem-lhe que o tinham feito para castigar certo escândalo de um filho natural, exclamou; ‘– Creio bem que seja isso intriga; mas que o não fora, o padre Eusebio tem tal mérito, que convinha mais á companhia sustental-o com filhos e tudo, que privar-se de tão importante soldado’.³⁴ (grifo do autor)

Varnhagen também não deixou de emitir sua avaliação da obra de Eusébio, apesar da aparente modéstia com que revestia seu julgamento: “Se bem que não possamos decidir-nos em assumpto tão arriscado, é certo que o *Ecce homo* de Mattos, isto é, suas praticas dos espinhos, da púrpura, das cordas, da cana, das chagas, e do titulo do homem, são bellos e correctos modelos de estylo”.³⁵

Posteriormente reeditada no *Florilégio da Poesia brasileira*, a biografia de Eusébio de Matos sofreu poucas, mas significativas, modificações. A frase acima citada passou à seguinte redação:

agrados do Pe. Vieira para ajuizar em Eusébio as gentilezas, que depois o canonizaram, porque se conhecem os sábios pela pinta: como aconteceu a Sócrates com o menino Platão.” Cf. Rabelo in MATOS, s/d, v. VII, p. 1692.

³³ VARNHAGEN, 1867b (1846), p. 541.

³⁴ VARNHAGEN, 1867b (1846), p. 542. Varnhagen novamente utilizava as informações de Manuel Pereira Rabelo: “Com este hábito [do Carmo] pregava de N. Senhora da Fé na igreja catedral no dia, em que desembarcado de Lisboa, o Pe. Vieira foi ali, não tanto de caminho, como de propósito, por ser esta Senhora aquela cujo simulacro lhe abriu as oficinas capitais, e porque pregava ali seu venerando Eusébio. Fez este repetição, do que havia dito, a seu suspirado amigo, e abraçados por fim os dous com amorosas lástimas, se foi Vieira a increpar de rigorosa a severidade, com que aquêles Padres lançaram da Companhia tão importante soldado”. Cf. Rabelo in MATOS, s/d, v. VII, p. 1692.

³⁵ VARNHAGEN, 1867b (1846), p. 541.

Se bem que não possamos decidirmos em assunto tão arriscado, é certo que o *Ecce Homo* de Mattos, isto é, suas Práticas dos Espinhos, da Púrpura, das Cordas, da Cana, das Chagas, e do Título do Homem, são bellos, e correctos modelos de estylo sublime, e cheio de unção religiosa.³⁶

O acréscimo da palavra “sublime” revela um crítico preocupado com a precisão do aspecto formal da linguagem, já que observou a adequação do estilo ao assunto. O acréscimo da vírgula após a palavra “sublime” marcava a separação de duas qualidades, o que não ocorria na primeira redação: os textos de Eusébio eram belos e, além de belos, eram modelos corretos.³⁷ Varnhagen acrescentou, ainda, o trecho “cheio de unção religiosa”, que somava à obra a qualidade de ser demonstração da fé, que emanava das virtudes de seu autor.

A mudança mais significativa feita por Varnhagen, porém, foi na frase subsequente a essa. Na edição da *Revista* do Instituto, a frase era: “Lástima é que este livro seja hoje tão raro, por se haver apenas impresso uma vez”.³⁸ Na edição do *Florilégio*, a frase aparecia: “Lástima é que este livro, digno de estudar-se como bom modelo, seja hoje tão raro, por se haver apenas impresso uma vez”.³⁹ Na primeira versão da frase, a lástima se restringia ao fato de o livro ter-se tornado raro, devido à inexistência de reedição. Na segunda, a raridade da obra tornava-se ainda mais pernicioso, por impedir que os contemporâneos pudessem estudar “o bom modelo”. Aos olhos de Varnhagen, Eusébio possuía um estilo digno de ser imitado e seguido. Era um exemplo e, por isso, suas “Práticas” deveriam ser reimpressas.

O parágrafo final da biografia, tal como se a lê no *Florilégio*, diz o seguinte: “Das suas poesias, que nos consta eram copiosas, apenas alcançamos autêntica a pequena mostra que publicamos”.⁴⁰ Ao mesmo tempo que dá seqüência à narrativa, esse parágrafo retoma o

³⁶ VARNHAGEN, 1987 (1850), t. I, p. 86. A biografia de Eusébio de Matos publicada no *Florilégio* é praticamente idêntica à da *RIHGB*, exceto em curtas passagens que serão abordadas na seqüência deste texto. No caso específico dessa frase, os nomes das *Práticas* de Eusébio aparecem com iniciais minúsculas na *Revista*, e com iniciais maiúsculas no *Florilégio* (edição da Academia Brasileira de Letras, 1987). Como não tenho em mãos a edição do *Florilégio* feita pelo próprio Varnhagen, desconheço a origem dessa modificação, se do próprio compilador ou dos responsáveis pela edição do *Florilégio* feita pela Academia Brasileira de Letras. O verso da página de rosto desta edição traz os seguintes dizeres, que não nos resolve o problema: “Nas poesias foi mantida fielmente a ortografia da época, assim como nas citações contidas no texto.”

³⁷ Sabe-se que, no século XIX, a gramática rezava que a vírgula deveria ser empregada na separação de adjetivos unidos por conjunções. Cf. MORAES SILVA, 1922 (1813), t.1, p.XXXVIII. Apesar disso, como não havia vírgula na edição da *RIHGB*, vimos propósito estilístico do autor ao acrescentá-la.

³⁸ VARNHAGEN, 1867b (1846) p. 541.

³⁹ VARNHAGEN, 1987 (1850), t.I, p. 86.

⁴⁰ As provas de legitimidade que autorizaram Varnhagen a considerar “autêntica” apenas uma poesia de Eusébio de Matos mereceram o seguinte comentário de José Américo Miranda: “É de supor-se que tais provas

exórdio, em que sua poesia havia sido elogiosamente mencionada: entende-se que o texto se fecha redondamente. A criação poética, sendo a essência da criação literária, foi deixada de propósito para o final, a fim de impressionar o leitor pelo destino dela: a obra do poeta, praticamente toda, diferentemente de sua prosa, havia sido perdida. Na edição da *Revista* do Instituto, de 1846, o texto não terminava aí. Havia ainda um trecho que passou ao rodapé no *Florilégio*.

Na nota ao último parágrafo da biografia publicada no *Florilégio*, Varnhagen transcreveu a parte final da biografia publicada na *Revista*, em que afirma ter

motivos para crer que as outras [poesias de Eusébio de Matos] não estão perdidas, mas só compreendidas nas de seu irmão Gregório por se terem encontrado nos papéis do espólio deste; sendo mui provável, que ele houvesse adquirido as de Eusébio; achando-se na Bahia quando este faleceu, sem outro herdeiro.⁴¹

O encerramento rápido e lacônico do texto biográfico sugere o desconhecimento em que caiu a obra poética do biografado. A terminação abrupta da narrativa, embora deixe a biografia sem um fechamento retórico, transforma o silêncio (da queda no esquecimento) em peroração.

As biografias de Moraes e de Matos tinham muito a ensinar a seus contemporâneos, segundo acreditava Varnhagen. Para nós, hoje, mais que o conhecimento das vidas dos biografados, ler as biografias que Varnhagen escreveu pode ser uma porta de entrada para a compreensão de seu universo de referências, dos autores que lia e seguia.

A contribuição de Varnhagen para a construção do panteão dos heróis nacionais, entretanto, não reside apenas nos textos biográficos que redigiu, mas se estendeu também às páginas de sua *HGB*, onde, ao premiar ou condenar os personagens históricos, o autor apontava aqueles que deveriam ou não tornar-se heróis nacionais e terem suas vidas lembradas e emuladas. Dessa forma, ele novamente fazia eco às pretensões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que desejava, segundo Arno Wehling, organizar “uma

se encontrem nos manuscritos apógrafos da obra de Gregório de Matos que pertenceram ao historiador. Efetivamente, no segundo volume de um códice que lhe pertenceu, essa paródia [o poema considerado autêntico por Varnhagen] vem transcrita, com atribuição autoral explícita a Eusébio de Matos...”. Cf. MIRANDA, 2005, s.p.

⁴¹ VARNHAGEN, 1987 (1850), t.I, p. 88.

galeria de varões de Plutarco que corroborassem as posições nacionalistas e a defesa do Estado imperial”.⁴²

7.3. Sobre os personagens históricos na *HGB*

Alguns estudiosos da obra de Varnhagen entenderam que em sua *HGB* os atores históricos foram reduzidos a apenas um seletor grupo social. Para José Honório Rodrigues, Varnhagen adotou, na *HGB*, uma perspectiva idealista da história, ou porque acreditava que a grandeza do Estado estava estreitamente vinculada “às providências de seus pensadores mais profundos”⁴³, ou porque tinha convicção de que a história era “produto dos grandes homens (...) de pensamento”.⁴⁴ Para Nilo Odália, a *HGB* foi escrita de modo a “demonstrar a superioridade de uma etnia, de uma cultura, de uma civilização, de uma religião, de um modo de vida e de pensamento”: a do mundo europeu ocidental sobre os mundos indígena e africano.⁴⁵ A edificação da nação brasileira, afirma Odália, aparece como desempenhada por homens dotados de determinação suficiente para impor a vitória da civilização branca sobre a barbárie. Tais homens constituiriam um verdadeiro “panteão de heróis” que aparecem como “parte integrante desse processo de definição da nação”.⁴⁶

Postando-se de forma crítica frente a essas análises, Arno Wehling argumenta que Varnhagen não fez mais que escolher, de acordo com suas opções ideológicas, filosóficas e científicas, “alguns atores históricos privilegiados”, que comporiam “os elementos fundamentais da dinâmica social”. Mas, se Varnhagen escolhia seus personagens históricos, isso não significava, afirma Wehling, que escrevera apenas uma história dos grandes personagens ou que ela fosse “uma galeria de brasileiros ilustres à Carlyle ou mesmo Plutarco”. Impunha-se sim, a seu ver, “identificar os principais atores que, para Varnhagen, constituem os elementos fundamentais da dinâmica social”.⁴⁷

⁴² WEHLING, 1999, p. 174. É interessante lembrar que, conforme destaca Roland Barthes, Plutarco moralizou a história. Cf. BARTHES, 1975, p. 222.

⁴³ RODRIGUES, José Honório, 1967, p. 180-181.

⁴⁴ RODRIGUES, José Honório, 1988, p. 17.

⁴⁵ ODÁLIA, 1979, p. 19.

⁴⁶ ODÁLIA, 1979, p. 21.

⁴⁷ WEHLING, 1999, p. 158.

Wehling elabora, então, um quadro classificatório de dupla entrada das personalidades históricas presentes na *HGB* e chega a uma tipologia bastante curiosa: de um lado ficam os brancos, cristãos, estadistas e lusófilos que aparecem dotados de virtudes positivas – enérgicos, audazes, talentosos, nobres de caráter, prudentes; de outro lado, os indígenas, africanos, estrangeiros ou os não-lusófilos, portadores de valores nada engrandecedores – volúveis, cruéis, traidores, impiedosos, ignorantes, descrentes, desordeiros, ociosos, rancorosos, charlatões, demagogos.⁴⁸ Os valores negativos são sempre atribuídos a personagens ou coletividades que, na visão de Varnhagen, se colocaram contra o mundo civilizado branco e europeizado. Mas todos esses atores históricos, virtuosos ou não, eram, lembra Wehling, personagens na *HGB*.

Contudo, é preciso destacar que os personagens desvirtuosos aparecem na história varnhageniana como derrotados ou destruídos: os indígenas e os inimigos da colonização portuguesa, fossem internos ou externos – revoltosos regionalistas ou invasores – terminam sempre vencidos pelas mãos dos homens virtuosos que, não é demais reafirmar, eram quase sempre brancos colonizadores ou lusófilos. Tais homens acabam, na perspectiva histórica de Varnhagen, por concentrar em suas mãos os rumos da história, contando inúmeras vezes inclusive com a intervenção da Providência divina.

Portanto, mesmo não sendo correto afirmar que a *HGB* restringe-se a uma galeria de homens ilustres, é apropriado dizer que Varnhagen pretendeu construir um panteão nacional. Afinal, as ações vitoriosas, aquelas que a seu ver haviam levado à edificação do Estado Nacional brasileiro, foram realizadas por homens que se constituíam, esses sim, na exemplaridade a ser imitada no presente. Os outros não passavam de vencidos que, caso não fossem destruídos – tanto no passado quanto no presente –, condenariam a nação a permanecer na selvageria ou a cair sob o domínio de estrangeiros ou a sofrer o esfacelamento de seu território pelas mãos dos revoltosos regionais. Nesse sentido, a história também era uma “mestra”, por fornecer exemplos de vidas a serem imitadas pelos homens no presente. Eram os homens que haviam derrotado aqueles que puseram em risco a possibilidade de a nação se constituir como uma unidade que se constituíam, na

⁴⁸ WEHLING, 1999, p. 174.

perspectiva varnhageniana, como seus heróis. Eram eles que detinham, para Varnhagen, as forças viris necessárias à construção e manutenção da nacionalidade.

Porém, o que se destaca é que as tipologias varnhagenianas dos personagens históricos, que foram classificadas por Arno Wehling, trazem à lembrança as regras empregadas na composição dos gêneros epidítico e biográfico: Varnhagen empregou os *topoi* próprios para os gêneros em questão e fez uso do elogio e da censura para destacar ou rebaixar o homem em questão. Pode-se mesmo sugerir que Varnhagen imitava e emulava “auctores de vidas” na construção de seus personagens históricos.

Dentre os julgamentos de personagens históricos feitos por Varnhagen, o de Tiradentes tem merecido comentários da crítica especializada desde o final do século XIX. Alguns estudiosos da obra de Varnhagen afirmam que ele adotou uma posição de condenação do personagem e o censuram pelas opiniões emitidas; outros acreditam que o historiador foi justo em suas avaliações de Tiradentes e defendem seu ponto de vista; por fim, há aqueles que afirmam ter Varnhagen adotado uma posição vacilante sobre o personagem, o que denunciaria falta de segurança sobre os juízos emitidos. No primeiro grupo de críticos estavam Capistrano de Abreu – para quem Varnhagen se constituiu em verdadeiro juiz de acusação de Tiradentes⁴⁹ – e Celso Vieira – que afirmou ter Varnhagen deprimido “figuras excelsas” da história brasileira, dentre elas, a de Tiradentes, porque desconhecia a “belleza da inconfidência mineira”.⁵⁰

No segundo grupo encontra-se Clado Lessa, que acusa Capistrano de caluniar Varnhagen, por ser um sectário republicano que desejava louvar o “proto-mártir da república”. Lessa destacou na *HGB* as passagens nas quais acreditava haver corretas avaliações do conjurado mineiro e, entendendo que o historiador oitocentista fizera justiça, conclui que Varnhagen apenas restabelecera a veracidade dos fatos.⁵¹

No último grupo de críticos encontram-se José Honório Rodrigues e Arno Wehling. Para José Honório, Varnhagen modificara sua opinião sobre Tiradentes e melhorara seu juízo sobre o conjurado na segunda edição da *HGB*:

⁴⁹ ABREU, 1931a, p. 138.

⁵⁰ VIEIRA, 1923, p. 71-73.

⁵¹ LESSA, 1954, p. 178/180.

Na primeira edição chamara o Tiradentes de insignificante e indiscreto, a que o martírio do patíbulo conferira méritos que êle não tinha, e restringiu-lhe a glória da primeira tentativa de Independência (...). Na segunda edição melhora o tratamento de Tiradentes (...). E mais retira o trecho depreciativo de Tiradentes e escreve que 'êle se adiantou a aceitar para si a responsabilidade desta nobre tentativa e as glórias do martírio que hoje lhe confere a posteridade'. Descreve a corajosa atitude de Tiradentes no suplício, mas continua a chamar de piedosa aquela rainha de execrável memória.⁵² (grifo do autor)

Essa opinião é compartilhada por Arno Wehling. Em um quadro, no qual classificou os “juízos emitidos sobre personagens históricos relevantes” e listou esses personagens e seus atributos, ele afirmou ser a opinião de Varnhagen sobre Tiradentes: “oscilante, com juízos favoráveis e contrários”.⁵³

Pode-se verificar que a crítica especializada tem-se dedicado a avaliar o julgamento feito por Varnhagen do conjurado mineiro. No entanto, por um lado, ainda não se perguntou de que modo Varnhagen construiu seu personagem histórico. Por outro, tendo José Honório Rodrigues observado a diferença de abordagem entre a primeira e segunda edição da *HGB*, não se investigou se ela representa realmente uma guinada de posição. quando pode-se argumentar que se trata de um efeito calculado e pretendido, um resultado planejado.

7.4. A biografia de Tiradentes na *HGB*

Na primeira edição da *HGB*, o capítulo dedicado ao movimento ocorrido em Minas Gerais, em 1789, era intitulado *Primeira conjuração em favor da independencia do Brazil*. Nesta versão, os atores históricos privilegiados eram homens formados na Europa, que haviam incorporado os ideais de liberdade da independência das treze colônias americanas. Varnhagen iniciava assim seu texto:

O augmento da facilidade das communicações, que acompanha o desenvolvimento da civilização, irmana de tal modo em sentimentos, assim os povos da mesma nação, como os de nações differentes, que não é raro em política que os ecos d'uma grande revolução se repercutam em paragens mui distantes (...). Memorável exemplo do que levamos dito nos offerece a bem lograda revolução feita pelas

⁵² RODRIGUES, José Honório, 1967, p. 178. Esse mesmo trecho foi repetido por Rodrigues, com pequenas alterações, em seu estudo sobre a concepção conservadora da história. Cf. RODRIGUES, José Honório, 1988, p. 15.

⁵³ WEHLING, 1999, p. 176.

colônias inglesas do norte da América, para se declararem nação independente da mãe-pátria. Como era natural cada uma das outras colônias americanas, ou ao menos a sua gente mais ilustrada, reconheceram a analogia de situação. Em Coimbra doze estudantes brasileiros, combinando entre si a possibilidade de se declarar o Brasil independente, se comprometeram a levar à frente a ideia, quando isso fosse possível.⁵⁴

Na sequência de sua narrativa, Varnhagen apresentava e elogiava os planos dos mineiros para o novo país independente e até lamentava que não houvessem gerado frutos:

Assim a esta conjuração se deve a primeira proposta dos dois grandes pensamentos, que ainda por ventura algum dia realizará o império brasileiro: – a de uma capital no seu interior, em Minas; e a de uma universidade central (...). Parece em verdade que estes dois grandes pensamentos ainda não maduraram entre nós (...).⁵⁵

Não havia dúvidas sobre quem eram os mentores do movimento: a elite da capitania. E em várias passagens, Varnhagen faz questão de mencioná-los: Alvarenga Peixoto, que propusera um modelo para a bandeira do novo país com a divisa latina *Libertas quae sera tamen*, era homem de elevada instrução; padre Carlos Correa de Toledo era o maior vulto entre os conspiradores; Cláudio Manuel da Costa, em cuja casa ocorreram as primeiras conferências entre os revoltosos, era advogado e poeta; Francisco de Paula Freire de Andrada, cuja casa também serviu de ponto de encontro, era tenente-coronel comandante do regimento de linha de Vila Rica.⁵⁶ Era uma conspiração contra a autoridade, mas havia um substrato social ou intelectual que a dignificava.

Tratava-se de uma conjuração da elite, de letrados e de poderosos, sendo Tiradentes figura secundária. Foram os primeiros que fizeram “conferências” e decidiram o melhor dia para iniciar o movimento. Tiradentes pouco aparece em cena e é um agente sem voz ativa:

(...) e foi nomeado entretanto afim de convocar partido no Rio de Janeiro, e ahi comprar armas, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, alcunhado ‘Tiradentes’, que havendo ali estado antes, com o P. José da Silva de Oliveira Rolim, ambos separados da capitania pelo governador Meneses, haviam já sondado o terreno acerca da possibilidade de realizar-se a sublevação.⁵⁷ (grifo do autor)

Tiradentes já estivera no Rio de Janeiro “sondando” possíveis apoios; mas não agira sozinho, pois fora acompanhado pelo padre Rolim. Retornara depois ao Rio, mas seguia obedecendo ordens: “foi nomeado” por aqueles que realmente pensavam e decidiam nas

⁵⁴ VARNHAGEN, 1857, p. 269.

⁵⁵ VARNHAGEN, 1857, p. 272. Idéias semelhantes a essas eram defendidas por Varnhagen desde 1849, quando publicou o *Memorial orgânico*. Cf. VARNHAGEN, 1849.

⁵⁶ Cf. VARNHAGEN, 1857, p. 273.

⁵⁷ VARNHAGEN, 1857, p. 273/274.

“conferências” realizadas. A presença significativa de Tiradentes só acontece no final do enredo, no fechar das cortinas:

O alferes Silva Xavier foi considerado cabeça; julgando os juizes necessário para o escarmento público algum exemplo, votaram por que fosse ao patíbulo o insignificante e indiscreto Tiradentes. (...) O martyrio do patíbulo conferiu ao alferes Silva Xavier méritos que elle não tinha, attribuindo-se-lhe, apezar de ‘pobre, sem respeito e louco’, como d'elle diz Gonzaga, a glória da primeira tentativa pela independencia do Brazil, que alias foi obra de muitos patricios illustres, e de vários individuos de letras e de sciencias.⁵⁸ (grifos do autor)

A conspiração precisava ser punida exemplarmente; e alguém deveria subir ao patíbulo, para exemplo público. Então, por decisão dos juizes, e somente por isso, “Silva Xavier foi considerado cabeça”. Era um homem “insignificante, indiscreto, pobre, sem respeito” e mesmo “louco”, que ganhou “a glória” graças ao “martírio”. A condenação feita pelos juizes deu a Tiradentes “méritos” que ele não possuía. Afinal, tratava-se de uma conspiração de “patricios illustres” e não da plebe. Para o autor era fundamental que isso ficasse claro.

Na segunda edição da *HGB*, Varnhagen realizou uma enorme modificação no capítulo sobre a Conjuração Mineira: frases foram reescritas ou eliminadas, trechos cortados e outros inseridos. O historiador anunciou, no próprio capítulo, os grandes reajustes que fizera em seu texto:

Repelindo aqui, com a devida energia, a injusta accusação de havermos sido contraditórios na sucinta narração deste successo, contida nas páginas da primeira edição desta obra, narração pela maior parte escrita, não pela ouvida das tradições, mas especialmente em presença das informações officiais enviadas à corte pelo próprio governador em officio de 11 de Julho de 1789, que alguns têm citado sem o ter visto (dando até com data errada de um ano), começaremos por declarar que a publicação efetuada, embora interpolada e menos corretamente, do teor do processo, nos permitirá, cingindo-nos aos depoimentos, interpretados ‘com o devido critério’, dar atualmente a esta secção um pouco mais de desenvolvimento, esmerando-nos, como temos feito nas demais, em ser concisos e exatos, sem nos emaranharmos em pormenores que se contradizem, que escapam apenas lidos e que nada aproveitam à história, pois (não nos cansaremos em repeti-lo), não consiste o bom critério desta em juntar muitos fatos, nem muitas autoridades, mas sim em apreciá-los devidamente, apurando deles e delas a verdade.⁵⁹ (grifo do autor)

Era a profissão de fé de um historiador que veementemente repudiava a accusação de ser contraditório. Reafirmava que o capítulo fora escrito respeitando estritamente o que se

⁵⁸ VARNHAGEN, 1857, p. 279.

⁵⁹ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 310.

encontrava nas “informações oficiais enviadas à corte pelo próprio governador em ofício de 11 de Julho de 1789”, relativas ao caso. Anunciava agora, no capítulo reescrito, que se restringiria “aos depoimentos”⁶⁰ e que não se deixaria emaranhar “em pormenores que se contradizem, que escapam apenas lidos e que nada aproveitam à história”. Por um lado, repetia e reafirmava ser a *HGB* fruto constante de suas pesquisas. Por outro, contudo, lembrava a seus leitores que existiam regras para a composição de narrativas. Declarava, implicitamente, que errara na primeira versão do capítulo, porque inserira digressões que apenas dificultavam a fixação da atenção do leitor no essencial da narrativa. Era por isso que, conforme afirmava, decidira “esmerar-se” e não “juntar muitos fatos”, limitando-os, para poder “apreciá-los devidamente”.⁶¹

Varnhagen referia-se a várias e longas avaliações que fizera na primeira versão do texto sobre a fixação da capital do novo país em uma cidade do interior, a necessidade de criação de uma universidade no Brasil, a importância de se incentivar “a colonização de gente europeia ilustrada” e a defesa da herança do trono brasileiro por uma princesa, repudiando a tradição da “lei sálica” que previa apenas a sucessão masculina.⁶² Todas essas “interpolações” foram retiradas na segunda edição do texto. Porém, considerando a visão varnhageniana moralizante da história, esses trechos não eram necessariamente “interpolações”. Por um lado, reforçam a interpretação, feita por José Honório, de que a história é resultante do pensamento de homens letrados; por outro, a discussão da herança do trono procurava rebater antecipadamente qualquer interposição que se fizesse à sucessão de D. Pedro II por sua filha Isabel. Contudo, Varnhagen optara, na segunda versão do texto, por não interromper o fio da narrativa com idéias que extrapolavam a preocupação central de seu texto.

As modificações feitas por ele novamente nos remetem a Quintiliano, que, segundo Roland Barthes, definia uma narrativa como a “exposição de um fato ou acontecido, ou como se acontecesse”. Ainda segundo Barthes, Quintiliano ensinava que na construção de

⁶⁰ José Honório Rodrigues lembra que Varnhagen utilizou os *Autos da Devassa* na segunda edição da *HGB*. Segundo Rodrigues, Varnhagen transcreve, na segunda edição da *História geral*, um trecho, contido nos *Autos*, no qual o alferes condenava o colonialismo português. O trecho seria o seguinte: “porque poderia assim suceder que esta terra se fizesse uma República e ficasse livre dos governos que só vêm cá enospar-se com riquezas”. Cf. RODRIGUES, José Honório, 1988, p. 15, nota 25.

⁶¹ Sobre a questão da eliminação de digressões em prol da clareza do texto, ver o capítulo 6 desta tese.

⁶² VARNHAGEN, 1857, p 272, 273, 278, 279.

uma narrativa o orador/escritor deveria evitar alguns vícios que conduziam à falta de clareza, de brevidade e de verossimilhança do texto. Um deles era a digressão, por ele taxativamente proibida: “que se não faça nela [na narrativa] digressão alguma”.⁶³ Ao eliminar as passagens acima mencionadas, Varnhagen buscava aprimorar as virtudes próprias de sua narrativa, tornando-a mais clara, breve e, conseqüentemente, mais verossimilhante.

Ele fez questão de destacar, na segunda versão, que suas assertivas eram fruto de reflexões feitas a partir da base documental e eram elas, alicerçadas, que lhe permitiram concluir, por exemplo, que Tomás Antônio Gonzaga, “não desejava que estalasse um rompimento” entre Brasil e Portugal.

Resulta essa nossa convicção do estudo profundo de toda a devassa, analisada com a devida imparcialidade, ante a luz da crítica, que não se deve guiar pelo dito de uma ou outra testemunha apaixonada, ou interessada; mas unicamente pela essência que ressumbra do conjunto dos depoimentos, manifestamente mais sinceros, e de todos os fatos apurados. Cremos (...) a verdade é que não se prova que Gonzaga fosse conspirador.⁶⁴

Entretanto, toda a discussão que abria o capítulo visava a preparar o leitor, pois o que interessava ainda estava por vir, que era a conjuração, ela própria: “Liquidado esse ponto passaremos a ocupar-nos do assunto”.⁶⁵ O capítulo até mesmo mudara de título, passara de *Primeira conjuração em favor da independência do Brasil* a *Idéias e conluios em favor da independência em Minas*. Um “conluio” é uma conspiração, mas a palavra traz mais fortemente, em relação a “conjuração”, a imagem do desejo de lesar alguém com uma ação malévola e até mesmo diabólica. A troca do título do capítulo não foi gratuita e também ela já denunciava o que viria.

Na segunda redação, Tiradentes deixou de ser um personagem coadjuvante para ocupar um papel central na narrativa. Varnhagen, jurando fidelidade aos documentos e protestando avaliá-los com imparcialidade, afirmava que tudo o que diria sobre ele era fruto de longa maturação. Não se tratava de visão apaixonada, mas de convicção formada a partir da apuração dos fatos, do estudo profundo e da imparcialidade no julgar. Com tudo isso, Varnhagen preparava o espírito do leitor para bem receber o longo trecho sobre Tiradentes:

⁶³ Quintiliano apud. BARTHES, 1975, p. 201.

⁶⁴ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 310-311.

⁶⁵ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 311.

“Da careação, por nós pausada e refletidamente feita, de todos os depoimentos, resulta que, verdadeiramente, entre os vários que se conluiaram, só um chegou a entusiasmar-se pela idéia da revolução: foi o mencionado alferes Silva Xavier (...)”.⁶⁶

O revoltoso mineiro era posto no centro do cenário porque fora o único a “verdadeiramente (...) entusiasmar-se pela idéia da revolução”, mas tratava-se agora de um conluio. A “alma” de Tiradentes fora atingida por uma “centelha” que “lavrou o incêndio por tal forma que não pôde mais apagar”; ele foi possuído por uma idéia “que o abrasava, subordinava tudo quanto via e ouvia”. Centelha, incêndio, abrasar, são palavras que trazem à memória a imagem maldita do fogo eterno: a idéia demoníaca de revolução dele se apoderara. A seqüência da narrativa amplificava a imagem: tão possuído se tornara ele, que perdera todo o controle sobre si mesmo e, “com uma leviandade e audácia inauditas para aquele tempo, a todos se propunha converter e angariar”. Imprudentemente, Tiradentes passara a “inventar” que outros países viriam ao socorro dos conjurados e que eles seriam apoiados por revoltosos da colônia; e “atrevidamente começou por ‘abordar’ o seu próprio comandante, o jovem tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada”; e “tentou inutilmente aliciar a Cláudio”; e “foi ainda ele quem contribuiu a angariar o padre Carlos Correia de Toledo e Melo, (...) e o distinto pregador Rodovalho, o opulento padre José da Silva de Oliveira Rolim”; e tudo isso ia ele fazendo “atacando a cada qual pelo respectivo lado fraco”. Tiradentes era a personificação do homem sem virtude: leviano, mentiroso, atrevido, corruptor de jovens, aliciador, aproveitador das fraquezas humanas. Mas não paravam aí as desvirtudes do revoltoso, porque “no auge do entusiasmo, obedecia o mesmo alferes, não só aos impulsos do patriotismo, como também aos da ambição”.⁶⁷ Novamente Varnhagen empregava o recurso da amplificação para construir a imagem de Tiradentes: os adjetivos depreciativos eram somados, resultando em uma totalidade que era, contrariamente ao que ensina a matemática, muito maior que a simples soma das parcelas – que não restassem dúvidas: Tiradentes era, efetivamente, um homem sem valor.

E se o leitor imaginasse serem essas imperfeições de caráter provenientes da centelha que o atingira e o abrasara era preciso deixar claro: apenas os fracos se deixavam dominar e controlar. Varnhagen então constrói uma biografia de Tiradentes: ele começara a

⁶⁶ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 311.

⁶⁷ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 312.

vida por “aplicar-se à profissão de dentista, em que chegou a ser hábil” e que lhe valeu “o ser denominado ‘Tiradentes’.” Essa foi a única atividade a que se dedicou e na qual foi bem sucedido. Varnhagen lembrava que, entretanto, essa profissão era então considerada tão desonrosa⁶⁸ que, posteriormente, tornou-se um impeditivo para novas promoções na carreira militar: “Vendo-se por vezes preterido [na promoção], o que ele candidamente acreditava provir de falta de proteção, e devemos antes hoje atribuir à ‘desrecomendação’ que seria para ele o geral conceito de ser um ‘hábil tiradentes’ (...)”.⁶⁹ (grifos do autor)

Varnhagen continua, então, a enumerar os fracassos de Silva Xavier, ao longo da vida: “lançou-se a também a mascatear em Minas Novas, mas saiu-se mal”; então resolveu “sentar praça na cavalaria” e chegou até a ter sorte, porque ocorreram guerras no sul e, graças a elas, “conseguiu ser promovido a alferes”. Mas o sucesso era uma ilusão, porque ele “de alferes não passou”. E a lista não pára aí: “pretendeu votar-se à mineração; mas saiu-se de novo mal”. E quando já atingia os quarenta anos, ao invés de alcançar a serenidade e a prudência próprias da maturidade, encontrando-se no Rio de Janeiro: “aí travou conhecimento do dito Dr. Maciel, quando regressava da Europa, e dele recebeu as primeiras inspirações para se lançar, com afinco na nova empresa, de que viria a ser a vítima principal”. Tiradentes, um derrotado ao longo de sua vida, só poderia terminá-la com o coroamento de seu fracasso – cavando a própria morte.⁷⁰

Amplificando ainda mais sua caracterização, lança mão da descrição física do biografado. Quintiliano considerava ser digno destacar “les avantages physiques” do homem elogiado o que, contudo, não deveria ser feito de forma uniforme. Afinal, conforme advertia, se um defeito físico era uma desvantagem à primeira vista, ele contribuiria para aumentar a admiração pelo herói, desde que se soubesse bem explorá-lo a seu favor. No caso da construção de vitupérios, Quintiliano recomendava que se empregassem os mesmos recursos, com objetivos contrários.⁷¹ Ao descrever o tipo físico de Tiradentes e afirmar ter

⁶⁸ Varnhagen fazia aqui referência ao modo como os ofícios ligados “ao sangue” foram entendidos como ofícios sujos e desonrosos para quem os exercia, até pelo menos os finais do século XVIII. O próprio comentário de Varnhagen de que na época de Tiradentes eram vistos desse modo, denuncia uma mudança cultural. Cf. MACHADO, 1978, p. 17-148.

⁶⁹ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 312-313.

⁷⁰ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 312-313.

⁷¹ QUINTILIAN, 1954, vol. I, livro III, p. 375-377. Segundo Adolfo Hansen, as convenções estilísticas para a composição dos discursos epidícticos estabeleciam, desde Aristóteles, que os critérios “para o louvor ou vituperação baseavam-se” nos pares de oposição bom/belo e mau/feio, que se constituíam em *topoi* próprios

sido ele feio e antipático, Varnhagen empregava um lugar-comum do gênero epidítico: o caráter do personagem e até mesmo seu destino estavam inscritos em sua própria fisionomia.⁷²

Cumpra acrescentar que para alguns dos malogros do mesmo alferes em suas pretensões, além da circunstância de ser ‘tiradentes’, devia também contribuir o seu físico. – Era bastante alto e muito espadaúdo, de figura antipática, e ‘feio e espantado’.⁷³ (grifos do autor)

Na primeira edição da *HGB*, a conjuração mineira foi descrita como um movimento de homens letrados, que se reuniram nas casas de alguns deles e que chegaram mesmo a conceber corretos e grandiosos planos para o país independente. Nela a conjuração aparecia como produto dos grandes homens educados e cultos. Mas na segunda versão, ela se transforma “em planos aéreos”⁷⁴ do Tiradentes. Varnhagen agora até mesmo duvida que se tratara de uma verdadeira conspiração:

Pelo que respeita à sua heróica empresa, não a denominaremos ‘conjuração’. Custanos até o dar-lhe o nome de conspiração; embora concedamos que fosse ele um verdadeiro conspirador. Não houve, porém, ‘conjurados’ ou conspiradores ajuramentados em regra; não foi a resolução precedida de conciliábulos tenebrosos, conluídos em forma: as reuniões faziam-se quase a portas e janelas abertas, sendo apenas o assunto, que servia nelas de tema, conversação reservada, interrompida com a entrada de qualquer profano, que vinha de visita.⁷⁵

Na seqüência do trecho, ele empregou mais duas vezes a palavra “conluio” para se referir à conjuração, como se pretendendo reforçar a idéia de que tudo aquilo não passara de “atrevidimento, leviandade e audácia inaudita” do desonrado tirador de dentes. E se Tiradentes foi “um verdadeiro conspirador”, Varnhagen colocava em suspeição a existência de uma conspiração. Ele admitia que houve conversa, em casa de Freire de Andrade, e que em um único encontro se teve a aparência de um “conventículo, ou conluio”. Nele se

deste gênero. Cf. HANSEN, 1994, p. 38, 109. Segundo Hartog, na biografia de Alexandre, por exemplo, Plutarco afirma que “como os pintores salientam as semelhanças a partir do rosto e das formas visíveis em que se manifesta o caráter (...) assim também deve-se permitir-nos penetrar antes nos sinais da alma e, através disso, desenhar a vida de cada um (...)”. Cf. Horácio apud HARTOG, 2001, p. 175.

⁷² O emprego deste *topo* pode ser encontrado em outras passagens da *HGB*. No caso do tratamento dispensado por Varnhagen a D. João VI, a ausência da descrição física do monarca pode ser interpretada como proposital. Sendo o rei de reconhecida feiúra, sua descrição poderia conduzir a fins contrários aos desejados por Varnhagen. Neste caso ele se limitou a descrever o caráter do príncipe regente: “era o príncipe bondoso de caráter, pio, dotado de felicíssima memória”. Cf. VARNHAGEN, 1978, p. 10, vol. 3.

⁷³ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 313.

⁷⁴ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 310. No *Florilégio*, Varnhagen denominava o movimento de “fantasiada conspiração do Tiradentes”. Cf. VARNHAGEN, 1987 (1850), t. 1, p. 279. O trecho encontra-se na biografia de Cláudio Manuel da Costa.

⁷⁵ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 313.

tratara, afirma Varnhagen, da conveniência de não se aguardar a adesão do Rio de Janeiro, da necessidade de se conseguir o apoio do povo de Minas e da capitania de São Paulo, da decisão de se expulsar o governador de Minas, sem molestá-lo. Uma única reunião que ao ser narrada pelo autor somente lhe servia de estratégia para adubar a semente da dúvida com relação à existência efetiva de desejo de conspirar.

Mas, repetimo-lo, tudo isto não passou de conversação hipotética: não houve decididas resoluções, a que se devesse começar a dar cumprimento. Nem sequer se assentou em quem deveria ser o chefe. De todos o que tomou o negócio mais a sério, constituindo-se verdadeiro cabeça de motim, foi ainda o Tiradentes, que já não pensava em outra coisa, e quando muito, depois dele, também o vigário Toledo. Os demais, especialmente Alvarenga e o tenente-coronel [Freire de Andrada], pareceram antes, pouco depois, arrependidos de se haverem deixado levar tanto adiante. Quase todos trataram sem demora de se ausentar de Vila Rica (...).⁷⁶

Tiradentes é deixado sozinho no cenário. E foi sozinho, inclusive pedindo dinheiro emprestado e endividando-se – o que reforçava a imagem de ser um homem imprevidente -, que “resolveu seguir para o Rio de Janeiro”; e, sempre agindo de forma indiscreta, imprudente, inconveniente e perseverante em direção ao erro, buscava “partido em favor da independência da pátria”. Tornar-se-ia culpado por sua própria sorte. E talvez ele fosse também culpado pela sorte dos outros: Varnhagen insinuava que fora a imprudência de Tiradentes que terminara por levar os demais à condenação: “Infeliz! Não tinha obtido mais do que conseguir fazer, livre de algemas, até o sítio do seu martírio, a jornada que os demais companheiros, menos culpados e até inocentes, haviam de fazer, pouco depois, acorrentados”.⁷⁷

Mas era preciso que tudo isso tivesse um final. E, do mesmo modo como fizera em outras passagens de sua *HGB*, Varnhagen lançava mão da intervenção da Providência para explicar o desenrolar dos acontecimentos históricos.⁷⁸ Tiradentes, possuído “pelas idéias que o abrasavam”, era um homem perdido, e somente Deus poderia salvá-lo.

Alvarenga, Maciel e Vidal Barbosa revelaram quanto sabiam, e o mesmo fez religiosamente o ‘Tiradentes’ (depois de haver tudo negado a princípio) quando se

⁷⁶ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 314.

⁷⁷ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 314.

⁷⁸ Nas Seções II a IV da *HGB*, Varnhagen descreveu o estado de barbárie no qual se encontravam os tupi, que ocupavam o território brasileiro, antes da chegada dos portugueses. Na Seção II, afirma que estariam eles fadados a desaparecer se a: “Providência Divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e degradante estado!”. A quarta Seção é encerrada com o anúncio de que todos os males seriam derrotados graças à “expição” que se realizaria com a presença da “Europa cristã”. Cf. VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 1, p 30/56.

persuadiu, devoto como era, que estava de Deus que tudo ficasse sabido. Os seus depoimentos últimos merecem, pois, o conceito de um relato muito verdadeiro de quanto se passou.⁷⁹

O conjurado mineiro era um homem cuja fraqueza se revelava ao leitor até nos últimos momentos; era um covarde que tinha dificuldades em assumir seus atos. Porém, uma qualidade ele possuía: era “mui devoto do mistério da Santíssima Trindade”.⁸⁰ E sua fé foi sua salvação por livrá-lo do mal que dele se apossara; como réu-confesso, transformava-se na principal testemunha para os que pretendessem narrar a verdade histórica.

O historiador Varnhagen, nesse momento, abandona a alcunha “tiradentes” e recupera o nome e a titulação do homem: “O alferes Silva Xavier”. Abjurado o mal pela confissão, o Tiradentes retomava sua integridade humana. Porém, a confissão não implicava a remissão dos pecados e o alferes seria condenado por decisão dos próprios contemporâneos: “julgando os juízes necessário para o escarmento público algum exemplo, votaram para que fosse ao patíbulo, cumprindo-se inteiramente, a seu respeito, a dura e cruel sentença”.⁸¹ Essa frase da condenação foi modificada por Varnhagen para a segunda edição da *HGB*; dela ele retirou as desvirtudes de ser Tiradentes “insignificante e indiscreto”. José Honório Rodrigues afirmava ser tal modificação uma prova de que o autor melhorara “o tratamento de Tiradentes”.⁸² E, realmente, no texto de Varnhagen, o alferes que caminhava para a execução era um homem redimido.

Do alferes Silva Xavier sabemos que ouvira a sentença com toda a serenidade; e que, com a maior abnegação de si, chegou a dizer quanto estima vir a pagar as culpas daqueles que ele havia comprometido. Por essa forma ele se adiantou a aceitar para si a responsabilidade desta nobre tentativa e as glórias do martírio que hoje lhe confere a posteridade.

O dia 21 de abril veio a ser o designado para o do seu suplício no Rio de Janeiro. (...) Ao pedir o carrasco perdão ao réu, quando lhe vestia a alva, exclamou ele: ‘Oh meu amigo! Deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés: também o nosso Redentor morreu por nós’. Marchou depois sereno ao suplício, pediu por três vezes ao carrasco que abreviasse a execução, e com os olhos pregados no Crucifixo, subiu ao patíbulo...⁸³ (grifos do autor)

Pela primeira vez, Silva Xavier parecia ter virtudes: sereno, abnegado, comprometido, responsável, humilde e temente a Deus. Poderia ser um herói, desde que o

⁷⁹ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 319.

⁸⁰ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 313.

⁸¹ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 320.

⁸² RODRIGUES, José Honório, 1988, p. 15.

⁸³ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 321.

autor novamente não semeasse no espírito do leitor uma suspeita: não estaria o alferes agindo dessa forma por desejar “as glórias do martírio”? Glórias eternas que, de outra maneira, certamente ele não alcançaria. Varnhagen insiste e repete a frase que já aparecera na primeira edição da *HGB*: “o martírio do patíbulo conferiu ao alferes Silva Xavier, apesar de ‘pobre, sem respeito e louco’, como dele diz Gonzaga, a glória toda de semelhante aspiração prematura em favor da independência do Brasil”.⁸⁴ (grifos do autor) É certo que Varnhagen eliminou dessa frase, para a segunda versão do capítulo, o trecho: “meritos que elle não tinha”. Mas se tivesse insistido tão explicitamente em desvirtuar seu biografado, não correria o risco de antipatizar seu leitor para com a tese defendida? Seria mesmo preciso repetir que Tiradentes fora um homem “sem mérito”? Não correria aqui o autor o risco de ser visto como menos digno de confiança por mostrar-se menos escrupuloso e prudente em sua exposição? Agora era o momento, no texto, de recuperar e insistir apenas na idéia de que a glória de Tiradentes não fora resultado de suas ações ou produções, mas simplesmente do martírio que sofreu, por ser até mesmo “louco”.

Varnhagen, diferentemente do que pode parecer, não mudou sua avaliação sobre Tiradentes; mudou aquela que tinha sobre a conspiração. Na primeira edição da *HGB*, denominava o movimento de “primeira conjuração em favor da independencia do Brasil”;⁸⁵ na segunda edição, passou a nomeá-lo de “conluio” e de “primeira tentativa em favor da independência em Minas”.⁸⁶ A modificação é sutil, mas o ator histórico era agora outro e dele se poderiam esperar apenas ações imprudentes e fracassadas. No título dado ao capítulo encontra-se explícita a desastrosa conseqüência a que a vitória do movimento conduziria: pretendia-se a separação de Minas do Brasil e de Portugal, o que poderia ter conduzido, caso o movimento fosse vitorioso, ao esfacelamento do território nacional.

Varnhagen fez uso de antigas lições para compor as biografias analisadas, tanto a de Morais Silva, de Eusébio de Matos, quanto a de Tiradentes. Ao mesmo tempo, confiava que fora capaz de demonstrar a seu leitor que não fizera mais do que “juntar os fatos” e deles apurar a verdade; confiava, sobretudo, que fora capaz de executar o discurso

⁸⁴ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 322.

⁸⁵ VARNHAGEN, 1857, p. 269.

⁸⁶ VARNHAGEN, 1978 (1877), v. 2, p. 306.

adequando o conteúdo à forma. E tanto mais destro e eficaz seria o orador, quanto mais conseguisse não revelar sua arte. As modificações realizadas no capítulo da *HGB* em questão, se resultado do conhecimento que Varnhagen passara a ter dos *Autos de devassa*, eram também o resultado de um aprimoramento da utilização de regras de composição empregadas segundo seus objetivos. O confronto entre as duas edições mostra que Varnhagen aprimorou estilisticamente a redação do capítulo, suprimiu interpolações e, principalmente, esmerou-se no uso de tópicos do gênero biográfico.

Resta, logicamente, uma pergunta a ser respondida: foram esses recursos do gênero epidítico e do biográfico empregados na construção de outros personagens históricos da *HGB*?

Considerações finais

Ao longo de anos, na década de 1960, o historiador Peter Gay se debruçou, segundo testemunha ele próprio, sobre a obra de alguns clássicos da historiografia. No início dos anos 70, ele publicou o resultado de anos de reflexão: o estilo de um historiador deveria ser percebido e analisado como um poderoso índice que, habilidosamente inquirido, poderia contribuir para a compreensão dos próprios alicerces da escrita da história. A seu ver, o estilo na história, como em toda arte, é “forma e é conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura” da própria narrativa: a análise revelaria a presença dele no manejo das frases, no emprego de recursos retóricos e no ritmo dado à narrativa pelo historiador. Se o estilo é a marca da individualidade de um escritor, é também a resultante de uma teia complexa composta pelas normas da cultura na qual ele se formou. A teia resultaria, segundo Peter Gay, de “uma combinação de modos herdados, elementos tomados de empréstimo e qualidades exclusivas”.¹ Afirma ele que o estilo é aprendido e, ao contrário do que pensavam os românticos, os escritores iniciam sempre sua atividade seguindo um modelo de sua admiração; a escrita se dá a partir de uma “tradição literária”, pois os escritores, mesmo quando a negam, não lhe são indiferentes. A cada época, os escritores teriam, à sua disposição, maneiras peculiares de expressão e estariam submetidos às convenções da forma e dos modos específicos do momento, então aceitos como corretos e bons. Por isso, o estudo do estilo, segundo Peter Gay, permitiria o acesso aos valores, aos ideais e aos projetos de uma época e, simultaneamente, às intenções do historiador, aos motivos e aos desejos que o moveram à escrita. A análise do estilo do historiador possibilitaria capturar o profundo significado de suas afirmações e de suas percepções sobre seu próprio tempo. Mais do que informações sobre o escritor, o estilo forneceria pistas e indicações inconfundíveis sobre “as formas de pensar, sentir, crer e operar da cultura”.²

Francisco Adolfo de Varnhagen, diplomata, historiador e intelectual do século XIX, é um autor conhecido e estudado no Brasil. Sua obra foi vasculhada e analisada por inúmeros e grandes estudiosos. Porém, ela guarda surpresas capazes de permitir a compreensão de realidades que teimam em resistir à nossa capacidade de análise.

¹ GAY, 1990, p.19/25.

² GAY, 1990 (1974), p. 20.

Desde o início da preparação de minha dissertação de mestrado tenho lido e relido parte da obra de Varnhagen. Naquele momento, minha intenção era a de procurar entender como Varnhagen abordara a questão do indígena na história do Brasil, assim como era analisada por ele a questão do indígena seu contemporâneo. Li seus textos que versavam direta ou indiretamente sobre o tema. Porém, essa leitura me conduziu, já naquela época, a um homem que escrevia com uma paixão voluptuosa e com uma profunda convicção, sempre movido pela certeza de que suas idéias estavam corretas e que era preciso convencer o leitor de seus pontos de vista. Mas, sobretudo, existia em sua construção discursiva, uma grande força argumentativa. Havia nelas um segredo, que as tornava capazes de provocar reações. Em mim, Varnhagen gerava um sentimento de indignação e conseguia me mover, ainda que em direção contrária à que inicialmente pretendia. Ou seja, sua construção discursiva, apesar do tempo decorrido, conservava um forte poder de apelo.

Varnhagen escreveu livros de história, textos prefaciais, biográficos, literários e de crítica literária, sobre questões político-administrativas, sobre questões agrícolas – textos que tratavam de problemas muito prementes, em seu tempo, para um país que acabava de sair da situação colonial. Nesses trabalhos de Varnhagen, encontra-se um escritor cuja palavra estava sempre empenhada na defesa de uma causa: era uma palavra militante. E ele cuidadosamente as arranjava. Inúmeras vezes o encontramos avisando o leitor de que publicava pela segunda vez um trabalho porque fizera-lhe correções e acréscimos. Ele escolhia as palavras, corrigia e burilava suas frases, recompunha períodos, acrescentava, retirava ou redistribuía matérias no corpo do texto, adjetivava em abundância passagens de suas obras, etc. Porém todo esse cuidado estava ligado ao intuito de tornar seu texto mais eficaz, capaz de convencer seu leitor das razões apresentadas e das idéias defendidas.³ Ele escrevia com a pretensão e com o objetivo de retirar seu leitor da apatia frente às questões por ele apresentadas. Sua linguagem às vezes lembra a de um advogado a defender as honras da causa que abraçara, outras vezes a de um senador empenhado na defesa dos interesses da nação, ou ainda a de um juiz a emitir sentenças de condenação ou de perdão. E, no entanto, seus textos continuam interpretados como a revelação das preocupações de

³ Aqui torna-se interessante lembrar a afirmação de Adolfo Hansen de que um orador é mais persuasivo quando é apaixonado porque ele seria mais capaz de mover sua platéia. Cf. HANSEN, 1994, p. 62.

um historiador empenhado na busca da verdade documental. Afinal, conforme estabeleceram seus primeiros estudiosos, Varnhagen não era “um estilista” e, por isso, não haveria o que se dizer acerca da forma de composição de seus textos. Eram simplesmente ruínas. Porém, os textos são testemunhos das escolhas narrativas realizadas pelo autor e fornecem pistas para a revelação de um “discurso subterrâneo”⁴, que resiste à aproximação. Os textos, enquanto resultantes de uma construção autoral, revelam as estratégias discursivas empregadas pelo autor.⁵

Neste trabalho, os textos de Varnhagen foram lidos e considerados como monumentos, ou seja, como elaborados a partir da perspectiva de mundo e das intenções de seu autor. Tomados como monumentos, os textos de Varnhagen são o registro de como seu produtor enxergou, compreendeu e registrou o mundo.⁶ Foram, porém, lidos a “contrapelo”, ao modo como exortava Benjamim⁷, ou às avessas⁸, como sugere Ginzburg, pois buscou-se deslindar as intenções e motivações de sua produção. Procurou-se desmontá-los, para analisar as estruturas discursivas empregadas pelo autor e os fins que se propunha a alcançar.⁹

Varnhagen, formado na preceptística retórica, em uma escola militar portuguesa, era um homem de seu tempo. Na escola, como aluno, analisou, repetiu e foi constrangido a aprender os modelos considerados clássicos, porque corretos e dignos de serem imitados e emulados. Ainda criança, fora treinado e formado para o domínio da palavra, segundo os modelos considerados clássicos; adulto, redigiu textos em diversos gêneros literários e empregou estratégias discursivas aprendidas e que tinham como substrato a retórica.

⁴ LE GOFF, 1996, p. 103.

⁵ LE GOFF, 1996, p. 103.

⁶ Jacques Le Goff exorta os historiadores a considerar as “condições concretas” de produção dos documentos. Cf. LE GOFF, 1996, p. 103. Como há tempos advertiu Jacques Le Goff, todo documento é um “monumento” sempre edificado, “voluntária ou involuntariamente”, a partir de uma perspectiva de mundo de quem o elaborou.

⁷ BENJAMIN, 1996, p. 225. (tese 7)

⁸ GINZBURG, 2002, p. 43.

⁹ Segue-se o que Jean Starobinski sugeria: deixar o objeto – no caso, o texto - “afirmar todas as suas propriedades, todas as suas determinações particulares”, num esforço para “descrever e pôr em evidência os caracteres internos da obra”, sua estrutura e sua voz. Cf. STAROBINSKI, 1974, p. 133-134.

Certamente, alimentava o desejo de ter sua obra reconhecida a ponto de ser alçada ao patamar de modelo a ser imitado e emulado.¹⁰

Varnhagen foi um autor que empregou recursos discursivos conhecidos e reconhecidos para a composição nos vários gêneros em que redigiu. Em todos os casos, ele visava a efeitos premeditados.

Na polêmica travada com M. d'Avezac, fez uso de recursos retóricos como: a ironia – para desmoralizar seu oponente e/ou para colocar sob suspeita suas opiniões; raciocínios entimemáticos – para provar o erro do raciocínio do oponente; a amplificação – para valorizar o próprio ponto de vista ou para desvalorizar o de seu antagonista. Um debate era entendido como verdadeira batalha, na qual os combatentes desejavam mutuamente destruir-se.

Na composição da *Descrição*, que passou, a partir da segunda edição, a constituir o texto de abertura da *HGB*, Varnhagen pretendeu construir um cenário grandioso para a conquista e colonização do território brasileiro pelos portugueses, da qual trataria na seqüência da obra. Visava também a sensibilizar seu leitor, que entendia ser o herdeiro daqueles conquistadores, para que prosseguisse a ação civilizatória iniciada por eles. Para a composição desse cenário, Varnhagen empregou lugares-comuns herdados de uma longa tradição – a abundância das riquezas, a amenidade do clima, a fertilidade do solo, a beleza e variedade dos pássaros – e fez largo uso da amplificação, para emprestar veracidade ao cenário que descrevia de modo grandiloqüente.¹¹ A *Descrição* é, assim, dotada, por seu autor, de grande dramaticidade. Uma dramaticidade que chega, inclusive, a dominar como gênero textual, quando o leitor é transformado em personagem da descrição que, assim, se transmutava em narrativa.

Para compor as biografias analisadas, Varnhagen aplicou recursos específicos do gênero em causa: seguiu as fases cronológicas da vida do biografado, contou anedotas

¹⁰ Caso não queiramos permanecer enxergando a escola como o local do arcaísmo e do atraso, da permanência de práticas superadas e obsoletas, inclusive no tratamento da linguagem, talvez seja preciso enxergar que, por mais radical que foi a mudança de estatuto da linguagem pregada pelo romantismo, práticas e convenções retóricas mais antigas continuaram em vigor ao longo da maior parte do século XIX, pelo menos no que se refere ao ensino da retórica, enquanto disciplina escolar. Se para nós tornaram-se ilegíveis e incompreensíveis as convenções de produção do discurso retórico, certamente se tornou difícil compreender a convivência dos pressupostos românticos de expressão da subjetividade com a preceptística retórica.

¹¹ Sobre os *topoi* adequados aos diversos gêneros, cf. BARTHES, 1975, p. 200.

sobre o homem em questão e que revelariam seu caráter, destacou aspectos físicos que denotariam virtudes ou desvirtudes, amplificou por meio de adjetivação abundante.

Não se teve, obviamente, o propósito de analisar todos os gêneros em que Varnhagen escreveu, pois, afinal, ele foi um autor copioso, tanto em quantidade quanto em variedade de textos, como alertava Oliveira Lima. Contudo, mesmo nos textos não analisados aqui, a regra parece se repetir: ele empregou recursos discursivos segundo o que se esperava para os gêneros em que escrevia. Assim, por exemplo, um estudo do *Memorial Orgânico* certamente nos revelará o Varnhagen tribuno, escrevendo no gênero deliberativo; ao passo que uma análise de *A picada do Mato Virgem* talvez nos auxilie a desvendar os lugares-comuns empregados em um texto de literatura de viagem, conforme praticado no século XIX. Em todos os casos, Varnhagen escrevia a partir da compreensão de que o assunto determinava o gênero, e esse, por sua vez, os recursos discursivos próprios a serem empregados. Parece certo afirmar que a multiplicação de estudos de textos varnhagenianos, a partir da chave de leitura da preceptística retórica, possibilitaria o conhecimento, cada vez mais ampliado, da forma como o autor manejava a linguagem, a partir de modelos a serem imitados e emulados.

Em sua correspondência, Varnhagen várias vezes expôs e explicou os recursos de linguagem dos quais lançava mão na composição de suas obras. De seus leitores, entretanto, toda essa discussão era ocultada, pois nos prefácios preparados para as obras, ele se apresentava como um esmerado escritor, que conhecia e reconhecia os clássicos da língua vernácula e empenhava-se para que “a linguagem (...) saísse puritana e de boa lei”.¹² Nas cartas, Varnhagen adotava o tom do preceptor a ditar regras. Comparava o trabalho do historiador ao do juiz: ambos emitiam veredictos inquestionáveis a partir do exame das provas levantadas e do estudo realizado. E do mesmo modo que um juiz, o historiador sério e prudente não fazia mais que enunciar a verdade histórica – e garantia que a alcançara – graças a um veredicto imparcial, baseado em fontes fidedignas diligentemente buscadas, analisadas e avaliadas. Ele afiançava a seus leitores que narrara a história com susez e imparcialidade, a partir da vasta documentação que pesquisara.

¹² VARNHAGEN, 1877, p. XII. (Prólogo).

A análise realizada nos afastou, portanto, da imagem tradicional de Varnhagen como pesquisador incansável e descobridor de preciosidades arquivísticas. Aqui se perseguiu o homem das letras, tal como ele se autodenominava. Por um lado, o texto varnhageniano dá a seu leitor a sensação de que se travava de uma batalha: havia sempre uma causa em prol da qual se guerreava. Por outro, exatamente porque empregava esses recursos, seu texto tem circunspeção, é sisudo, revela a verdade. Esse foi um efeito por ele perseguido e calculado.

Por fim, é preciso não esquecer Fernando Braudel, que há bastante tempo alertava os historiadores sobre a necessidade de perceberem que no domínio cultural “há as mesmas permanências ou sobrevivências que são observáveis no campo da fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações”. Braudel convidava os historiadores a se debruçarem, também no campo cultural, sobre “uma personagem incômoda, complicada, freqüentemente inédita”¹³: a longa duração; convidava os historiadores a pensarem numa história lenta, em uma temporalidade que reconhecia a convivência, no seio das formações sociais, das mudanças, mas também, das longas permanências.

Para encerrar, algumas palavras a respeito do título desta tese: “A palavra empenhada”, porque para Varnhagen a construção discursiva tinha eminentemente uma função utilitária, em termos políticos, morais e éticos. A palavra era, em sua compreensão, um instrumento de luta a ser cuidadosa e habilmente manobrado, segundo os fins de persuasão a que se propunha alcançar. Ou ainda, Varnhagen pretendia construir textos que excitariam paixões e que moveriam seus concidadãos a ações que ele concebia como fundamentais à edificação e consolidação da Nação brasileira que ele desejava: uma, branca e conduzida por homens esclarecidos – aqueles que moralmente estariam aptos para a execução dessa tarefa. A palavra de Varnhagen era empenhada porque ele a compreendia de forma utilitarista: a linguagem tinha um papel concreto a desempenhar. A palavra deveria ser empregada segundo os fins que se desejava alcançar com o discurso – no sentido que os antigos atribuíam ao discurso: a utilidade (*docere*), o prazer (*delectare*) e a

¹³ BRAUDEL, 1997 (1969), p. 45, 47,48.

persuasão (*movere*).¹⁴ E se na Antigüidade havia uma técnica formalizada e prescritiva para a composição de discursos que interessavam à vida da cidade, Varnhagen, em seu tempo, compreendia a elaboração de seus trabalhos intelectuais como diretamente vinculados aos interesses da Nação. Em várias passagens de seus escritos, em textos introdutórios a suas obras ou nelas mesmas e, sobretudo, nas cartas endereçadas ao Imperador ou a outras personalidades do Império, ele fazia questão de destacar o compromisso patriótico que conduzia sua pena. Ela não percorria o papel impunemente, conduzida apenas pelas informações abstraídas da documentação histórica ou pelo livre espírito criativo. Não. Ele dizia e repetia sempre: o fim que me moveu a escrever deste modo, ou a compor a obra desta maneira foi... E o complemento da frase estava constantemente ligado à utilidade que entendia própria de uma obra “literária”. Seu empenho era fazer com que as palavras, reunidas em suas obras, atendessem a fins muito claros: ele se via como co-responsável pela edificação da nacionalidade, e seus textos deveriam ser capazes de fazer os leitores moverem-se em prol do que julgava ser o caminho correto a ser trilhado para a construção e para a consolidação do Estado Nacional. A palavra varnhageniana é uma “palavra empenhada” em favor de uma causa, pois o autor sempre desejava convencer, mover seu leitor.

¹⁴ HANSEN, 1994, p. 47.

Bibliografia

- ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto-Seguro. In: ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos* (crítica e história). Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931 (1878). p. 127-141. (Edição da Sociedade Capistrano de Abreu). (a)
- _____. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: ABREU, João Capistrano de Abreu. *Ensaio e Estudos* (crítica e história). Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1931 (1882). p. 193-217. (Edição da Sociedade Capistrano de Abreu). (b)
- ALENCASTRO, Luiz Filipe de. O fardo dos bacharéis. Novos Estudos Cebrap, Rio de Janeiro: 1987, nº 19. p. 68-72.
- Alvará, e Regulamento para o Real Collegio Militar da Luz*. Lisboa: Impressão Régia, 1816.
- AVEZAC-MACAYA, Marie-Armand Pascoal d'Armand d'. *Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil; examen critique d'une nouvelle histoire générale du Brésil récemment publiée en portugais à Madrid par M. François Adolphe de Varnhagen...Rapport fait à la Société de Géographie de Paris (...)*. Paris: L. Martinet, 1857.
- _____. *Les voyages de Améric Vespuce au compte de l'Espagne et les mesures itinéraires employées par les marins espagnols et portugais des XV et XVI siècles...Revue critique de deux opuscules intitulés: I – Vespuce et son premier voyage. II – Examen de quelques points de L'histoire géographique du Brésil. Communication de la Société de Géographie de Paris dans sa séance du 16 juillet, 1858*. Paris: Impr. de l. Martinet. 1858.
- BARBOSA, Jerônimo Soares. Prefação. In: QUINTILIANO. *Instituições Oratórias*. São Paulo: Edições Cultura, 1944 (17...?). p. 5-26.
- BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean e alli. *Pesquisas de retórica*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 147-232.
- BLAKE, Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Guanabara [Rio de Janeiro]: Conselho Federal da Cultura, 1970 (1883-1902). 7 vols.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história: ou o officio de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. (1949).
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 223-232. (Obras Escolhidas; v. 1).
- BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789.
- BOISTE, Pierre Claude Victoire. *Dictionnaire universel de la langue française avec le latin e les étymologies, extrait comparatif, concordance, critique et supplément de ses dictionnaires*. Paris: H. Verdrière, 1823.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. In: Estudos Históricos: indivíduo, biografia, história. Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, 1997. p. 83-96.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Diccionario de fatos gramaticais*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1956.
- CANABRAVA, Alice P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. Revista de História, São Paulo, vol. XLIII, out./dez. 1971. p. 417-424.

- CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 13, nº 38, outubro 1998.
- CARVALHO, Rómulo. O advento do liberalismo. In: CARVALHO, Rómulo. *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 1996. p. 521-558.
- CASCAES, Joaquim da Costa. Florilégio da Poesia Brasileira. In: Revista Universal Lisbonense. Lisboa: Typographia da Revista Universal Lisbonense. Segunda série. Tomo III, décimo anno, nº 36, 15 de maio de 1851, p. 431 e 432.
- CÉSAR, Guilhermino (sel./apres.). *Historiadores e críticos do romantismo. 1- a contribuição europeia: crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos; São Paulo: Edusp, 1978.
- CHALHOUB, Sidney. Introdução: Zadig e a história. In: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 13-28.
- CHERVEL, André e COMPÈRE, Marie-Madeleine. Les humanités dans l’histoire de l’enseignement français. In: Histoire de l’Éducation. Paris: Service d’histoire de l’éducation de l’Institut National de Recherche Pédagogique. Nº 74. 1997. p. 5-38. (Número especial: Les humanités classiques)
- COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1996.
- CORDEIRO, Luciano. *O Real Collegio Militar: apontamentos para a história d’este instituto – Planos de estudos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.
- COSTA MATOS, José Alberto da. *História do Colégio Militar: edição do segundo centenário do Colégio Militar*. Lisboa: s/ed, 2003, 3 vols.
- DICTIONNAIRE DE L’ACADÉMIE FRANÇOISE. Tomo primeiro. Ano VII de la République (1799). Paris: J. J. Smits. L’an VII de la République.
- Exames finais do Real Collegio Militar, nº 2, Curso Preparatório*. (Arquivo da Secretaria do Colégio Militar da Luz, Lisboa)
- FERREIRA, Tito Livio. O visconde de Porto-Seguro. In: Boletim Bibliográfico da biblioteca Pública Municipal de São Paulo. Ano I, julho-set. 1944, p. 109-119.
- FLEIUSS, Max. Varnhagen. In: FLEIUSS, Max: *Páginas de história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. p. 407-436.
- FLEURY, Renato Sêneca. *Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, “Paulista de Sorocaba”*. *Ensaio bibliográfico (...)*. São Paulo: Melhoramentos, 1952.
- FRAZIER, Françoise. *Histoire e morale dans les vies parallèle de Plutarque*. Paris: Belles Lettres, 1996.
- FURET, François. O nascimento da história. In: FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, s/d.
- GARCIA, Rodolfo. Prefácio da 3ª edição integral. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. vol. 1, p. 11-12. (1927).
- GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (1974)
- GENETTE, Gérard. L’instance préfacielle. In: GENETTE, Gérard. *Seuils*. s/l, s/e, 1987. p. 150-181.

- GENETTE, Gérard. Les fonctions de la préface originale. In: GENETTE, Gérard. *Seuils*. s/l, s/e1987. p. 182-218.
- GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica 1790 – 1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 1º reimp. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- _____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.
- _____. Chaves do mistério: Morelli, Freud e Shlerlock Holmes. In: ECO: Umberto e SEBEOK, Thomas A. *O signo de três: Dupin, Holmes, Peirce*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- _____. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1983.
- GRAFTON, Anthony. *Los orígenes trágicos de la erudición*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1998.
- GUEREÑA, Jean-Louis, La construction des disciplines dans l'enseignements secondaires em Espagne au XIXe. siècle. In: Histoire de l'Éducation. Paris: Service d'histoire de l'éducation de l'Institut Nacional de Recherche Pédagoque. 1998. p. 57-87. (Número especial: L'enseignement em Espagne – XVI-XXe. siècles).
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 1988, n. 1, p. 5-27.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo: tese de doutoramento apresentado no programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Paulo Barbosa da Silva. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 568-569.
- GUIRAUD, Pierre. *A estilística*. São Paulo: Mestre Jou, 1970 (1954).
- HANSEN, João Adolfo. *Retórica*. Seminário na UERJ, maio de 1994. (cópia xerograda)
- HARTOG, François (org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric. e RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções – 1789-1848*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: José Olympio Editôra, 1959. (Coleção Documentos Brasileiros, nº 107).
- HORÁCIO. *Arte poética*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1984.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como Objeto Histórico. In: Revista Brasileira de História da Educação. São Paulo: SBHE, nº 1, 2001, p. 9-43.
- LACOMBE, Américo J. As idéias políticas de Varnhagen. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo 275, p. 135-154, abr./jun. 1967.

LACOMBE, Américo J. Gabriel Soares de Sousa e o Tratado Descritivo do Brasil. In: SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*, em 1587. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional. 1987. p. 5-9.

_____. A construção da historiografia brasileira: o IHGB e a obra de Varnhagen. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo 370, p. 245-265, jan./março 1991.

LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Enciclopédia Einaudi, vol. 1 Memória-História. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 95-106.

LEITÃO, Carlos Adolpho Marques. Discurso. In: Sessão Solemne comemorativa do primeiro centenário do Real Collegio Militar. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903. (2 de março de 1903). p. 15-29.

LESSA, Pedro. (sem título – elogio a Francisco Adolfo de Varnhagen, pronunciado na Sessão Solenne Especial, em 17 de fevereiro de 1916, comemorativa do centenario do nascimento do Visconde de Porto Seguro). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. tomo 80, p. 614-666.

LESSA, Clado Ribeiro de. Formação de Varnhagen. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. vol. 186, jan./março, p. 55-88.

_____. Vida e obra de Varnhagen: primeira parte – vida. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1954. tomo 223, abril/junho, p. 88-297.

_____. Vida e obra de Varnhagen: segunda parte – obra. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1954. tomo 224, julho/set., p. 109-315.

_____. Vida e obra de Varnhagen. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955. tomo 226, janeiro/março, p. 3-168.

_____. (orgs.) *Francisco Adolfo de Varnhagen: Correspondência Ativa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1961.

_____. Introdução. In: LESSA, Clado Ribeiro de. (orgs.) *Francisco Adolfo de Varnhagen: Correspondência Ativa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1961. p. 7-18.

LIMA, M. de Oliveira. *Elogio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, Visconde de Porto Seguro. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1903. (Discurso pronunciado na sessão solemne de 17 de julho de 1903 da Academia Brasileira de Letras). 50 págs.

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, tomo XIII, p. 63-105, 1908 (imp.1911).

LISBOA, Karen Macknow. Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: Quadros da Natureza e esboços de uma civilização. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 15, nº 29, 1995.

Livro 1º Registo dos termos de concurso ás cadeira e substituições. (Arquivo da Secretaria do Colégio Militar da Luz, Lisboa)

MACHADO, José Pedro. *Breve história da lingüística*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1942.

MACHADO, Roberto e alli. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Parte 1: A arte de curar os males na colônia, p. 17-149.

- MAGALHÃES, Basílio de. *Francisco Adolpho de Varnhagen – visconde de Porto Seguro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.
- MAGALHÃES, Domingos J. Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. In: *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, tomo I, nº 1, p. 214-243, 1836.[Edição fac-simili da Academia Paulista de Letras, 1978].
- MAYA, Fernando da Costa. *Memória histórica e descritiva do Real Collegio Militar*: primeiro centenario do Real Collegio Militar. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.
- MARTIUS, Carl F. P. von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: MARTIUS, Carl F. P. von. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (1844) Coleção Reconquista do Brasil, vol. 58. p. 85-107.
- MATOS, Gregório de. *Obras completas*. Salvador: Editora Janaína, s/d, v. VII.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema – a formação do Estado Imperial*. 3º ed. Rio de Janeiro: ACCESS. 1994.
- MEMORIAS do Conservatório Real de Lisboa*. S.l., s. ed., 1842.
- MELLO e SOUZA, Laura de. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MINISTÉRIO DA CULTURA/FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Inventário do Arquivo*: Thiers Martins Moreira. Rio de Janeiro: 1988.
- MITTERAND, H. La préface et ses lois avant-propos romantiques. In: MITTERAND, H. *Discours du roman*. Paris: PUF, 1980. p. 21-34.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004 (1990).
- MOLINO, Jean. Quelques hypothèses sur la rhétorique au XIXe. siècle. In: *Revue d'histoire littéraire de la France* – la rhétorique au XIXe. siècle. Paris: Armand Colin/CRNS/CNL, mars/avril, 1980. p. 181-192.
- MORAIS SILVA, Antonio de. *Diccionario de lingua portuguesa*. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense, 1922, 2 tomos. (edição fac-simile da segunda edição de 1813)
- MOREIRA, Thiers Martins. Varnhagen e a história da literatura portuguesa e brasileira. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1967. Vol. 275, abril/junho, p. 155-169.
- _____. Varnhagen na história literária: sua posição; configuração e nome de um estilo: o manuelino. In: MOREIRA, Thiers Martins. *Visão em vários tempos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1970. p. 145-171.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Febvre*. São Paulo: Ática, 1978. (Col. Gdes. Cientistas Sociais).
- ODÁLIA, Nilo. Biografia. In: ODÁLIA, Nilo (org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979. (Col. Gdes. Cientistas Sociais). p. 7-27.
- _____. Varnhagen e a historiografia brasileira. In: ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo*: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 11-113.
- PEIXOTO, Afrânio. Nota preliminar. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1987. p. 19-25.

- PEREIRA, Marcos Aurelio. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de Gramática na Institutio oratória*. São Paulo: Humanitas, 2000.
- PEREIRA, Paulo Roberto (org., notas, bibl.). *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
- PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- QUINTILIANO, M. Fábio. *Instituições Oratórias*. Trad. Jerônimo Soares Barbosa. São Paulo: Edições Cultura, 1944. 2 vols.
- QUINTILIEN. *Institution oratoire*. Trad. Henri Bornecque. Paris: Éditions Ganier Frères, 1954. 4 vols.
- RANKE, Leopod von. As grandes potências. In: RANKE, Leopod von. *História*. Org. Sérgio Buarque de Hollanda; trad. Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Ática, 1979. p. 146-180. Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- Relatório e parecer apresentado ao Conservatório Real da Arte Dramática em Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.
- Registo dos Alumnos do Real Collegio Militar*. (Arquivo da Secretaria do Colégio Militar da Luz, Lisboa)
- Registo dos Assentos das Congregações Literárias do Real Collegio Militar Anno 1814*. (Livro 1, depositado no Museu do Colégio)
- RENAN, Ernest. Qué es una Nación? In: BRAVO, Álvaro Fernández Bravo (compilador). *La invención de la nación: lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha*. Buenos Aires: Manantial, 1995, p. 53-66.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*. Rio de Janeiro, a. 159, n. 400, p.643-1563, jul./set., 1998.
- ROSADO FERNADES, R. M. Prefácio à edição portuguesa. In: LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbernkian, 1972, p. 7-11.
- ROSADO FERNADES, R. M. Breve introdução aos estudos retóricos em Portugal. In: LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbernkian, 1972, p. 13-64.
- ROSADO FERNADES, R. M. Prefácio. In: HORÁCIO. *Arte poética*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1984, p. 9-11.
- ROSADO FERNADES, R. M. Introdução. In: HORÁCIO. *Arte poética*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada, 1984, p.13-49.
- ROCHA POMBO, J. F. *Discurso inaugural*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor, 1923.
- RODRIGUES, José Carlos. Francisco Adolpho de Varnhagen. In: O Novo Mundo: periodico illustrado do progresso da idade. New York, 23 de abril de 1873. Vol. III, nº 31. p. 1 e 110.
- RODRIGUES, José Honório. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1967. tomo 275, p. 170-196, abr./jun.
- _____. A periodização na história do Brasil. In: RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodológica*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p.125-144.
- _____. (org. e pref.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL: 1977.

- RODRIGUES, José Honório. A historiografia conservadora. In: RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. vol. II, tomo 1º. p. 1-31.
- RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu latim*. 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p.148.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Portugal e a instauração do liberalismo. In: SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (coords.). *Nova história de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. Francisco Adolpho de Varnhagen. In: Arquivo Pittoresco. 1858.(Semanário Dominical). p. 356-358/ p. 387-389.
- _____. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, tomo II.
- _____. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, tomo IX (segundo do suplemento).
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4ª. ed. São Paulo: Edusp, 1971.
- STAROBINSKI, Jean. A literatura: o texto e o seu intérprete. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 132-143.
- Termos das Sessões da Congregação Litteraria deste Real Collegio Militar* (Livro 2). (Arquivo da Secretaria do Colégio Militar da Luz, Lisboa)
- TODOROV, Tzvetan, *A conquista da América: a questão do outro*. 5ª tir. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Crônica do descobrimento do Brasil. O Panorama. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa: Tipografia da Sociedade, tomo IV, p. 21-22 / 33-35 / 43-45 / 53-56 / 68-69 / 85-87 / 101-104, jan. a dez. 1840.
- _____. *O descobrimento do Brasil, crônica do fim do décimo-quinto século*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve e Cia, 1840.
- _____. Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo III, p. 53-63, 1841.
- _____. A picada do mato virgem: fragmento de uma viagem pelo sertão. O Panorama. Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, Lisboa: Tipografia da Sociedade, tomo VI, p. 221-223, jul. 1842.
- _____. Etnografia indígena, línguas, emigrações e arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo XII, p. 366-376, 1849.
- _____. *Memorial Orgânico (parte I)*: Que a consideração das assembléias geral e provinciais do império do Brasil apresenta um brasileiro . s/1 [s.e.], 1849.
- _____. *Memorial Orgânico (parte II)*: Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil, acerca: 1º) Da abertura das estradas gerais; 2º) De uma nova circunscrição provincial; 3º) Deposição da capital; 4º) Dos escravos africanos; 5º) Da civilização européia por grupos, etc. Madrid. Viúva D. R. J. Dominguez, 1850.
- _____. Memorial Orgânico. In: Guanabara, revista mensal, artístico, científico e literária. Rio de Janeiro, Tipografia de Paula Brito, outubro/novembro 1851, p 356-370; 384-402.

- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prólogo. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1987 (1850). p. 13-17.
- _____. Introdução: ensaio histórico sobre as letras no Brasil. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1987 (1850). p. 39-73.
- _____. Eusebio de Mattos. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1987 (1850), tomo I, p. 85-88.
- _____. Breves Commentarios á precedente obra de Gabriel Soares. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. tomo XIV, p. 367-415.
- _____. Breves comentários à precedente obra de Gabriel Soares. In: SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4ª. ed. São Paulo: Edusp, 1971. (1851). p. 353-355.
- _____. Ao Instituto Histórico do Brasil. In: SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 4ª. ed. São Paulo: Edusp, 1971. (1851). p. 11-14.
- _____. Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil. Anuário do Museu Imperial. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1948 (1852), p.229-236.
- _____. Antonio de Moraes Silva. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1852. tomo XV, p. 244-247. (b)
- _____. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. Impr. da Viúva de Domínguez, 1854. Tomo I.
- _____. Dedicatória. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. Impr. da Viúva de Domínguez, 1854. Tomo I, s/p.
- _____. Secção I – Introdução: Origem do descobrimento da América Central. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. Impr. da Viúva de Domínguez, 1854. Tomo I, p. 1-12.
- _____. Secção VII – Descrição do Brazil, com sua extensão actual... In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. Impr. da Viúva de Domínguez, 1854. Tomo I, p. 90-96.
- _____. Notas e provas do primeiro tomo. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. Impr. da Viúva de Domínguez, 1854. Tomo I, p. 420-424.
- _____. *Pos Editum*. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. Impr. da Viúva de Domínguez, 1854. Tomo I, p. 477-480.
- _____. Suplemento. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Madrid: Impr. Impr. da Viúva de Domínguez, 1854. Tomo I, p. 481-496.
- _____. *História Geral do Brazil: do seu descobrimento, colonisação, legislação (...)*.Madrid: Impr. de J. del Rio, 1857. Tomo II. p. XV-XXVIII.
- _____. Prefácio. In: VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brazil: do seu descobrimento, colonisação, legislação (...)*.Madrid: Impr. de J. del Rio, 1857. Tomo II. p. V-XIV.
- _____. Discurso Preliminar: os índios perante a nacionalidade brasileira. In: VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brazil: do seu descobrimento, colonisação, legislação (...)*.Madrid: Impr. de J. del Rio, 1857. Tomo II. p. XV-XXVIII.

- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Secção XLII – Primeira conjuração em favor da independência do Brazil. In: VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brazil: do seu descobrimento, colonisação, legislação (...)*. Madrid: Impr. de J. del Rio, 1857. Tomo II. p. 269-281.
- _____. Notas. In: VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brazil: do seu descobrimento, colonisação, legislação (...)*. Madrid: Impr. de J. del Rio, 1857. Tomo II. p. 465-484.
- _____. *Post scriptum*. In: VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brazil: do seu descobrimento, colonisação, legislação (...)*. Madrid: Impr. de J. del Rio, 1857. Tomo II. s./n./p.
- _____. *Examen de quelques points de l’histoire géographique du Brésil (...)*, ou analyse critique du rapport de M. d’Avezac sur la recente Histoire Générale du Brésil. Paris: Imprimerie de L. Martinet, 1858 (Extrait du Bulletin de la Société de Géographie). 70 pags.
- _____. *Amador Bueno*, drama historico-americano em quatro actos e tres mutações. 2ª ed. Madrid: 1858.
- _____. *A caça no Brasil*, ou manual do caçador em toda a America tropical acompanhado de um glossario dos termos usuaves de caça. Rio de Janeiro: Casa de C. & H. Laemmert, 1860.
- _____. A cultura do trigo no Brazil, comparada com as da mandioca, milho e arroz. In: Revista Popular. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, tomo V, jan./março 1860, p. 94/96.
- _____. Tabaco da Bahia. In: Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. 15/setembro/1863, p. 425-437. (a)
- _____. *Assim o cultivo da planta*, como especialmente a cura da folha para charutos; a fim de poderem estes rivalizar com os havanos. Caracas: Imprensa a Vapor, 1863. (b)
- _____. *Carta ao Excmo. Ministro da agricultura*: a respeito principalmente de vários melhoramentos nos engenhos d’assucar das Antilhas applicaveis ao Brazil. Caracas: 1863. (c)
- _____. *Os indios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º*: apostilla e nota G aos números 11 e 12 do ‘Jornal de Timon’; contendo 26 cartas ineditas do jornalista, e um extracto do folheto ‘Diatribes contra a Timonice’, etc. Lima: Imprensa Liberal. 1867.
- _____. Eusebio de Mattos. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1867 (1846), tomo VIII, p. 540-543. (b) (Segunda edição)
- _____. *Officio-protecto*: dirigido ao Instituto Histórico do Brazil. Vienna: Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1874.
- _____. *L’origine touranienne des Américains Tupis-Caribes et des anciens égyptiens, montrée principalement par la philologie comparée; et notice d’une ancienne migration en Amérique, invasion du Brésil par les tupis*. Viena: Lib. I. et R. de Faesy & Frick, 1876. 158 p.
- _____. *A questão da capital*: marítima ou no interior. 3ª ed. Brasília: Thesaurus, 1978 (1877). (edição fac-similar).
- _____. Dedicatória a Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro II. In: VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brazil: antes de sua separação e independência de Portugal*. 2º ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, s/d, s/p. Tomo I. (1877).
- _____. Prólogo. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I. (1877). p. V-XVII.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Prefácio. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa de E. & H. Laemmert, s.d., tomo I. (1877). p. XIX-XXVIII.

_____. A vinha. In: *O Novo Mundo*, jan. 1877, p. 19. (a)

_____. Sementeira da herva mate. In: *O Novo Mundo*, fev. 1877, p. 42. (b)

_____. Prefácio. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. 3ª. ed. *História da independência do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos. 1957. p. 11-15.

_____. *História geral do Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 3 vols, 5 tomos. (a)

_____. *História da independência do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. (anexa ao vol. 3 da *História geral do Brasil*). (b)

_____. *Florilégio da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1987. 3 tomos.

VIANA, Hélio. Explicações. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos. 1957. p. 7-10.

VIEIRA, Celso. *Varnhagen: o homem e a obra*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor (Anuário do Brasil), 1923. (Conferência promovida pelo Instituto Varnhagen e realizada no Gabinete Português de Leitura).

WEHLING, Arno. Historicismo e concepção de história nas origens do IHGB. In: WEHLING, Arno (org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: o Instituto, 1989.

_____. A concepção histórica de von Martius. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo 385, out./dez. 1994, p. 721-731.

_____. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ANEXOS

ANEXO 1

Registo dos Alumnos do Real Collegio Militar

Registo dos Alumnos do Real Collegio Militar. ✓

N.º <i>114</i>	Nomes <i>Francisco Affonso de Warming</i>	Brigada N.º
Filiação	<i>Filho de Frederico Luiz Guellherme de Warming</i>	
Naturalidade	<i>Da Villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba</i>	
Nobreza	<i>Tenente Coronel Engenheiro, Director das Matas da Coroa</i>	
Idade	<i>Nasceu aos 17 de Fevereiro de 1816</i>	
Entrada	<i>Em 13 de Outubro de 1825</i>	
Sahida	<i>Em 29 de Agosto de 1832</i>	

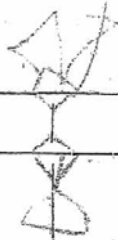
OBSERVAÇÕES

Foi admittido a Alumno Estudante, por Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em data de 17 de Setembro de 1825. N.º

Sahiu por completar os Estudos

Tempo que esteve doente

Tempo que esteve com licença



ANEXO 2

Registo dos Termos de Concurso as Cadeiras e Substituições

R. C. M.
137

R. C. M.
L. P.
REGISTO
DOS
TERMOS
DE
CONCURSO
AS
CADEIRAS
SUBSTIT.

20 de Setembro de 1824, que manda proceder aos Concursos para as
Cadeiras e Substituições, que se acham vagas neste Real Collegio Militar

Ministerio da Guerra = 1.^a Direcção = 3.^a Repartição =
Tendo Sua Alteza a Serenissima Infanta Regente em Nome
d'Elleas Ordensado, que por esse Real Collegio Militar, se fizesse
a Opposição para as Cadeiras e Substituições, que no mesmo Col-
legio se acham vagas; Manda que a este respeito se fizesse da
maneira seguinte: A Opposição sera feita perante humo con-
gregação composta dos Leites do Curso Militar, com o Professor
das Matérias da Opposição, quando estas forem de Preparatórios.
O Oppositor explicará do Compendio respectivo, o Capitulo, ou
Capitulos, que os Membros da Congregação lhe mandarem explicar;
e satisfará as reflexões que sobre o assumpto da Opposição lhe
forem feitas: a quella explicação se juntará a traducção, e ana-
lyse filosofica, rethorica, ou Grammatical, conforme o assumpto
da Opposição, e o Oppositor fará humo piece de composition sua,
sobre o assumpto dado, nas Matérias que admittorem esta
prova; o assumpto desta composition deve ser regulado de
modo, que a sua execucao seja, raxundamente, puzada em
humo hora do tempo; a Opposição theorica durará a tempo
que parecer conveniente, para formar juizo d'elle.

O Director do Collegio Militar, ou quem por elle derem
presidir a este Acto, e mandarembo lavrar humo circums-
tanciado d'elle, e assignará com a Congregação, e Officiaes
sobre a Presença de Sua Alteza, por esta Secretaria d'Estado.
Que communico a N. M. para sua intelligencia e execucao.
Deo Guarde a N. M. Caxa da Jyda em 10 de Setembro de 1824

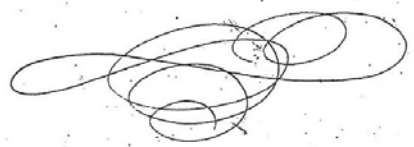
1827

entre 10 Candido Joze Xavier = Sr. Joze Joze da Cunha Fidalgo = Comprador
Real Collegio Militar 12 de Setembro del 1827 = Fidalgo Neto em Com-
guyado de 31 de Outubro del 1827 = Fidalgo = Brasin = Souza = Furtado
Alvarez de Azevedo = Jordao = Moraes = Perceval = Funes = Soares =
Leite Ribeiro = Moraes = Frazadey = Affonso

15 Ilmo Sr. = Terho a honra de enviar á presença de
V. Ex. os Termos de resultado, e mais circumstancias que occorrerão
nas Opposições á Condizão e Substituição, que se achão vagas nesta
Real Collegio Militar, e que tiveram lugar nos dias 12, 13, e 14
do presente mês de Setembro; acompanhando o referido Termos,
e Requesimentos documentados dos respectivos Oppositores que se
apresentarão em lo ouzo, e as peças de composição e analyse
que servirão de assumpto em cada huma das subdittas oppo-
sições, na conformidade da Portaria da Secretaria d'Estado dos
Negocios da Guerra de 10 do presente mês; para que V. Ex. se sirva
de fazer saber tudo á Presença de S. A. S., e a A. M. A. A. A.
quinta Senhora Playa por bem de resolver, e que julgar mais
conveniente.

Diricção
República
tudo q. Termos
debo enviar
instancias que
na neg. Opposi-
ções á Condizão
e substituição
de vagas
al Collegio Militar

Deos guarde a V. Ex. Real Collegio Militar em 15
de Setembro del 1827 = Ilmo Sr. Candido Joze Xavier =
Joze Joze da Cunha Fidalgo Tenente Coronel graduado et Commandante



Substituição das Cadeiras do Curso Militar

Aos doze dias do mês de Setembro de mil oitocentos e vinte e sette, neste Real Collegio Militar, e perante os Senhores do Curso Militar, Manoel Leotario Soares de Souza Brito, José de Souza Moreira, e José Antonio Tibério Fortado e Silva, presidido, no impedimento do Excepcionissimo Director, pelo Tenente Coronel graduado José José da Cunha Fidalgo, Primeiro Comandante do mesmo Collegio, se apresentaram para concorrer ás officinas da Substituição das Cadeiras do Curso acima referido, os Concorrentes abaixo designados: —

José Joaquim Januario Lofa, que servio de Major das Brigadas d'Artilharia a cavallo, no Rio de Janeiro, frequentou o curso de Mathematica, Fortificação, Desenho, e Sciencias naturaes, na Academia Militar daquelle Corte, tendo approvações plenas no 2.º, 3.º, 5.º, 6.º e 7.º annos, e pela maior parte no 1.º, e 4.º annos do referido curso, e merecendo por tres vezes ser premiado, e haver sido nomeado de Senhor do seu corpo; assim como foi nomeado Delegado do Commissario Inspector Geral de todas as Fortalezas e Fortes de guerra do dous Provincias do Reino do Brazil; tendo sempre servido bem, e merecendo a consideração dos seus Superiores. —

Manoel Alvares da Silva, Tenente do Regimento de Infantaria, N.º 22, que foi Alumno do Collegio Militar da Foz de Iguaçu, onde aprendeu o principio que no mesmo se ensinava, com os quaes passou a frequentar o curso da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, o qual concluiu com approvações plenas em todos os annos, e premiado no primeiro; tendo frequentado

igualmente o Curso Mathematico na Academia Real de Coimbra, e foi approvado plenamente no 1.º e 2.º curso do ditto curso. Procedendo-se ao Acto da referida Opposicao, antes delle principiar, e depois o Moço João Joaquim Januario Sapu, acima referido, que elle não responderia em as Disciplinas Mathematicas para satisfazer ao concurso, sem que os outros concorrentes mostrassem haverem sido como elle Sentes de Mathematica, mas que responderia nestas matérias, unicamente para fazer ver á Congregação o seu Conhecimento, declarando-se no Termo esta circumstancia, e como a Congregação não se julgasse autorizada para assim proceder, vista da Portaria de des de corrente mês, e referida ebbajo pedis retirar-se do concurso, e que lhe foi concedido. Españdo, depois, a fazer a sua Opposicao, o Tenente Manoel Soares da Silva, avisado do resultado della, vitorioso á Congregação, que a portoria do referido Tenente poderia ter lugar, visto não haverem mais concorrentes, se a ella se não opposse o S. N.º do capitulo 2.º do Titulo 5.º do actual Regulamento deste Collegio, o qual paragrafo se acha addicionado pela Portaria de vinte e oito de Setembro de mil oitocentos e dezotto, que ordena que sejam ser admitidos para Sentes de Mathematica, aquelles que tiverem formado na Universidade de Coimbra, e de Fortificação, ou que tiverem completado o curso das Aulas de Fortificação e Desenho, preferindo estes, aquelles dos Oppositores das Leideiras arugas, que reuniram as circumstancias prescritas pela sobredito Regulamento, cuja Disposição parece favorecer, em parte, a portoria do concorrente. Em certosa do qua, e para evitar se houver presente Termo, que todos assignaram Leu João Joaquim de Salazar, Secretario do referido Col.º de Coimbra, João José da Cunha Fidalgo, Tenente Coronel graduado e 1.º Commandante Manoel Leotario Soares de Sousa Arizim, Sente do 1.º Anno do curso Militar, João de Sousa Moreira Sente do 2.º Anno do curso Militar, João Antonio Tibério Furtado de Silva, Sente do 3.º Anno do curso Militar

1827

Edição de Língua Portuguesa e Literatura

Em treze dias do mês de Setembro de mil oitocentos e setenta e sete, neste Real Collegio Militar, e perante os Senhores do Curso Militar, e Honraes Custans Soares de Sousa Bruns, José de Sousa Moreira, João Antonio Tiborio Furtado e Silva, e respectivo Professor das Matérias da Officiã, Antonio Leite Ribeiro, presidentes, no impedimento do Speculatorissimo Director, pelo Tenente Coronel graduado José José da Cunha Fiala, Primeiro Commandante do mesmo Collegio, se apresentão para concorrer à Officiã da Edição de Língua Portuguesa e Literatura os Concorrentes abaixo designados:

Manoel Ignacio da Fonseca, Bacharel formado em Leis, e ex Professor de Grammatica Latina da Villa de Palmella

João Frederico Pereira Moura, Bacharel formado em Leis, pela Universidade de Coimbra

Antonio Luciano Pereira, que foi Seminarista no Real Seminario de Santarém, onde frequentou e foi exameado em Grammatica Latina, Latindade, Rhetorica, Tibologia, Rhetorica Ecclesiastica, Direito Canonico e Moral, sendo sempre approvado com muito louvor, e muitas vezes ploramente, assim como frequentou o primeiro e segundo anno de Mathematicas, e o primeiro de Fortificacões, nas respectivas Academias, e tendo os indispensaveis conhecimentos das linguas Francesa e Inglesa.

João Antonio de Freitas Rego, Professor que foi de Grammatica Latina em a Villa de Arganil

Manoel Filipe Monteiro, que foi estudante congregado na casa
1827

Philosophia Racional e Moral com muita applicação.

Estendo feito a referida Opposição, á vista do resultado d'elle, entendendo a Congregação dos referidos Sentes e Professores, que a applicação e prestação para o desempenho do Magisterio, deve ser graduado entre os Concorrentes:

Em primeiro lugar, José Frederico Pereira Moreira

Em segundo d'elle, Antonio Luciano Pereira

Em terceiro d'elle, Manoel Filippe Monteiro

Quanto, porém, ao Concorrente Thomaz Ignacio da Fonseca, achamos que não podia ter lugar a sua postulação, pela grande falta de virtas, e vicio de vida, que nelle se observou, no Acto da Opposição, sendo indispensaveis para o exercicio do Magisterio, não obstante, as suas graduacões litterarias, e os conhecimentos que mostrou no mesmo Acto, por cujas rasões mereceria ser postulado em segundo lugar, quanto ao Concorrente João Antonio de Freitas Rego, achamos não ter lugar a sua postulação, pela sua já avancada idade, e estado fisico, que, talvez fossem as causas de não mostrar os seus conhecimentos.

O Concorrente José Alvares Nunes Cabrita, ficou excluido deste concurso, por não comparecer, não obstante, haver apresentado o devido requerimento e mais documentos, solicitando entrar no referido concurso.

Com certeza do que, e para constar se lavrou o presente Termo que torna assignarás.

Eu José Joaquim de Alencar Secretario dos referidos Collegios e Sthorio — José José da Rocha Fidei Juvante Coronel graduado

1.º Commandante — Manoel Luciano Lourey de Souza Prisco

Sente do 1.º Anno do curso Militar — José de Souza Moreira Sente

do 2.º Anno do curso Militar — José Antonio Tibério Furtado Silva

Sente do 3.º Anno do curso Militar — Antonio Leite Ribeiro —

Substituições das Leções de Grammatica Portuguesa e Latina e de Filosofia

Nos quatorze dias do mez de Setembro de mil oitocentos e vinte e setta, neste Real Collegio Militar, operante o Senhor do Curso Militar Manoel Custodio Soares de Souza Brito, Jose de Souza Moreira, Joao Antonio Teodoro Furtado Silva, e os respectivos Professores das Matérias das Officias Antonio Leite Ribeiro, e Joao Lincoz Jones, presididos no impedimento do Excellentissimo Director, pelo Tenente Coronel graduado Joao Jose da Cunha Fidié Primeiro Commandante do mesmo Collegio, se apresentára para concorrer ás Officias da Substituição das Leções de Grammatica Portuguesa e Latina, e de Filosofia, os concorrentes abaixo designados.

João Álvaro Nunes Lubritas, Professor Regio de Grammatica e Lingua Latina.

João Nunes de Andrade, actualmente ensinando Latino e Portuguez no Collegio de S. Joao Evangelista, e approved em Filosofia no Seminaris Episcopal da Cidade da Suarada.

João Tavares de Abaudo, Professor Regio de Grammatica Latina em a Villa de Aldeagalega.

Etendo feito a referida Officias, entendeo a Congregação que sómente se mostrou com aptidão e prestario para o Magisterio, o Concorrente João Tavares de Abaudo, não obstante, não se mostrar totalmente habilitado, na conformidade do §. 3.º do Capitulo 2.º do Título 5.º do actual Regulamento do Real Collegio.

Quanto, porém, aos outros dois concorrentes João Álvaro Nunes Lubritas, e João Nunes de Andrade, achárao que não podião ter-lhe

lugar de sua fôrtença; não só por que se não mostram habilitados na conformidade do referido paragrafo, mas tambem, por que a Congregação, vista dos conhecimentos que desenvolverão no Acto da Opposição, não se achão dignos de seram propostos. Em cetera do que se para constar, de lauros o presente Termo que todos assignariao. São Joze Joaquim de Salazar Secretario do referido Collegio o ditos 2 João Joze da Cunha Fidei Tenente Coronel graduado e Commandante = Manoel Baptista Soares de Sousa Briso Sente do 1.º Anno do Curso Militar = Joze de Souza Moreira Sente do 2.º Anno do Curso Militar = Joze Antonio Tibério Surtado Silva Sente do 3.º Anno do Curso Militar = Antonio Sente Ribeiro = Joze Luiz Jordão

Quando El Rey Nosso Senhor que o paramento da Cadeira de Filosofia e de Historia e Geographia, que se achã vaga neste Real Collegio Militar, tacha lugar por meio de Concurso que deve fundar no ultimo de Novembro proximo futuro, como ha de annunciar-se pela Gazeta; Determina Sua Magestade que as opposições para a dita Cadeira se fôrçada na maneira seguinte. As opposições sãõ feitas perante huma Congregação composta dos Sentes do Curso Militar com o Professor da Cadeira de Lingua Portuguesa e Literatura. Os oppositores applicarãõ dos Compendios respectivos e Capitulo ou Capítulos, que os Membros da Congregação lhe indicarem, satisfôrãõ as questões que lhe fôrãõ dirigidas sobre o assumpto da opposição; e fará huma peça de composição sua, sobre hum assumpto dado nas matèrias respectivas que admitterem esta prova; durante ser regulada o assumpto desta composição de modo, que a sua execução seja razoavelmente possivel em huma hora de tempo. A opposição theorica durarãõ o tempo conveniente para fazer juizo d'ella. O Sub-Director do Collegio Militar, ou quem suas uses fôrãõ provido a este effto, emarchando lauros Termo circumstanciado d'ello, em que a Congregação declare qual dos concurrentes está mais nas circumstancias de seram provido, e assignariao com a mesma Congregação, se fará subir com

ANEXO 3

**Processo de José Frederico Pereira Marecos no Arquivo
Histórico Militar**

~~1785~~
N. 2. 1. 2.
V. 1. 1. 1. 1.
V. 1. 1. 1. 1.

José Frederico Pereira Mascarenhas

Todos os artigos desta Carta & todos os S.
quando se lhe passar o Título do certo que per-
tence a ella, se deveo fazer por transcripto e Guar-
ra e por se lhe tiver sustentado o Título que se
havia formado de 1764 a 66

Desta hora em diante por V. S. se porem a se fazer a obra

Serenissima Senhora

Dir José Frederico e Moraes bar-
chonet formado em Leis pela U-
niversidade de Coimbra, que ten-
do-se d'ende os primeiros annos
applicado ao estudo da Literatu-
ra, se julga habil para en-
trar no concurso, que para su-
ma cadeira d'essas Mathezas
se fizer no Real Collegio de

Lisboa 31 d'Agosto litta, e
de 1827

Pa Vossa Altera
se digno mandar que o sup-
entre em concurso e seja pro-
vido na mesma cadeira se
for de Jastica.

José Frederico Moraes

L. R. M.

Sobre a Rhetorica.

Bien écrire c'est tout à la fois bien
penser, bien sentir et bien rendre.
Buffon.

Sabemos imperfeitamente a história dos progressos do es-
pirito humano; mas considerando algumas de suas ei-
pochas, parece indubitavel que as artes e as sciencias
sem mais d'uma vez feizo o circulo do globo, ligadas
sempre à sorte das Revoluções. Aparenta-se o capricho
dos sabios em remontar á origem das artes, e de nenhum
mas por ventura mostram principios tão úteis co-
mo da Rhetorica. nas allegorias da Fabula achão-se
história: as pedras que se acastellão, e formão o rei
de Thebas, as feras que após si leva Orpheu são
effeitos de sua arte, envolvidos no maravilhoso pro-
prio do tempo heroico. Mas é no tempo das Repu-
blicas gregas que podemos avaliá-la. Foi então que
ella appareceu e brilha. Um povo influido por
um clima feliz, com um governo em que o talen-

to da expressão é o mais admirado, quasi todas as dias
excitados por grandes impressões, e falando uma lin-
gua numerosa e harmonica, ore rotunde, não pôde
deixar de fazer progressos nesta arte. Theórica e prá-
ticamente teve ella o cumulo da sua grandezza.
Socras, Platon e Aristoteles a ensinaram, Pericles go-
vernou por ella; e a lingua de Demosthenes foi por
muito tempo a espada da Grecia contra Selypse.
Herodotus os Romanos a magnificencia dos Gregos; e
o Forum britton com a gloria do Ares pagão. Hor-
tensius foi um orador elegantissimo, e M. Antonio re-
shemense, e Cicero eloquentissimo. Quintilianus
foi o primeiro que em Roma ensinou publica-
mente a Rhetorica no tempo de Galba. Sumi-
ram-se as artes nas ruinas do imperio Romano; e
do seculo 4º ao 9º a noite da barbaridade invol-
veu toda a Europa. Os Arabes, que entao a occu-
pavam, quizeram resuscitar as letras; e tradu-
ziram os Filozofos Gregos, e commentaram a Phi-

torvela e subtilizará suas doutrinas a ponto de as tor-
nar embaixas e ridiculas. A dialctica comeca a ser
um emredo d'ociosas e complicadas distincções, ea
Rhetorica uma algararia cheia de contra-sensos
de antitheses pueris, d'equivocos e enigmas arti-
máras, os Arabes a obra dos Sophistas. e No la-
byrintho das argucias periphrasticas o frenem
contagioso de disputas aborrecia tudo; e ape-
nas algum ecclesiastico deu algum estudo á Ora-
tória, que d'então comeca a ser considerada como
um monopolio sagrado, como arte exclusiva
dos homens d'Igreja. A Mania deires sempre
era achar em tudo a razão de differença de dis-
tincções; e por isso sustentavaõ exageradamente a
independencia das artes e a sua difficultade; de
sorte que o Grammatico não podia ser filoso-
fo, nem este Rethorico. Ainda o sistema
analytico não tinha mostrado que todas as con-
dições humanas se ligam, e sem mais ou
menos proxima relação, e que é impossível saber

perfitamense uma coisa só e separada. A Amblye
princípios a mostrar seus brilhantes effectos no se-
culo passado, e a rigorosa ideologia succidem ao Eco-
lascijmo. A gramática, a logica e Rhetorica são hoje
consideradas correlativas e inseparaveis: seu objecto
é o discarso que devem tornar correcto, exacto
e elegante; e estes tres effectos se valem unidos.—
Nestes principios escreveu Condillace o seu curso
d'estudos; e em noutras ~~duas~~ dividiu o boudo de
Tracy a sua ideologia em gramatica, arte de
pensar, e d'exercer. Hoje ninguem duvida
que a Rhetorica deve ser uma arte commum
a todo o homem educado. Em quasi todas as cir-
cunstancias e estados da vida é necessario falar,
e é melhor fare lo bem. Tudo pôde ser objecto d'
eloquencia: o Militar tem muitas vezes necessidade
de persuadir como o politico; o naturalista
pôde ser tão elegante como o orador: e effecti-

vamense Buffon não é menos eloquente de que
Bossuet, nem Bonaparte ^{meu} forde que Rousseau.
Mas qual será o método mais proficuo de ap-
prender esta arte? Respiro muito o nome de
Quintiliano; bem elle o suffragio dos maiores
criticos: Pope, cuja authoridade é para mim
imperiosa, o recommenda

In grave Quintilian's copious work we find
The justest rules and clearest method join'd.

Entre tanto suas imbituções Plutônicas são mui-
tas, veres atheas de nossas circunstancias, quasi
sempre restrictas ao genero judicial, e tão abund-
dantes em hypottheses, que parecem Camisticas.
É com tudo por este livro que se emina; cum-
prore ao Professor habil tirar d'elle vantagens,
dando um idea dos seus precitos geraes, faren-
do estudar n'elle a nomenclatura das bellas
da Eloquentia, e considerando mais como um
método necessario para Analyzar os Produ-

ctos do genio de que para creá-los -

Ner praticamente os principios é o melhor modo
d'apprendê-los; os bons modella são os melhores
compendios; esta é a maxime do famoso Critico
Latino - nocturna verrate manier &c.

O gosto é o talento mais difficil e
a unica fonte da verdadeira eloquencia; e só
se adquire pela erudition liccaõ: é por tanto
necessario que o Professor, sem assustar com a dif-
ficuldade do objecto, faça analysar um bom li-
vro levando a sua urbanidade a ponto de fazer
que se apprenda por habito suave aquillo que
a comprehensão de alguns não pôde alcançar.
Não basta o só dejeo da sciencia para apprend-
er: *Men must be taught as if you taught them not,*

*And things unknown propos'd as things forgot
Without good breeding truth is disapproved.*

Mas applicando a nós o systeme de analysar

que livro tomaríamos? Escolhira eu em prosa
Fr. Luiz de Souza, Camões e Ferreira em ver-
so. Temos poucos modelos perfectos. As pri-
meiras idades da nossa elocução são bar-
baras: Nossos maiores eraõ, como dir. Ferreira =
"Mauis dadi a bons feitos que a bons ditos" —
aprimo falla Salustio dos primeiros Romanos
Optimus quinquo facere quam dicere... malle-
bat. No reinado de D. Diniz comecou a
infancia de nossas letras, e só d'ed. D. e Ma-
noel principiãraõ a avultar; mas inda e' pos-
terior a nossa idade classica em pte prin-
cipalmente contamos. Fr. L. de Souza, Brito,
Lucena, Jacinto Freire, Arraõ, Barros, Camões,
Ferreira, Sá de Oliveira, Bernardes, Caminha,
e Vieira. Julgo necessaria ao menos a leitura de
alguns classicos, se nao para a eloquencia a-
~~mas~~ para o conhecimento da lingua, pri-
meira base para tudo:

Sans la langue, en un mot, l'auteur le plus divin
Est toujours, quoiqu'il fasse, un mauvais écrivain.

Por juntas maternas, que Mea forma presentis, Rey por buen
deservir de Lugar de Profesor de Retorica do Real Collegio
Militar da Luz, a José Francisco Pereira Moura. O Portador
de L. Lourenço, Corredor de Letras, Secretario e Secretario d'Estado
dos Negocios da Guerra, e Inspector de saidas Real Cole
gio, atenda a favor do referido e faça executar. 1772 20
depois dos successos. Publico de L. Lourenço 1772 20 de
Janeiro de mil setecentos e setenta e dois.

Reg. 126.

adante assignado, em Carta
de de desde como Publica, como

N.º 248

Cartas e Documentos

O Titulo N.º 2284 junto com a Carta, assignada
em 17 de Maio de 1836, e seu substituido para subli-
near o adiantado de 6 Loguros que tãho lãz-
hãdo, e substituido o Titulo N.º 2430 da qu-
antia de 644667

Consenho em que a. Comissãõ
procura, em vista dos Docu-
mentos juntos, a liquidacãõ
dessa Carta, como contida de
justiça. Ex.º S. de Outubro
de 1836.

D.º Ferraz.

50

2^a vez
1^a de 1833



Senhora.

Diz o Bacharel José Frederico Pereira Moraes
que sendo Professor de Literatura do Real Collegio
Militar fora demittido pelo Governo do Sr. Impera-
dor por seus manifestos Sentimentos de adhe-
são á Defeza de V. Magestade e sis Insituciones Cons-
titucionaes; e logo depois mettido em uma vigo-
rosa prisão donde sahio no sempre Primeiro
dia de Junho de 1833 — Nestas cir-
cunstancias acha-se o Supp^o comprehendido
na benfica disposiçã da Lei que assegura
aos fideis subditos de V. Magestade espoliados por a
aquelle tyrannico Governo de seus empregos os
seus respectivos ordenados durante o tempo
em que estiverão d'elles privados — Acha-
de nomeada uma Commissão Militar para
a liquidação de taes vencimentos pertencen-
tes aos Militares e mais individuos que go-
são d'efe. fora, mas como a esta Commissão
devem só pertencer as liquidações d'aquelles
que não sendo empregados em serva Repúb.

Attesto
que a
Commissão
de liquidação
de 1833

2688

terça regular careção d'uma Estação em que
se ajustassem seus Contas, e não estando o
duplo neste caso, recorre a V. Mage. para que
Se Sirva Mandar que o Commandante
d'aquelle Real Collegio lhe faça a sua
liquidação á vista dos inclusos documentos
authenticos, e de mais que constar na
secretaria d'aquelle Estabelecimento, pra-
ra com ella pedir depois o seu competente ti-
tulo —

P. de S.
D. de V. Mage. de
Digne se afim the
deferir.

José Frederico Pereira Barbosa
Lp. 29 de Setembro de 1834

E. R. O. M.

Cópia de
gal.
em



Atendendo ao merecimento de José Frederico Mo-
necos, e á sua reconhecida adhesão á Causa da
Legítima soberania, a Augustíssima Senhora
Dona Maria Segunda, o que motivou soffrer ri-
gorosa prisão: Hei por bem em nome da Ra-
inha fazer elle exercer de nome Official Or-
dinario da Secretaria d'Estado dos Negocios do
Reino. O Ministro, e Secretario d'Estado dos
Negocios do Reino o tenha assim entendido,
e faça executar. Palácio das Necessidades em
quinze de Setembro de mil oito centos trinta e
três. = D. Pedro Duque de Bragança = Condi-
do José Xavier = Este conforme = José Barbino
de Barbosa e Branco =

Extrahido da Cópia Authentica e Can-
feri e a elle me reporto. Lisboa 4.º d' Outubro
de 1834. - Que Antonio Simões de Portugal, Tabelião
ofubico, assignou em 7.º d' 1834

Antonio Simões de Portugal

ANEXO 4

Matricula dos alumnos do 3º anno lectivo

MATRICULA
DOS
ALUMNOS



MATRICULA
DOS
ALUMNOS
DO 7.º ANNO
LECTIVO



N. 1



1814
a
1901.

Anno de
1828

Por vinte e quatro dias do mês d' Outubro do mil e oitocentos vinte e oito,
neste Real Collegio Militar, se procedeo a Matriculagão de Discipu-
los do Terceiro Anno da Course de Preparatorio, e se matriculavão os
Alunos, cujos nomes abaixo seguem.

Antonio Rodrigues da S. F. F. F.

Justiano Cesar de Paula

Francisco Xavier Lopes

Marcos Aurelio Rodriguez de Cardenas

Henrique Thompson

João Soares d'Almeida

João Paulo de Lima Monteiro

Gustavo Licio Soares Brandão

Manoel de Almeida Fomentel

João Felix Salas

Francisco Xavier de Albuquerque

João Manoel de Moraes

Francisco Antonio de Passalho

João Juazeiro Soares Biques

João Celestino Gomes d'Almeida

Francisco d'Alpho de S. Paulo

João de Costa Escobar

João Quirino Martins da Luz

Manoel Freire de Freitas

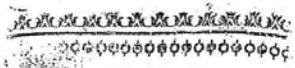
Em certidão de que se padeu comitar laçoar a presente Formo de encerramen-
to de Matriculas. Real Collegio Militar 21 de Julho de 1828

João de Salazar
1828

ANEXO 5

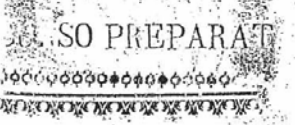
Real Colegio Militar – Termo dos Exames Finaes Nº 2

EXAMES
FINAIS



REAL
COLLEGIO
MILITAR
PERM. DOS EXAM.

Nº 2



SO PREPARAT

COLÉGIO
MILITAR
SECRETARIA
ESCOLAR
3
LIVRO
DE
TERMOS
ANO DE

Lingua Portu-
guesa e Litroa
tura

As dez e duas dias do Mês de Agosto de mil oitocentos e vinte e nove, neste
Real Collegio Real de Lisboa, presidendo o Leitor de Mathematica
Manuel Custoso Soares de Sousa Bispo, foram examinados em
Lingua Portuguesa e Scriptura, pela respectiva Professura Jose
Francisco Pereira Marinho, ex Collegio de terceiro anno do Curso
de Comparatorio, cujos nomes abaixo seguem

N.º 1.º Juliano Eduardo Pinto, que ficou Reprovado

N.º 2.º Francisco Xavier Lopez, que ficou Approvado plenamente

N.º 3.º Manuel Faria de Freitas, que ficou Reprovado

N.º 4.º Manoel Augusto Rodrigues de Caralhão, que ficou Approvado
pela maior parte

N.º 5.º Henrique Tompson, que ficou Reprovado

N.º 6.º Joao Tavares de Almeida, que ficou Approvado pela maior parte

N.º 7.º Joao Paulo de Sousa Monteiro, que ficou Approvado pela
maior parte

N.º 8.º Gustavo Gancio Soares Brandão, que ficou Reprovado

N.º 9.º Marcos d'Almeida Almeida, que ficou Approvado pela maior
parte

N.º 10.º Jose Felix Talcaí da Costa, que ficou Reprovado

N.º 11.º Francisco Xavier de Araujo, que ficou Approvado pela maior
parte

N.º 12.º Jose Manoel Ribeiro, que ficou Approvado plenamente

N.º 13.º Francisco Antonio de Carvalho, que ficou Reprovado

N.º 14.º Jose Judice Tavares Ribeiro, que ficou Approvado pela maior
parte

Proposta

Seu Celestino Gomes de Oliveira, que ficou Approvado pela maior parte. N. 114

Francisco Adolpho de Hamburgem, que ficou Approvado plenamente. N. 114

Joaquim da Costa Concaes, que ficou Approvado plenamente. N. 115

Joaquim Martins da Silva, que ficou Reprovado. N. 114

Eduardo Francisco Mathias Cardozo, que ficou Approvado. N. 92 plenamente.

Com certosa da que se para comtas, fu. e porvinto. Toms, que assignaõs emigr. e Presidente. e Examinador. ocuma. e fidois, seu. seu. Joaquina de Salazar, que e escrito.

Manuel Caetano Soares de Souza Professor
Jose Frederico Pereira Advogado

João José de Salazar
Sub.º

1829

As treze dias do mês de Agosto de mil e trezentos e vinte e nove, neste Real Collegio Militar, presidendo o Senhor de Mathematica Manuel Caetano Soares de Souza Professor, foram examinados em Lingua Inglesa, pelo respectivo Professor Substituto Carlos Pison, os Collegiaes do terceiro anno do curso de Preparatorio, cujos nomes se abaixo sequeem.

Lingua Inglesa

Justiniano Eduardo Pinto, que ficou Reprovado. N. 9

Francisco Xavier Lopez, que ficou Approvado plenamente. N. 16

Manuel Joaze de Freitas, que ficou Reprovado. N. 29

- N^o 37 Marcos Aurelio Rodrigues de Carvalho, que ficou Approvado pela maior parte.
- N^o 38 Henrique Tompson, que ficou Reprovado.
- N^o 43 João Soares d'Almeida, que ficou Approvado pela maior parte.
- N^o 44 João Paulo de Lima Monteiro, que ficou Approvado pela maior parte.
- N^o 52 Gustavo Cancia Soares Brandão, que ficou Reprovado.
- N^o 53 Marcos d'Almeida Bimental, que ficou Reprovado.
- N^o 70 Joo Felix Falcão da Costa, que ficou Reprovado.
- N^o 88 Francisco Xavier de Araújo, que ficou Approvado pela maior parte.
- N^o 103 Joo Manoel Siqueira, que ficou Approvado plenamente.
- N^o 106 Francisco Antonio de Carvalho, que ficou Reprovado.
- N^o 108 Joo Judice Soares Piquero, que ficou Reprovado.
- N^o 111 Joo Celestino Gomes de Oliveira, que ficou Approvado pela maior parte.
- N^o 112 Francisco Adolfo de Stambayer, que ficou Approvado plenamente.
- N^o 113 Joaquim da Costa Cancas, que ficou Approvado plenamente.
- N^o 124 Joaquim Martins da Luz, que ficou Reprovado.

Em certidão de que se para constar, se o presente Formo, que assignarão comigo o Presidente e Examinador acima referi-

des. em Joao Joaquim de Salazar, que successo:

Manuel Caetano Soares de Souza Bispo

Sebastião Carlos Roxas.

João Joaõ de Salazar

Proprietario

1829

As quatro de dez de maio de 1829, em nome do Real Colégio Militar, Real Academia de Sciencias e Artes de Mathematica e Musico. Custoso Soberano de honra Bispo, foram examinados nas Matérias, que formão o Curso de Estudos Preparatorio, na mesma Real Collegio, na conformidade do Real Decreto de vinte e sete de Junho de anno de mil e oitocentos e vinte e seis, pelos respectivos Professores Gaspar Antonio de Sá Sacramento Clementel, Joao Simão Jordão, Thomaz Monca de Albu, Sebastião Carlos Roxas, e Padre Frederico Pereira Marcon, e pelo Professor substituto Joao Estevão de Almeida, os Collegiaes do terceiro anno de referido Curso, cujos nomes abaixo seguem:

Curso de Preparatorio

Francisco Xavier Espi, que nas Matérias de Habilitação ficou N.º 6

- Approvado plenamente
- Em Grammatica e Lingua Francesa, Approvado plenamente,
- Em Grammatica e Lingua Inglesa, Approvado plenamente,
- Em Lingua Portuguesa e Literatura, Approvado plenamente,

Manoel Teves de Freitas, que nas Matérias de Habilitação ficou N.º 9

- Approvado pela maior parte
- Em Grammatica e Lingua Francesa, Approvado pela maior parte
- Em Grammatica e Lingua Inglesa, Approvado pela maior parte; de go Reprovado.
- Em Lingua Portuguesa e Literatura, Reprovado

Marcos Aurélio Rodrigues de Azevedo, que nas Matérias de Habilitação ficou N.º 11

- Approvado pela maior parte
- Em Grammatica e Lingua Francesa, Approvado pela maior parte

Em Grammatica e Lingua Inglesa, Approvado pela maior parte

Em Lingua Portuguesa e Liberdade Approvado pela maior parte

N.º 13

Jão Tavares de Almeida, que nas Matérias de Habilitação foy
Approvado pela maior parte. Digo Approvado plenamente

Em Grammatica e Lingua Francesa, Approvado pela maior parte

Em Grammatica e Lingua Inglesa, Approvado pela maior parte

Em Lingua Portuguesa e Liberdade Approvado pela maior parte

Em certidão de que se para constar, foy presente Tomo, que assigna-
rao os amigos e Presidentes e Examinadores acima referidos, e em
Jão Joaquim de Salazar, que e escrivão do Collegio, que sendo
propozto pela Presidentia, por suprema e de base ingana necessarios
que se reformasse o Examinado a respeito de exames de Collegial
Manuel Antonio de Freitas, na Lingua Inglesa, e de exames de
Collegial Jão Tavares de Almeida, nas Matérias de Habilita-
ção, se reformarão os ditos escudinos, e sahio Resposta em Lin-
gua Inglesa o dito Collegial Manuel Antonio de Freitas, e ap-
provado plenamente nas Matérias de Habilitação, o Collegi-
al Jão Tavares de Almeida, e para a fim comtao assigna-
rao os presentes supra os ditos respectivos, e foy neste Tomo o pre-
sente acrescentamento e qual com os mesmos Tomo, assignarão o
Presidente e Examinadores acima referidos, e em Jão Ja-
quim de Salazar, que e escrivão assignou

Manuel Antonio de Freitas de Souza Prioste

Gaspard Antonio de Sá Thomaz Prioste

Jão Luiz Jordão

Timotheo Alves da Silva

José Frederico Pereira e Moreira

Sebastião Carlos Roxas

José Tavares de Almeida

José Jão de Salazar
Escrivão

Nos deavante dias de maio de 1829 de mil e trezentos e vinte e nove, no Real Collegio Militar, Presidencia e Corte de Mathematica Manuel Custodio Xavier de Sousa Diretor, foram examinados nas Matérias que formão a Curza de Estudos Preparatorios, no mesmo Real Collegio, na conformidade do Real Decreto de vinte e sete de Junho de anno de mil e trezentos e vinte e seis, pelos respectivos Professores João Linneu Perdas, Theodoro Xavier de Silva, Adolpho Carlos Pires, José Frederico Pereira Moraes, e pelos Professores substitutos José Theodoro de Alencar e Pedro Guilherme de Alencar Comendador, o Collegio de terceira anno, do referido Curso, cujos nomes se haes seguem:

Paripatoff
1829

Curso de Proficuo

João Paulo de Lemos Monteiro, que nas Matérias de Habilitação A. B. ficou Approvado plenamente.

Em Grammatica e Lingua Francesa, Approvado pela maior parte.

Em Grammatica e Lingua Inglesa, Approvado pela maior parte.

Em Lingua Portuguesa e Liberdade, Approvado pela maior parte.

Marcos de Almeida Comendador, que nas Matérias de Habilitação A. B. ficou Approvado plenamente.

Em Grammatica e Lingua Francesa, Approvado pela maior parte.

Em Grammatica e Lingua Inglesa, Approvado.

Em Lingua Portuguesa e Liberdade, Approvado pela maior parte.

Francisco Xavier de Araújo, que nas Matérias de Habilitação A. B. ficou Approvado plenamente.

Em Grammatica e Lingua Francesa, Approvado pela maior parte.

Em Grammatica e Lingua Inglesa, Approvado pela maior parte.

Em Lingua Portuguesa e Liberdade, Approvado pela maior parte.

João Manoel de Sá, que nas Matérias de Habilitação ficou Approvado plenamente.

Em Grammatica e Lingua Francesa, Approvado plenamente.

Em Grammatica e Lingua Inglesa, Approvado plenamente.

Em Lingua Portuguesa e Liberdade, Approvado plenamente.

Em ceteris de que se não couber, foi o presente. Termo, que se seguiu.

soras cónsigo e Presidente e Examinadores acima referidos, e os Juizes
Jaquim de Salazar, que e cónsigo.

Marcos da Costa Moraes de Souza Britos
João Linan Jordão

Simões Moraes da Silva
Sebastião Carlos Roxas

José Frederico Peres Moraes
Pedro Guilherme de Sá Sacramento Peres
José Lourenço de Almeida

José Joazeiro de Salazar, Sec.
dos

1829
Cursos de Pro-
preparatórios

As decréto deves do mês de Agosto de mil oitocentos e vinte e nove, no
Real Collegio Militar, presidiendo o Lord de Mathematicas Ma-
rco Custodio Soares de Sousa Bispo, foram examinados, nas Ma-
terias, que formam o Curso de Estudos Preparatórios no mesmo Real Col-
legio, na conformidade do Real Collegio de vinte e sete de Julho de mil oitocentos
e vinte e seis, pelos seguintes Professores: Gaspar Antonio de Sá
Sacramento Comendador, José Linan Jordão, Simões Moraes da
Silva, Sebastião Carlos Roxas e José Frederico Peres Moraes, e
pelo Professor Substituto José Lourenço de Almeida, os Collegiaes
de terceiro anno do referido Curso, cujos nomes abaixo seguem:

N.º 111
Dos Celestino Gomes de Oliveira, que nas Matérias de Habilita-
ção, ficou Approvado plenamente
Em Grammatica e Lingua Francesa Approvado pela maior parte
Em Grammatica e Lingua Inglesa Approvado pela maior parte
Em Lingua Portuguesa e Librasbras Approvado pela maior parte

N.º 112
Francisco Adolfo de Momburgom, que nas Matérias de Habilitação
ficou Approvado plenamente
Em Grammatica e Lingua Francesa Approvado plenamente
Em Grammatica e Lingua Inglesa Approvado plenamente

Em Lingua Portugues e Literaturas. Approvedo plenamente Prof. 

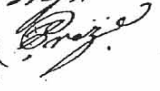
Inq. da Corte. Caraca, que nas Mat. de Habilitação f. N. 115
em Approvedo plenamente

Em Grammatica e Lingua Francesa. Approvedo plenamente

Em Grammatica e Lingua Inglesa, Approvedo plenamente

Em Lingua Portuguesa e Literaturas, Approvedo plenamente

Em certosa de que se para comtar, fu. a presente. Tomo, que a sig-
nificações comigo e Presidente e Examinador de os acima referidos, e eu
Joaquim de Salazar, que escrevi.

Manuel Lactans. Soares de Souza Bispo
Gaspary Estorvino de Sa. 
João Linen Jordão

Timotheo. Alvares da Silva

José Frederico Pereira Marcell
Sebastião Carlos Rozas

José Soares de Macedo

José Joaz de Salazar
Sec. 